

Coleção Clássicos da Saúde Coletiva

Madel Therezinha Luz

A arte de curar

versus

A ciência das doenças

História social da homeopatia no Brasil



editora



rede unida

Coleção Clássicos da Saúde Coletiva

Madel Therezinha Luz

A arte de curar
versus
A ciência das doenças
História social da homeopatia no Brasil

2ª Edição
Porto Alegre, 2014
Editora Rede UNIDA

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Emerson Elias Merhy

Ivana Barreto

João José Batista de Campos

João Henrique Lara do Amaral

Julio César Schweickardt

Laura Camargo Macruz Feuerwerker

Lisiane Böer Possa

Mara Lisiane dos Santos

Márcia Cardoso Torres

Marco Akerman

Maria Luiza Jaeger

Ricardo Burg Ceccim

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Rossana Baduy

Sueli Barrios

Vanderléia Laodete Pulga

Vera Kadjaoglanian

Vera Rocha

Comissão Executiva Editorial

Janaina Matheus Collar

João Becon de Almeida Neto

Arte Gráfica - capa

“Caraveggio é melhor do que o prozac”

Pietro Ramina

Diagramação

Luciane de Almeida Collar

Digitação

Anderson dos Santos Machado

Fabiano Brufatto Lopes

Deise Aline Stropper Barbosa

João Becon de Almeida Neto

Fernanda Cardoso da Silva Feijó

Julia Darol Dall’Alba

Revisão

Julia Darol Dall’Alba

Viviane Silva

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L979a Luz, Madel Therezinha.

A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil/ Madel Therezinha Luz. - atual. rev. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

454p.: il. - (Coleção Clássicos da Saúde Coletiva)

Bibliografia

ISBN 978-85-66659-15-3

1. Homeopatia - História 2. Terapêutica I. Título II. Série

NLM WB930

Catálogo na fonte: Rubens da Costa Silva Filho CRB10/1761

Todos os direitos desta edição reservados à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
REDE UNIDA

Rua São Manoel, nº 498 - 90620-110 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3391-1252 - www.redeunida.org.br

Em memória de Emygdio Galhardo

historiador homeopata

dedico este trabalho
a todos os homeopatas
que fazem da arte de curar
o exercício cotidiano de suas vidas

Índice

Apresentação desta Edição.....	11
Apresentação Edição anterior.....	17
Capítulo I - Introdução à História Politico-Institucional da Homeopatia no Brasil (1840-1990).....	31
Capítulo II - O Nascimento da Homeopatia.....	63
Capítulo III - A Implantação da Homeopatia no Brasil do Século XIX (1840-1859).....	79
Capítulo IV - Expansão e resistência (1859-1900).....	167
Capítulo V - O período Áureo (1900-1930).....	243
Capítulo VI - O silêncio da homeopatia (1930-1975).....	285
Capítulo VII - A retomada da homeopatia como <i>Medicina Alternativa</i> (1970-1990).....	359
Bibliografia Geral.....	441

Apresentação desta Edição

Aqui estão resumidos dez anos de pesquisa sobre um século e meio de homeopatia no Brasil (1840-1990). Pesquisa sócio histórica, é necessário esclarecer, dada a minha formação na área de ciências sociais. A investigação foi, entretanto, pluridisciplinar, incluindo médicos, sociólogos e historiadores, em revezamento ao longo de suas três fases de estudo (1982-1985; 1986-1987; 1988-1991). Desenvolveu-se no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo subsidiada alternativamente com recursos da FINEP, do CNPq (através de bolsas) e da FAPERJ. Ainda que modestos, tais recursos tornaram possível a realização deste estudo, bastante polêmico na época de seu início, atestando atitude firme e inovadora dessas Agências.

Evidentemente, entre 1991 e 2014 muita água histórica correu sob a ponte da homeopatia. Quase não se pode dizer que a medicina homeopática, em fase de renascimento social no início dos anos oitenta do século passado (aliás, já desde o fim setenta) seja a mesma hoje, na segunda década do século XXI, revitalizada em termos de prática, legitimada

social e institucionalmente, em relação à pesquisa, -desde que obedeça aos parâmetros tecnocientíficos certamente, e à inserção nos serviços públicos de saúde, sendo neles aceita em termos de terapêutica, juntamente com outras medicinas e práticas ditas complementares. Disciplinas esparsas constam dos currículos da área de saúde, muito isoladamente dos cursos ainda, deve ser reconhecido, mas estão presentes.

Deste modo a própria investigação- como acontece geralmente com os projetos de pesquisa - teve que se adaptar, em seu desenvolvimento, ao ritmo das mudanças em curso, não apenas no interior da homeopatia, mas na sociedade civil e nas instituições de saúde face à mesma. De saber médico marginalizado, passou à especialidade médica. De “medicina de nossas avós”, passou à terapêutica atualizada, pois integral, “holística”, respeitadora da ética das relações médico-paciente, próxima da natureza etc. Enfim, é vista agora como uma racionalidade médica afinada com as mudanças culturais do fim do milênio passado – e início deste- e buscando ocupar seu lugar no debate atual sobre a medicina como arte de curar e/ou biociência das patologias, antigas e recentes.

Novos desafios colocaram-se, entretanto, para a homeopatia, enquanto racionalidade vitalista em saúde, nesta segunda década do século XXI. Os desafios se dão, para começar, no plano da formação de seus profissionais, nas principais disciplinas que compõem o campo homeopático (medicina, veterinária, farmácia, agronomia), face à hegemonia das biotecnociências. Estas, em função do avanço na pesquisa alicerçando extrema especialização disciplinar, acabam por constituir-se em bloqueio pedagógico

e epistemológico ao avanço de saberes e práticas integrais em saúde, embasadas na visão de totalidade dos sujeitos a serem atendidos e cuidados, por fragilidade vital ou adoecimento severo. A mentalidade de “especialidade técnica” predominante entre os estudantes de todos os ramos do saber biomédico, precocemente iniciado, assinala-se, deixa pouco espaço para as disciplinas homeopáticas mencionadas, tanto no ensino da graduação, como na pós-graduação. A formação independente em homeopatia continua não legalizada pelo Ministério da Educação. Este bloqueio institucional permanece desde o século XIX, em função de pressões corporativas.

O Brasil, que conduz no Ministério da Saúde há duas décadas uma política de institucionalização reconhecidamente avançada, até em plano internacional, quanto às práticas de saúde ditas alternativas ou complementares, em seu Sistema Unico de Saúde (SUS), no que concerne a formação profissional mantém-se atrás de países como Portugal, China e Índia, entre outros, que reconhecem como legal o ensino de graduação universitária dos sistemas médicos vitalistas, como a Homeopatia, a Ayurveda e a Medicina Tradicional Chinesa, mantendo formação institucional própria não apenas em seus países de origem, como em outros, com quem estabelecem acordos. É o caso de Portugal, que legalizou a formação graduada nas medicinas mencionadas. Há muito ainda a conquistar no Brasil nesta área, onde as corporações ligadas à biomedicina mantém uma hegemonia institucional fortemente embasada em argumentos “técnicos”, ou “científicos”.

Por outro lado, o não reconhecimento científico

do paradigma vitalista face ao biomecânico mantém o que designamos em trabalho anterior (LUZ, 1988) de “censura epistemológica”, impondo um método único de investigação para “comprovar a cientificidade” de saberes e práticas dentro do padrão biomecânico. O que não facilita o avanço metodológico da própria homeopatia como saber científico, forçando-a a interiorizar para seu paradigma noções e práticas metodológicas em última instância incompatíveis com o paradigma vitalista. A polêmica, ou controvérsia teórico metodológica tem se mantido como impedimento ao reconhecimento institucional da homeopatia como saber epistemologicamente válido. Embora já haja avanços no percurso da metodologia homeopática, às vezes podem se observar nas pesquisas “sincretismos” epistemológicos para validar a homeopatia.

Esta investigação acompanhou tais percalços, não apenas como observadora neutra ou testemunha privilegiada da história desta medicina, mas também como ator histórico, pois sua existência tornou-se, ela mesma, um fato da história da homeopatia, que gerou novos fatos para este saber médico, como os Simpósios Nacionais de Pesquisa em Homeopatia – SINAPIHs, que se desenvolveram por duas décadas, reunindo pesquisadores, profissionais e estudantes de homeopatia de todo o país com sucesso sempre reafirmado, produzindo sinergia científica, social e institucional.

Deste ponto de vista, a própria pesquisa “História Político-Institucional da Homeopatia no Brasil (1840-1990)”, que originou este livro, e uma tese de professor titular em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é parte da história da medicina homeopática em nosso

país, constituindo-se em uma contribuição para a história da homeopatia no mundo.

Devido ao longo transcurso da pesquisa – dez anos, assim como aos diferentes pesquisadores que dela participaram, com suas distintas formações e distintos estilos de analisarem e relatarem o observado, os capítulos do livro têm, às vezes, diferenças de tom, que não conseguiram ser de todo eliminados quando foi redigido o trabalho em forma de tese de professor titular do Instituto de Medicina Social/ U.E.R.J., em 1995.

Ao reexaminá-lo, e revê-lo posteriormente, para publicá-lo em forma de livro, este livro, estas diferenças se nuançaram, mas algo delas restou no estilo dos capítulos, o que poderá ser percebido pelo leitor mais atento, ou mais sensível à questão da escritura.

Acredito, no entanto, que não há prejuízo para a unidade do trabalho, que se apresenta, em minha perspectiva de autora, agradável, informativo, erudito, sem perder, contudo, a profundidade analítica que o tema supõe. Espero que agrade aos leitores, sobretudo aos homeopatas presentes e futuros, a quem o livro é dedicado, assim como aos seus mestres que já se foram.

Madel T. Luz 2014

Apresentação Edição anterior

Neste livro, a professora Madel Luz traz à tona o caso da homeopatia no Brasil, tendo como ponto central suas estratégias de legitimação político-institucional e as respectivas contra-estratégias desenvolvidas pela medicina ortodoxa para preservar seu domínio na esfera institucional e o monopólio no exercício da medicina. A obra apresenta, ao longo de seis períodos históricos, o choque de duas racionalidades ou de dois paradigmas científicos incompatíveis entre si.

O tema do livro e a abordagem da autora inserem-se num contexto estimulante para se pensar em questões extremamente oportunas, que dizem respeito à relação da ciência oficial com outros saberes concorrentes numa conjuntura de crise paradigma da ciência moderna em geral, e mais especificamente, da medicina ortodoxa.

Em seu livro anterior *Natural, Racional, Social*, Madel já havia desvendado o processo histórico que, a partir do Renascimento, transforma o saber em instrumento de domínio e controle sobre a natureza e os homens. A medicina,

neste contexto, ao absorver o mecanicismo e o organicismo provenientes da física e da biologia, emerge como uma ciência moderna. Em associação cada vez mais íntima com o Estado e o poder dominante ou oficial, a medicina passou a buscar, cada vez mais intensamente, o exercício do monopólio institucional do enunciado de verdades e, para esse fim passou a combater e impedir o crescimento de qualquer postura alternativa.

Para se apresentar como um método legítimo de obtenção de conhecimentos, a ciência impôs a concepção ideológica positivista que, quando instituída entre os séculos XVIII e XIX, expressava uma concepção revolucionária, na medida em que contrapunha aos princípios teológicos e metafísicos os fatos e a razão como fundamentos da verdade. Segundo esta concepção, a procura pela verdade seria produzida através de uma atitude neutra e imparcial diante do objeto de conhecimento, livre e desinteressada, portanto, de qualquer influência social, econômica, política e cultural. A ciência justificaria a si mesma porque, a qualquer momento, poderia checar experimentalmente uma hipótese ou uma teoria. Estas seriam imediatamente descartadas, caso não se confirmem pelos fatos, ao mesmo tempo em que outras novas viriam a ser testadas. O conhecimento assim acumulado serviria para garantir um saber mais evoluído e avançado no futuro.

A história, contudo, não necessitou de muito tempo para testemunhar a transformação gradual do sentido assumido pela razão positivista, de libertadora no mundo feudal para opressora no mundo do burguês. Submetida a uma ordem que preconizava, sobretudo, a intervenção

desbravadora na criação de riquezas e de novos mundos, dimensões humanas tais como sensibilidade, intuição e emoção foram despojadas de sua dignidade e relegadas a um plano totalmente secundário. A produção de conhecimentos não só prescindia destas dimensões como exigia uma rígida disciplina no sentido de controlar e impedir estas manifestações durante o processo de produção científica.

Aliada ao poder dominante, a medicina produziu uma implacável perseguição a todas as formas alternativas do pensamento, o que não impediu que, mesmo marginalizadas, muitas delas tivessem persistido ao longo do tempo. O grande apelo de uma parte considerável desses saberes marginalizados refere-se à conexão entre o céu e a terra, entre o homem e a natureza ou entre o homem e seu propósito ou destino. Estas dimensões perdidas pela ciência têm permanecido guardadas profunda e silenciosamente no imaginário e nas representações populares de muitos povos em diferentes épocas, independentemente das condições materiais que impõem um modo específico de vida social e econômica.

Entre as razões que contribuíram para o sucesso da medicina ortodoxa, a questão da maior ou menor eficácia do ato médico é de importância menor em relação a dois outros fatores: a compatibilidade com as características culturais ativas, interventoras e transformadoras da realidade e o fato do método científico ter se tornado independente tanto do médico como do paciente. Estes fatores permitiram a formação de uma forte corporação profissional que lutou e venceu as medicinas concorrentes. A medicina ortodoxa tornou-se, então, uma instituição burocrática e

racional no sentido weberiano porque não mais permitiu que se discutissem as bases de seu roteiro conceitual. Os erros deixaram de se referir ao método, mas àqueles que o executam.

Controlando tudo e a todo, a razão positivista tornou-se arrogante. Através de sua racionalidade, todas as civilizações e culturas, assim como todos os conhecimentos e saberes, foram, de uma forma ou de outra, posicionados em relação àquele que é considerado o mais evoluído e com maior poder de penetração na realidade das coisas: o saber científico produzido pela civilização ocidental moderna. O conceito antropológico de etnocentrismo, ou seja, a tendência de avaliar o outro a partir de valores culturais subjetivos, explica essa postura ao mostrar a dificuldade de observar imparcialmente qualquer fenômeno sem impregná-lo com valores pertencentes ao mundo do observador.

Contudo, enquanto parte de um processo histórico e cultural, a racionalidade positivista nunca é totalmente neutra ou desinteressada como pretende ser, uma vez que a escolha e a configuração das perguntas que o método científico impõe à realidade relacionam-se, inevitavelmente, aos valores próprios de um determinado contexto social. O conceito de paradigma de Kuhn¹ contribui para explicar este ponto.

De acordo com Kuhn (1972), paradigma é análogo a um mapa que norteia e governa a percepção, as perguntas e os procedimentos do cientista diante de seu objeto de conhecimento; ou como uma lente que permite configurar e

1 Kuhn, T. S, "Scientific Paradigms", in Barnes, B (Ed.), *Sociology of Science*, Penguin Books, Harmondsworth, 1972.

ordenar certos fatos de uma realidade que, em si mesma, é infinita. Outro mapa, outra lente, ou seja, outro paradigma produziria uma configuração diferente da realidade e, conseqüentemente, outra ciência.

Vários fatores determinam a formação e subsistência de um paradigma, entre os quais é possível citar, de um lado, a tradição científica, sua história e desenvolvimento e, de outro, a sociedade mais ampla e seus interesses ideológicos, culturais, sociais e econômicos. A influência de cada um desses fatores varia, caso a caso, conforme o contexto em que manifestam.

Tanto a homeopatia como a medicina oriental tradicional prestam-se admiravelmente para mostrar que, sob o ponto de vista de um paradigma, os fatos dimensionados por um outro são invisíveis ou não-existentes. É precisamente o caso quando se pensa nos princípios terapêuticos da homeopatia ou no conceito de meridiano da medicina chinesa. Esses aspectos não podem ser percebidos pela medicina ocidental simplesmente porque falta nela a lente e o mapa que dimensionam esse tipo de realidade.

Nesse sentido, qualquer descoberta científica que entre em conflito com o programa dominante não será aceita pela comunidade acadêmica. Novos conhecimentos só poderão ser reconhecidos nas chamadas revoluções científicas, quando então o paradigma dominante entra em colapso e um novo emerge em sintonia maior com fatores sociais, culturais e econômicos da sociedade mais ampla. A história mostra muitos exemplos nesse sentido, seja no campo da ciência, seja no da filosofia ou das artes. Talvez o mais dramático tenha sido o de Galileu Galilei e a sua proposta

heliocêntrica que entrou em conflito com o paradigma geocêntrico então dominante.

Um determinado paradigma pode ser mais ou menos fechado ou aberto, dependendo do contexto social, político, histórico, cultural, econômico e geográfico em que ocorre. Quanto mais aberto ele se manifestar, maior a probabilidade de se tornar mais objetivo e universal. Assim ocorreu na Grécia antiga, no Renascimento e Iluminismo europeus, para citar apenas uns poucos exemplos mais conhecidos da História.

A partir de uma base teórica completamente diferente da de Kuhn, Popper² rejeita o fato da ciência normal existir como prisioneira de um determinado paradigma e afirma que a produção de uma ciência verdadeira envolve, necessariamente, uma ruptura com o formato das teorias e expectativas vigentes, da experiência passada e dos condicionamentos impostos pela própria linguagem. É inegável que a antropologia também apresenta muitos aspectos que traduzem exatamente esta aspiração, ou seja, renunciar a si mesmo (no que diz respeito aos valores, crenças, estrutura lógica e linguística) para poder executar um vertiginoso mergulho na alteridade.

Embora estes dois grandes autores contemporâneos, Kuhn e Popper, digladiaram-se em favor de suas respectivas causas teóricas, do nosso ponto de vista, as suas teorias são complementares. A posição que permite reconciliá-las compreende tanto o fato de que a ciência tende a se

2 Popper, Sir K., "Normal Science and its Dangers", in Lakatos, I. & Musgrave, A.(EDs.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970.

institucionalizar no interior de uma cultura e contexto histórico, como o fato de que a sua verdadeira vocação seria se desvencilhar destes constrangimentos em busca de algo que se encontra fora do paradigma dominante. É nesse sentido que a verdadeira ciência se transforma, ao renunciar o seu papel de guardiã da ordem vigente, numa precursora do futuro.

Como é possível a uma ciência escapar da sedução de se tornar guardiã da ordem estabelecida e preservar seu objetivo original de compreender cada vez mais o universo senão através de um processo competitivo em relação a paradigmas alternativos? A tensão provocada pela proximidade dos dois paradigmas é análoga, no campo religioso, à proximidade de dois deuses provenientes de religiões diferentes. Muitas guerras ocorreram pela incapacidade dos que sustentam uma determinada cosmologia em perceber que uma alternativa a ela não significa, necessariamente, uma ameaça de desintegração. Pelo contrário, vários exemplos históricos mostram que o convívio de dois paradigmas opostos pode significar, em cada um deles, geração de energia e revitalização, diante das verdadeiras ameaças, potencialmente existentes no interior eles mesmos: a estagnação, a esclerose e a morte.

Ao invés de se desintegrar diante do contato com uma realidade estranha e incompatível com seus valores e medidas, o pensamento científico teria exatamente neste momento a chance de se renovar e de crescer, escapando do enrijecimento dogmático e carência de vigor criativo. O verdadeiro papel da ciência seria, portanto, encontrar perspectivas mais universais e objetivas que, embora

assentadas num determinado paradigma, transcendam qualquer sociedade, cultura, momento histórico ou atitude individual.

Alguns sistemas filosóficos e científicos resistiram à tirania da racionalidade positivista dominante de um modo mais explícito, ao mesmo tempo em que propuseram esquemas alternativos de racionalidade. Nietzsche, por exemplo, em sua crítica radical da cultura e da ciência modernas, indagava se o acordar do mito para o logos, da imaginação para a realidade não seria apenas uma potenciação de um sonhar ainda mais fantasmagórico, ainda mais longe da essência originária das coisas. O seu conceito de super-homem, ao contrário de um produto moderno de desenvolvimento da civilização, resulta, ao mesmo tempo, de uma negação desta civilização e da invocação de mitos milenares.

Jung, da mesma forma, deixou transparente, em sua vasta obra, a preocupação diante da morte dos deuses, dos mitos e da rica experiência de significados acumulada pela humanidade. Trazer à tona, no âmbito cultural, aquilo que foi marginalizado e desprezado pelo desenvolvimento da história foi considerado como um empreendimento extremamente importante, da mesma forma que, no âmbito pessoal, a recuperação do obscuro e da sombra. A consciência, para este autor, não pode desenvolver se não voltar essas dimensões não resolvidas.

Esta é a nova proposta que tanto Nietzsche como Jung colocaram diante da morte de todos os deuses: a de que nos tornemos construtores de mitos numa época em que os mitos tradicionais perderam a sua função legitimadora. Neste sentido, é possível entender a ideia original de Hahnemann

de edificar a medicina em consonância com uma visão integradora de vida e saúde. Um desenvolvimento harmônico da ciência terá que não só reconhecer e admitir mitos como este, mas também se colocar sob certa dependência de seus valores.

O sistema homeopático de Hahnemann, embora partindo da mesma fisiologia, anatomia e anamnese, apresenta uma concepção de organismo, saúde, doença e terapêutica oposta a da medicina ortodoxa. Enquanto esta última, com a influência de Descartes, recusara a sensibilidade, a intuição e as emoções como meios legítimos e obtenção de conhecimento, Hahnemann estabelece que o objeto da medicina, a vida e a saúde, em suas manifestações individuais, não podem ser apreendidas senão através de um *gestalt* intuitiva. Ao invés de perceber doenças, seu método dimensiona doentes que necessitam de uma terapia exclusiva não exatamente para combater a doença, mas para restabelecer o equilíbrio perdido através de medicamentos analógicos.

Sem pretender renunciar aos rigores metodológicos da experimentação e da verificação na produção de conhecimentos, Hahnemann posicionou-se contrário à tendência materialista e organicista dos tempo modernos e pretendeu constituir uma ciência da vida e influência da energia sobre a matéria. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais importantes mitos de nosso tempo que, não só foi capaz de sobreviver num período histórico extremamente materialista, totalmente desfavorável a este tipo de proposta, como tem encontrado fôlego para crescer e emprestar inteira solidariedade a um novo paradigma que prenuncia uma

ciência baseada no equilíbrio da vida na Terra.

Embora a cultura dominante do nosso tempo não pudesse impedir o brilho dos argumentos críticos desses autores (Nietzsche, Jung, Hahnemann), ainda assim eles foram considerados gênios excêntricos que, conduzidos mais pela emoção (ou intuição) do que pela razão, esquivaram-se da disciplina rígida exigida pelo desenvolvimento da ciência *dura*. Observados como meros ornamentos, sem condições de contribuir para a jornada percorrida pela verdadeira ciência, as propostas destes autores foram inteiramente desconsideradas.

Não é possível ignorar o fato de que o caminhar da ciência ortodoxa, desde o Renascimento, passando pelo Iluminismo, até recentemente, tem acumulado alguns sucessos impressionantes. Ultimamente, no entanto, este caminhar está sendo freado pelos limites da Terra e da Vida, que clamam por uma perspectiva menos desintegrada e mais holística da realidade. O movimento ecológico tem sido um propulsor de peso na elaboração de um novo paradigma científico baseado na ideia de sistema integrado em harmonia³. É neste contexto que faz sentido desvendar sistemas de pensamentos deixados de lado pelo desenvolvimento da história e marginalizados pelo paradigma dominante de nosso tempo, principalmente, aqueles que se preocupam com o sentido e o significado íntimo das coisas, com o *noumeno* que, desde Kant, foi considerado incognoscível e descartado pelo pensamento científico por não poder ser medido e submetido às leis matemáticas.

Após 225 anos da publicação da Crítica da Razão Pura,

3 Ver a respeito Capa, F., O Ponto de Mutação, Cultrix, São Paulo, 1993.

a obra que condensou de um modo brilhante o pensamento do Iluminismo, as bases oferecidas para um conhecimento seguro das coisas não conseguem mais suportar a pressão do que foi deixado de lado sem resolução. O limite imposto à possibilidade de conhecimento do fenômeno, ou à mera relação entre as coisas, ainda que tenha contribuído para um progresso tecnológico sem precedentes, não favorece um desenvolvimento harmonioso do ser humano em sua interação consigo, com o meio social e com a natureza.

A retomada de questões relacionadas com significado, sentido e valor, apreendidas por faculdades humanas, tais como emoção e intuição, com um renovado interesse em nossa época, expressa o fato de que o saber se processa dialeticamente e de que a experiência adquirida pela humanidade nunca é perdida no desenvolvimento da história.

A crise experimentada pela ciência em geral, incapaz de prover respostas a várias questões da maior importância, tanto num plano individual como sociocultural, tem produzido duas atitudes positivas: a diminuição da arrogância que percebia todos os demais saberes como algo inferior e algum interesse dirigido para o entendimento e preservação de formas alternativas de saber. Hoje em dia, há um clima favorável para a divulgação de perspectivas integradoras que possam contribuir para promover harmonia e desenvolvimento da consciência no ser humano.

Após estes preâmbulos, encontro-me em condições de melhor situar a obra de Madel Luz. Não é difícil agora perceber o quanto considero importante a sua contribuição ao iluminar a homeopatia no Brasil sobre uma perspectiva

histórico-social.

Resultado de dez anos de pesquisa, a autora expressa uma opção que suscitou polêmica na comunidade acadêmica. Afinal, após uma bem sucedida incursão na análise das instituições e da razão médica no interior da racionalidade científica moderna, ela voltou sua atenção para uma questão considerada marginal ou menos importante tanto na hierarquia do saber como na hierarquia dos problemas sociais. A homeopatia era percebida no meio acadêmico e entre técnicos do setor da saúde como a sobrevivência de uma medicina superada pela história, um anacronismo cujo crescimento recente não teria nada a ver com o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Sob o ponto de vista desses críticos, a autora desse trabalho teria feito uma escolha equivocada, uma vez que focalizar por tanto tempo e com tanta intensidade um passado superado, sem a menor possibilidade de ser incluído no presente, significa um desperdício de energias. Além disso, perguntava-se, como poderia este tipo de conhecimento contribuir para a implementação de um sistema de saúde mais racional e justo numa conjuntura de grandes problemas sociais e de saúde presente na realidade brasileira? Esta indagação já configurava a resposta: Madel, por algum motivo alheio a sua competência profissional, teria realizado, lamentavelmente, uma escolha politicamente incorreta.

Gostaria de contrapor à dúvida mencionada acima a certeza de que a autora realizou a opção correta num momento correto não só de sua vida e carreira, mas também na oportunidade que o momento histórico ensejava. Este senso de oportunidade, só os desbravadores e pioneiros

vislumbram na imaginação e antecipam na prática.

A decisão de Madel Luz de estudar homeopatia em 1982 coincidia com um contexto intelectual no Brasil em que se pensava a questão da saúde em termos quase exclusivamente marxistas. Nenhum departamento de Medicina Preventiva e Social em Faculdades de Medicina ou nenhum curso em Sociologia da Saúde poderia desconhecer o domínio desta perspectiva. Neste tempo, embora já houvesse evidências que mostravam que o mundo forjado pelo materialismo histórico estava realmente em crise, a *intelligentzia* brasileira insistia em perceber estas evidências como resultados de propaganda contrarrevolucionária.

A queda do muro de Berlim e a falência do socialismo real foi um cataclisma que conseguiu abalar profundamente os alicerces do materialismo histórico. O resultado mais dramático e proveitoso deste abalo foi a abertura de possibilidades para a diminuição da arrogância de quem considerava que suas ideias estavam sintonia com o desenvolvimento da história e, ao mesmo tempo, para a adoção de uma postura mais humilde diante da necessidade de voltar a conhecer um mundo que se tornava cada vez mais complexo e incompreensível.

Este choque, ao deixar a *intelligentzia* com menos certezas, estimulou-a a arregaçar as mangas e garimpar verdades que só poderiam vir à tona após um longo e intenso processo de focalizar e refletir sobre a realidade empírica. Esta, desprezada por uma teoria que preconizava a sua transformação antes do seu conhecimento, voltou, com isso, a ter condições de apresentar os seus segredos.

Resultado de um mergulho profundo na realidade e nos fatos da história social da homeopatia no Brasil, o livro que Madel nos apresenta é oportuno e original, satisfazendo a um amplo interesse social e acadêmico e contribuindo positivamente para com a área de Sociologia da Saúde. Esta é uma obra que prende a atenção e o interesse do leitor, estimulando-o a refletir sobre várias questões relativas às conexões entre racionalidade, cultura, medicina, sociedade e história. Esta reflexão permite questionar a medicina existente e, ao mesmo tempo, propor questões que ultrapassam o seu paradigma dominante. Trata-se, como vimos no desenvolvimento teórico contido neste prefácio, de uma base fundamental para se fazer verdadeiramente ciência.

Marcos S. Queiroz

(Ph.D. pela Universidade de Manchester, Inglaterra,
pesquisador e professor do Depto. de Psicologia Médica e
Psiquiatria da FMC/UNICAMP-SP)

Capítulo I

Introdução à História Politico-Institucional da Homeopatia no Brasil (1840-1990)

No momento em que iniciei o estudo que originou este livro, em 1982, tinha uma visão pouco clara da *homeopatia*, carregada de opiniões e representações sociais comumente veiculadas nas instituições acadêmicas, nos meios de comunicação de massa e na opinião popular sobre a história deste sistema médico em nosso país. Entre essas opiniões e representações, destacavam-se as seguintes:

- A homeopatia tem uma história monolítica e linear, constituída de uma (única) corrente médica, que desenvolveu uma trajetória de ascensão (século XIX), apogeu (início do século XX) e queda (anos quarenta deste século), em função do desenvolvimento científico da medicina oficial, que tornou a medicina homeopática um a terapia superada e arcaica, *religiosa*;

- A homeopatia é uma terapêutica *alternativa* dentro do vasto campo de medicina moderna. Amparava essa impressão o depoimento de alguns médicos homeopatas,

nesse sentido, em entrevistas à mídia e em congressos de estudantes de medicina, para os quais eram convidados;

- A homeopatia não é ensinada nas escolas médicas porque, sendo uma simples terapia farmacêutica (a dos famosos remédios homeopáticos), não haveria mesmo forma de incluí-la no currículo médico, a não ser nas cadeiras de farmácia, praticamente ausentes do ensino médico atual;

- A existência de uma clientela da homeopatia, e sua expansão, seria o fruto da permanência bem-sucedida de uma *medicina de nossos avós*. A expansão atual se explicaria pelo descontentamento de certas camadas urbanas com a medicina oficial pelas técnicas invasivas e iatrogênicas que a estariam caracterizando, pelo aumento de seus preços associado à perda do poder aquisitivo dessas camadas e pela crise relações entre os profissionais e sua clientela face à *mercantilização* da medicina. A medicina homeopática seria, assim, mais *suave*, mais barata, mais *humana*.

Acredito que esses implícitos ainda hoje são a visão social preponderante sobre a homeopatia no nosso país (e nos outros também).

As hipóteses construídas pelo projeto de pesquisa tentaram verificar os fundamentos de tais representações, colhendo dados que desmentissem ou confirmassem. Essas hipóteses se propuseram a fundamentar as seguintes proposições:

- Que existem correntes internas de homeopatia em constante debate (e luta) durante sua história de século e meio neste país;

- Que a história desse sistema médico não é linear, mas o fruto de várias conjunturas que os homeopatas trataram de aproveitar estrategicamente, apesar de suas lutas internas, no sentido de legitimar suas práticas e seu saber;

- Que a marginalização histórica da homeopatia do ensino e da prática da medicina oficial não é simplesmente fruto de superação científica, mas em grande parte de marginalização política;

Finalmente, que a homeopatia, mais que como simples terapêutica *alternativa* ou especialidade médica, pode ver vista também como um *sistema médico complexo*, incluindo doutrina, semiologia, diagnose e terapêutica, alternativo e *concorrente* à medicina oficial, isto é, como uma racionalidade médica específica, embora partilhando a fisiologia e a anatomia da medicina moderna;

A par dessas questões, reais e consistentes, outras mais fundamentais do ponto de vista sociológico, embasavam as proposições formuladas, entre as quais destaco as seguintes:

- A expansão recente da homeopatia pode ser a expressão sociocultural de um fenômeno mais complexo e problemático, em termos da relação medicina e sociedade, que vai além da queda do poder aquisitivo das classes médias urbanas ou da iatrogenia causada pela alopatia, ou ainda da propalada *mercantilização da medicina*;

- Também a natureza carismática da relação médico-paciente no sistema homeopático é considerada mais satisfatória para os pacientes que a atual relação tecnificada que caracteriza o sistema médico institucional;

- Finalmente, e aqui está a questão principal, a própria racionalidade específica do sistema médico homeopático, com outra conceituação do processo saúde-doença, de terapêutica e de cura, é que poderia explicar seu sucesso atual, independentemente de sua eficácia terapêutica. Eficácia que pode ser em grande parte simbólica, é verdade, mas que está ainda por ser efetiva e sistematicamente pesquisada, sem preconceitos e *a priori*s doutrinários de parte a parte.

Neste estudo, aliás, não estava em questão avaliar a eficácia terapêutica da homeopatia, mas acompanhar alguns *casos clínicos* no sentido de captar as diferenças entre os dois sistemas de clínica e compará-los, buscando apreender as distinções entre as duas racionalidades terapêuticas⁴.

Em relação à história da prática da homeopatia no país, decidi abordá-la da seguinte maneira: ao invés de uma história da clínica homeopática, resolvi fazer uma análise do seu modelo de *conhecimento médico*⁵ (incluindo as possíveis divergências internas) e das estratégias (e contra estratégias) para sua institucionalização. A evolução eventual da história desse modelo de conhecimento (categorias básicas doutrinárias, sistema clínico, prática terapêutica), entretanto, não foi estudada por falta de documentação sistemática em termos de fontes: manuais, capítulos ou tratados de clínica, etc. Os documentos que consegui reunir são esparsos e numericamente escassos para garantir uma análise consistente de mudanças (se existentes) na história epistemológica da homeopatia. Esses documentos apontam,

4 Este acompanhamento foi feito paralelamente à análise da história da homeopatia no Brasil, num período totalizando três, entre 1983 e 1988, com auxílio de um clínico geral e a colaboração de médicos homeopatas.

5 Esta análise será feita, em seu essencial, nos cap. 2-3.

entretanto, para uma continuidade histórica dos princípios teóricos fundamentais do sistema homeopático e para a duplicidade de interpretação desses princípios, duplicidade expressa através de duas correntes principais.

Quanto à periodização, resolvi subdividi-la em períodos *conjunturas institucionais*⁶ de análise. Apresento o resumo das conclusões do estudo desses períodos conjunturais neste primeiro capítulo, de forma a se ter uma ideia sintética do conjunto do livro, num intuito didático, face à extensão do período total analisado (150 anos) e à quantidade de informações presentes nos vários capítulos do livro.

Inicialmente, entretanto, quero sublinhar que a abordagem privilegiada nesse estudo da história da homeopatia é sócio histórica⁷. Trata-se de uma análise sociológica sobre processos histórico-sociais de institucionalização de saberes e práticas médicas. Coerentemente, são as estratégias sociais movidas pelas homeopatas para reconhecimento e legitimação de seu saber e de sua prática médica, durante um século e meio, e as contra estratégias de contenção deste processo da parte da medicina ortodoxa e suas instituições, que constituem seu objeto central. A comparação das racionalidades terapêuticas e sua eventual eficácia é aqui

6 Categoria elaborada por LUZ, M. T em As Instituições Médicas no Brasil, Graal, R.J., 1979, designado a situação de uma instituição ou política de saúde específica no contexto sócio-político, em determinados períodos considerados estratégicos para o avanço ou o bloqueio da instituição ou política em exame.

7 Não se trata , portanto, de tomar posição na polêmica que envolve historicamente médicos alopatas e homeopatas; tampouco, de comprovar a eficácia terapêutica, ou ainda de discutir a superioridade ética porventura existente em relação a uma outra dessas duas correntes da medicina.

secundária⁸, e se faz importante apenas na medida em que é elemento de argumentação na competição social de saberes médicos concorrentes, originários de uma mesma racionalidade, isto é, a ciência moderna (Luz, 1988).

O período de análise sócio histórica cobriu um século e meio de história da homeopatia no Brasil e a pesquisa de campo desenvolveu-se durante sete anos (1983-1990).

Períodos analisados

Analisei a história da homeopatia em vários subperíodos, vistos como momentos políticos importantes para o avanço ou estrangulamento da marcha da sua legitimação. Estes subperíodos foram estruturados em função das seguintes estratégias (e conseqüentes contra estratégias) envolvendo o processo de legitimação da homeopatia, definida como forças integrantes de um campo de lutas⁹:

- A produção do saber homeopático, através de Institutos e Ligas homeopáticas, ou de Academias

8 Essa comparação é objeto de pesquisa posteriormente desenvolvida pela autora a partir de 1991, intitulada "Racionalidades Médicas, estudo comparativo da medicina ocidental contemporânea, da homeopatia, da medicina tradicional chinesa e da medicina ayúr-védica".

9 A categoria de *campos de luta* na medicina deve ser distinguida da categoria de *campo*, elaborada por Bourdieu, em que a Medicina como um todo pode ser vista como *campo* estratégico pelo monopólio do saber e das práticas de cura. Apesar de não ter adotado integralmente as categorias de Bourdieu, sua proposta de análise dos *campos* de saber e de poder simbólico é muito próximo a este trabalho. Pode-se aplicar seu esquema analítico, por exemplo, à competição existente entre alopatas x homeopatas no campo médico, ou entre correntes na própria homeopatia. Cf. Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Ed. Difel/Bertrand do Brasil, Lisboa, Rio, 1989, capítulos 2 e 3.

homeopáticas ou ortodoxas;

- A reprodução do saber homeopático, por meio dos Institutos Homeopáticos e, posteriormente, através da luta pela introdução de cadeiras homeopáticas em Faculdades de Medicina, ou pela criação de cursos ou Faculdades de Medicina Homeopáticas;

- A intervenção médico-social, através da luta pela aceitação das práticas homeopáticas em serviços públicos, ou da criação de dispensários, ambulatórios ou clínicas homeopáticas;

- A propaganda homeopática, atuando em vários fronts: na imprensa (quotidiana e especializada); no “boca a boca” (através da “catequese” e “conversão” de pacientes e médicos); nas farmácias, dispensários, enfermarias, ambulatórios; junto às classes categorias mais favorecidas: fazendeiros, intelectuais, políticos, “homens ilustres” em geral; junto às classes desfavorecidas, atuando através da propaganda impressa e da atenção médica gratuita.

- A aliança política, visando os poderes legislativo ou executivo, através da conquista da adesão de deputados e da “infiltração” junto aos ministérios ou departamentos ligados à Saúde, na busca de espaços para a prática da homeopatia nos serviços públicos de atenção médica;

Essas estratégias, definidas como *campos de luta*, atuam contra o poder hegemônico da medicina com avanços, marchas e contramarchas, e são constantes ao longo do século e meio de história das práticas homeopáticas no Brasil,

variando apenas na ênfase posta em um ou outro campo, de acordo com a conjuntura institucional.

A importância da *propaganda homeopática* como campo de luta estrategicamente prioritário para a legitimação da homeopatia, por exemplo, é predominante no século XIX, sobretudo na fase de sua implantação, o que já não acontecerá no século XX, sobretudo entre os anos quarenta e o início dos anos setenta, em que pese a propaganda desenvolvida em programas de rádio. Aqui predomina um silêncio tático reconhecedor da grande hegemonia da medicina ortodoxa, que também silencia sobre a homeopatia.

Por outro lado, a batalha pela legitimação do ensino da homeopatia, no campo da reprodução do saber homeopático, atravessa todos os períodos da história da homeopatia, permanecendo como prioridade constante, apesar de duras e repetidas derrotas diante da medicina oficial, e apesar, também, das divisões internas das correntes homeopatas, constantes na história da homeopatia desde a sua fase de implantação.

Mas em relação à variação dos *cinco campos de luta* mencionados, os períodos de análise construídos pela pesquisa constata consideráveis diferenças, seja em função das respostas da medicina clássica, através de suas instituições, seja em função da unidade ou cisão do campo homeopático, seja ainda em função das condições de morbidade da população em determinados momentos históricos (conjunturas sanitárias), seja, finalmente, em função das políticas sanitárias características das diversas conjunturas institucionais analisadas.

Essas variações, bem como a caracterização de fases, ou conjunturas institucionais, que são função de eventos concernindo a história da homeopatia, formam os conteúdos substantivos deste estudo, que serão tratados neste capítulo resumidamente. Tais conteúdos estão desenvolvidos no interior dos diversos capítulos deste livro, medida das necessidades de elaboração dos temas e das conclusões da pesquisa.

Em primeiro lugar, portanto, quero caracterizar bem os diferentes subperíodos ou fases que dividi a história da homeopatia no Brasil, chamado a atenção para o fato que eles são analisados e diferenciados em função da atividade dos cinco *campos de luta* distinguidos há pouco.

O período da Implantação (1840-1859)

O primeiro destes períodos, que vai de 1840, ano da chegada ao país de Benoit Mure, considerado o fundador da homeopatia no Brasil, até 1859, com a entrada em funcionamento do 1º Instituto Hahnemanniano do Brasil (IHB), denominei de *fase da Implantação*.

Este período é caracterizado pela *predominância*, como estratégia, da propaganda homeopática em todos os níveis acima assinalados, com a provocação de grandes debates e polêmicas pelos homeopatas na imprensa, na Academia de Medicina, nas Escolas Médicas existentes (Rio e Bahia), nos poderes públicos (executivo, legislativo, judiciário) e na sociedade civil, junto aos segmentos polares da sociedade, isto é “ricos” e “pobres”.¹⁰

10 Aqui não farei uma definição destas categorias, pois não é prioritário

Dizendo *predominância*, quero afastar a ideia de exclusividade. Certamente a propaganda era uma *estratégia* no meio subordinada ao fim social desejado, que era a implantação, na sociedade brasileira, de Institutos, de Escolas Médicas e de Serviços Médicos (hospitais, enfermarias, ambulatórios) Homeopáticos. Este mesmo objetivo social era também, por sua vez, uma estratégia de legitimação e institucionalização da produção e da reprodução do saber e da prática homeopáticos. Em suma, trata-se de assentar institucionalmente esta dissidência médica, que apresenta a si própria como uma racionalidade terapêutica moderna, como um saber vitalista de vanguarda¹¹, baseado na física e na fisiologia não mecanicistas (LUZ, 1988), que propõe, ainda por cima, uma grande reforma da medicina, que considera “tradicional”, “superada”, “ineficaz”, “cruel”, “sem princípios” etc. Afirma que seus institutos serão capazes de conduzir esta reforma, que sua clínica está destinada a aliviar as dores da humanidade mais sofredora (os mais pobres), que mostrará na prática mais eficácia que a medicina clássica, saindo vitoriosa em qualquer confronto clínico, *desde que lhe seja dada a oportunidade deste confronto*. Esta oportunidade de confronto jamais lhe será dada, a não ser nos anos oitenta do presente século, e mesmo assim ainda em pequena escala¹².

O período assinala a presença de polêmicas e

para a análise. Trata-se de categorias meramente descritivas, abarcando o conjunto de estratos sociais extremos da pirâmide social brasileira do século XIX.

11 Ver a análise do Modelo Vitalista Homeopático nos capítulos 2 e 3.

12 Somente em serviços públicos de atenção médica e em Institutos Acadêmicos de Pesquisa. “progressistas” começam a desenvolverem-se pesquisas e avaliações clínicas comparativas, a partir da 2ª metade dos anos 80. Ver o capítulo 7.

embates verbais bastante agressivos, com verdadeiras campanhas e contra campanhas de parte a parte, sediadas nos Institutos Homeopáticos, por um lado, e na Academia Imperial de Medicina e na Faculdade de Medicina (através de sua congregação) por outro.

Embora se trate de um curto espaço de tempo, vinte anos, é muito rico, na medida em que desenvolve todos os campos de luta, aciona todas as estratégias e compreendem já todas as respostas institucionais desenvolvidas pela medicina ortodoxa, *que se manterão essencialmente as mesmas ao longo de um século e meio* de história da homeopatia. Essas respostas incluem:

a) O bloqueio às tentativas de oficialização do *ensino* da homeopatia, seja através do impedimento da criação de Faculdades Homeopáticas, seja através da negação da inclusão de cadeiras homeopatia no ensino médico;

b) O impedimento, sempre que possível, do exercício da *prática* da homeopatia por médicos homeopatas, através da criação e da aplicação de leis que garantem o monopólio da prática médica aos diplomados pela Faculdade de Medicina. Este impedimento incluiu, desde o início, o uso da repressão policial, através do combate à figura do *charlatão*¹³, indivíduo que exerce a medicina sem a qualificação acadêmica para tal, isto é, sem ter *diploma*.

Bloqueando o ensino e a prática homeopática, os médicos que têm, por sua origem social, fortes aliados nos

13 Deve-se aqui distinguir que se faz passar por médico sem ser formado por Faculdade de Medicina, do *curandeiro* que exerce a função de médico com a prática de saberes não legitimados pela medicina, ou saberes populares. Os homeopatas eram acusados às vezes de outro de delito.

três poderes do Estado, conseguiram, desde este primeiro período, impedir a oficialização da homeopatia.

Entretanto, através da ação tanto dos Institutos, que durante os anos cinquenta se espalham pelo litoral nordeste brasileiro, como da propaganda, que interioriza a nova prática rumo ao sul, junto a fazendeiros, padres e boticários, a homeopatia avança na sociedade civil e, se não *se legaliza, legitima-se*.

Seus partidários a defendem como medicina “mais suave”, “racional” e “eficaz” junto às populações urbana e rural de todas as classes, inclusive os escravos, geralmente excluídos dos cuidados das medicina oficial até então (Porto, 1988).

Assim, a homeopatia alcança *legitimação* frente à sociedade civil, o que será um traço permanente de sua história. Porto outro lado, não conseguirá a *legalização* buscada nas instituições oficiais médicas e enfrentará constantes e crescentes junto ao Estado para se institucionalizar-se.

As instituições públicas são desde cedo, no Brasil Imperial, objeto de investimento político da corporação médica, que não somente disporá de *lobbies* combativos junto aos três poderes, como conseguirá dar às suas instituições a chancela de Estado (MACHADO et al, 1978). A Academia Médica, por exemplo, anteriormente denominada Sociedade de Medicina e Cirurgia torna-se, desde 1835, Academia *Imperial* de Medicina e, com a República, em 1889, será Academia *Nacional* de Medicina. O ensino e a prática pedagógica da medicina far-se-ão em *instituições médicas públicas: em faculdades, em hospitais, dispensários*

e *ambulatórios*, conferindo ao saber médico a legitimidade e o monopólio do poder de Estado (LUZ, 1982).

E serão acionados seus poderes de Estado que a medicina ortodoxa combaterá historicamente a homeopatia, através da aplicação de leis, de pareceres acadêmicos, de procedimentos de exclusão institucional, de contestação judiciária ou de repressão policial, conforme o tipo e o grau de desvio das *normas* institucionais médicas.

É também por este motivo que, desde o período de implantação da homeopatia no Brasil, a corporação médica silenciou sobre os desafios dos homeopatas, seus pedidos de confrontação clínica e suas solicitações para implantação de enfermarias nos hospitais ou demais serviços públicos de saúde, sobretudo durante os surtos epidêmicos de cólera, peste, febre amarela, varíola ou qualquer outra patologia contagiosa. Para quem dispunha da hegemonia em termos do saber e da prática do combate à doença, responder aos pedidos ou insultos dos homeopatas já seria *dividir poder*.

Além disso, as teses homeopáticas são consideradas pelas instituições médicas, desde esse primeiro momento (1840-1859), *absurdas* porque se opõem a princípios teóricos e terapêuticos considerados fundamentais pela medicina ortodoxa. Esta, centrada em aspectos específicos da física newtoniana, sobretudo na interpretação mecânica do universo, é organicista do ponto de vista terapêutico e atomista do ponto bioquímico (LUZ, 1988), levado a uma postura favorável à farmacopeia para certas patologias e com concentração considerável de substâncias nas dosagens de seus medicamentos (LUZ, 1982).

Baseados nesses *princípios* é que os médicos rejeitarão *em bloco* a medicina homeopática durante um século e meio e se recusarão a examiná-la em termos de eficácia clínica ou de pesquisa laboratorial. A recusa inicial, do período de implantação, manter-se-á no geral por praticamente toda a história da homeopatia no Brasil, salvo, como afirmei acima, a partir da segunda metade da década de oitenta e salvo também exceções institucionais localizadas.

Período de Expansão e Resistência (1860-1882)

O segundo período de análise, denominado de *período de expansão-resistência*, vai de 1860 a 1882 e assinala um momento de grande interiorização geográfica e aceitação popular da homeopatia no Brasil, ao lado da contínua resistência dos homeopatas às reações e estratégias de bloqueio e boicote de sua prática da parte dos alopatas.

As grandes polêmicas que caracterizaram o momento anterior mantêm-se, embora com menos virulência e menor intensidade, uma vez que o fundador Benoit Mure e seu grande aliado e seguidor, João Vicente Martins, polemistas mais agressivos, estão mortos.

Legitimando-se junto à população, a homeopatia já conquista alguma oficialização, através dos dispensários, enfermarias e consultórios, seja na Santa Casa, ou em hospitais de ordens religiosas ou militares, seja em seus próprios serviços particulares. Os cursos de formação de homeopatas mantêm-se nos diversos Institutos Homeopáticos, criam raízes e se espalham, atraindo uma clientela crescente de alunos.

Por outro lado, uma tendência homeopática acadêmica, que defende a entrada da homeopatia na Ordem Médica, afirma-se como hegemônica nesse período, embora já tivesse presente desde o período de implantação. Ao contrário do núcleo fundador de *estrangeiros* (franceses, portugueses), tratam-se de *médicos* brasileiros convertidos à homeopatia, pertencentes a *dinastias médicas*, isto é, a famílias de médicos que não têm, face à medicina ortodoxa, o ânimo belicoso e a postura radical de um Benoit Mure de um João Vicente Martins.

A estratégia de institucionalização da homeopatia passa, para os novos dirigentes do Instituto Hahnemanniano do Rio de Janeiro, por exemplo, pela introdução de cadeiras homeopáticas na Faculdade de Medicina e não mais pela fundação de uma Escola de Homeopática, em quase tudo diferente, quando não oposta, ao ensino médico oficial.

A partir da geração de homeopatas dessa nova fase, homeopatia *pertence à razão médica* e nela uma terapêutica e um método diferente de abordagem, *mas a medicina, uma só*.

Revistas acadêmicas homeopáticas são criadas, ao estilo dos Anais da Academia Imperial de Medicina, visando a acentuar o caráter científico da homeopatia. Correspondência e intercâmbio entre os Institutos Homeopáticos, no Brasil e no exterior, são mantidos e incentivados. Há, portanto, *expansão* ao lado da resistência.

Os campos de luta pela produção do saber (através da experimentação clínica) e da produção do saber (através do ensino médico) tomam o primeiro plano nas estratégias

de legitimação da homeopatia, através de uma proposta de avanço, que supera em muito o da fase de implantação. Por outro lado, as estratégias de resistência incluem a luta pela instalação de serviços de atenção médica em todos os espaços disponíveis, públicos ou filantrópicos, inclusive em serviços das forças armadas; a formação de homeopatas não médicos em cursos de curta duração; a oferta de serviços e medicamentos gratuitos em caso de epidemias etc.

Os consultórios gratuitos para a população pobre, neste período, são também uma estratégia de resistência positiva, garantindo a captação da imensa clientela urbana desassistida, que passa a legitimar a atenção médica homeopática.

As divergências entre “ortodoxos” e “eccléticos” ou entre “unicistas” e “pluralistas”¹⁴, presentes desde a fase da implantação da homeopatia no Brasil, mantêm-se e firmam-se claramente, a partir do segundo período, como tendências antagônicas que atravessarão a história da homeopatia em nosso país.

Começa a surgir, já no final deste 2º período, a presença do espiritismo como uma das forças ideológicas (religiosa no caso) que se associarão à história da homeopatia. Contrariamente ao período da implantação, em que os fundadores, através da influência de Benoit Mure, *estavam impregnados* da ideologia socialista cristã de Fourier, os homeopatas não serão mais reformadores sociais. Também no plano médico não mais aspirarão à subversão completa da medicina pelo vitalismo homeopático. Pretendem, por outro lado, assumir o lugar que consideram pertencer

14 Estes termos serão definidos a partir do capítulo 3.

legitimamente à homeopatia junto à razão médica. Lutam para que o valor científico da homeopatia seja finalmente reconhecido através da permissão do ensino homeopático nas Escolas Médicas. Serão fragorosamente derrotados em 1882 pelo parecer negativo que lhes impõe a Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um descenso far-se-á sentir até o final do século, na luta pela oficialização da homeopatia, quanto ao ensino e à ciência homeopática. A prática homeopática, entretanto, independe da legitimação dos professores da Faculdade de Medicina, e a clientela da homeopatia continuará a crescer, bem como seus dispensários, enfermarias, farmácias e até laboratórios.

Período de Resistência (1882-1900)

O *terceiro período*, que vai de 1882 a 1900, analisando junto com o período de expansão, foi denominado de *período da Resistência* para caracterizar não apenas a derrota institucional da homeopatia mencionada há pouco, como o cerco que as instituições médicas, como a Academia de Medicina (Imperial, depois Nacional), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Junta de Higiene Pública, depois Diretoria Geral de Saúde Pública, que será dirigida por Oswaldo Cruz, moveram contra a prática da homeopatia.

Abalado por esses constantes ataques, bem como pelas divisões internas dos homeopatas, o Instituto Hahnemanniano fenece, só vindo a reacender-se em 1900. No entanto, os clínicos homeopatas presentes nos consultórios, dispensários, enfermarias e hospitais não cessarão de fazer elogio da eficácia da homeopatia, apresentando

relatos de casos ou estatísticas comparativas de curas ou de mortalidades, com os serviços alopáticos, estatísticas geralmente favoráveis à clínica homeopática.¹⁵

Continua, por outro lado, nesta fase, o intercâmbio nacional e internacional entre homeopatas, iniciando no segundo período de estudo. A vanguarda dos homeopatas viaja às províncias brasileiras e à Europa, frequenta reuniões e congressos, mantendo uma atividade de produção do seu saber consideravelmente intensa, apesar da entrada da clínica na fase da evolução pasteuriana e da medicina social na fase da higiene pública sanitaria (Luz, 1982).

Período Áureo (1900-1930)

O *quarto período* vai de 1900 à primeira metade dos anos trinta deste século e é denominado por este trabalho de período áureo da homeopatia, aceitando uma qualificação do historiógrafo homeopata Emygdio Galhardo, atribuído a momento similar (1912-1930). O material de Galhardo constitui uma cronologia histórico institucional da homeopatia cobrindo um período de cerca de um século, reunindo um acervo de fontes primárias consideráveis, aproveitadas por este estudo, frequentemente citadas nos três primeiros capítulos.¹⁶

15 Não tenho elementos para julgar da qualidade ou da exatidão de tais estatísticas. Funcionando como propaganda na homeopatia, numa foram levadas em consideração pelos alopatas, que atribuíam as curas, altas ou menor mortalidade registradas pelos homeopatas a uma “reação natural” dos pacientes ou a erro sobretudo entre pesquisadores e docentes.

16 O material historiográfico repertoriado por Galhardo em sua *História da Homeopatia no Brasil* é uma tese apresentada ao I Congresso Brasileiro

Este período pode ser assim caracterizado não apenas pela grande expansão popular da homeopatia no Brasil, sobretudo nos centros urbanos, como pela almejada oficialização do ensino médico homeopático, obtida através da criação de duas faculdades de Medicina de Homeopatia, uma no Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul, como também pela criação de um hospital homeopático (ligado ao ensino da Escola de medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro) e, finalmente, pela criação de Ligas de homeopatia em vários estados do país.

Estes avanços institucionais acontecem apesar das constantes tentativas de bloqueio junto aos poderes públicos, à Academia e às Faculdades médicas, conduzidas pela corporação médica.

Certamente as irredutibilidades doutrinárias-teóricas e clínicas - que estão na origem destas duas racionalidades terapêuticas, apesar de sua gênese histórica comum (a ciência moderna), constituem os motivos fundamentais deste bloqueio. Mas dados da pesquisa evidenciam, desde o primeiro período de análise, que tanto a defesa de interesses corporativos como a competição pela clientela, pelo poder junto ao Estado e pelo monopólio do mercado de trabalho da cura são *elementos decisivos* na guerra que os médicos movem historicamente não apenas contra a homeopatia mas contra todo sistema de cura alternativo seja ele acadêmico, tradicional ou popular, que emerge na cultura brasileira. Esses sistemas são variados, de diferentes origens, mas persistentes, o que a meu ver constitui um *sintoma*, para

de Homeopatia em 1926 e editada pelo Instituto Hahnemanniano (Rio de Janeiro) em 1928.

empregar esta categoria médica metaforicamente, de que tais sistemas se enraízam na cultura da sociedade civil, em seus vários segmentos, e fazem parte de estratégias sociais de resistência ao que chamaria de *cultura médica*. Investigar os motivos sócio-antropológicos dessa resistência e as variadas formas que assumem os sistemas de cura, diferentes da medicina oficial ou a ela antagônicos, não foi objetivo deste trabalho. É necessário reconhecer, entretanto, e os documentos de pesquisa o indicam: os médicos os tratam todos de maneira idêntica ao longo de mais de um século, isto é, como charlatanismo ou curandeirismo. O que significa que os tratam como inválidos no nível científico e inaceitáveis no nível ético, devendo ser objeto de eliminação da legalidade institucional.

Pode-se mesmo afirmar, sendo-se fiel aos documentos analisados, que a medicina institucional lutou vitoriosamente através da corporação médica acadêmica, nosso país como nos outros, no século XIX, desde o seu início, pela obtenção do monopólio da produção das verdades e das práticas concernindo à saúde. Esta é uma das razões, talvez a principal, que pode explicar seu contínuo *combate* a outras formas de discurso e de práticas terapêuticas. Deve-se reconhecer, entretanto, que *esta busca do monopólio* pelo enunciado de verdades não é uma característica exclusiva da medicina, mas de todas as disciplinas que participam da racionalidade científica, que desde o fim do século XVII se apresentavam organizadas em termos de corporações acadêmicas (LUZ, 1988).

As estratégias de desqualificação, baseadas em argumentação de ineficácia prática, incoerência lógica,

empirismo ou *inveracidade*, são comuns ao conjunto das ciências, quando se trata de combater doutrinas e práticas tradicionais, populares ou academicamente dissidentes, seja nas disciplinas básicas, seja nas aplicadas, seja nas naturais, seja nas humanas.

O que pode ser observado neste terceiro período, por exemplo, em relação à ordem médica, é que muitas vezes tais estratégias e argumentações foram desenvolvidas *em nome de princípios* (ainda que teórico-filosófico), raramente repousado sobre a *prática da verificação*, traço estrutural da ciência moderna, exigência básica do método científico.

No período em questão, isto é, de 1900 aos anos trinta (mas também nos períodos anteriores), fica evidenciado que os alopatas não conheciam suficientemente o sistema que tinham o poder de julgar e eliminar institucionalmente. Esse *desconhecimento* é, a meu ver, fruto de um bloqueio epistemológico, baseado na *veracidade* que supostamente tem o sistema médico e na *exclusão* que essa veracidade implica em relação a outros sistemas de verdades. Em outras palavras: através da univocidade de princípios teóricos (doutrina médica) exclui-se a diversidade e a oposição de proposições relativas a esta disciplina específica que é a medicina. No entanto, deve ressaltado aqui que a identificação social entre verdade e ciência é fato histórico que transcende a medicina e obriga, em todas as áreas disciplinares, outros saberes e práticas a estabelecerem estratégias de legitimação no sentido de provar que também têm *base científica*, isto é, que são *verdadeiras* (LUZ, 1988).

Desde o início do século os homeopatas desenvolveram, coerentemente com esta exigência cultural,

argumentos tentando provar que a homeopatia é também uma *ciência positiva*, isto é que faz parte da *medicina positiva*, devido ao grande prestígio do positivismo na ideologia científica e na ordem política brasileiras. Esses argumentos fazem parte das estratégias de legitimação do saber homeopático que, no entanto, mantém com o positivismo e com a medicina que nele apoia pontos de antagonismo teórico inegáveis como veremos nos capítulos a seguir.

No limite, a adoção do positivismo médio é uma estratégia política de resistência cultural, de sobrevivência institucional da homeopatia, mesmo que um setor dos homeopatas tente historicamente conciliar a teoria e a prática clínicas alopáticas com o sistema homeopático. Há sinais desta estratégia já no 1º período da história da homeopatia no Brasil. Deste ponto em vista, o período *Áureo* apenas mostra uma exacerbação desta tendência, que o fundador Mure condenava como “eclética”. Em todo caso é inegável a influência do positivismo na produção acadêmica homeopática desta fase.¹⁷

É preciso salientar também que essa influência, muito clara na Primeira República, em toda a cultura política, entra na homeopatia sobretudo com os militares. E se os militares se mostram, em alguns dos seus setores, simpáticos à homeopatia desde a segunda metade do século XIX, após a Proclamação a elegerão como uma alternativa médica eficaz e humanista (no sentido *comteano* de humanismo) à clínica

17 Esta produção se localiza sobre tudo no I.H.B e nas Ligas Homeopáticas estaduais. Um grande setor de homeopatas, entretanto, pratica nos centros espíritos e terreiros de umbanda, alheios às aquelas acadêmicas. Estes médicos têm grande popularidade entre as camadas urbanas populares deste período.

e à saúde pública oficiais, crescentemente interventoras, autoritárias e centralizadoras de poder nas mãos de uma única corporação.

Na *revolta da vacina*, por exemplo, no início do século (1940), positivistas, militares e homeopatas estarão do lado popular das barricadas, contra sanitaristas investidos do poder de Estado. E não raras vezes um só combatente reunirá as três qualificações: positivista, militar e homeopata.

Outra influência filosófico-religiosa que se manterá na homeopatia a partir deste período é a do espiritismo. Se já no final do século começava a se fazer sentir a presença da doutrina kardecista na sociedade brasileira como um todo, e na fase Áurea esta influência crescerá a ponto de a maioria dos médicos seguidores da homeopatia no Brasil serem espíritas. Mas também a clientela urbana, os farmacêuticos, os médicos do interior, sofrem essa influência, que é um traço cultural marcante da época. Deve-se ressaltar, em relação à homeopatia, que tal influência será mantida ao lado de outras, inclusive da positivista cientificista. Disputarão entre si, portanto, durante décadas, a hegemonia pelo saber homeopático, correntes de pensamento divergentes e até antagônicas, contrariando uma imagem de sectarismo monolítico divulgada pela medicina e pela mídia até nossos dias.

Por outro lado, as divergências e os debates desse período fizeram frutificar teses, experimentações e polêmicas, sendo esse, provavelmente, o momento mais rico, do ponto de vista da produção do seu modelo de conhecimento, que a homeopatia conheceu no Brasil, Até início dos anos 80. É deste período o 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia,

realizado no I.H.B., no Rio de Janeiro, em 1926, em cujos Anais se edita a História da Homeopatia de Emíldio Galhardo.

Este Congresso exprime, nas suas teses, uma seriedade de produção acadêmica inegável. O tom polêmico das sessões, e a discussão das Teses apresentadas precedidas de pareceres rigorosos, reunidas no *Livro do I Congresso Brasileiro de Homeopatia* (I.H.B., RJ, 1928), atesta essa seriedade produtiva, embora as teses e os congressistas sejam pouco expressivos do ponto de vista numérico.¹⁸

Também é nesse período que os embates com o setor de Saúde Pública, através de sanitaristas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, tornam-se mais sérios. Figuras da Homeopatia como Licínio Cardoso, Dias da Cruz e Murtinho Nobre, entretanto, não fogem ao debate. Apesar dos cerceamentos e punições da parte de instituições do ensino médico, conseguem legitimar o ensino e a prática homeopáticas, bem como a produção livre de seus medicamentos nas farmácias, que se espalham por todo o Brasil.

Os farmacêuticos convertem-se, aliás, em grandes propagandistas da homeopatia, desde o período anterior (1882-1900), tornando-se corresponsáveis pela interiorização e divulgação da terapêutica homeopática no país, junto com fazendeiros, padres e médiuns espíritas.

À medida também que a umbanda, como religião afro-cristã brasileira que se expande com a urbanização, se

18 É preciso entender que um Congresso Médico dos anos 20 não pode ser comparado com os verdadeiros fenômenos de massa, envolvendo às vezes até dez mil pessoas, como o Congresso Mundial da AIDS, realizado em Tóquio em agosto de 1994, que caracterizam os Congressos científicos atuais. Os Congressos médicos dessa época eram bastante elitistas, fechados mesmo.

impuser como religião hegemônica junto às classes populares, seus *médiuns*, através de *entidades espirituais*, receitarão, além de ervas medicinais, medicamentos homeopáticos.

Desta forma, mesmo que a homeopatia fosse banida do marco institucional e acadêmico como pretendiam os alopatas, sua clientela continuaria a existir, e de maneira crescente, sobre tudo nos centros urbanos, até o final dos anos trinta, como medicina popular.

O declínio acadêmico da homeopatia (1930-1970)

O *quinto período* da história da homeopatia no Brasil que compreende grosso modo quarenta anos, da primeira metade dos anos trinta à primeira dos anos setenta, é denominado de declínio acadêmico da Homeopatia. Neste período, de forma algo paradoxal, paralelamente a um grande silêncio da medicina oficial sobre a homeopatia (silêncio compartilhado pelos próprios homeopatas, segundo alguns deles), há o seu reconhecimento oficial pelos poderes públicos, nos planos legislativo e executivo. É no segundo momento deste grande período, da segunda metade dos anos 40 à primeira dos anos 70, que pode ser detectada a *estratégia do silêncio*.

Sobre este período, conclusões gerais ou definitivas não podem ser tiradas. Os dados desta pesquisa são relativamente insuficientes face à enorme complexidade do mesmo. Entretanto, pode-se dizer que ele assinala uma fase de grande descenso do saber homeopático, devido aos progressos tecnológicos realizados pela medicina, por um lado, e devido à queda da dinamicidade acadêmica ao Instituto

Hahnemanniano, por outro, com a perda de controle dos homeopatas sobre a Faculdade e o Hospital Homeopáticos do Rio de Janeiro.

É também a fase de expansão das grandes indústrias farmacêuticas, dos antibióticos, das especialidades médicas, do modelo atenção médico-hospitalar, em suma, da medicina tecnológico-científica que se torna hegemônica no país e no mundo, levando de roldão nesse processo não apenas a homeopatia, mas a própria clínica geral e a medicina preventiva e social.

É nesse período que se forja a imagem que a homeopatia é uma *medicina superada, do tempo de nossos avós*. A ideologia do *progresso* (na medicina) alcança uma hegemonia sem precedentes em sua história e torna-se o parâmetro pelo qual vai ser avaliado a homeopatia.

Os homeopatas adaptam seu discurso e sua prática à medicina das especialidades, e sua teoria às últimas descobertas científicas como estratégia de legitimação institucional, porém sem sucesso no plano acadêmico.

As faculdades homeopáticas deixam de sê-lo, tornando-se Escolas Médicas oficiais por força da lei. Os grandes debates científicos do período anterior esfriaram.

Entretanto, a homeopatia se firma junto ao aparelho de Estado do após-guerra, que sucede o Estado Novo, alcançando em vários estados brasileiros a condição de *órgão de utilidade pública*, o que lhe concede benefícios em termos fiscais, de fiscalização legal e de prestígio social. Além disso, consegue implantar-se, através de convênios, várias entidades sindicais e previdenciárias.

Apesar do descenso acadêmico, vários congressos homeopáticos são realizados durante esta fase. A propaganda pelo rádio e por órgãos de divulgação em massa mantêm-se regularmente durante certo período e a clientela urbana *tradicional* da homeopatia, que era numerosa, mantém-se firme, apesar de não mais crescer.

Uma Federação Brasileira de Homeopatia, dissidente do I.H.B., é também fundada nesse período, sob a presidência de um homeopata general, o Dr. Amaro Azevedo, visando à coordenação das várias entidades estaduais, à divulgação dos eventos e do saber homeopáticos, e encarregando-se, também, da realização de cursos de especialização homeopática de curta direção. É da F.B.H. um programa de rádio iniciado nos anos trinta para divulgar a homeopatia, que se manteve por mais de uma década, em uma revista, *A voz da Homeopatia*, ativa desde os anos quarenta sem praticamente nenhum subsídio.

Durante quase quarenta anos os clínicos de talento da homeopatia serão praticamente os mesmos, evidenciando um crescimento apenas vegetativo, quando não há diminuição por morte. As famosas “conversões”, que foram notáveis como estratégia de propaganda da homeopatia por quase um século, não mais acontecem. É talvez por esse motivo que os médicos ortodoxos não precisam mais combater a homeopatia pela palavra, ou pela Academia: academicamente, não há o que combater.

Mas nos centros espíritas e nos terreiros de umbanda a homeopatia continua sendo a terapêutica dominante, mesclada aos procedimentos homeopáticos. É, portanto uma homeopatia apropriada pelos sistemas populares religiosos

de cura. É verdade que há também os médicos homeopatas que *clínicam* nos terreiros e nos centros espíritas, que têm ali seus “ambulatórios” ou farmácias, chegando mesmo, tais centros nas grandes cidades, a terem pequenos hospitais, como consultórios e enfermarias.

É nesse período que se cria a associação que se faz comumente entre homeopatia e espiritismo, ou umbandismo, ou ainda medicina religiosa, *mística*.

Será preciso ainda avaliar amis detidamente a contribuição dos militares homeopatas para a história da institucionalização da homeopatia, nesse período e em outros-, não apenas durante o governo Vargas, como no período pós-64, durante o regime autoritário. Os dados de que dispus não me permitiram ter uma visão conclusiva sobre o seu papel nas instituições homeopáticas, sobretudo no Instituto Hahnemanniano Brasileiro, centro desta análise do processo de institucionalização da homeopatia.¹⁹

Sua estratégia de oficialização junto ao poder público, executivo e legislativo, foi vitoriosa, apesar de a produção e a reprodução do saber homeopático, através do ensino, das experimentações clínicas e da livre discussão das tendências homeopáticas terem tido um refluxo inegável. No período em que tiveram a dominância nas instituições homeopáticas, os militares contribuíram para consolidar a imagem da homeopatia como a de uma seita médica isolada dos progressos da medicina. No entanto, não posso

19 Entre os militares do século XX, do período mais recente, devem-se ser destacados General Alberto Soares Meirelles, presidente do IHB, falecido em 1991, e o General Alberto Azevedo, falecido na segunda metade dos anos 80, conhecidos como “generais da homeopatia”.

afirmar com certeza que os militares que estiveram no poder da mais importante instituição homeopática (o IHB) durante mais de 40 anos foram os únicos responsáveis por seu esvaziamento científico. Certamente a questão mais complexa, envolvendo mais atores institucionais, em conflitos internos que não chegaram a eclodir publicamente, mas que foram constantemente insinuados nos debates internos da Instituição, como mostra o capítulo que cobre este período.

Os motivos do evidente isolamento da homeopatia em termos de saber acadêmico, no período da primeira metade dos anos 30 à primeira metade dos anos 70, tanto internos como externo, são aprofundados no capítulo referente a esse período.

A retomada social da homeopatia (1970-1990)

O *sexto e último período*, que vai dos anos 70 (segunda metade) ao final dos oitenta, é o que denominei de período da retomada social da homeopatia. É a fase da homeopatia vista como *terapêutica alternativa*, em face da crise do modelo médico dominante, isto é, da medicina especialista, tecnológica, *mercantilizada*, e marcada pelas terapêuticas invasivas e iatrogênicas.

É um período que registram um grande avanço da Homeopatia, primeiramente entre estudantes de medicina, na segunda metade dos anos setenta; em seguida, entre setores urbanos de classe média, universitários ou não; nos anos oitenta, entre os políticos de saúde, que a implantam nos serviços públicos de saúde na segunda metade dos anos oitenta.

Deve ser ressaltada, também neste período contemporâneo, a retomada da prática da pesquisa homeopática, sobre tudo a partir do início dos anos oitenta, conduzida por nova geração de homeopatas, com mentalidade científica acentuada, diferentemente da geração dos anos setenta, ainda impregnada da visão homeopatia como *contracultura*. As duas gerações convivem profissionalmente, com algum conflito, mas os conflitos maiores, em termos de visão homeopática, costumam ser com as gerações mais antigas de homeopatas. A retomada da homeopatia pode ser expressa pelo número crescente, nas duas últimas décadas, de pesquisas, reuniões e congressos, promovidos seja pelos homeopatas, seja por instituições acadêmicas, seja, ainda por serviços públicos de saúde, sobretudo a partir de 1985, quando há a oficialização da homeopatia na rede do INAMPS. Todos esses encontros têm debatido a questão da pesquisa em Homeopatia.

Multiplicam-se, também, os cursos de formação e especialização, e reafirmam-se as históricas polêmicas e divergências de correntes. É marcante, neste sentido, durante toda a década de oitenta, em plano nacional e internacional, a polêmica unicismo-pluralismo. Este último período não pode, também, ter resultado conclusivo, na medida em que os acontecimentos estão muitos próximos, presentes mesmo. É um período ainda em processo. Pode-se afirmar, entretanto, que a polêmica unicismo x pluralismo cede lugar, nos anos 90, à discussão conjunta do papel da pesquisa científica e dos modelos de investigação adaptáveis à racionalidade homeopática, bem como ao papel da homeopatia na rede pública de atenção médica. Também a questão da formação

dos homeopatas tende a ocupar em lugar crescente no debate homeopático na década de 90.

Pode-se afirmar como conclusão, entretanto, que a homeopatia se apresenta nesta fase de retomada, como um período de sua implantação, convencida de que está na vanguarda do conhecimento médico, gerando polêmicas, e com grande popularidade junto à sociedade civil. Quanto à maioria dos médicos alopatas, sobretudo os que são ligados às Academias, isto é, às instituições de ensino e pesquisa médicas, continuam mantendo contra a homeopatia os mesmos argumentos há cento e cinquenta anos atrás. Podem-se aproximar, neste sentido, os argumentos desenvolvidos por Landmann (1989), Rodrigues (1989) e Carlini (1988) como formalmente semelhantes aos desenvolvidos pelos pareceres emitidos pelos médicos da Academia de Medicina ou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX, no sentido de demonstrar ou provar que a Homeopatia é uma forma de teoria e/ou terapêutica médica anacrônica. No nível da teoria, porque seus conceitos não acompanharam o progresso científico da medicina. No nível da terapêutica, por ser inócua ou prejudicial, medida que *não tem embasamento científico* (seus medicamentos, ditos *dinamizados*, não passam de *placebos*, água ou álcool diluídos, uma vez que não se pode observar moléculas de substância medicamentosa em suas preparações farmacológicas). De qualquer maneira, há pelo menos a assinalar a tentativa acadêmica inédita de discutir, examinar e testar a homeopatia, tanto como doutrina quanto como clínica, *cientificamente*, isto é, experimentalmente, e não apenas em termos de *princípios*.

Não há como negar, entretanto, que a homeopatia

fere os princípios da medicina. Do meu ponto de vista, aliás, até agora a questão homeopatia/alopatia ainda não saiu do nível da discussão dos princípios. Discussão *acalorada* é, verdade, como toda discussão política em que entram ideologias ou filosofias científicas opostas. As provas científicas, incluindo testes ou ensaios clínicos controlados, até o momento produzidos sobre a eficácia da homeopatia esbarram num erro ou *artefato* conceitual/metodológico: a lógica da investigação se faz dentro dos parâmetros da medicina alopática, em desacordo com o quadro conceitual e à metodologia de intervenção clínica homeopática. Em outras palavras, o instrumento de pesquisa é inadequado para avaliar aquilo que se propõe a verificar. Neste caso, é preciso que pesquisadores de ambos os *lados*, disponham-se a elaborar protocolos conjuntos, redesenhados conceitual e metodologicamente, para que se desbloqueie política e epistemologicamente o desenvolvimento histórico da homeopatia, não só no Brasil como em outros países.

Para isso, no entanto, é necessária a colaboração de alopatas e homeopatas, dotados de espírito científico e com prática em investigação, no sentido de possibilitarem a *tradução* da racionalidade médica homeopática em termos de metodologias científicas de investigação inovadoras, sem abandono do seu quadro conceitual. Permanecer no termo da discussão doutrinária será cada vez mais desfavorável à homeopatia, ao menos em termos da legitimidade acadêmica que ela busca há mais de um século, levando-se em consideração o grande desenvolvimento da medicina contemporânea em termos de ciência e tecnologia, apesar da propalada *crise da medicina*.

Capítulo II

O Nascimento da Homeopatia

O Fundador²⁰

Meu propósito aqui é fazer um brevíssimo histórico da biografia e da obra de Hahnemann, no sentido de situar as origens da homeopatia brasileira no século XIX.²¹

Sabe-se, de um modo geral, que o fundador da homeopatia foi Samuel Hahnemann. Mas ainda há muito desconhecimento sobre quem foi, como viveu e o que produziu numa obra tão controversa ainda hoje, o denominado sábio de Meissen.

20 A maior parte deste e do próximo capítulo foi publicada em primeira versão em 1987 na coleção *Textos de Apoio*, por PEC/ENSP/ABRASCO, tendo a autora obtido permissão para reproduzi-lo em maior parte ou totalmente em outras publicações. Um trecho, aliás, foi reproduzido em *Natural, Racional, Social* (Ed. Campus, 1988), compreendendo no livro as pp. 128-144. O texto atual foi revisto, ampliado e modificado em muitas passagens.

21 Consultas sobre a vida e a obra de S. Hahnemann foram feitas em documentos e fontes secundárias citadas na bibliografia geral deste estudo, sendo esta questão muito secundária neste estudo.

Cristiano Frederico Samuel Hahnemann, alemão de nascimento, viveu de 1755 a 1843. Filho de um operário luterano, pobre portanto, sustentou seus estudos de medicina com a tradução de textos franceses, ingleses e italianos para o alemão, aproveitando seu pendor para as línguas, tendo se doutorado aos 24 anos em 1779 pela Universidade de Erlagen. Cinco anos depois publicou um primeiro trabalho importante, um ensaio onde criticava a *ausência de princípios* para indicar o poder curativo dos remédios na medicina.

Por volta de 1789, ano de revolução francesa, abandonou a clínica, profundamente insatisfeito com essa ausência de princípios da terapêutica de sua época. Retornou, então suas traduções, agora de *Matérias Médicas*²² (CULLEN, 1790; MONRO, 1791). Além disso publicou, ao longo de alguns anos, um grande *Dicionário Farmacêutico*, em vários volumes que foi segundo um seguidor, por muito tempo, na Alemanha, a obra master sobre o assunto. escreveu também, durante esse tempo, artigos para uma revista médica na Alemanha, o *Jornal de Hufeland*, todos versando sobre questões da medicina de então e sua terapêutica.

De suas preocupações com as drogas farmacêutica, pode-se saber que seus artigos dessa época versavam sobre efeito dos medicamentos nos doentes. Trazuzindo a matéria médica de Cullen, por exemplo, discordou da interpretação que o médico escocês dava dos efeitos e da ação da *quinquina*, no tratamento das febres intermitentes, que se verificariam, segundo Cullen (1790), “por suas qualidades aromáticas e amargas”. Resolveu então experimentar a

22 As matérias médicas do tempo de Hahnemann em geral versavam sobre as propriedades e formas de aplicações das diferentes drogas na clínica médica;

droga sobre si mesmo, hipótese de que a quina pode curar a febre intermitente porque pode *produzir* um quadro febril semelhante em homens sãos. “E cada dose que tomou, experimentou um verdadeiro acesso de febre intermitente, semelhante ao das febres palustres”, de acordo com seus seguidores. Este experimento, até hoje polêmico, deu início às experimentações homeopáticas de Hahnemann, embora a *dinamização* não fizesse ainda parte de suas experiências.

A partir deste momento colheu, durante anos, observações da ação de drogas em si mesmo e em outros homens sãos, observando o mesmo princípio da ação da quina, isto é, os efeitos tóxicos das drogas corresponderem nos experimentadores estritamente aos sintomas das moléstias que as drogas curavam. A meu ver, aqui reside o ponto central da teoria homeopática da ação do seu medicamento, portanto, de sua terapêutica. É o princípio da semelhança como base da cura.

Na homeopatia, o medicamento é capaz de curar porque produz uma doença *artificial* no organismo já atacado por uma doença natural. Mobilizando-se para reagir contra nova doença, o organismo vence a primeira, natural, e a artificial (induzida pelo remédio), porque esta é provocada em escala minimal, possibilitando o reequilíbrio do organismo. Para os homeopatas, desde Hahnemann, essa mobilização impede que duas doenças ocupem o mesmo organismo com seu dinamismo patológico.²³

Até o final de sua vida o fundador da homeopatia

23 Embora o significado do termo *doença* em homeopatia seja diferente de doença como sinônimo de *patologia* da medicina contemporânea, tendo um sentido mais amplo.

experimentaria os efeitos de mais de cem drogas em homens sãos, constituindo com esta prática o principal fundamento da terapêutica em homeopatia, isto é, que base da medicação do semelhante para curar o *semelhante* deve partir necessariamente da experiência no homem são. Assim, em 1796, publicou no Jornal de Hufeland uma monografia intitulada *Ensaio sobre um novo princípio para se averiguar achar as virtudes curativas de um medicamento, com alguns comentários sobre os princípios empregados até hoje*, em que defendia a idéia do *semelhante* como princípio ativo de cura das doenças, embora só em um artigo para o mesmo jornal de 1806, com o sub-título *Indicações do emprego homeopático dos medicamentos na prática (clínica) obrigatória*, tenha nomeado seu método terapêutico pela primeira vez.

Entretanto, já em 1801 advogara em redução de doses como forma de tratamento e a necessidade de se administrar apenas um medicamento de cada vez a cada doente. A questão das diluições das drogas e da observação diferenciada dos seus efeitos em homens são já se põem, ao menos em termos de princípio epistemológico, como elemento de uma nova clínica, dissidente da clínica oficial.

A obra principal do fundador da homeopatia, que reúne todos os princípios do método homeopático, só foi publicada no ano 1810, sob título de *Organon da Ciência Médica Racional*. A partir de 1819 (2ª edição), ficou sendo conhecida como *Organos da Arte de curar ou Exposição da doutrina médica homeopática*. Vinte anos se passaram entre a tradução da Matéria Médica de Cullen e a publicação de sua própria teoria médica.

Neste livro Hahnemann discute a teoria e a prática

médicas homeopáticas; os fundamentos da terapêutica *similia similibus curentur* (a cura dos semelhantes pelos semelhantes); a maneira de como estabelecer a escolha do medicamento adequado para cada paciente, em casa processo mórbido (princípio da individualização do medicamento); estabelece uma sintomatologia a ser observada no *interrogatório* típico da clínica homeopática (bastante detalhista e diferente em vários ponto ao da clínica oficial); mostra como conduzir uma consulta homeopática sem induzir no paciente os princípios ou suposições terapêuticas do médico; dá orientações sobre a relação médico-paciente, discorrendo sobre sua natureza e importância para o tratamento e a cura do doente, inclusive no que concerne aos doentes mentais; afirma, finalmente, que a finalidade básica da homeopatia e da medicina como um todo é curar, e não “teorizar sobre as doenças”, cabendo aos médicos a tarefa única de “restabelecer a saúde dos enfermos”, colocando-se numa postura aparentemente muito pragmática, do ponto de vista terapêutico, num clima geral da obra de crítica acerba à medicina de seu tempo:

“A primeira, a única vocação do médico é restabelecer a saúde dos enfermos: é o que chama curar. Sua missão não é forjar sistemas, combinando idéias ocas com hipóteses sobre a essência íntima da vida e a produção das moléstias no interior invisível do corpo, ou procurar incessantemente explicar os fenômenos mórbidos e sua causa próxima, que permanecerá sempre oculta para nós, submergindo o todo numa mixórdia de abstrações ininteligíveis, cuja pompa dogmática embasbaca os ignorantes, enquanto os doentes suspiram em vão por socorros. Já estamos fartos destes sonhos sábios que se chamam medicina teórica; é tempo de

todos aqueles que se dizem médicos cessarem, enfim, de enganar os pobres humanos com palavras ocas de sentido, e de começarem a agir, isto é, aliviar e a curar realmente os doentes”.²⁴

A polêmica do vitalismo médico no século XIX

Sendo o *Organon* uma obra em parágrafos, no estilo literário do início do século XIX, pode-se perceber seu caráter polêmico já neste trecho aqui citado. Na verdade, a que alude agressivamente o autor com a expressão “sonhos sábios que se chamam medicina teórica?” Certamente aos sistemas médicos explicativos que desde o século XVIII eclodiram na Europa, no rastro dos avanços da fisiologia, da química, da física e da botânica, realizados nos séculos imediatamente anteriores. Tais sistemas, fossem eles animistas, mecanicistas, vitalistas ou magnetistas, procuravam as *causas* das doenças *deduziam* geralmente a intervenção terapêutica a partir de um sistema teórico que aliviava certas hipóteses racionais a observações clínicas em indivíduos doentes, presos aos leitos nos lares ou nos hospitais da época.

O interessante de se notar é que esses sistemas não eram o escudo de charlatões ou o refúgio de curandeiros, mas no núcleo da medicina científica da época. Os sistemas médicos eram adotados nas escolas, nas academias, nas

24 *Organon da Arte de Curar*, parágrafos 1-5, radução citada por Cairo, Nilo, em *Guia de Medicina Homeopática*, São Paulo, Livraria Teixeira, 1981 (21ª Ed.). Depois da primeira versão deste texto, escrito em 1985, comparei a tradução citada por Cairo com outras três. Há diferenças consideráveis. Cada escola ou *tendência* homeopática traduz o texto de acordo com suas posições filosóficas, como acontece com outros *mestres fundadores*, Marx e Freud, por exemplo.

associações médicas, onde se degladiavam; faziam sucesso nas cortes, onde os médicos se tornavam figuras socialmente prestigiosas, ou repentinamente *desgraçadas*, numa intensa polêmica e pluralidade de doutrinas que caracterizou o século VXIII.

Tornam-se compreensíveis, aliás, estas rápidas ascensões e quedas, se atentarmos para o quadro de saúde da época. Face às doenças pestilenciais (peste, cólera, lepra) que herdadas dos séculos anteriores, predominavam ainda no Velho Mundo; às epidemias que mais recentemente variam-no periodicamente (*varíola, febres intermitentes, vírus de influenzas*); às endemias mais antigas, que os colonizadores transportavam para o Novo Mundo (tuberculose, sífilis e outras doenças venéreas etc.), os sistemas médicos dos séculos XVIII e primeira metade do XIX tentavam responder, no nível da teoria médica e da intervenção terapêutica, ao grande *mal* da doença que, junto às fomes e às guerras, constituiu durante séculos o flagelo dizimador de populações da Europa. Não é meu propósito aqui analisar a relação entre esses *males* e seus condicionantes, isto é, as (péssimas) condições sanitárias e nutricionais dessas populações. Basta assinalar que a gestação do capitalismo se deu em tais condições e que a produção de novas teorias e conhecimentos, seja em física, química, fisiologia, seja, posteriormente, em medicina, não pode ser desligada das grandes urgências que o processo de formação da nova sociedade gerava, seja no nível da produção, seja no nível da reprodução social. Os grandes sistemas médicos dos séculos XVIII e XIX não são exceção a esta regra, ao contrário (ROSEN, 1980,1983; POLACK, 1972; BERLINGUER, 1973; STERN, 1981; FOUCAULT, 1977,1979; CANGUILHEM, 1978).

Beneficiados pelos avanços recentes da farmacologia, que se deram pela manipulação de drogas durante o século XVIII, apoiadas na anátomo-clínica, que dava seus primeiros passos, as grandes teorias médicas constituem-se realmente em sistemas explicativos racionalistas que buscavam o caminho do experimentalismo ainda de forma empírica, utilizando como cobaias os próprios doentes. Era comum, por isso, no século XVIII e ainda durante o século XIX, receitarem-se e aplicarem-se as mais diversas drogas ao mesmo doente que, não raro, “morria da cura”. Por outro lado, tinha-se recém-separado doente e doença, caminhando-se, através do exame clínico e da anatomia patológica, no sentido da descoberta de várias patologias, constituindo-se progressivamente um quadro moderno classificatório de doenças (LUZ, 1988).

É nesse clima que Hahnemann elabora também o seu *sistema médico*. Entretanto, pretende que o seu sistema seja diferente em tudo dos que constituíam a medicina da época: no método que ano invés de *dedutivo e lógico*, pretende sistematicamente experimentalista; na intervenção terapêutica que, ao invés de *empírica e arbitrária* porque ousa penetrar no “interior invisível do corpo” do doente à procura da causa primeira da *doença*, pretende mais prática e maior eficácia. Finalmente, na própria concepção do processo saúde-doença, que pretende mais científica, na medida em que toma como ponto de partida desse processo o homem como totalidade indissociável, o *indivíduo doente*, e não partes desse indivíduo que são atingidas por alguma patologia que as invade, como um inimigo desconhecido que ataca fortalezas desguarnecidas em pontos-chaves. Este modelo guerreiro de batalha entre a doença inimiga e o organismo

vulnerável, que aos poucos vai conferindo imagem à medicina ao final do Século XVIII e início do século XIX, repugna ao fundador da homeopatia. Entretanto, durante o século XIX os médicos não cessarão de procurar as *causas* da doença até descobri-las, através do conceito de agente patogênico (etiológico). Abandonarão assim o conceito de *causalidade*, descendo do patamar *metafísico* para o *positivo*, no sentido comteano, fazendo da medicina não mais um sistema racionalista explicativo, mas uma prática experimentalista, apoiada nas ciências básicas mais avançadas: a química, a física e, sobretudo, a biologia.

Nada mais será invisível no corpo humano; todas as doenças serão explicáveis por sua *causa próxima*, somente a *essência íntima da vida* será deixada de lado, juntamente com o indivíduo doente.

Já a partir da metade do século XIX, a medicina só tratará de doenças. Colocará para indivíduo suas regras da normalidade e da doença. Estar doente doravante representará comportar-se de acordo com padrões específicos de morbidade. Os médicos buscarão no doente a doença, combatê-la-ão com fármacos de que dispõem, específicos para cada morbidade. Verão na morte não mais o final de um processo vital, mas o sinal de sua derrota. A doença e a morte serão, assim, cada vez mais os inimigos da medicina.

Estamos bem longe de Hahnemann, para quem o adoecer é visto como um processo vital do indivíduo no sentido de equilibrar-se como totalidade biopsíquica. Se há muitos processos similares de adoecer, idênticos mesmo, possibilitando o traçado de um quadro de morbidades, para o fundador da Homeopatia, cada indivíduo que adoecer de

um morbidade qualquer, adoecerá de acordo com a sua história biológica, psíquica, familiar, sexual, temperamental, caracteriológica, etc. E é o caráter singular dessa história que interessa à clínica homeopática.

Para tratar esse indivíduo, atingido em seu equilíbrio de maneira extremamente pessoal, há que buscar o medicamento que mais se aproxime de suas particularidades morbígenas, na dosagem que mais o sensibilizar para a cura.

Hahnemann combate, assim, o princípio terapêutico mais caro à medicina do século XIX: que uma doença só pode ser combatida por um (ou mais de um) fármaco, que seja ao mesmo tempo específico para aquela patologia e geral para todos indivíduos portadores de tal patologia. Além disso, quanto mais concentrada for a dose quimicamente e de propriedades *contrárias* ao fenômeno mórbido instalado, que têm caráter *preventivo* das doenças de massa, os princípios terapêuticos da medicina oficial não caminhar no sentido oposto ao da homeopatia, embora a busca da cura, ao tempo de Hahnemann, semelhante. Apesar da direção não ser exatamente a mesma, acabou havendo colisão, pois os sentidos eram opostos.

A medicina do século XIX, que estava definindo sua fisionomia ao nível do saber com a fisiologia e anatomia patológicas e o estudo das *causas próximas* (etiologia) das doenças, não poderia conviver com um sistema médico que, embora partindo da mesma fisiologia, da mesma anatomia, de um interrogatório clínico similar (anamnese), advogasse uma terapêutica completamente oposta e tivesse uma concepção de organismo, saúde e doença tão díspar.

Pior ainda: que pretendesse fundar uma *ciência médica racional* da terapêutica, uma medicina científica fundada na terapêutica, isto é, na *arte de curar*.

É justamente do ponto de vista terapêutico que as concepções clássicas da homeopatia se opõem, em vários pontos essenciais, às da alopatia:

1) à generalidade da doença, Hahnemann opõe a singularidade do doente: o *indivíduo* doente é o objeto da sua terapêutica, ao invés de combater simplesmente a doença do indivíduo;

2) (remédio) semelhante deve curar o (quadro sintomático) semelhante, ao invés do(s) medicamento(s) contrário(s) que se propõem a eliminar a patologia contraída;

3) os remédios destinados aos seres humanos só devem ser testados em homens sãos, ao invés de de em homens doentes e/ou em animais;

4) os doentes devem tomar um medicamento com apenas uma substância e devem ser tratados com apenas um medicamento enquanto se observa o seu efeito, ao invés da mistura de substâncias e de medicamentos costumeiramente indicada pela medicina oficial;

5) a dosagem do medicamento deve ser adaptada a cada paciente de acordo com sua capacidade reativa, e não segundo uma norma universal concebida em função de entidades patológicas;

6) a capacidade terapêutica dos medicamentos só se mostra em todas as suas propriedades quando estes são submetidos à trituração e à succussão, em diluições específicas,

que se chamam, em homeopatia, dinamizações, ao invés das doses quimicamente concentradas em uso na medicina oficial. estas são consideradas Hahnemann *paliativas*, porque a melhoria do doente, em geral sintomática, é sempre transitória.

Também do ponto de vista das concepções de organismo, saúde e doença, são díspares as posições da homeopatia face às da alopatia. As definições de *organismos* não são as mesmas. Hahnemann distingue o *organismo material* (ou corpo material), que executa todas as nossas junções vitais e drena todas as nossas sensações, da *força vital (dínamis)* ou, como se denominou posteriormente, *energia vital*, que anima este organismo material em todos os seus pontos, mantendo-lhe o funcionamento equilibrado e harmonioso. Esta força vital é um princípio imaterial que, deixando de operar no organismo, este está morto, decompondo-se nos seus elementos químicos.

Entretanto, para a medicina do século XIX, paulatinamente, o organismo vai ser indentificado com a totalidade dos seus sistemas, órgãos e funções. Portanto, com o que Hahnemann denomina *organismo mateiral*. Do ponto de vista da doutrina médica homeopática, o princípio de imaterialidade da força ou energia vital não é nem *espírito*, nem *alma*, mas a concepção hahnemanniana deixa implícita uma visão imaterialista da totalidade humana que a medicina, à medida em que se torna positiva, cada vez mais execrará.²⁵

25 A concepção vitalista implícita no conceito de força ou energia vital é tão ampla que dela várias interpretações têm sido dadas: materialistas, organicistas, psicanalíticas, físicas (com influência polissêmica de teorias da física nuclear) e também espiritualistas. Na história da doutrina homeopática todas essas interpretações foram dadas, de acordo com as correntes

De fato, a medicina moderna estava saindo de um período racionalista, com o século das luzes, caminhando sempre mais no sentido experimentalista, encontra finalmente seu leito no materialismo positivista.

Na concepção de *sáude e doença* também há disparidades. Para Hahnemann, a saúde é o equilíbrio do princípio ou força vital. Há, no caso uma definição *positiva* de saúde ligada ao princípio de harmonia na dinâmica vital. Quando qualquer agente hostil à vida externo ou interno, atinge o indivíduo, este princípio de harmonia se altera pelo dinamismo do agente hostil. Segundo Hahnemann, neste caso, a energia vital se altera, mudando seu ponto de equilíbrio produzindo no organismo sensações desagradáveis, inclusive os processos irregulares que são conhecidos como doenças (ORGANON, 1981, parágrafos 9-13). O ponto-chave de entendimento da teoria homeopática no processo da produção da doença é que esta se evidencia por um conjunto de sintomas (mentais, físicos, funcionais, comportamentais) em cada indivíduo. Este *conjunto* é o ponto de partida e de chegada do clínico homeopata.

Quanto à medicina do século XIX, como já acentuei nas páginas anteriores, considera a *patologia* como ponto-chave de explicação, classificação e combate das doenças, de tal forma que considerará no indivíduo basicamente aqueles sintomas típicos que apontam para esta ou aquela *doença*. Por outro lado, a saúde será definida como *estado normal* e a normalidade será considerada em função da ausência dos sintomas de certas patologias.

De fato, este é um princípio de oposição nítido, face a homeopáticas, criando muitas polêmicas.

Hahnemann: “Condiderar a doença como entidade separada do todo vivente, isto é, do organismo e sua animadora, só poder ser fruto de mentes materialistas” (*Organon*, idem)

Neste sentido, para o homeopata, restabelecer a saúde de um indivíduo é restabelecer-lhe harmonia no dinamismo da vida (o equilíbrio energia vital/organismo material); isto se dá pela eliminação do conjunto de sintomas como um todo. Tal *cura* só se consegue, para Hahnemann, com o emprego do medicamento adequado na dose adequada para indivíduo doente, pois o remédio atuará no processo mesmo de adoecer do *indivíduo*, enquanto combate a doença atual. esta definição de *cura* é também distinta da medicina acadêmica, para quem a cessação dos sintomas imediatos da doença era e é ainda hoje o critério de eficácia do medicamento, e de volta ao *estado normal* do paciente. Assim, durante o século XIX, progressivamente se confundirão cura e cessação dos sintomas físicos. Para o fundador da homeopatia, entretanto, não se está, neste caso, restabelecendo a saúde do doente, mas aprofundando-lhe a doença pela supressão dos sintomas (ORGANON, 1981, p. 35 e 40). Hahnemann concebe, assim, a doença, como um processo que se aprofunda, partindo da superfície (sintomas *mentais*²⁶ de leve intensidade, epidérmicos e funcionais) para o interior do organismo, chegando a fase mais interiorizada (e mais grave e crônica) quando lesiona estrutura de órgãos ou sistemas, ou a vida psíquica como totalidade. Desta forma, o ponto final do adoecer para Hahnemann é o ponto inicial (porque observável em termos de anátomo-clínica) para a

26 Sintomas *mentais* na homeopatia cobrem a gama de manifestações psíquicas que envolvem os sentimentos, as atitudes, a inteligência, a moralidade, os sonhos e os comportamentos dos indivíduos.

medicina alopática. Enfim, para Hahnemann, há uma fase *invisível* da doença, pré-orgânica (no sentido alopático de organismo).

Com esta visão de organismo, de saúde e doença, e de terapêutica, Hahnemann torna-se rapidamente alvo de críticas e perseguições do médicos e farmacêuticos de sua época.

Em Leipzig, onde o *Organon* havia sido editado, permaneceu até 1821, publicando em dez anos os seis volumes de sua *Matéria Médica Pura*. Teve, no entanto, que retirar-se de lá em função das querelas e perseguições provocadas por sua doutrina, buscando asilo junto ao duque reinante de Anhalt-Coethen (CAIRO, 1981).

Os alopatas, segundo consta, conduziram nesta cidadezinha uma revolta contra ele, que teve os vidros de sua casa apedrejados pela população (idem). Apesar dessas perícias e outras (DUPRAT, 1974, p.31)²⁷, o fundador da homeopatia conseguiu firmar-se pessoalmente junto à clientela e às autoridades, ali permanecendo até 1835, sem parar de escrever seu tratado das *Moléstias Crônicas*, em quatro volumes (CAIRO, 1981). Neste ínterim, a corporação médica conseguiu a interdição da prática da homeopatia em toda a Áustria - Hungria. As corporações dos médicos e farmacêuticos, aliás, não cessaram de dar caça a Hahnemann e seus seguidores, acusando-os de charlatões, até sua saída

27 Duprat refere que Hahnemann teria sido quase lapidado pela população, incitada pelos farmacêuticos e médicos alopatas de Coethen. refere também que posteriormente tornou-se tão estimado pela mesma população que teve de sair "na calada da noite a fim de não ser retido à força pelos mesmos habitantes"(p.31)

da Alemanha, em 1835.

É assim que, já aos 80 anos, mudou-se para Paris, onde morreu em 1843 aos 88 anos, mudou-se para Paris, onde morreu em 1843 aos 88 anos. Até bem perto de sua morte escreveu e clinicou de acordo com os princípios do método que afundou. Em Paris o expandiu, como fizera na Alemanha e na Áustria, sempre em meio aos protestos da medicina de sua época.

Foi em Paris, exatamente, que teria contactado com Hahnemann o Dr. Benoit Meru, ex-comerciante francês de Lion, que se tornara adepto da homeopatia, depois de ter tido sua vida salva por ela.

O Dr. Mure veio para o Brasil em 1840, onde permaneceu durante quase oito anos, e aqui introduziu e expandiu a prática da homeopatia, que tantas polêmicas haveria de provocar junto à medicina de nosso país.²⁸

28 As fontes primárias levantadas e a tese do Dr. José E. Rodrigues Galhardo sobre a História da Homeopatia no Brasil fazem referência a um 1º texto, de 1836, uma tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada *Exposição da Doutrina Homeopática*, que fez com que o Dr. Duque Estrada se tornasse o primeiro discípulo brasileiro da homeopatia, ao aderir a este tese do suíço Dr. E. Jahn, só vindo a professor a prática da Homeopatia depois de 1840. Ver Galhardo, op.cit.p.275.

Capítulo III

A Implantação da Homeopatia no Brasil do Século XIX (1840-1859)

O Triunfo da Medicina no Século XIX na Sociedade Brasileira

A medicina começou seu desenvolvimento institucional no Brasil a partir da constituição do estado brasileiro, após a vinda de D. João VI e, sobretudo, depois da Independência na década de 30. A corporação médica ainda em formação procura assumir, com sucesso crescente nas décadas seguintes, o monopólio da prática e do saber institucionais da arte de curar, assegurando-se uma fatia importante de poder na sociedade, com a implantação de um projeto de medicina social (MACHADO et al, 1978). As estratégias de poder acentuam-se, da parte dos médicos, com a criação das Escolas ou Faculdades de Medicina em 1832 e com a transformação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro na Academia Imperial de Medicina, em 1835. Um e outro evento conferem à corporação médica o selo do

poder de Estado.

Desta maneira, quando a homeopatia aqui aporta com o Dr. Mure, a medicina está em pleno canto ufanista:

“Durante toda a primeira metade do século XIX (...) a medicina canta o seu louvor — a posição e a importância da medicina, as virtudes do médico, as vantagens do reconhecimento da “verdadeira medicina” — e cria o charlatanismo como desvio” (MACHADO et al, 1978, p. 194).

A medicina acadêmica procura, assim, expandir seus poderes, limitando e cerceando os espaços institucionais de saberes e práticas concorrentes, seja em campanhas públicas, através de periódicos e jornais, e de teses acadêmicas que, de 1841 (um ano após a chegada do Dr. Mure) a 1855 crescem em volume considerável, seja ainda através da legislação e de normas, obtidas junto à Corte e à Câmara Legislativa (MACHADO et al, 1987, p. 503-529). Os homeopatas são os novos e piores charlatões a serem combatidos, porque são médicos e se apresentam como enunciadores de um saber científico e de uma prática clínica mais eficaz, referindo-se à medicina ortodoxa como “velha medicina” ou “medicina tradicional”.

Enquanto a medicina tornada oficial garantia a reprodução do seu saber através do curso médico que, no seu currículo de cinco a seis anos, formava doutores em medicina e cirurgia, a homeopatia pretendia formar seus médicos com seu próprio currículo, num período de tempo inferior ao da Escola Médica, com um tipo de conteúdo que não se enquadrava no modelo oficial. Além disso, admitia formar uma clientela leiga, escolhida segundo seus próprios critérios,

isto é, sem um exame prévio de entrada e sem nenhuma seleção social. Mais de trinta anos tinham se passado desde que D. João VI fundara as primeiras Escolas de Medicina no Brasil; já haviam sido propostas algumas reformas de ensino; os médicos já haviam conseguido retirar da Fisicatura (órgão do Império) o poder de conferir diplomas ou títulos em medicina e de legislar sobre higiene pública, afastando das margens da legalidade os saberes populares então existentes, ligados aos índios e negros escravos (basicamente fitoterapias com grande componente religioso).

Não é de espantar, assim, que os anos quarenta sejam dedicados ao combate do novo tipo de charlatão, o homeopata.

No plano das instituições médicas é, sobretudo, na Escola Médica (através do seu corpo docente) e na Academia Imperial de Medicina que os homeopatas encontrarão seus adversários mais implacáveis. É preciso assinalar, neste caso, que o tom das polêmicas nem sempre permanece no nível acadêmico. Ao contrário, faz parte da estratégia de desmoralização do inimigo não só seu desmascaramento em termos de saber científico, como a acusação de vários delitos: médicos, morais (concubinatos), penais (assassinato, envenenamento), sexuais (sedução), até mesmo políticos (comunismo).²⁹

29 O homeopata João Vicente Martins narra, no periódico *Sciencia*, de 1849 (p.277-280) uma alusão a uma acusação de assassinato contra Dr. Bento Mure veiculada em 1848 pela revista *Archivo Médico*.

A Chegada dos Pioneiros: O Doutor Mure e a Polêmica Homeopatia versus Alopattia

O Dr. Benoit Mure e alguns médicos franceses adeptos da homeopatia que neste momento se fixam no Brasil, sobretudo no sudeste, são tratados como estrangeiros, figuras indesejáveis de hábitos e moral duvidosos. É interessante destacar algumas das acusações que se fazem contra os homeopatas. Tais acusações foram feitas pelos médicos e transcritas em periódicos, seja pela medicina acadêmica, seja pela homeopatia (neste caso com o intuito de responder, é claro). Machado et al (1978) narram “alguns lances significativos” do embate institucional contra a homeopatia (p. 203- 213) no período de sua implantação no Brasil. Entre elas as acusações de cunho moral:

“A presença em Campinas de um tal Gaspar Laroche, que se dizia formado pela Universidade de Paris, faz correr a notícia de que ele, longe de ter a instrução, maneiras polidas e costumes severos de um verdadeiro médico era, pelo contrário, completamente leigo, desabrido e grosseiro em seu trato, e dado em extremo a vícios que a moral reprova.” (MACHADO et al, 1978, p. 207)

É difícil avaliar a veracidade ou a natureza dos vícios que se atribuem ao homeopata. É suficiente notar aqui que a acusação que se faz contra este estrangeiro, que não tem as “maneiras polidas” e os “costumes severos” do “verdadeiro médico”, é nitidamente política, uma vez que não há acusação de prática médica criminoso. Ao contrário, a denúncia que se faz no periódico da Academia Imperial de Medicina, os Anais de Medicina Brasileira (v. 4, nº. 14, 1848,

p. 98), aparentemente moral, é de que tal figura encontre protetores e aliados, que funde casa de saúde e, literalmente, faça escola. Não contente com estes delitos, professe crença política de todo condenável:

“Altivo de tão descomunal proteção (de comerciantes e bacharéis), Laroche foi por diante em sua tarefa: Funda uma casa de saúde, de parceria com um outro charlatão, por nome de Frederico Sauvages; abre um curso, ou escola homeopática, para onde correm logo jovens incautos a matricularem-se; e como se isto não fora bastante, torna-se também pregador do comunismo! Cumprira pôr um freio a tanta ousadia” (MACHADO et al, *ibidem*).

O “freio” da medicina era drástico: consistia em arrastar o acusado “perante a autoridade policial, como infrator da lei de 3 de outubro”, isto é, a lei de 1832, que conferira às Escolas Médicas o monopólio da distribuição de títulos de médicos e cirurgiões, através dos cursos ou exames de habilitação por elas ministrados. Por essa lei se estabelecera institucionalmente o monopólio da prática médica e, conseqüentemente, do mercado de trabalho médico.

Há que saber distinguir, portanto, no combate aos homeopatas da época da implantação, os interesses de natureza econômica e corporativa por trás das acusações morais e políticas.

Se se analisa o material histórico de acusação e defesa da homeopatia, constata-se que a acusação de delito médico, especificamente falando, praticamente inexistente na fase de implantação da homeopatia no Brasil.

Como a acusação a qualquer curandeiro, aliás. Acusa-se tal “categoria” de exercer a medicina sem ter feito o curso médico recém-reconhecido, e não propriamente de errarem em diagnóstico ou terapêutica, ou de matarem ou prejudicarem os pacientes por erros desta natureza. Com a homeopatia, o delito consistia em deixar o doente sem real socorro médico, uma vez que os medicamentos homeopáticos não passam de placebo, segundo a medicina ou, ao contrário, de envenená-los com substâncias nocivas homeopáticas (a questão da coerência não importa aqui, uma vez que os homeopatas eram acusados ora de uma, ora de outra coisa).

A medicina da primeira metade do século XIX, pré-pasteuriana, não podia argumentar ainda que era mais científica que as outras práticas face ao estágio de seus conhecimentos, embora assim se pretendesse. O nível do combate coloca-se, até então, basicamente na estratégia política pelo controle dos espaços institucionais e pelo mercado de trabalho.

Não é de estranhar que o Dr. Benoit (também chamado de Bento) Mure se veja envolvido em 1848 de acusações graves, como a de ter “assassinado a filha de sua concubina”. Acusação tanto mais grave pelo fato de o Dr. Mure não se encontrar mais no Brasil.

Daqui partira meses antes, descontente com a campanha contra a homeopatia e as primeiras divisões entre os homeopatas.

A acusação foi divulgada no Arquivo Médico Brasileiro, “redigido e publicado pelo Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa”, segundo o periódico homeopático *Sciencia*,

que anuncia também a extinção do Arquivo Médico devido à calúnia divulgada:

“O Arquivo Médico acabou: uma acusação de assassinato por ele feita contra o Dr. Mure foi o último de tantos escândalos com que essa folha tinha feito ser a liberdade de imprensa um mal, quando ela é um bem que tanto sangue tem custado para se alcançar”. (REVISTA SCIENCIA, 1849, p. 277 e 278)

Talvez mais grave que a acusação (não totalmente explícita, aliás) de homicídio, está a acusação moral de viver em concubinato em pleno século XIX e a acusação velada de sedução e posterior assassinato de menor. No entanto, é nada menos o que se filtra do trecho do Arquivo Médico transcrito pela revista *Sciencia*:

“(…) a homeopatia, essa ciência divina que foi professada pelo Mure, negociante de Lyon, que deixou o Rio de Janeiro no momento em que a polícia se achava de posse das peças justificativas de um processo criminal por ocasião da morte violenta da filha de sua concubina”. (*ibidem, loc. cit.*)

Acusações que os homeopatas rebatem frontalmente no seu *Sciencia* e no *Diário Jornal do Comércio*, provando que a suposta vítima do Dr. Mure estaria viva e “trés bien, Dieu merci” (*ibidem, loc. cit.*).

O fato é que o Doutor João Vicente Martins, um dos primeiros “convertidos” à homeopatia no Brasil e amigo íntimo do Dr. Mure, passa algumas páginas da revista *Sciencia* (p. 277-280) tentando provar com documentos e fatos a

inocência do francês.³⁰

Mais do que as acusações improvas, o que nos chama a atenção no texto citado é o envolvimento, através do homeopata, da homeopatia, “essa ciência divina, que foi professada pelo Mure, negociante de Lyon...” Em outras palavras, que ciência é essa, professada por comerciantes estrangeiros que se envolvem em situações tenebrosas do ponto de vista moral e político? O que se pode esperar de charlatões deste nível?

É preciso salientar nesta linha de raciocínio, que o Dr. Mure tinha uma intensa participação política ligada ao socialismo de Fourier. Chegara ao Brasil com a intenção primeira, não de divulgar a doutrina homeopática e de para ela “arrebatar prosélitos”, mas de fundar um falanstério³¹ na província de Sahy, em Santa Catarina. Não tendo obtido sucesso na tentativa, uma vez que a colônia socialista faliu poucos anos depois, dedicou-se em seguida à propaganda homeopática no Rio de Janeiro, tendo aqui chegado em 1843.

Tratava-se, portanto, de indivíduo duplamente militante; do ponto de vista político e do ponto de vista médico, disposto a conquistar adeptos num e noutro campo.

Os alopatas tinham razão em tomar suas precauções. Responderam ao apostolado dos homeopatas com a

30 Os fatos envolvendo o hipotético “assassinato” se passaram em 1848, mas só foram divulgados em 1849.

31 Falanstérios: comunidades sociais e produtivas, com características de cooperação, fruto das doutrinas anarco-socialistas do início do século XIX. Propostas por Fourier, foram adotadas por Bernoit Mure no Brasil, que desenvolvera em seu país uma militância política significativa, que não foi objeto desse estudo.

desmoralização de suas doutrinas. Se não puderam fazê-lo provando que são doutrinas errôneas e anti-humanas, pelo menos desmoralizaram seus defensores. E os homeopatas se queixam de tais estratégias:

“Comentaremos esta formal denúncia de um crime que nunca existiu, mas que de há muito propalado caluniosamente, correspondendo ao pensamento de um homem grave e bem conceituado, o qual, sendo-lhe observado que bem podia combater-se a homeopatia sem se pretender desacreditar os homeopatas, respondeu: - é necessário guerrear o pessoal!” (SCIENCIA, 1849, p. 279)

Em suma, o que se pode deduzir da natureza dos textos acusatórios e das peças de defesa, é que a polêmica homeopatia-alopatia, na fase de sua implantação no Brasil, sobretudo nos anos quarenta e cinquenta, é muito mais político-institucional do que acadêmico-científica.

Trata-se de uma disputa concorrencial de saberes com características similares (medicina científica) pelos espaços de poder disponíveis. É claro que esses espaços são basicamente os da produção e reprodução do conhecimento (Escola Médica, Academia), os da prática de intervenção (hospitais, enfermarias, dispensários) e da própria população vista como espaço coletivo de intervenção (corpo social).

Assim como os doutores da medicina oficial tinham, nos anos imediatamente anteriores, chegado a oferecer espaços de medicina gratuita para populações pobres, numa clara estratégia de arrebatrar os clientes da medicina popular (Machado et al., 1978, Cap. I e II, 2ª parte), os homeopatas desenvolverão também suas estratégias de legitimação e

afirmação diante da sociedade e do Estado. As principais estratégias, destinadas aos diferentes meios de atuação, possíveis para a medicina naquele momento, visavam à institucionalização e à superação da medicina tradicional.

As Estratégias de Legitimação da Homeopatia e o I.H.B.

Entre essas estratégias, as mais importantes foram: institucionalização da homeopatia através do reconhecimento legal do ensino homeopático; reconhecimento da homeopatia pela Academia Imperial de Medicina através do debate científico, ou pelo menos de aceitação dos homeopatas como legítimos interlocutores; fundação de clínicas, hospitais e dispensários homeopáticos, onde se pudesse exercer a prática médica e comprovar (ou negar) a eficácia terapêutica da homeopatia, através da experiência clínica; propaganda de agitação popular, “convertendo” os possíveis pacientes à verdade da homeopatia; formação de farmacêuticos e leigos em cursos de curta duração para que pudessem exercer a prática homeopática, sem precisar da faculdade de medicina, bastando para isso recorrerem às matérias e manuais médicos homeopáticos da época; divulgação dos “milagres” da homeopatia (curas operadas em casos considerados perdidos pela medicina oficial) pelos pacientes em órgãos de imprensa e entre amigos; conversão de médicos alopatas à homeopatia, através do convencimento da superioridade clínica e ética da medicina homeopática face à medicina alopática; atenção médica gratuita para a população pobre, no sentido não só de arrebatar a clientela da medicina oficial, mas também de legitimar-se diante da sociedade civil, afirmando a superioridade científica e ética da homeopatia;

finalmente, e talvez aqui resida a arma de institucionalização mais importante: a fundação dos Institutos de Homeopatia, capazes de organizar a produção e a reprodução do saber homeopático, assim como de divulgar e expandir a prática da homeopatia através da propaganda em todo o país.

Estas são as estratégias que os médicos fundadores da homeopatia no Brasil e seus primeiros “convertidos” organizaram no período de implantação da medicina homeopática no país, isto é, de 1840 a 1859.

Início a análise dessas estratégias pela mais importante: a Fundação dos Institutos de Homeopatia (mais tarde, também, de Ligas de Homeopatia), uma vez que seriam elas o centro irradiador de todo o saber e prática homeopáticos.

O primeiro Instituto Homeopático do país não foi fundado no Rio de Janeiro, mas em Sahy, em colônia fourierista (falanstério) organizada no atual estado de Santa Catarina pela controversa figura do Dr. Bento Mure.³² Não sei ao certo

32 Consultando fontes documentais como o *Jornal do Comércio* e a revista *Sciencia* (primeiro periódico de homeopatia que se tem notícia no Brasil, que funcionou de 1847 a 1849) ou fontes de autores homeopatas sobre a história da Homeopatia, verifica-se uma querela a propósito do pioneirismo homeopático do Dr. Mure. Um médico francês de nome Émile Germon reivindica para si o privilégio de ter introduzido a homeopatia no Brasil antes de 1840, ano da chegada de Mure. O Dr. Emygdio Galhardo, na sua tese *História da Homeopatia no Brasil*, argumenta com documentos da época que a paternidade do movimento cabe a este e não àquele francês. De qualquer modo, a homeopatia entra no Brasil através da França. O Instituto Homeopático de Sahy, por exemplo, é de 1842, fundado pelo Dr. Mure como pare da Escola Suplementar de Medicina Homeopática. O primeiro brasileiro conhecido a se interessar pela homeopatia e sobre ela manter correspondência com a Europa é o patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (GALHARDO op. cit., 1928, p. 272 e 195)

quanto tempo funcionou o Instituto Homeopático pioneiro, uma vez que o doutor Mure veio para o Rio de Janeiro em 1843, com o fracasso de sua comunidade. Terá certamente funcionado algum tempo ainda sem sua liderança. Outros estudos deverão responder a essa pergunta. Vendo-se com atenção o plano de funcionamento do Instituto-Escola Homeopático do Rio de Janeiro, divulgado no Jornal do Comércio de 25 de janeiro de 1843, nota-se que o Instituto Homeopático do Brasil deveria ser um centro irradiador do pensamento e da prática da homeopatia no país, além de formar médicos especialistas na nova medicina. Basicamente, trata-se de uma escola de atividades, de pensamento, de propaganda e de experiência clínica e farmacológica com as substâncias homeopáticas. Até uma farmácia central era planejada para funcionar “sob o controle de uma comissão de médicos” para que houvesse mais segurança na manipulação das substâncias e que, além disto, deveriam ser transformadas em medicamentos homeopáticos por meios mecânicos, para que não houvesse interferência no resultado final.

O Dr. Mure é, ao menos no momento de sua chegada ao Brasil, cauteloso com relação à implantação do novo sistema médico, possivelmente em função de seu papel principal, de fundador de uma colônia socialista formada por colonos franceses. Sabe-se como a homeopatia é uma doutrina complexa e polêmica face à medicina desde a primeira metade do século XIX. Esta era centrada em métodos de diagnóstico anteriores à clínica de Claude Bernard, baseada em terapêuticas invasivas, como sangrias, aplicações de ventosas, banhos ou compressas geladas ou ferventes, numerosas tinturas, tisanas, xaropes e variadas substâncias

vegetais recém-descobertas pela ciência médica, e que se aplicavam, segundo historiadores, indiscriminadamente e em grande quantidade aos doentes. Hahnemann criticou a alopatia de então por sua falta de princípios diretores na aplicação de tal ou qual medicamento, ou de usar para um mesmo paciente diferentes terapias, às vezes desconhecidas, sempre em função de princípios especulativos (medicina teórica). Na verdade, para os homeopatas brasileiros do século XIX, a alopatia será vista como anti-medicina, como anti-arte de curar. No entanto, é ela a medicina oficial e como tal deve ser respeitada, para que não se abatam sobre a ciência homeopática os rigores da lei. Não fosse este um perigo a ser evitado, havia pior: o de serem usados argumentos médicos para o combate da experiência socialista de Mure e argumentos políticos (acusação de subversão, comunismo, etc.) para o combate da sua doutrina médica. Era preciso ser cauteloso neste início. E aparentemente o Dr. Mure foi prudente em Sahy. De acordo com Galhardo, o Dr. Mure evita participar das polêmicas envolvendo a homeopatia, veiculadas na imprensa, sobretudo no Jornal do Comércio, temendo represálias contra sua colônia:

“A causa da colonização que defendo neste momento parece-me de igual interesse para a humanidade. Temo não venha ela a sofrer dano da parte dos interesses comprometidos pela reforma da medicina (refere-se à superação da medicina alopática pela homeopatia), e que esses interesses não a impliquem no seu ódio comum, nas suas agressões sistemáticas etc.”
(JORNAL DO COMÉRCIO, 1841 apud GALHARDO).

Nem por isso seu Instituto-Escola é menos ambicioso

de planos e finalidades. Com efeito, sua Escola Suplementar de Medicina tem por finalidades: “generalizar e popularizar a homeopatia, defender a pureza da doutrina de Hahnemann, fornecer às farmácias secundárias (subsidiárias da central) medicamentos preparados convenientemente, e facilitar por todos os meios a transformação da antiga medicina” (grifo meu). (GALHARDO, 1928, p. 296)

Para isto, deveria o Instituto-Escola dispor: A - de um centro de ensino; B — de uma farmácia central; C — de uma comissão de correspondência e redação. O ensino deveria ser teórico-prático, isto é, compondo-se de matérias teóricas relevando da filosofia, da história, da terapêutica homeopática, da posologia medicamentosa, de farmacologia e também de experiências sobre o homem são (com as substâncias homeopáticas) de prática clínica “de cabeceira” e de preparação de medicamentos. Previa-se para o prazo mais rápido dentro das possibilidades financeiras a construção de um hospital destinado à atenção médica gratuita para os pobres.

Tudo no Instituto deveria funcionar, evidentemente, dentro dos padrões estritamente hahnemannianos, pois o Dr. Mure era um ortodoxo, um seguidor preocupado em manter a pureza da doutrina e da prática homeopáticas. Para Mure, que deixara as atividades de empresário comerciante legadas por seu pai em proveito das atividades reformistas de uma ciência que considerava divina, conservar o sistema homeopático de medicina, com sua divulgação pelo mundo, era mais que uma dívida de gratidão por sua vida: tratava-se de uma missão para com a humanidade. O próprio interesse pela medicina lhe adviera do contato com a homeopatia

como paciente tuberculoso. Curado, fora à Faculdade de Medicina de Montpellier realizar seus estudos médicos, tendo mais tarde recebido cursos em homeopatia do próprio Hahnemann, que possivelmente conhecera em Paris.³³ O Dr. Mure era, portanto, um missionário da homeopatia, um eleito encarregado de expandir uma verdade nova, num campo do saber há séculos ocupado por uma corporação ciosa de seus direitos e de seu poder. Qualquer que fosse a estratégia usada pela nova arte de curar, com ou sem cautela, o confronto seria inevitável.

A medicina acadêmica por seu lado, através da Faculdade e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, dará combate incessante ao médico francês, bloqueando no parlamento suas tentativas de legalização do ensino de homeopatia, acusando-o de prática ilegal da medicina, de assassinato, de envenenamento de paciente (por medicação homeopática), de ter comprado seu diploma em Montpellier, de não entender de medicina nem ter diploma revalidado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Enfim, de ser pura e simplesmente um charlatão.

Voltarei a examinar estes e outros atos dos médicos envolvendo o introdutor da homeopatia no Brasil mais adiante, na medida em que se dirigirem a mais pioneiros. A meu ver, tais atos configuram contra estratégias dirigidas às estratégias dos homeopatas, uma vez que serão sempre as mesmas, dirigidas sempre contra os “charlatães da homeopatia”. É

33 Embora a documentação reunida pelo estudo não estabeleça esse conhecimento pessoal, mas o insinue, é praticamente impossível que a presença de Hahnemann em Paris tenha passado desconhecida de Mure, uma vez que o Conde de Guidi o advertia. O fundador da homeopatia aí permanecerá por nove anos, até sua morte.

necessário lembrar que, independentemente de sua cultura medica e geral (que segundo testemunhos de discípulos eram “excepcionais em quantidade e qualidade”), o Dr. Mure era um combativo militante na política (socialista utópico), na medicina (homeopata ortodoxo) e na educação (partidário de uma reforma no ensino inspirado na doutrina pedagógica anarquista de Jacotot, educador de Louvain, segundo a qual os alunos podem aprender por si mesmos, e ensinar uns aos outros conteúdos que desconhecem, utilizando-se apenas de leitura orientada e discussão coletiva, numa fórmula que assim resumia: “Deus criou a alma humana capaz de instruir-se a si mesma, e sem o concurso de mestres e explicadores”)³⁴.

Este caráter ao mesmo tempo radical e polivalente do jovem Dr. Mure (não tinha mais que trinta anos quando chegou ao Brasil), granjeou-lhe o ódio não apenas dos médicos oficiais das categorias mais reacionárias no Parlamento e na sociedade civil, como a inveja e o rancor dos próprios homeopatas pioneiros, que pediram sua cabeça não só aos poderes públicos (polícia, justiça, Faculdade de Medicina), mas ao próprio Instituto que viria a fundar na capital do Império em 1843, ao deixar Sahy. Entre esses homeopatas destacam-se o francês já mencionado em nota, Dr. Germon, e o Dr. Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada, líder da primeira dissidência na Homeopatia, quatro anos após ter ajudado a fundar o Instituto Homeopático do Brasil no Rio de Janeiro, no dia 10 de dezembro de 1843 (GALHARDO, 1924, p. 401-405).

34 O Dr. Mure chegou mesmo a propor de forma pedagógica a ser concretizada num *Instituto Panecástico*, plano fundamentado na pedagogia ativa de Jacotot. Vê-se aí que o homeopata, antes de tudo, era um reformador social.

Deve ser acentuado, contudo, que a cautela que possa ter mantido o introdutor da homeopatia no Brasil em Sahy abandonou-o completamente após sua chegada ao Rio, em agosto de 1843. O plano da fundação de um Instituto-Escola de Homeopatia é imediatamente posto em ação, colocando-se doravante o Dr. Mure no centro de operações do combate alopatia-homeopatia, atuando com dedicação apaixonada embora nem sempre com habilidade, chamando a si convertidos médicos que fizera entre o período de seu desembarque no Rio de Janeiro em 1840 e sua estadia em Sahy, e “convertendo” novos, de modo a criar um núcleo propagador que se reuniria no Instituto Homeopático do Rio de Janeiro. O plano da Escola-Instituto da colônia de Sahy será ampliado e mais ousado: a capital da Corte o exige. No entanto, lá estão resumidos, no Artigo da ata de fundação do Instituto que se organiza como sociedade civil, os objetivos e as propostas de ensino, de prática clínica e de experimentação, bem como de divulgação da Homeopatia:

“Art. 1º - O Instituto Homeopático do Brasil é uma associação que tem por fim propagar a Homeopatia por meio do ensino, publicações, experiências e prática desta ciência; e pela preparação dos remédios homeopáticos, os mais puros e homogêneos que seja possível obter”.³⁵

35 A ata de fundação, onde figura o nome do Dr. Duque Estrada, juntamente com mais de 71 sócios fundadores, entre médicos, farmacêuticos e “amigos” da sociedade homeopática (inclusive pacientes “salvos”), é do dia 10 de março de 1844 (cf. GALHARDO, p. 308). Não refere o historiador cronista, contrariamente ao seu hábito, ter colhido tais dados no *Jornal do Comércio*, veículo da grande imprensa que divulgava os eventos da homeopatia. É legítima supor que os colheu do próprio original, pois Galhardo dispunha de um acervo considerável de fontes documentais da homeopatia.

Não contente de fundar uma sociedade civil que rivalizaria em termos de produção e reprodução de saber médico, com os órgãos oficiais do Império, isto é, com as Faculdades de Medicina, o homeopata declara desde o discurso de fundação do Instituto que sua medicina se fará “em proveito das classes pobres”, linguajar no mínimo estranho para a medicina da época, habituada a servir aos oligarcas e funcionários da Corte:

“Nós, e quem por convite nosso se nos unir, constituir-nos-emos em sociedade denominada Instituto Homeopático do Brasil, a fim de propagar a homeopatia em proveito das classes pobres.” (GALHARDO, s/d, p. 305)

Nesta direção, se se consulta o texto de apresentação de propósitos do Dr. Mure ao Imperador no momento em que solicita terreno para fundar uma colônia fourierista no Brasil, pode-se reconhecer aí também seu estilo de socialista militante:

“Venho em nome de todas as classes sofredoras que aspiram na França a mudar de posição, pedir a V.M. os meios de gozar, debaixo de um governo tutelar, do fruto legítimo de seu trabalho”. (GALHARDO, idem, p. 304)

Esses comentários sobre as convicções e ações do introdutor da prática da homeopatia no Brasil visam a situar sob que signo se apresenta no nosso país a nova medicina, e que situações ela vai afrontar. Como já afirmei, mais que de um debate científico, trata-se de uma batalha política pelo controle de espaços institucionais relacionados ao saber médico. Os homeopatas representam para a medicina oficial, desta forma, uma ameaça objetiva a ser enfrentada e

eliminada.

Os Pioneiros Homeopatas e a Polêmica da Homeopatia

O radicalismo de pioneiros como o Dr. Mure, por outro lado, favorece o confronto com as instituições médicas e com os médicos alopatas. Os embates dar-se-ão pela imprensa, e neste caso o Jornal do Comércio ocupa lugar de destaque na questão da “polêmica da homeopatia”; no Parlamento, e neste caso os médicos deputados e senadores, como o Conselheiro Jobim, ocuparão o lugar preponderante no front legal contra a institucionalização da homeopatia; na Academia Imperial de Medicina, onde os principais inimigos da homeopatia discutirão da validade (ou invalidade) do sistema homeopático; na Faculdade de Medicina, onde as mentes, além de colocarem sistematicamente em ridículo a nova doutrina, não permitirão que se coloque cadeira ou disciplina homeopática para os alunos que assim o desejarem, e pressionarão aqueles que desejarem defender tese sobre o tema maldito da homeopatia; na justiça, para onde tentarão arrastar os infratores da lei de 03 de outubro, por prática ilegal da medicina; na polícia, onde os mesmos médicos encarcerarão ou ao menos multarão os “charlatões da homeopatia”.³⁶

36 Deve-se salientar que uma boa parte dos médicos era, desde o fim da 1ª metade do século XIX, delegado ou chefe de polícia no Rio de Janeiro, por carência de advogados para exercer tal função (não havia faculdade de Direito na Corte). Eram também deputados de província ou senadores do Império. Os médicos não detinham o poder do Estado apenas no que concernia o saber e a prática médica: detinham também, em grande parte, os postos-chaves nos três poderes do Estado. Machado et al, no já citado *Danação da Norma*, nos mostram algumas das estratégias de penetração política dos

Além disso, como já afirmei atrás, não perderão uma só ocasião de desmoralizar publicamente os homeopatas com ataques concernindo não apenas a vida profissional dos mesmos, mas também a sua vida privada, familiar e moral, ou política e intelectual. Neste caso, as páginas da imprensa, sobretudo no diário Jornal do Comércio, fazem desfilar acusações de assassinato, de envenenamento de pacientes por substâncias homeopáticas, de compra de diplomas no estrangeiro, insinuações de vida moralmente reprovável, ou, de serem os homeopatas, pessoas “sem categoria” para exercer o métier de Hipócrates, tudo isto numa linguagem agressiva, às vezes vulgar. A tática da desmoralização dos homeopatas, além de afastar a ameaça homeopática no plano corporativo, tinha a vantagem de dispensar a medicina de terçar armas no plano da discussão científica e da prática médica, uma vez que eram os indivíduos médicos que se envolviam nessas discussões, e não as instituições acadêmicas da medicina.

Às provocações dos homeopatas no terreno acadêmico, aliás, os alopatas responderam sempre com o silêncio, mesmo quando desafiados publicamente para um confronto médico, oferecendo aos homeopatas ampla

médicos por esta época, estratégias, aliás, bem sucedidas. Ver também Galhardo, que nos mostra com os documentos *História da Homeopatia no Brasil*, o desenvolvimento das estratégias médicas contra os defensores da homeopatia, e o poder político, social e ideológico de que dispunham os médicos na sociedade brasileira já no momento da implantação da medicina homeopática em nosso país. Os dados desta pesquisa apontam para um poder institucional crescente a partir dos anos 40. Evidentemente tal poder institucional não consegue impedir que práticas dissidentes se legitimem socialmente. O que sucede (ainda hoje, aliás) com a homeopatia e outras práticas terapêuticas populares.

vantagem de saída nas “apostas”:

“Seja posta à disposição dos homeopatas... a metade dos enfermos que houverem na Santa Casa da Misericórdia, e eu me proponho a provar praticamente: 1º - Repetindo a experiência do Dr. Trousseau, que os doentes tratados com bolas de pão e água pura ficam melhor curados e mais depressa do que sendo submetidos a tratamentos alopáticos. 2º - Que a homeopatia cura muito mais depressa e muito mais seguramente, e pode reduzir a mortalidade a muito menos da metade do número ordinário. Se desde o primeiro mês de tratamento homeopático a mortalidade, que hoje é de 26% não ficar reduzida a 20%, se no fim do terceiro mês não estiver ela reduzida a 13%, isto é à metade do que atualmente, eu, abaixo assinado, obrigo-me a declarar-me inábil, a banir-me desta corte e a renunciar à prática da medicina (...) A Academia desejava em dezembro de 1842 fazer experiências: o que era então uma simples curiosidade é hoje necessidade urgente. Tratei no ano passado mais de 2500 enfermos; concorreram ao consultório mais de 500. Se a homeopatia é falsa, 3000 enfermos reclamam o direito de ser salvos. Confiai-nos metade dos doentes de vosso hospital por um mês somente e a humanidade, livre enfim de uma dúvida cruel, qualquer que seja o resultado, vos bendirá”. (BENOIT MURE apud GALHARDO, 1928, p. 280)

Na verdade, tais desafios nunca encontraram resposta prática, ficando as polêmicas com seus argumentos e contra-argumentos confinados às páginas da imprensa diária ou especializada. A polêmica da homeopatia atinge o máximo de sua virulência nos anos 45-46, respondendo os titulares da medicina oficial com desdém às provocações dos

homeopatas:

“O Dr. Emílio Maia, um dos muitos intransigentes adversários da homeopatia e seus adeptos, em sessão da Academia Imperial de Medicina, publicada nos Anais de Medicina Brasileira de maio de 1846, afirmou que o Dr. Mure munido de um manequim do Dr. Auzoux³⁷, havia procurado o Dom Abade no Convento São Bento solicitando permissão para dar lições sobre homeopatia nesse mesmo convento, negando-a o Dom Abade (...). Nesse mesmo escrito (...) o Dr. Emílio Maia declara: um homem de ciência não se deve ocupar da homeopatia”. (GALHARDO, s/d, p. 314)

Apesar do fogo cerrado da medicina, manifestado nas sessões da Academia, da Câmara dos deputados, da Faculdade ou nas polêmicas jornalísticas, instalam-se vários consultórios gratuitos destinados aos pobres em vários povoados do Império. Deles, alguns eram entregues a médicos “convertidos”, mas onde não houvesse médicos, os remédios e os ensinamentos homeopáticos eram confiados aos vigários de paróquia.

A prática da homeopatia era difundida, desta forma, de maneira informal (abdicando do ensino oficial) através de outros poderes (padres, fazendeiros, professores, bacharéis,

37 Os manequins do Dr. Auzoux eram destinados a demonstrações de conhecimentos anatômicos nas aulas de anatomia, possivelmente em função da pouca disponibilidade de cadáveres para dissecação e estudo de anatomia patológica, problema já grave no ensino médico de então. Isto motivou um movimento estudantil pela reforma do ensino médico nos anos cinquenta do século XIX, examinado em trabalho nosso anterior. Ver LUZ, M.T. et al. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, 2ª parte. Ver também MACHADO et al. *Danação da Norma*, 2ª parte.

até comerciantes) que não o poder médico. O que excitava ainda mais os representantes deste poder. Galhardo (1928, p. 318) afirma que “quer nas associações de médicos da antiga escola, quer pela imprensa, a luta se reveste do mais acirrado entusiasmo, de parte a parte. Mas isto não impede que a nova medicina se insinue pela população. Parece mesmo que auxilia sua propaganda”.

No entanto, outra conjunção a homeopatia parece não se insinuar apenas na população comum ou necessitada, mas também na sua elite mais consagrada por berço e cultura. É assim que “em 10 de janeiro de 1846, o Instituto Homeopático elegeu para membros de sua diretoria os Exmos. Srs. Marquês de Olinda, Visconde de Goyana, Visconde de Sapucahy, Conselheiro Araújo Vianna...”, entre outros. Segundo o historiador Galhardo, homens ilustrados e cultos afluíam ao consultório do Dr. Mure, “desejosos de conhecer essa nova ciência médica que curava sem fazer sofrer”. Este, certamente, não regateava informações e ensinamentos. Pelo contrário, parece tornar-se uma tática importante de legalização da homeopatia a “conversão” de homens ilustres no Congresso e na sociedade civil que, contrariando os médicos, poderiam apoiar e defender a nova doutrina.

É verdade que o fundador da homeopatia conduziu uma luta no sentido de tirar dos médicos o monopólio da prática e da reprodução do saber, afirmando que a nova doutrina não precisava ser privilégio de poucos. A socialização do saber homeopático como forma de combater a medicina oficial será uma constante entre os pioneiros da homeopatia. O próprio convite ao debate público é uma forma de expor a medicina alopática, atitude que os médicos percebem muito

bem, declinando de todos esses convites.

Mas a propaganda homeopata não segue apenas os canais da imprensa. A instalação dos famosos consultórios públicos, a formação de homeopatas não médicos em curto espaço de tempo, visando à interiorização da homeopatia, o apoio dos padres das paróquias e dos fazendeiros, necessitados de socorros médicos para os escravos ou trabalhadores pobres inatingidos pela medicina alopática, é uma estratégia importantíssima de legitimação da homeopatia que exasperará cada vez mais os médicos e seus aliados no poder legislativo, no judiciário, na polícia e na própria sociedade civil.³⁸ Segundo o Dr. Galhardo, a partir do ano de 1846 moverão uma formidável campanha contra a homeopatia e seus adeptos.

Entre outras táticas, passarão a chamar constantemente a atenção do chefe de polícia para a fábrica de médicos da Rua S. José, 59 (endereço do Instituto Homeopático). Apela para a ilegalidade da Escola Homeopática, que infringia a lei de 3 de outubro.

Mas os ataques à homeopatia não se restringem à questão do ensino. Também o modelo médico é criticado, sobretudo pelos próceres da Academia Imperial de Medicina:

“O Dr. Sigaud propôs que a Academia pronunciasse sua opinião a respeito da Homeopatia para desengano do público, o qual é todos os dias iludido com as correspondências que aparecem

38 Páginas atrás mencionei um artigo onde um médico da Academia anuncia que um homeopata, “altivo de tão descomunal proteção, isto é, fora do alcance da normalização médica, protegido por outros poderes abre clínica, funda escola e prega o comunismo.

nos jornais, e que é continuamente vítima de sua credulidade e fé nesta medicina, ficando assim muitas moléstias agudas e graves, que requerem pronta e ativa medicação, entregues a uma terapêutica inerte e absolutamente nula, resultando disso fazer a enfermidade rápidos progressos e terminar com a morte em casos em que isso talvez não acontecesse, se fossem logo tratados com medicina ativa e capaz de curar (...).” (GALHARDO, *ibidem*, p. 323)³⁹

A partir desta solicitação, a Academia aprovou a proposta de que o Dr. Sigaud “apresentasse uma exposição dos fatos relativos aos males causados pela homeopatia e dos abusos a que essa doutrina vem dando lugar na profissão médica”. O que, segundo o historiador, nunca foi feito.

Convém ressaltar, nesta acusação médica, que ela se dirige ao núcleo central da terapêutica homeopática, que é o remédio homeopático, visto como “inerte” e “nulo”. Tal acusação é ainda hoje mantida, pois para a medicina científica, de acordo com as leis da composição da matéria, a partir de certo grau de diluição não há mais atividade biológica num solvente proveniente de uma substância solvida, na medida em que não restam moléculas daquela substância.

A chamada dinamização homeopática, isto é, a liberação de propriedades físicas desconhecidas da matéria nas diluições, a partir de certo tipo de agitação (sucussão) ou trituração de partículas, que poderiam absorver, fixar e depois transmitir tais propriedades aos organismos humanos, soa até hoje absurdo. Tão absurdo como soa a repartição

39 Segundo Galhardo, a pressão dos alopatas foi tanta que os homeopatas resolveram suspender as atividades da Escola até que o governo imperial se manifestasse sobre legalidade (ou ilegalidade) da mesma.

infinita de partículas da matéria e a liberação, sob a forma de energia, de propriedades físicas qualitativamente diferentes das propriedades químicas, nas doses imponderáveis.

Já em 1842, portanto, a Academia Imperial de Medicina fizera publicar na sua Revista Médica Brasileira um artigo de título “Absurdo matemático da homeopatia, sobre as doses infinitesimais” (Revista Médica Brasileira, órgão da Academia Imperial de Medicina, setembro de 1842, apud GALHARDO, s/d, p. 294).

Interessa chamar a atenção para este ponto de divergência no plano do saber médico por dois motivos principais. O primeiro deles é no sentido de ressaltar que a luta corporativa que os médicos conduziram contra a homeopatia no período de sua implantação no Brasil, isto é, nos anos quarenta e cinquenta do século XIX, embora recubra interesses econômicos, políticos e corporativas, apoia-se em divergências concretas no nível do modelo de concepção médica da doença, da terapêutica, do próprio conceito de saúde e cura e da relação médico-paciente. Tais divergências permanecem essencialmente as mesmas ainda hoje, embora a homeopatia tenha absorvido, através do debate de suas correntes internas, conceitos e práticas da clínica que a alopatia desenvolveu ao longo de seu avanço, nos últimos cem anos.⁴⁰

40 As divergências que mencionei estão reunidas no 2º capítulo deste trabalho, quando tracei o perfil da vida e das obras de Hahnemann. Seus discípulos adotaram, globalmente, o modelo do fundador, dele, desviando-se secundariamente, ou mantendo-se ortodoxos em termos de princípios teóricos. A disputa entre as correntes é no sentido de estabelecer quem é o verdadeiro *guardião* da doutrina homeopática.

Nada pior para os homeopatas, portanto, que o silêncio da medicina em termos de prova, de experimentação. A deblateração epistolar, sobretudo no tom em que se dava na imprensa leiga, não interessava aos defensores da homeopatia, a não ser no plano da propaganda de agitação. Para a legitimação acadêmica da homeopatia, tais debates não contribuíam com praticamente nada de positivo. Mas, o confronto clínico, nunca aceito de fato pelos médicos oficiais, rejeitado seja pelo silêncio, ou aceito, no máximo, através de promessas de investigação da homeopatia, jamais cumpridas no terreno da experiência clínica, tal confronto era vital para a legitimação da medicina homeopática em todos os espaços onde ela buscava se afirmar.

Deste ponto de vista, os homeopatas mostraram-se, não somente no período da implantação, mas até os anos vinte deste século, confiantes na veracidade e na eficácia de seu modelo médico, e no efeito terapêutico de sua medicação. A tal ponto que, se havia alguma acusação de ineficácia ou intoxicação de pacientes por medicação homeopática, os homeopatas protestavam veementemente, e não raro demonstravam que os princípios hahnemannianos não haviam sido observados num ou noutro caso.

A fé dos homeopatas no seu sistema médico por vezes abalava as convicções de uma minoria de alopatas competentes e seguros, que acabavam convertendo-se (o termo empregado pelos homeopatas da época é exatamente este) à homeopatia. Além disso, como já afirmei aqui, alguns intelectuais eruditos e brilhantes, filhos das oligarquias da corte, liberais na política e na ciência, encantavam-se com a novidade das concepções homeopáticas: sobre o adoecer e o

curar, sobre o papel missionário do médico, é verdade, mas também com as ideologias socialistas que os homeopatas não raramente defendiam, principalmente o pioneiro Dr. Mure.

Desta forma, a homeopatia avançava não só nas elites intelectuais em geral, mas também na Academia Imperial, e aos poucos fazia alguns adeptos na própria Faculdade de Medicina.

Não se poderia afirmar com certeza se a própria intolerância com que os setores dominantes na medicina oficial tratavam a homeopatia foi um dos fatores decisivos para a aceitação social do sistema homeopático no período de sua implantação, tanto pela elite, como pela população. É provável. Mas é também provável, e os escritos dos homeopatas da época deixam supor esta hipótese, que a curiosidade de desvendar uma novidade que chegava da Europa através dos franceses, e que soava como revolucionária para o contexto cultural (e mesmo médico) brasileiro da época, tenha também contribuído para as conquistas que a homeopatia fazia na época.

Em todo o caso, não se pode esquecer, e Machado e seus colaboradores o sublinham muito bem na obra aqui várias vezes citada, os médicos oficiais também estavam desenvolvendo neste momento um espaço de intervenção na sociedade, no sentido de resolver os problemas não só da doença, como dos costumes, da organização da cidade e até dos próprios indivíduos como cidadãos sujeitos ao Estado, de acordo com uma lógica sanitária (MACHADO et al, 1978).

Quanto às doenças coletivas, sabe-se que já na primeira metade do século XIX a população das cidades

brasileiras, sobretudo do atual estado do Rio de Janeiro, se debate com o problema de epidemias e pestes sem que as políticas sanitárias da época consigam debelar tal problema. Apesar de a medicina social da época se propor a solucionar a questão das epidemias (LUZ, 1982), os homeopatas pretendem demonstrar que seu modelo de conhecimento é superado com sua terapêutica ineficaz e, pior que isto, iatrogênica, para lidar com a doença coletiva (ou individual).

Mais que uma concorrência, trata-se de uma afronta à medicina social da época e, indiretamente, de uma proposta alternativa de poder que os médicos não tolerarão, embora se neguem a enfrentá-la no terreno da prática clínica.

Este esclarecimento é necessário para que não se tenha a impressão, decorrente de afirmações anteriores do texto, que os médicos acusaram os homeopatas de charlatães, e como tal os combateram, apenas por motivos políticos, de poder corporativo. Estes foram realmente os principais, mas as diferenças no modelo de saber e de prática médica, embora ignoradas ou não apreendidas pelos médicos, foram também importantes, constituindo-se num motivo político de outra natureza (científica), mas igualmente importante.

A Ciência Médica e o Saber Homeopático no Século XIX

Por outro lado, é fundamental compreender que este modelo, incompreendido ou ignorado pelos médicos do século XIX, permanece até hoje em grande parte neste estado, mantendo-se, portanto, o veto inicial, baseado em ideologias científicas distintas.

Se já naquele momento as questões da dose infinitesimal e da dinamização pareciam absurdas, ainda hoje em dia, mesmo após as profundas transformações na ciência, em particular na física, ocorridas no início deste século, a teoria da constituição das doses homeopáticas é no mínimo hipotética, e resta muito a provar em termos de investigação.

Tudo isto acontece apesar das explicações sobre a natureza física do medicamento homeopático, desenvolvida em diferentes épocas, com argumentos diferentes pelos homeopatas, mas guardando sempre a mesma lógica, isto é, das propriedades dinâmicas das doses homeopáticas.

Os homeopatas procuraram, ao longo de várias gerações, enquadrar o discurso sobre a natureza energética da dose infinitesimal e seu efeito sobre o dinamismo vital nas margens do discurso científico mais avançado da época. Mais do que uma tática de legitimação institucional, tratou-se de uma estratégia política de fazer avançar o saber médico homeopático sobre o saber oficial.

No século XIX, esta estratégia não significava uma forma de subordinação teórica, mas uma luta neste plano.

Isto pode ser encontrado já nos argumentos do Dr. Manuel Duarte Moreira, diretor da escola homeopática em 1848 e, nos documentos anexos ao processo de reconhecimento do ensino e da prática médica homeopática encaminhados ao Parlamento⁴¹, que passam pela argumentação do Dr. Godoy Ferraz (1946) e chegam até às

41 Documento nº6 - *Resumo estatístico de legislação e estabelecimentos concernentes à existência da homeopatia tanto na Europa como na América, da autoria de Manuel Duarte Moreira apud Galhardo, p. 528-529 de sua História da Homeopatia.*

lições contemporâneas do argentino Dr. Thomas Paschero⁴², sobre a natureza física do remédio homeopático” (PASCHERO, 1984).

Vejamos o que diz o primeiro, o Dr. Duarte Moreira:

“(…) Mal grado ainda alguns contemporâneos terem querido, à força de sutilezas, achar nas propriedades dos corpos chamados imponderáveis, o calórico, a eletricidade etc., a atividade espontânea (da vida), contudo, os sistemas médicos chamados propriamente fisiológicos, seguidos nas faculdades ecléticas ou exclusivas, partiram da hipótese de que a vida e as leis que manifestam o exercício vila por modo nenhum se podem confundir com as leis físicas ou matemáticas que regulam a gestão do mundo material⁴³ (...) Sem ser ultras espirituais, como os que confundiram o princípio vital com o espírito dotado de razão, no entanto parecem admitir como que um terceiro princípio, constituindo aquele essencialmente distinto dos dois - material e espiritual. A evidência dos fatos obstava a que se desse a vida como consequência das leis da matéria; repugnava àqueles também concebê-la como proveniente das do espírito inteligente; mas como também repugnava apreender nos dados intuitivos a concepção de uma coisa que não fosse nem espírito nem natureza, por isso, ambígua, deixaram a questão os alopatas e, dando-a como fato discutido (...)

42 Professor homeopata argentino com influência sobre os unicistas brasileiros da atual geração.

43 O autor responde aqui, em parte, à questão do *absurdo matemático das doses infinitesimais*, argumentando que a lógica da atividade da vida (*exercício vital*) não pode ser confundida com leis físicas ou matemáticas, delas deduzidas ou a elas reduzida.

dela prescindiram ou falsearam, pois basta atender aos processos por eles empregados para estabelecerem as classificações patológicas ou nosográficas e os que tendem a qualificar a ação dos agentes medicamentosos, sempre considerada em uma apreciação química e mecânica, haja vista (sic) as matérias médicas, todas química ou empiricamente organizadas, e os revulsivos, como a sangria, que nada mais são do que depleções mecânicas, para se depreender que uma patologia e uma terapêutica puramente materiais, por conseguinte em contradição com a concepção fisiológica, combinam-se erroneamente para perfazerem o curso de estudos das faculdades”.⁴⁴

Um pouco antes, no documento introdutório ao programa de ensino da Escola Homeopática do já famoso “Instituto Homeopático da Rua S. José”, o diretor da escola explicara resumidamente como Hahnemann chegou aos seus princípios teóricos fundamentais, fazendo ali uma analogia com a elaboração da teoria de Newton.

A citação dos dois textos visa captar as tentativas históricas de legitimação teórica elaboradas pelos teóricos da homeopatia brasileira não apenas como prática médica mais racional e eficaz, mas também como doutrina, isto é, como discurso médico mais coerente e mais moderno que lhe serve de base.

Analiso agora a argumentação que é desenvolvida nos dois textos. O primeiro texto busca provar que a teoria

44 DUARTE MOREIRA, citado por Galhardo, s/d, p. 520-523. Ver a transcrição integral do documento n. 3 anexo ao *Processo de Reconhecimento oficial da Homeopatia* encaminhado ao Congresso em 1848.

desenvolvida pelo novo saber médico (homeopático) é uma teoria mais avançada que a vigente no saber oficial, pois pode conciliar a organização material do organismo (estrutura mecânica e composição dos seus elementos) com o funcionamento da vida e sua lógica (princípio vital) por meio da teoria fisiológica, através da qual se supera o problema da natureza e da origem da vida como princípio animador do organismo, sem cair num materialismo mecânico ou num ultra espiritualismo (identificar a vida seja aos seus componentes materiais estruturados, seja ao espírito dotado de razão, isto é, à inteligência). O princípio vital seria, assim, um princípio intermediário, um terceiro princípio (nem espiritual, nem material) de animação do organismo, que se percebe no funcionamento da vida, isto é, através da fisiologia.

O autor acusa os alopatas de não enfrentarem a questão, deixando-a ambígua, por repugnarem apreender intuitivamente “uma coisa que não fosse nem espírito nem matéria”. Afirma que a homeopatia é lá muito próxima dos sistemas médicos chamados propriamente fisiológicos, tentando demonstrar que estes são mais avançados que os sistemas reproduzidos nos cursos das faculdades, estes mais próximos de um materialismo mecânico que deduziria “a vida como consequência das leis da matéria”.

Para o nosso homeopata há aqui dois problemas fundamentais a resolver no nível teórico. O primeiro é provar que o raciocínio da homeopatia e sua lógica são procedimentos científicos elaborados. O segundo é demonstrar que o conteúdo do raciocínio homeopático é mais satisfatório para dar conta do seu universo de fatos, isto é, dos processos do adoecimento e dos mecanismos de cura (a patologia e a

terapêutica).

Do ponto de vista filosófico a homeopatia é um sistema vitalista, que defende a existência de um princípio autônomo que explicaria a vida como existência, como atividade animadora do organismo. Este princípio não é necessariamente a alma ou a inteligência (princípio espiritual ou racional), mas não se confunde com o organismo visto como estrutura articulada de elementos materiais (organismo biológico). Este princípio, sendo imaterial, não pode ser apreendido empiricamente, examinando-se, por exemplo, corpos humanos. A não ser que sejam corpos humanos vivos, em que a percepção do fenômeno da vida passa a ser intuitiva.

Em face de um campo teórico recém-saído do iluminismo, em que a razão e a observação empírica, o mundo material e uma concepção sobre ele mecânica, quase maquinista, começam a se imbricar profundamente num todo legitimado como ciência, para enfrentar a questão da percepção intuitiva ou de realidades imateriais (como a vida ou as doses homeopáticas) ou de um terceiro princípio, é preciso estar armado de coragem no nível político e de argumentos comprováveis no nível teórico.

Do ponto de vista do vitalismo médico, a homeopatia se apoiará, portanto, na teoria fisiológica, única que admite a não identificação do princípio da vida com o espírito (alma) ou com a matéria (conjunto de órgãos e sistemas conhecido como organismo). Pelo sistema fisiológico, poderia se superar este dualismo herdado do racionalismo do século XVIII, ao menos no plano da filosofia médica (sistema médico).⁴⁵

45 A questão do *terceiro princípio* só veio a ser superada na ciência através da biologia, na segunda metade do século XIX, mas a medicina resultante do

Mas o homeopata vai mais longe. Para ele, tal filosofia é mais coerente porque responde às questões do seu campo de observações, isto é, às questões da prática, no campo da fisiologia, da patologia e da terapêutica médicas. É o que tenta demonstrar no segundo texto, transcrito, onde faz uma comparação entre o trabalho de Newton e o de Hahnemann.

Aqui, a ideia filosófica central, que fundamenta o vitalismo homeopático, é a ideia da possibilidade de construção de uma ciência universal, cujo princípio unitário, em termos de razão, se ancoraria na infinidade da inteligência divina, princípio e unidade de toda a verdade e de toda a realidade. A razão humana, embora finita, participa desta unidade e deve buscar o nexu racional que une todas as ciências em sua aparente diversidade. Desta forma, assim como a ligação imediata entre a filosofia (ciência universal) e a realidade dos fatos da consciência humana é dada pela psicologia, a ligação entre a filosofia (ciência universal) e os fatos da vida é dada pela fisiologia:

“A Fisiologia é, portanto, o nexu que prende racional e experimentalmente a patologia à terapêutica, isto é, ela é o ligamento que enlaça os fatos empíricos e isolados da experiência, chamados arte de curar, aos princípios racionais de um sistema científico denominado medicina”.
(DUARTE MOREIRA, idem).

Na fundamentação científica da homeopatia na fisiologia (que é, segundo o autor, vitalista) há não só a busca de legitimação de um conteúdo teórico, mas também de uma forma de procedimento científico. Em outras palavras,

iluminismo já o combatia em termos de doutrina filosófica desde a segunda metade do século XVIII.

a articulação dos fundamentos teóricos racionais aos dados empiricamente observáveis, através de um laço operacional que serve de elemento sintético entre princípios teóricos (ciência médica) e fatos (arte de curar). É a legitimação da homeopatia como ciência não só por seu sistema médico, mas também pela prática médica que é aí tentada. O que não deixa de ser ousado, tanto mais que o sistema médico homeopático é implicitamente e, às vezes, assumidamente espiritualista, ou, pelo menos imaterialista, contrariando a ideologia científica moderna, marcadamente materialista, sobretudo na medicina. Esta, tampouco admite terceiros princípios fisiológicos ou vitais. A homeopatia não só afronta esta tendência, como a despreza como superada e insuficiente:

“Julgada cientificamente até pelos seus próprios prosélitos, a medicina oficial, longe, pois, de ter assumido o caráter de ciência, segundo a acepção desta palavra, muito pelo contrário, pelo que acabo de expor, filosoficamente a vedes condenada, pois que ou haveis de condescender em confessar que a filosofia espiritualista contemporânea é um absurdo, ou que o é a ciência das faculdades?” (DUARTE MOREIRA, idem, p. 258)

O que desejo pôr em relevo, com o comentário destes textos, é que os homeopatas do segundo momento da implantação, embora acusados de professarem um saber médico absurdo e inativo medicamente ou, ao contrário, perigoso do ponto de vista terapêutico, em função da lei dos semelhantes⁴⁶, que corrobora e até piora em primeira

46 Não entendo como se devia processar o medicamento homeopático para atuar na cura dos sintomas provocados em homens sãos, isto é, através

instância os sintomas, não se retraíam com as acusações, nem tomavam uma posição subordinada ao saber dominante. Suas estratégias de legitimação passavam, como fica evidente nos textos citados, pela crítica e pela superação do saber oficial. Este, por mecanicista e praticante de um “empirismo vulgar e grosseiro”, que “põe em perigo a vida” dos pacientes, seria incapaz de unir os princípios teóricos de uma verdadeira ciência médica à prática sistemática da experimentação clínica, que se objetiva na “arte de curar”.

O supremo critério de verificação de todo sistema médico, para a homeopatia é, portanto, a capacidade de curar que possa ter. Querer abandonar o terreno da terapêutica como critério de validação de qualquer conhecimento médico, para entrincheirar-se na especulação teórica das patologias, sua origem, ou explicação causal, representa, para os homeopatas, abandonar o campo científico na medicina. A ciência médica não pode desligar-se da terapêutica, sob pena de cair no teoricismo dos princípios, desligando-se da prática de observação que une qualquer ciência a seus princípios. Portanto, os homeopatas veem a medicina como uma ciência da arte de curar.

Não é preocupante para os homeopatas do século XIX que as realidades de que falem sejam imateriais, como o dinamismo vital (energia vital) ou as doses infinitesimais. O importante é poder provar, através da experimentação pura⁴⁷ e da observação clínica terapêutica, que seus princípios

da *dinamização*, alguns alopatas da época acreditavam que se devia dar a um paciente intoxicado, doses da mesma substância que o intoxicou. Por exemplo, veneno de cobra (puro) para picada de cobras.

47 “Experimentação pura” designa as experiências sistemáticas sobre os efeitos sintomatogênicos das doses homeopáticas nos homens sãos, para a

teóricos são os corretos. Pouco importa que partam de premissas espiritualistas, como a que está embutida na ideia da existência de uma ciência universal, “fruto da razão infinita de Deus”, ideia, aliás, newtoniana.

Ao contrário, os homeopatas da época parecem demonstrar grande orgulho com sua posição espiritualista, apresentando-a como mais moderna e de vanguarda filosófica⁴⁸, fundamentando disciplinas avançadas, como a psicologia e a fisiologia, que lidam com realidades imateriais.

Na verdade, as correntes filosóficas espiritualistas, que se opõem ao positivismo e ao idealismo racionalista alemão durante todo o século XIX, começam a se desenvolver e tomar impulso neste período e terão em Fichte e Schelling seu maior expoente. Não devem ser confundidas com a corrente religiosa do espiritualismo, que teve no francês Allan Kardec seu grande formulador, comumente denominada espiritismo, e que veio também a influenciar a homeopatia, através de alguns teóricos homeopatas.

Os homeopatas desta época (1840-1850) não tinham, aparentemente, nenhum contato com esta doutrina religiosa, uma vez que o Livro dos Espíritos de Kardec só foi publicado em 1857. Ao Brasil o espiritismo chegará perto da

organização das *patogenias*. Nestas há uma repertorização dos conjuntos de sintomas que os remédios, em doses e dinamizações variadas, poderão curar nos doentes com os mesmos sintomas, agravando-os inicialmente em diversos níveis (mentais, funcionais, orgânicos).

48 No texto analisado há pouco, há um desafio filosófico atirado na frase “haveis de condescender em confessar que a *filosofia espiritualista contemporânea é um absurdo*, ou que o é a ciência das faculdades?” (grifos meus).

proclamação da República⁴⁹, com a expansão internacional da seita, cujo primeiro congresso se realiza em 1888, em Barcelona. Deve ser salientado ainda que os homeopatas do período da implantação são, na sua maioria, cristãos católicos, contando inclusive com o apoio de padres, de ordens religiosas e de fazendeiros católicos.

O espiritualismo (imaterialismo) implícito na teoria homeopata da dose infinitesimal e do dinamismo vital vem, portanto, da concepção da matéria (também implícita) que a homeopatia, desde o seu fundador, defende como verdadeira. Tal concepção pressupõe: 1ª - que a matéria compõe-se de elementos (hoje denominados partículas) fracionáveis praticamente ao infinito; 2ª - que há conversão da matéria (massa) em energia a partir de um certo estágio de fragmentação/agitação (diluição, sucussão) de suas partículas; 3ª - que este processo de agitação/fragmentação de partículas num solvente possibilita a liberação de propriedades físicas desconhecidas em substâncias específicas, propriedades essas curativas, diferentes das químicas, não presentes num estado ponderável (molecular) de tais substâncias, que impregnam o solvente.

Certamente traduzi a concepção homeopática para uma linguagem contemporânea, mas apesar desta tradução, os parâmetros de concepção homeopática da composição da matéria poderiam ser aproximados das teorias da física sobre a matéria que se desenvolveram historicamente, embora, às vezes, de maneira contraditória, desde Newton, e que só no século XX encontraram a possibilidade de superação da visão newtoniana.

49 Os primeiros centros espíritas brasileiros são de 1877.

Não é, portanto, gratuitamente que o homeopata faz apelo à concepção newtoniana do universo, e seu destino, apoiado na razão divina. Também a concepção física da matéria, em sua tentativa de superar a dualidade qualitativismo-mecanicismo, herdada de Descartes, pela aplicação de leis matemáticas à física, bem como a concepção do espaço como extensão imaterial infinita (atributo da Inteligência ou Razão), é coerente com as concepções físico-médicas dos homeopatas da primeira metade do século XIX. Não podemos esquecer que então a física e a astronomia de Newton eram o pensamento científico mais avançado.

O racionalismo deísta dos homeopatas opõe-se, assim, ao racionalismo materialista herdado do iluminismo do século XVIII, apresentando-se como vanguarda científica.

Esta estratégia de legitimação científica não se alterará durante um século e meio de existência da homeopatia, embora em algumas conjunturas os homeopatas tenham que fazer um grande esforço de tradução do seu pensamento para a linguagem científica, uma vez que o paradigma mecânico, que é o paradigma dominante da ciência médica, opõe-se conceitual e empiricamente ao modelo vitalista.

Vamos encontrar um novo momento deste esforço no Brasil no trabalho de Ferraz (1946), onde o homeopata tenta demonstrar a modernidade da teoria homeopática da diluição-dinamização das substâncias homeopáticas. Enquadra esta teoria no discurso mais avançado da física, através da longa citação de um seu colega mexicano, o Dr. Davaios Hurtado, num trabalho intitulado “O papel da física moderna no ensino da medicina homeopática”, de que traduzi os trechos mais ilustrativos:

“(…) Faz apenas alguns anos que certos físicos e matemáticos creram que em nossas chamadas altas potências era impossível que existisse um só átomo das substâncias originais e, assim, Berré, um ilustre físico francês que se especializou em farmácia homeopática, nos recorda que a molécula clássica é, por sua vez, uma polimerização da matéria, e que o elemento despolimerizado é muito mais ínfimo; isto se demonstrou na atomística moderna, pela observação espectral das caudas dos cometas, aonde, através de estudos astronômicos, chegou-se a concluir que a matéria alcança um grau de rarefação muito superior ao que se pode obter com os aparelhos de alto vácuo.

Pois bem, somente a diluição permite obter esta despolimerização até limites extremos, onde os corpúsculos imponderáveis, não é possível que atuem por suas propriedades químicas, mas, pelo contrário, pelas (propriedades) físicas, que por liberação adquiriram (...) as manipulações a que sujeitamos nossos medicamentos e a utilização de veículos como o álcool atuam não somente despolimerizando as moléculas, mas também liberando outras quantidades específicas de elétrons que podem evidenciar suas vibrações por meio do quantômetro autoeletromagnético de Ellis. “Tal conceito nos deixa um terreno virgem de experimentação, no qual tratamos de entrar preparando nossos alunos e tentando despertar o interesse pela investigação.”

E Ferraz (1946) encerra sua argumentação a favor da base científica das doses infinitesimais, afirmando que ninguém que possua mediana cultura já sorrirá ouvindo falar nas doses infinitesimais.

Quase quarenta anos depois, e mais de um século após a argumentação desenvolvida pela Escola do Instituto Homeopático do Brasil, outro teórico homeopata, o Dr. Paschero (1984), justificava a natureza das doses infinitesimais e a questão da energia vital apoiando-se no desenvolvimento da física em um momento mais atual, isto é, a física que estuda as características das partículas mínimas da matéria em função de seus movimentos, estruturação e reestruturação:

“Até o descobrimento do radium, o átomo foi considerado como a mínima expressão da matéria, mas no curso dos últimos 50 anos afirmou-se a teoria dos elétrons, iguais em toda a natureza, mas agrupados em proporção diferente e girando em órbitas planetárias em torno dos prótons (...). As diferentes formas de agrupação eletrônica dariam lugar à constituição dos diferentes elementos básicos. Posteriormente estabeleceu-se que os elétrons não só tinham características de uma partícula material, *mas também de uma onda de energia* chegando-se ao fato paradoxico de conceber a energia irradiante como matéria e culminando com o conceito da *física moderna, que aceita a matéria e a energia como manifestações de um mesmo princípio, equivalência formulada por Einstein no ano de 1905. (...) a união de moléculas em agregados moleculares tende a formar estruturas que são típicas para cada matéria, pelo que os cristais de uma substância adotam sempre a mesma forma quando as condições são idênticas. A junção de impurezas a um destes sistemas homogêneos de partículas introduz novas cargas elétricas que modificam a forma de agrupamento das moléculas de tal sistema e lhe*

conferem, por consequência, uma mudança em suas propriedades. Novas condições específicas, ligadas às impurezas, determinam uma reestruturação molecular adequada. Sobre esta constatação, e usando uma solução de cloreto de cobre, Pfeiffer trabalhou para comprovar a atividade das diluições homeopáticas. Verificou a constância com que as formações cristalinas de tal solução adotavam formas distintas que correspondiam às características da impureza adotada. Acrescentou substâncias em diluição crescente e obteve modificações cristalográficas sempre fixas com soluções da impureza que ultrapassava a 10ª centesimal. Estabeleceu com isto, de forma geral, as seguintes conclusões: 1) *Uma potência ultra molecular, como as que são usadas em homeopatia, é capaz de produzir um efeito particular e característico, que pode ser evidenciado de um modo físico, como na cristalização;* 2) *Que o remédio homeopático não é uma solução, porque a molécula do soluto se fragmentou e perdeu sua identidade física, mas um produto com caracteres definidos, que implicam na atividade de uma função da matéria.* Não obstante haver desaparecido toda partícula da matéria solvida, a dose infinitesimal evidencia um efeito que corresponde a tal substância, como se o solvente tivesse ficado modificado permanentemente. Com técnica similar à de Pfeiffer, Langmuir observou cristalizações do ácido esteárico coincidentes com sua modificação de forma, com o tipo de impurezas que agregava, e comprovou a constância do fenômeno, ultrapassando com as mesmas o limite da diluição.” (PASCHERO, 1984, p. 23, grifos nossos.)

O Dr. Paschero continua a desenvolver seu raciocínio baseando-se em experiências citadas, para finalmente concluir que, em seu aspecto físico, o remédio homeopático não é uma simples solução infinitesimal, mas um líquido marcado pela carga elétrica da droga, e que atua como fator constitutivo e imprime uma modificação da estrutura molecular do solvente, conferindo-lhe suas propriedades específicas. (PASCHERO, 1984, p. 23)

Toda esta argumentação, como as dos autores precedentes, aliás, visa a afirmar, por um lado, a originalidade da dose homeopática em relação aos medicamentos alopáticos, e por outro, sua modernidade científica.

Mais que isto, trata-se de embasar a concepção homeopática da convertibilidade matéria/energia bem como a terapêutica individual que dela decorre, num sistema de conceitos que supere a da medicina oficial em termos científicos:

“Por isto, no sentido biológico, remédio homeopático, lei de cura e lei da similitude são significações reversíveis, num sistema que considera a enfermidade como o esforço do indivíduo para achar seu próprio equilíbrio, e a terapêutica como a arte de exaltar tal esforço vital.” (PASCHERO, idem, p. 23)

Pode-se ver aí a diferença de interpretação do fenômeno matéria/energia e suas relações, face às colocações do autor anterior, que se baseava mais na física quântica e suas relações com as teorias ondulatórias da matéria, dissociando matéria e radiação.

Esta ampla volta feita pela história da teoria das

doses infinitesimais e da conversão matéria/energia, citando teóricos que tiveram influência na história da homeopatia no Brasil, teve por finalidade tornar evidentes alguns pontos que considero importantes para situar com clareza as estratégias de legitimação da homeopatia no plano do seu paradigma. Em primeiro lugar, que desde sua implantação no nosso país e até o presente, os teóricos da homeopatia tentaram provar que longe de defenderem teorias absurdas, vagas ou confusas, herdadas de um passado medieval ou renascentista (através de concepções emprestadas da alquimia, por exemplo), ou apoiadas em teóricos superados pelo avanço da medicina, como Paracelso, fundamentavam-se, ao contrário, na modernidade científica. Mais que isto, eles apresentaram-se como vanguarda incompreendida e combatida por poderes estabelecidos na medicina, exatamente pelo caráter novo e revolucionário de suas concepções. Tentaram demonstrar esse caráter novo, conciliando as teorias homeopáticas com conceitos e teorias das disciplinas científicas, sobretudo a física.

Meu interesse aqui não é estabelecer se suas teses são verídicas ou não. Não estou tentando verificar a superioridade ou inferioridade das teorias homeopáticas face às da medicina científica. Aqui, interesse-me apenas em deixar claro que a visão da homeopatia como sistema médico metafísico, superado pelos avanços da ciência, que ainda hoje é opinião dominante na academia médica, faz parte das estratégias políticas da medicina oficial para desmoralizar aquele saber concorrente. E que esta estratégia desenvolve-se desde a primeira metade do século XIX até os nossos dias.

Em segundo lugar, que tal visão das teorias

homeopáticas, difundida pela medicina desde o período de sua implantação (1840- 1859) e ainda hoje amplamente aceita entre especialistas e estudantes de medicina, mais que uma estratégia de defesa, é a expressão de um sistemático desconhecimento (ou desentendimento) do sistema homeopático. Na maior parte das vezes esse desconhecimento embasa-se na incapacidade de compreender tal sistema (inclusive em nível subjetivo), que é reduzido aos parâmetros da lógica da medicina científica, tomada como modelo epistêmico de avaliação de qualquer saber em termos de prática médica.

Configura-se neste caso uma situação de verdadeiro bloqueio epistemológico, aludindo-se analogicamente ao conceito de obstáculo do filósofo Bacheiard. Este bloqueio se caracteriza pela recusa pura e simples de aceitar (às vezes mesmo de examinar) um saber que se pauta por um sistema de categorias diferentes do saber científico socialmente hegemônico. Diferentes, e muitas vezes antagônicas, é verdade. Estabelece-se então, uma verdadeira luta de princípios teóricos, em que o sistema dominante recusa-se a considerar o sistema dissidente, devido à crença nos seus próprios princípios e à descrença nos princípios da doutrina ou sistema dissidente.

No período da implantação tal recusa é evidente e manifesta-se em alguns trechos aqui citados. O interesse sociológico desta questão reside em analisar como esse aparente bloqueio epistemológico se materializa em práticas de bloqueio político e de exclusão da homeopatia das instituições reguladoras do saber e da prática médica, além de alguns atos políticos às vezes eticamente questionáveis.

Trata-se, nesse caso, de um conjunto de contra estratégias políticas para conter o avanço da medicina homeopática. Esta conclusão da análise da conjuntura de implantação da homeopatia pode seguramente ser aplicada a outros períodos, quando a medicina se vê ameaçada por um saber concorrente.⁵⁰ Aqui, limito-me a apontar consequências possíveis, no nível estrutural, a partir das reações que a medicina oficial vem opondo, na história brasileira, à medicina homeopática e a outras formas de saber e de práticas terapêuticas. O modelo de tais reações assemelha-se ao das minorias social e politicamente poderosas, às estratégias das minorias contestárias no quadro da ordem sócio-política mais ampla, caracterizando-se por intolerância, autoritarismo e arrogância. Há de fato, certa homologia entre as reações políticas oligárquicas das elites historicamente dominantes no país e as reações corporativas médicas face a saberes dissidentes ou concorrentes.

Em terceiro lugar, a homeopatia não é, conforme concepção social difundida, um sistema médico espiritualista, derivado do moderno espiritismo (de Allan Kardec). O espiritismo, que se expande no Brasil com a proclamação da República, só influenciará os médicos homeopatas do final do século XIX e do início do século XX durante a República Velha (e daí por diante).

Esta seita, que terá no médico Adolfo Bezerra de

50 Embora se deva ter cuidado para comparar e generalizar dados históricos desta conjuntura a outras conjunturas, a simples leitura atenta dos documentos aponta para repetições de estratégias em outros períodos; nos anos oitenta, que precedem imediatamente a República; nas duas primeiras décadas do século XX; nos anos trinta, para mencionar apenas os mais evidentes.

Menezes um grande dirigente e defensor, conhece um crescimento significativo durante sua gestão na Federação Espírita Brasileira, a partir de 1895. É, portanto, a partir dos três primeiros decênios deste século que a medicina homeopática será grandemente influenciada pelo espiritismo, tanto no nível dos médicos, como no dos pacientes, em função da expansão da doutrina de Kardec e dos centros espíritas. O que não impede que, mesmo antes do último terço do século XIX, os espíritos receitassem nos centros, independentemente dos homeopatas, através dos médiuns, a medicina homeopática, como única medicina espiritualista. Desta maneira, o espiritualismo em que se baseia o saber homeopático dos teóricos pós-hahnemannianos do primeiro período, deriva, como já mencionei atrás, do espiritualismo romântico do século XIX, de origem cristã, oposta ao racionalismo materialista mecanicista presente na ciência médica.

As Oposições Doutrinárias Homeopatia - Alopátia

Destaquei esses pontos para melhor ilustrar a hipótese, levantada páginas atrás, de que a luta da medicina alopática contra a homeopatia não se baseava apenas nas vantagens e posições sociais que a corporação médica já tinha sedimentado na sociedade brasileira no século XIX. Há diferenças substanciais (algumas radicais) nos modelos de saber médico, cujo desconhecimento sistemático pela medicina oficial no terreno da prova clínica e da experimentação medicamentosa transforma-se em estratégia de bloqueio e marginalização da homeopatia. Estratégia ainda hoje praticada. É que os princípios doutrinários do novo

modelo médico da primeira metade do século XIX soavam absurdos para a medicina de então, como hipotéticos soam até hoje. Recapitulemos esses princípios:

1) Medicina dos doentes individuais, por oposição a uma medicina das doenças;

2) Exame clínico cujos diagnóstico, prognóstico, semiologia, sintomatologia, terapêutica e doses medicamentosas se baseiam na escuta do discurso do paciente, solicitado a se exprimir exaustivamente no interrogatório, em oposição ao olhar classificador e interventor do médico sobre o corpo do paciente, através da prática do exame físico e da classificação de sintomas, em busca de lesões, no quadro analítico das patologias produzido pelo conhecimento biomédico. Trata-se, portanto, de uma clínica do ouvir, que se opõe a uma clínica do olhar;

3) Medicina dos quadros sintomáticos, isto é, uma medicina morfológica, gestáltica, por oposição a uma medicina etiológica;

4) Personificação de doses e de medicamentos em função do quadro sintomático individual, por oposição à generalização de doses e medicamentos específicos em função de patologias específicas;

5) Dinamização de doses das substâncias medicamentosas ao nível infinitesimal, por oposição às doses quimicamente concentradas para serem eficazes na cura de patologias específicas;

6) Experimentação de doses e medicamentos no homem são, por oposição às experiências em doentes e em

cobaias;

7) Finalmente, a mais clara oposição: o (medicamento) semelhante pode curar o (conjunto sintomático) semelhante, contrariamente a uma medicina de combate ao inimigo patológico por um agente químico, constituído de propriedades contrárias às do inimigo, capaz de matá-lo, ou de trazê-lo para fora, através do suor, da inflamação local, da febre, do vômito.

Deve-se ressaltar, entretanto, que por trás de todos esses pontos subjacentes às divergências, está a concepção de matéria e de energia da homeopatia, antagônica à da medicina da época (e a de ainda hoje), apoiada filosoficamente no espiritualismo romântico, na física newtoniana e na fisiologia vitalista da época. No fundamental, tanto as concepções filosóficas, quanto as linhas terapêuticas médicas, não mudaram, nem para a homeopatia, nem para a alopatia. Sofreram, é certo, *aggiornamenti*, em função do avanço de suas formas próprias de experimentação, de suas práticas clínicas, de suas tecnologias.

No que concerne ao modelo médico, ao seu paradigma, as duas escolas permanecem essencialmente as mesmas, com as mesmas oposições fundamentais. São, neste sentido, saberes concorrenciais, discursos teórico-práticos sobre o mesmo objeto. Dois saberes que se pretendem cientificamente legitimáveis. A batalha política alopatia versus homeopatia deveria necessariamente passar pela percepção dessas diferenças e dessa competição no plano científico. A estratégia da alopatia (estratégia vitoriosa, aliás) passou pela ignorância ou desmoralização (frequentemente ambas) das diferenças em seu proveito, desde a fase de implantação até

os dias de hoje.

A Homeopatia e Suas Dissensões no Período da Implantação

O fato que o combate alopatia versus homeopatia tenha sido a principal batalha que a homeopatia enfrentou para sua legalização na sociedade brasileira não deve levar a supor que a divisão interna da homeopatia não tenha tido um peso considerável, talvez decisivo, na marginalização institucional do sistema homeopático. Devo voltar a mencionar que a primeira divisão deu-se logo nos primeiros quatro anos de funcionamento do Instituto Homeopático do Brasil, fundado pelo pioneiro Mure, e que seu líder, o Dr. Duque Estrada, juntamente com seus comandados, moveu um pesado combate aos seus rivais do Instituto e da Escola Homeopática usando das armas da medicina oficial, isto é, acusações morais, políticas e, sobretudo, acusações de charlatanismo.

Certamente uma parte dessas acusações é fruto de disputas pela paternidade da homeopatia brasileira, incluindo a competição pelo controle ou pela direção do órgão central de produção e reprodução do saber homeopático, o Instituto Homeopático do Brasil (I.H.B.).

Entretanto, talvez a origem mais importante dos conflitos internos da homeopatia não sejam a vaidade pessoal ou a busca individual de prestígio e poder, apesar de sua importância. Por trás das acusações maldosas, das palavras pesadas, das inimizades e ódios estão reais divergências quanto ao modelo do saber, quanto ao procedimento terapêutico e, sobretudo, quanto às estratégias

de legitimação da homeopatia. Por isso, no centro dessas disputas estará sempre a questão do ensino da homeopatia (e sua oficialização) e, por via de consequência, a questão da legitimidade (ou não) de um Instituto Homeopático e de uma Escola médica homeopática. Não se trata, assim, apenas do controle ou tomada do poder das recém-criadas instituições da homeopatia. Trata-se, antes de tudo, de saber quais as estratégias mais adequadas para se chegar ao poder médico. Portanto, de estratégias face à medicina alopática. E nesse sentido as discordâncias entre os homeopatas serão muito fortes desde o início. Parece mesmo, analisando-se as fontes documentais, que os homeopatas pioneiros se consideram, entre si, piores inimigos da medicina homeopática que os alopatas.

É o que se filtra neste trecho de acusações feitas à Escola Homeopática, num Manual Homeopático do Dr. Émile Germon, em 2ª edição, de 1848:

“E que diremos nós da Escola Homeopática, aborto formado de elementos heteróclitos que o prudente governo abraçou no seu berço! Porém a morte não foi assaz rápida, pois que o embrião monstro, antes de morrer teve tempo suficiente de vomitar um dilúvio de diplomas de médicos homeopatas, que foram a indivíduos pertencentes às classes mais ínfimas da sociedade.” (GERMON, 1848 apud GALHARDO, s/d, p.292)

É verdade que o Dr. Germon nutria, em relação ao seu compatriota Mure, certo rancor, em função da iniciativa deste em, fundando o Instituto Homeopático, de ele tornar-se o diretor e nomear, a partir de eleição dos presentes, todos

os cargos de direção do Instituto.

Isto fica mais claro quando se analisa sua defesa dos “verdadeiros homeopatas”, por oposição aos “elementos heteróclitos”, que denuncia sem nomear no trecho citado. Ainda no mesmo texto, o Dr. Germon acusa diretamente o Dr. Mure:

“Em resumo, é bem triste confessar que o Sr. Dr. Mure, que com menos ambição, menos orgulho e, sobretudo, *mais juízo prudencial*, teria podido, unindo-se a nós que *tínhamos a nosso favor os antecedentes*, ser tão útil à homeopatia no Brasil lhe tem sido letal, tirando-lhe o prestígio (...). Hoje, os *verdadeiros médicos homeopatas*, separando-se de uma congregação tão impura, tem cada um seu consultório homeopático, tem boticas homeopáticas, que não pagam tributo ao Dr. Mure” (idem, grifos nossos.).

Este rancor, real e presente na estratégia de divisão e desmoralização do Instituto e da Escola homeopáticos fundados pelo grupo de Mure, empreendida por seus opositores liderados por Germon, não deve levar a perder de vista que as divergências pessoais, muitas vezes de caráter sectário que surgem no meio de minorias politicamente perseguidas, são fruto de discordâncias quanto às estratégias de enfrentamento da ordem que combatem. Produz-se, então, uma interiorização dos valores e estratégias dessa mesma ordem nas diversas correntes e grupos dessas minorias, adotando-se táticas e formas de combate típicas da ordem dominante. Desta forma, os próprios componentes das minorias se aliam à ordem dominante para combater sua dissidência interna. Acredito que no caso da implantação da

homeopatia face à ordem médica, a história não foi diferente.

Na homeopatia, essa interiorização da ordem médica transparece na dureza das acusações que se fazem mutuamente os partidários de cada grupo homeopático, tomando seus líderes como bodes expiatórios pelo não reconhecimento institucional do sistema homeopático. Neste caso, é explicável por que o pioneiro Dr. Mure foi tão atacado pelos próprios colegas no período de implantação da homeopatia. Ele tornou-se o polo de atração (negativo) máximo da nova medicina, por suas posições claras, afirmativas e agressivas face ao ensino, à prática clínica e ao modelo de conhecimento da medicina de sua época. Seus amigos e aliados passaram a ser tão malditos quanto ele. Não é por acaso que, em artigo resposta ao Dr. Duque Estrada no *Jornal do Comércio* de 24.02.1848, poucos meses antes de sua partida do Brasil, o Dr. Mure menciona o ódio levantado contra ele e seus amigos por aqueles que deveriam ser seus aliados, com profunda amargura:

“(...) Engana-se muito o Sr. Doutor (Duque Estrada) a nosso respeito. Das lutas com os homeopatas não resulta para mim nenhum sentimento de satisfação, mas sim uma profunda tristeza por ver desperdiçar em lutas intestinas os esforços que deviam ser empregados contra o inimigo comum”. (MURE, 1848).

Por outro lado, em sua despedida, o fundador da homeopatia no Brasil expõe o que, a seu ver, é o obstáculo fundamental ao avanço da homeopatia no mundo. Aí mostra sua posição de partidário da homeopatia pura:

“Chegou o tempo de revelar as causas profundas que entravaram durante 50 anos o

desenvolvimento da homeopatia na Europa e de patentear a razão por que o Brasil tem em tão poucos anos sobrepujado os trabalhos de todos os homeopatas do mundo desde o princípio do século atual (...). A que será devido isto senão à distinção que existe aqui entre a homeopatia e a medicina antiga, entre a lei dos semelhantes e a lei dos contrários e, enfim, à criação de uma Escola onde as doutrinas de Hahnemann são ensinadas em toda a sua pureza? Enquanto a homeopatia for entregue a seus próprios inimigos, praticada e ensinada pelos médicos, o seu progresso será vagaroso e duvidoso o seu porvir. O golpe mais fatal que recebeu a homeopatia no seu país natal (Alemanha) foi a fundação de cadeiras de homeopatia no seio das faculdades alopáticas”. (GALHARDO, s/d, p. 600)

Também em outra ocasião, respondendo à saudação de uma comissão recentemente criada, denominada Sociedade Hahnemanniana⁵¹, que lhe levava o desagravo de um discurso pronunciado por seu presidente, o Sr. Luis Antonio de Castro, professor de homeopatia (não médico), no dia 17 de janeiro de 1848, Mure declara o seu partidatismo pela pureza da homeopatia, garantida somente pelo ensino homeopático independente das faculdades médicas e livre da contaminação da medicina oficial:

“Aproveito esta ocasião para convidá-los a avaliar toda a importância do papel que têm a preencher no dever de conservar a homeopatia em toda a

51 Criada em 1846, com a finalidade do “exame e o aperfeiçoamento teórico e prático da homeopatia”, conforme o artigo 2º e seus estatutos de 1847 teve seu presidente, Dr. Figueiredo, deposto em 1848 por ter-se aliado aos dissidentes reunidos na Academia Médico-Homeopática. Para o seu lugar foi eleito o Sr. L.A. de Castro, fiel ao I.H.B., e ao Dr. Mure.

sua pureza, de propagarem as aplicações do seu princípio e de levarem a cabo a emancipação do ensino, sem a qual os destinos da homeopatia serão sempre incertos. Enquanto a homeopatia não for ensinada em escolas próprias, ela será mal aplicada.” (GALHARDO, s/d, p. 498)

Para o pioneiro, as estratégias de implantação da homeopatia não poderiam descurar de sua pureza, isto é, não poderiam desfigurá-la no caminho de sua legitimação. Entre essas estratégias, a existência de uma escola médica homeopática, seguindo suas próprias regras de seleção de alunos, socialização e transmissão do ensino, bem como de formação clínica do profissional homeopata era fundamental, a prioridade dentre todas as prioridades.

Em outras palavras, era necessário superar (desconhecer, na prática) a escola médica oficial. Em seguida, e como consequência desse ensino, era necessária uma prática clínica absolutamente desprovida de ecletismo. Nem um só princípio da clínica alopática, sobretudo no que concerne à terapêutica, deveria ser adotado por um discípulo de Hahnemann. Em terceiro lugar, a propaganda e a difusão da doutrina de Hahnemann através de Institutos Homeopáticos filiais do I.H.B. eram fundamentais para a reprodução e multiplicação das escolas dos médicos e da prática médica homeopática.

Para o Dr. Mure era tão importante a aceitação da homeopatia pelos poderes institucionais, pelo Estado, como (e talvez, sobretudo) pela sociedade civil, pelas “classes pobres”. Não fora o pioneiro francês um fourierista.

Movido pelo voluntarismo de sua fé na homeopatia,

subestimava que a maioria de seus “convertidos” era de médicos alopatas, que poderiam ter outra visão das estratégias de legitimação da homeopatia e outra visão da pureza homeopática. Para os dissidentes da Academia Médico-Homeopática, liderada pelo Dr. Duque Estrada, a pureza da homeopatia passava pela sua aceitação pela Escola Médica, pela Academia de Medicina, pela formação de médicos especialistas e graduados em faculdades de medicina reconhecidas pelo Império, pelo respeito que as instituições constituídas deveriam ter pela nova ciência. Dever-se-ia antes de tudo apagar a mancha do epíteto de charlatães. Era também necessário desmanchar-se a impressão de que a homeopatia era uma terapêutica obscura, praticada por comerciantes estrangeiros e por membros das “classes mais ínfimas da sociedade”.

Podem-se depreender essas diretrizes das proposições enumeradas em polemico artigo publicado no Jornal do Comércio de 24 de janeiro de 1848, onde o Dr. Marques de Carvalho, um dos principais médicos da Academia Médico-Homeopática, enumera as razões por que esta recusou o Dr. Mure para membro efetivo de suas fileiras e arremata o artigo enunciando os propósitos da nova Academia:

“Algumas razões porque a Academia medico-homeopática no Brasil não admitiu o Dr. Mure em seu grêmio:

- porque esse senhor, especulando e intrigando constantemente, muito se afasta do preceito do nosso ilustre mestre, o grande S. Hahnemann, que recomenda o seguinte: “restez unis de coeur et de doctrine”;

- porque M. Mure quer persuadir que os seus convivas, leigos em tudo tenham compreendido a ciência que custou tantos anos de estudo ao nosso mestre, o grande S. Hahnemann;
- porque M. Mure insulta os homeopatas que estudaram nas antigas escolas, profanando assim ao nosso mestre que foi médico alopata;
- porque M. Mure não foi nem é médico homeopata, nem alopata, mas negociante de fitas, telas e brocados em Lido, donde é natural. Teríamos guardado silêncio a este respeito se M. Mure não nos tivesse agredido injustamente só porque não foi admitido na Academia Médico-Homeopática do Brasil. Saiba pois o público que M. Mure não é, nem nunca foi médico homeopata e que ele, Mure, pertence ao comércio e a homeopatia à razão médica, não se queira ele pois, com a sua farisaica dedicação, confundir-se com a santa causa da homeopatia, porque soa cousas profundamente distintas; e então nós, em nome do nosso grande mestre S. Hahnemann, lhe lançaríamos o anatema. A academia médico-homeopática do Brasil quer purificar e nacionalizar a homeopatia no Brasil, e ninguém se oporá com razão aos seus santos desejos (GALHARDO, s/d, p. 475).^{52''}

Apesar de o texto transcrito ser explícito e claro nos seus ataques ao chefe da Escola Homeopática do primeiro Instituto de Homeopatia do Brasil, quero chamar a atenção para algumas expressões sublinhadas, por mim ou seu autor. A meu ver, tais expressões indicam ao que aludem as estratégias de purificação e nacionalização da homeopatia, defendidas pela Academia médico-homeopática na sociedade

52 Alguns grifos do texto são meus, mas a maioria é do original.

brasileira daquele momento, e na corporação médica. Contextualizando tais expressões, o Dr. Carvalho refere-se aos convivas do Dr. Mure como indivíduos leigos em tudo. Atrás do ar de desprezo da expressão, joga-se uma batalha de princípios corporativos fundamental para as duas facções da homeopatia.

A definição do leigo é uma prerrogativa da corporação médica recentemente conquistada na sociedade nacional, e ainda não solidificada. O ensino médico das Faculdades é sua garantia, o único critério político e socialmente inegável que separa o médico do leigo e, evidentemente, do charlatão, isto é, daquele que não apenas desconhece a verdadeira medicina (ensinada nas faculdades), mas exerce outras práticas, não legitimadas pelo Estado. A defesa deste território é sagrada para a corporação médica. É necessário esclarecer mais uma vez que o acesso aos cursos oficiais de medicina, portanto, à carreira de médico era, naquele momento, restrita aos filhos das oligarquias, como durante muito tempo o foi. Tal carreira, como já acentuei, era a porta de entrada para o exercício do poder político, nas assembleias, no Parlamento, na direção administrativa do Império, para mencionar apenas os postos mais usuais ocupados por médicos. Ter cursado uma faculdade de medicina, com “tantos anos de estudo” era, sem dúvida, a prova de um investimento social que não se deveria pôr a perder com a socialização de oportunidades pela qual qualquer indivíduo sem origem social definida, sem uma linguagem técnica (a da ciência médica) aprendida, pudesse competir em pé de igualdade com os cidadãos de boa origem. Frequentemente, os médicos se referem aos homeopatas formados pelo Dr. Mure como indivíduos “desclassificados”,

oriundos das classes mais reles, sem formação, incultos, em suma, não iniciados em nenhum dos códigos socioculturais da oligarquia: leigos em tudo.⁵³

O Dr. Marques Carvalho, medico homeopata, mas antes de tudo médico, assume os argumentos dos alopatas e os volta contra o Dr. Mure e seus adeptos. Contra a estratégia subversiva do francês de superar o ensino médico oficial como corrupto e arcaico, como fábrica de anti-médicos, propõe a aceitação da ordem legal e o reconhecimento da homeopatia por esta ordem. Os homeopatas serão médicos especializados em homeopatia, e a homeopatia fará parte da Academia. Nada mais antagônico, como estratégia, ao grupo liderado por Mure. As consequências deste antagonismo se revelarão nas acusações terríveis que se podem depreender do final do texto, isto é, que o pai da homeopatia brasileira não passa de um comerciante estrangeiro que comprou seu diploma, não é médico, nem homeopata: é um charlatão.

Quero comentar essas acusações, aparentemente emocionais: porque a insistência na sua condição de francês e em sua origem social de comerciante de sedas em Lion? São, aliás, os mesmos tipos de argumentos que serão levantados contra o português João Vicente Martins, braço direito de Mure. Estrangeiros e comerciantes são muito malvistas neste momento no Brasil.

Desde as lutas da independência da década de trinta, comerciantes, portugueses, estrangeiros, são todos, para a elite agro urbana como para a população de nacionalistas exaltados, “farinha do mesmo saco”. Não se deve esquecer a

53 São cidades desprovidas do que Pierre Bourdieu denominou *capital cultural* em seus trabalhos.

data de publicação do artigo que examinei: 24 de janeiro de 1848, ano histórico da revolução praieira, momento de tantas revoltas nas cidades da costa brasileira, que pipocam desde os anos trinta. Todos os movimentos revolucionários deste período têm em comum o ódio ao comerciante português, aos estrangeiros exploradores, identificados com o poder mais retrógado do Império, os latifundiários escravistas apoiados por interesses antinacionais. Não é por acaso que, deflagrada a revolução, os praieiros incluíssem entre os pontos do seu manifesto por uma assembleia constituinte:

- 1º - O voto livre e universal do povo brasileiro.
- 2º - A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos, por meio da imprensa;
- 3º - O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
- 4º - O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros (apud Albuquerque, 1981, p. 379).

Ao menos três desses quatro primeiros pontos são nacionalistas, mas interessa destacar aqui, sobretudo o quarto ponto, pois pede simplesmente o monopólio do comércio a varejo para os brasileiros. Sabe-se que os portugueses controlavam não somente o pequeno, mas o grande comércio nesta época. Eram, portanto, o inimigo mais visível do povo, aquele com quem a população faminta das cidades era obrigada a conviver a discutir cotidianamente. Tinham o monopólio não apenas das propriedades, mas também dos empregos. É o que se pode ver no periódico liberal de 1845, o Diário Novo:

“É incontestável que nós compramos ao

estrangeiro artefatos que poderiam ser produzidos no país; e que destarte deixamos sem trabalhar grande número de artistas nacionais, dando ocupação a artistas estrangeiros... Será conveniente ao Brasil, a um país qualquer, pagar aos estrangeiros salários que poderiam pagar aos nacionais, deixando estes sem útil ocupação e, por conseguinte, sem meios de subsistência?"

“É muito fácil dizer-se o que nós o havemos ouvido muitas vezes - o Brasil é um país agrícola: aí está a agricultura para ocupar todos os braços; - mas revela advertir que, por ser um país agrícola, não se segue que todos se possam aplicar à agricultura”, (apud Albuquerque, 1981, p.378).

O nacionalismo que marca essa época tanto podia ser uma forma de luta política pelos interesses populares e das elites nacionais, como uma forma de ataque indiscriminado aos estrangeiros que atrapalhassem interesses corporativos. No caso dos interesses corporativos médicos, sobretudo no que concerne à homeopatia, o argumento nacionalista foi muitas vezes empregado na falta de argumentos mais específicos. É verdade que aí também se tratava de defender um mercado de trabalho. Mas tratava-se, sobretudo de defender o monopólio de uma prática e de um saber.

O que acho mais interessante de destacar, porém, é que o uso desta tática de eliminação de concorrentes, não parte apenas dos alopatas, mas dos próprios homeopatas, contra aqueles formados ou protegidos por Mure. É a Academia Médico-homeopática que dispara os piores ataques neste sentido. O que leva a pensar que, para além das eventuais disputas internas e pessoais pelo poder

institucional homeopático, há diferenças ideológicas e políticas sérias entre as correntes, diferenças que superam o próprio antagonismo face à medicina oficial. Os alopatas, neste caso, limitam-se muitas vezes, a jogar lenha na fogueira. Em outras palavras, beneficiam-se das dissensões entre os homeopatas.

Destaquei até agora uma dessas diferenças, talvez a principal, que é a existência ou não de um ensino médico homeopático independente das faculdades oficiais. Toda a luta dos homeopatas da Escola Homeopática do primeiro I.H.B. foi conduzida no sentido do reconhecimento do ensino da homeopatia como estratégia para a legitimação institucional da prática homeopática, buscando quebrar o monopólio da medicina oficial, tanto no nível do mercado de trabalho, da seleção da futura mão-de-obra médica (o profissional médico), como no nível da prática e do saber médico.

Ora, essa liberdade de selecionar os futuros médicos, não distinguindo origem social ou cultural prévia, nem respeitando o currículo seriado com certo número de anos e de disciplinas das faculdades oficiais, é certamente o elemento crucial das desavenças entre as correntes, mas não é o único. Talvez seja o mais subversivo, uma vez que terão acesso à prática da medicina os elementos mais “desclassificados” da sociedade, o que põe em questão a credibilidade da prática médica, mas não é a pior.

Pior, talvez, que a defesa intransigente da Escola Homeopática é a afirmação que a medicina oficial é anti-medicina, que se trata de uma forma grosseira e desumana de tratar os doentes, uma vez que é incapaz de dar conta

do processo de adoecer das pessoas, impotente para curar e tóxica na terapêutica. Que somente a homeopatia é arte de curar e que os famosos glóbulos e “aguinhas” têm a possibilidade de restituir a saúde aos doentes, “sem fazê-los sofrer”. Este purismo do Dr. Mure e seus seguidores do Instituto Homeopático do Brasil, que advogavam a manipulação dos medicamentos homeopáticos apenas pelos médicos (alijando assim do processo de medicalização a já importante categoria dos boticários e farmacêuticos), tem a capacidade de atrair a unanimidade das oposições de alopatas, farmacêuticos e homeopatas dissidentes.

O Dr. Mure só admitia a presença de farmacêuticos que fossem treinados pela medicina homeopática e “convertidos” às teses de homeopatia. Mais do que isso, acusa os componentes da academia médica homeopata de serem ecléticos que não têm a coragem de praticar somente a homeopatia; de não serem, portanto, verdadeiros homeopatas. Não são puros. O conceito de pureza homeopática recebe, assim, para cada corrente, um conteúdo político adequado às suas posições. A pureza dos acadêmicos homeopatas é bem mais social que doutrinária: trata-se de eliminar da prática médica homeopática “os indivíduos pertencentes às classes mais ínfimas da sociedade”, de livrar-se de formas pouco acadêmicas de atuação, tais como a propaganda de agitação e a formação de leigos para a prática da homeopatia em lugares aonde não cheguem os médicos; trata-se de fazer entrar a homeopatia na razão médica,

A pureza dos seguidores e aliados de Mure, doutrinária, é quase religiosa, na medida em que defende uma causa santa, a da verdade médica, e pode ser ilustrada

pela “conversão” do Dr. J. Vicente Martins, antes cirurgião diplomado pela Escola Real de Cirurgia de Lisboa:

“Abandonei estes empregos, abandonei partidos, abandonei toda clínica média e limitei-me à cirurgia; logo me convenci de que na cirurgia somente havia alguma coisa de positivo na arte de curar; abandonei, como Hahnemann, essa ciência falsa, para exercício da qual ninguém me disputava habilitação... Voltando ao Rio de Janeiro, quis encontrar essa ciência por que debalde esperado havia e de que tinha recebido fatal desengano. E como aquele que sustentava o estandarte das inovações tinha crédito de filósofo, dirigi-me desconhecido ao Dr. Mure... Os fatos se apresentaram, nem uma prevenção lhes antepus (...). Logo que me declarei convencido da verdade das novas doutrinas médicas, logo que exemplos dei dos motivos de minha conversão à homeopatia, declararam-se meus inimigos todos aqueles que antes me recebiam ternos em seus amplexos... contestadas foram as minhas habilitações, quer pela escola conferidas, quer pelos meus empregos confirmadas” (GALHARDO, s/d, p. 302- 303).

Seria ingênuo pensar que este combate entre razão médica e verdade médica só implique em interesses sociais da parte dos alopatas e acadêmicos homeopatas. O problema é esclarecer os interesses sociais que estão supostos sob a Fé dos puros da homeopatia. Do ponto de vista estritamente político, Fourier e o socialismo utópico não estão de forma alguma ausentes das estratégias dos pioneiros do período de implantação da homeopatia no Brasil. Do ponto de vista social, aliavam-se aos padres de paróquias, aos fazendeiros do interior do sudeste, aos funcionários e caixeiros, deles

fazendo reprodutores da prática homeopática e crentes de sua doutrina. Desciam, portanto, do status reservado aos médicos, o de uma elite distanciada pelo saber que monopolizava, para misturar-se ao povo, sobretudo em questões diretamente ligadas a este monopólio. Nada mais anarquista, do ponto de vista social, e antiético do ponto de vista profissional.

Do ponto de vista corporativo reivindicavam o fim do monopólio médico sobre as questões da doença e da saúde. Do ponto de vista do saber e da prática, da doutrina da terapêutica, defendiam princípios, já expostos, claramente conflitantes com o saber, a prática e a doutrina da medicina institucional.

Representariam, neste momento, os homeopatas, uma forma alternativa de projeto social da medicina, não só no Brasil, onde fazem tantos avanços, apesar das divisões internas e do ataque externo, mas também na Europa, onde os médicos socialistas propõem uma medicina social bastante diferente do projeto dominante na época? Que se trata de uma forma de medicina alternativa à dominante não resta dúvida. Mas, seria também um projeto social de medicina no seu sentido mais estrito?

Talvez essas questões fossem claras apenas para socialistas utópicos como Mure que, mais que um projeto social para a medicina, tinha também um projeto para uma sociedade nova. Os seus seguidores brasileiros foram, geralmente, mais cristãos que socialistas: faziam uma medicina dos pobres muito mais por caridade do que por consciência revolucionária. No entanto, para todos eles, revolucionária para a homeopatia que, contrariando todos

os princípios e práticas da medicina oficial, podia curar os doentes.

Se para os homeopatas deste período as opções talvez não fossem tão conscientes nos níveis político e ideológico, para os seus adversários o perigo que representavam era bem claro. Era fundamental eliminá-los da legalidade acadêmica, política e social. E entre esses adversários, entre aqueles que pedirão a cabeça dos pioneiros do I.B.H., na linha de frente, os primeiros médicos formados por eles para praticar a homeopatia no Brasil.

É assim que, num documento pedindo a oficialização da escola da Academia médico-homeopática, os homeopatas dissidentes justificam a necessidade de sua oficialização junto ao Senado pela eliminação da Escola fundada por Mure:

“No Brasil, a homeopatia apenas nascida, se tem tornado de uma necessidade vital da qual já não é possível prescindir: muitos dos ilustres membros deste augusto Senado, muitos dos ilustres membros da Câmara dos Srs. deputados, grande parte da nação, lhe devem a saúde que hoje fruem, ou pelo menos o alívio de seus padecimentos: e quem há aí que a não tenha hoje em conceito? Porém, augustos e digníssimos senhores representantes da nação, a Academia Medico-Homeopática, vendo alvorecer dias cada vez mais prósperos à homeopatia, não pode, entretanto, deixar de olhar com repugnância para a anarquia que nestes últimos anos se tem introduzido no exercício já da medicina oficial, já da medicina homeopática: o Brasil tem se tornado o asilo dos charlatães e dos especuladores; a saúde pública está à mercê deles, e a autoridade parece não achar força na

lei para proteger contra tais abusos a vida dos cidadãos. A Academia Medico-Homeopática, deixando de parte irregularidades e abusos introduzidos no exercício da referida medicina oficial, toma sobre si a tarefa no que diz respeito à nova doutrina de que é representante: sim, augustos e digníssimos senhores representantes da nação, por amor de ilícito ganho, e incitados por homens que somente têm em vista uma irrefletida e insensata glória, e cujos corações não sangram pela pátria: o Brasil vê pasmado exercendo a nobre ciência médica indivíduos que ainda ontem exerciam ofícios mecânicos, indivíduos que apenas possuem a ilustração adequada àqueles ofícios: o povo, com a certeza de suas luzes, com a rudez de sua educação e com a lógica de suas classes, e chamado ao exercício da homeopatia, e tornam-se assim repentinamente árbitros da saúde e da vida dos seus semelhantes, aqueles que mal satisfazem as exigências do século no exercício de indústrias; e para autorizar tão funesto e inqualificável procedimento, propalou-se antecipadamente pelos jornais que as doses de medicamentos homeopáticos eram em tese inocentes, fosse qual fosse a mão que as ministrassem... Se o ensino das ciências não deve ser monopolizado, a saúde e a vida dos brasileiros não deve ser preada de charlatanismo e sórdida especulação... A academia médico-homeopática anela a vulgarização da doutrina médica que segue porque... reconhece a solidez dos princípios da homeopatia: mas por honra sua e glória da nova Escola, sofismando o espírito das leis pátrias, não comprometerá a saúde dos seus concidadãos, içando o país de estúpidos especuladores, a fim desta arte, roubando pão aos médicos da antiga

escola, fazê-la desaparecer no campo da batalha quer... remir o Brasil do enxame de charlatães homeopatas que pululam em presença da lei e do governo, e assegurar a glória e o final triunfo da verdadeira medicina” (GALHARDO, 1928 p. 302-303).

Por agressivo que possa parecer este libelo contra os partidários da escola do Instituto Homeopático, pois acusa os seus egressos de homens rudes do povo exercendo a profissão médica sem terem capacidade para isso, e seus mestres de charlatães aventureiros e impatriotas, este manifesto empalidece perto do projeto de representação contra os homeopatas, “a ser levado diretamente ao Imperador”, elaborado por uma comissão da Academia Imperial de Medicina dois anos antes. Nesta representação se deveriam mostrar “as infrações de lei cometidas pela seita homeopática... salientando os inconvenientes que podem e devem resultar dessas infrações no exercício e no ensino da medicina por pessoas ilegais e ignorantes, reclamando a observância das leis vigentes e várias medidas tendentes a prevenir os abusos.” (GALHARDO, 1928, p. 597-8)

Incentivado pela atitude da Academia Imperial, o redator do órgão Anais de Medicina Brasüiensis, Dr. Lobo, publicou um artigo no espírito da representação, em abril de 1846, transcrito por Galhardo, que nos dá o tom das acusações, por sinal, semelhantes às que foram apontadas em seguida (1848) pela Academia Médico-Homeopática:

“Compenetrou-se finalmente a Academia de Medicina que era chegado o tempo de pôr pelas à pernicioso doutrina que ameaça subverter o país, criando conflitos no seio dos lares

domésticos; inoculando ideias extravagantes e irrealizáveis nos pobres de espírito; açulando a classe dos proletários contra a que é chamada ociosa; pregando abertamente a necessidade de uma reforma na religião de nossos pais; e outras que tais teorias, *que para desgraça nossa veio um forasteiro desenvolver e dar corpo entre nós* acobertando-as com a esburacada capa de progressos da homeopatia. Sim, que por mais que disséssemos tudo, seria ainda pouco para patentear e pôr a descoberto essa hidra de cem cabeças, que uma mão forte e vigorosa importa aniquilar. E essa mão forte e vigorosa só no-la pode ministrar a Academia, que pelo seu caráter oficial, pelo dever que tem de guardar vigilante a saúde pública, e ainda pela solene autoridade de que a reveste o Trono Imperial, é a mais própria e competente para um semelhante fim... Mas nessa luta que por sem dúvida se vai travar entre ela e *os poderosos do dia*, nessa luta em que uma classe toda inteira, e por ventura a mais ilustrada e útil ao país, tem de sair invulnerável e vitoriosa, ou para toda sempre ludibriada e coberta de opróbrio, cumpre que a Academia não ceda um palmo sequer do terreno em que se entrincheirou. Cumpre que, possuída da alta missão que lhe foi confiada, se não limite tão-somente ao direito de petição de que vai lançar mão; não... Deve ir em corpo ante o Trono Imperial e dizer-lhe: Senhor, a Academia imperial de Medicina, guarda vigilante da saúde pública, tem consciência de ter até hoje cumprido o mandato que voluntariamente lhe foi outorgado por V.M.I. Agora, porém, que não lhe é dado mais continuar a exercer esse direito contra uma invasão de bárbaros que por todos os meios imorais e reprovados, desprezando as leis do Estado amam a revolucionar a

sociedade em geral no que ela tem de mais santo e sagrado; e isto porque se acham fortes, não diremos da proteção, mas da tolerância que lhes concedem os delegados de V.M.I, vem hoje depositar nas nulos de V.M.I. esse mesmo mandato tornado nulo e irrisório, e assim dar-se por dissolvida. E praza a Deus que a revolução que ora se pretende fazer na arte de curar, não seja, também, a precursora de outra que tende a aniquilar os sagrados direitos de V.M.I. e da religião do Estado.” (GALHARDO, 1928, p. 344-5. Grifos nossos)

A Academia Imperial de Medicina estava bem alerta para o perigo que representava a homeopatia “para uma classe inteira”, isto é, para a corporação médica. Mais do que isso, entretanto, atribuía à nova doutrina médica um poder subversivo que só as ideologias socialistas e suas revoluções têm: a de jogar proletários contra a classe ociosa, introduzir conflitos no seio dos lares num atentado contra a família, e de pregar contra a religião instituída. Finalmente, de ser uma ameaça ao próprio Estado. Não lhe faltariam sequer as ideias extravagantes (ou exóticas) próprias dos revolucionários interessados na destruição da Ordem, na instalação do caos.

Nada mais justificativo para que a Academia veja uma origem estrangeira para esse sistema médico e culpe o forasteiro que vem se infiltrar no meio médico e no meio social brasileiro acobertado “pela esburacada capa” da homeopatia.

Havia que lutar com todas as armas políticas contra o inimigo insidioso, inclusive ameaçar o Trono Imperial com a autodissolução corporativa, se a Instituição por ele mesmo

elegida como portadora do saber oficial é impunemente desrespeitada, ainda mais com a conivência dos poderes do próprio Império (os poderosos do dia).

Possivelmente a doutrina médica do forasteiro Mure não teria para a sociedade brasileira o poder subversivo que lhe atribui a medicina oficial. Mas a doutrina socialista fourierista talvez tivesse. Ela impregnava já o movimento revolucionário de Pernambuco, conhecido como Revolução Praicira. Independentemente de Benoit Mure, as revoltas dos anos quarenta no Brasil têm contato com as ideologias socialistas e anarquistas europeias, devido à presença de intelectuais franceses no país: engenheiros, médicos, naturalistas, artistas. Desta forma, é fácil passar a ideia de que os estrangeiros médicos defensores da nova medicina são de fato defensores ideológicos de uma nova ordem social, que se utilizam da doutrina médica para fazer passar seu projeto político. A homeopatia seria, assim, um cavalo de Tróia que compelia aos médicos denunciar e derrotar...

Explica-se desta maneira, mais uma vez, a perseguição sem tréguas aos cabeças da primeira Escola Homeopática do Brasil, Dr. Mure e D r. João Vicente Martins. Segundo Galhardo:

“João Vicente Martins e Dr. Mure... são os principais objetivos dos polemistas adversários. Religião, teoria de Fourier etc., não escaparam à dissecação dos hábeis contendores, que não ficaram sem uma pronta, imediata e precisa resposta”. (GALHARDO, op. cit. p. 347)

A meu ver, o documento dos homeopatas da Academia Médico-Homeopática, encaminhado ao Senado

em 1848, beneficiou antes de tudo a medicina oficial, através da Academia Imperial de Medicina e das duas Faculdades de Medicina do país, a do Rio de Janeiro e a da Bahia.

No afã de provar que havia homeopatas médicos e homeopatas charlatães; que os homeopatas médicos só almejavam participar da razão médica e que a homeopatia efetivamente é parte desta razão; que os charlatães homeopatas não utilizavam a homeopatia como saber acadêmico que ela é, os acadêmicos homeopatas fornecem munição para recarregar as armas dos alopatas.

Doravante, não só as acusações de envenenamento se repetirão frequentemente, e visarão, sobretudo, os formados pela Escola Homeopática do Instituto, mas também as arguições de nacionalidade, e de exercício ilegal da medicina (charlatanismo). Tais acusações, aliás, não serão feitas apenas pelos alopatas da Academia Imperial de Medicina, mas também pelos médicos da Academia Médico-Homeopática. O Dr. João Vicente Martins, propagandista de mais fôlego que o próprio Dr. Mure, acusado de prática ilegal da medicina, é condenado a pagar uma multa de dez contos de réis em agosto de 1848. O interessante é que tal condenação se deu por prática ilegal da medicina alopática, do tempo em que era cirurgião do Hospital Imperial dos lázaros (1838). De fato, alegou-se que ele, como cirurgião português, não tinha direito ao exercício da medicina no Brasil, a não ser que se qualificasse prestando exames diante de uma banca de professores de uma Faculdade de Medicina do Império.

Sabe-se que a cirurgia nesta época era ainda uma arte do saber médico, mas a medicina era mais que a cirurgia.

O Doutor em medicina era, portanto, um cientista médico, mais que um cirurgião, este sendo considerado um artífice da medicina. O Dr. João Vicente se queixa amargamente de que dez anos depois, venham os médicos se lembrar de cobrar-lhe, pelo falo de ter exercido a profissão médica por convite deles mesmos. Lembra também que ele é chamado a responder pela prática da medicina homeopática, legalizando títulos e pagando taxas de exercício da profissão, quando a maior parte dos alopatas não o faz, abrindo consultórios ou trabalhando em Instituições do Império sem que a justiça os incomode por isto. A seu ver, esta polícia médica de “dois pesos e duas medidas” é pura perseguição aos homeopatas.

O Dr. Mure já havia partido do Brasil em abril de 1848, ano de grandes acontecimentos políticos e sociais em seu país, com repercussão histórica em todo o mundo ocidental.

A direção do I.H.B. e a responsabilidade da Escola de Homeopatia passaram às mãos de João Vicente, que se torna o alvo preferido dos alopatas e da academia homeopática dirigida pelo Dr. Duque Estrada. É ele quem arguirá razões de nacionalidade para proibir o cirurgião português do exercício da medicina.

No mesmo ano de 1848, chegam ao senado os projetos de reconhecimento oficial das duas escolas de ensino homeopático: do Instituto Homeopático e da Academia Homeopática. A Escola do Instituto, já com quatro anos de fundada e com proposta de reformulação do currículo e reorganização do corpo docente, apresenta seu programa dividido em duas seções a serem cobertas em três anos de estudo: “1º) uma seção de “ciências cosmantroposóficas”

(incluindo as cadeiras de: 1ª - física; 2ª - química orgânica e inorgânica, 3ª - botânica, 4ª - anatomia organográfica, topográfica e patológica descritivas, 5ª - fisiologia biofísica e funcional, tanto normal como patológica, 6ª - patognomologia clínica); 2ª) uma seção de “ciências iatrosóficas” (incluindo as cadeiras de: 7ª - patogenesia e farmacologia, 8ª - iatrotologia fisiológica, 9ª - mecânica cirúrgica e obstetrícia, 10ª - profilática, 11ª - legal e toxicológica. Além dessas, haveria uma 12ª cadeira, de filosofia e história comparada dos sistemas de medicina, “que abrange toda a questão de princípios relativos à explicação racional do valor das matérias contidas em cada uma das seções sob um aspecto absoluto (GALHARDO, p. 523)

Por esse programa, dividido em seções, os homeopatas da Escola do I.H.B. tentavam superar o regime seriado de sua escola médica, introduzindo um critério de complexidade inter-relação constante entre as cadeiras, e das diversas disciplinas com a teoria e a prática dos princípios homeopáticos. Tal projeto foi rejeitado pelo Senado em sessão de maio de 1848, em primeira discussão, por unanimidade, na ausência de seu autor, o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, um conservador moderado do Império.⁵⁴ Em junho do mesmo ano, menos de um mês após o veto ao projeto de reconhecimento da Escola do I.H.B., a academia médico-homeopática apresentava seu próprio projeto, cuja introdução citei aqui em alguns trechos. Ratificava em seu programa o regime seriado semelhante ao das escolas

54 Possivelmente um dos “poderosos” do dia a que aludiu o artigo citado, página atrás, do órgão da Academia Imperial de Médica. Interessante que autor do projeto ali não estivesse no dia da votação do mesmo. Saberá o senador de antemão que seu projeto não tinha chance?

médicas oficiais, com 10 cadeiras repartidas em 4 anos, mais prática de clínica médica (2 anos), mais um ano (o 5^o ano) para o ensino de medicina legal e física médica.

A atitude de negação da Escola Médica Homeopática fundada pelo Dr. Mure e de competição institucional com ela é visível, não só na programação, como no corpo docente e na finalidade do curso. O programa da Escola do I.H.B. é mais articulado do ponto de vista da doutrina homeopática, enquanto que o da academia estrategicamente não se mostra muito distinto do da escola oficial.

O corpo docente da Escola inclui não médicos, como engenheiros, militares, filósofos, professores de física e química, todos “convertidos” à homeopatia e formados por Mure. E um corpo docente mais numeroso que o da Academia, que inclui nove médicos, encabeçados pelo Dr. Duque Estrada, mais quatro cirurgiões. Em relação à finalidade do curso, embora o objetivo seja o mesmo, formar médicos homeopatas, e haja vestibular, em que os alunos devam demonstrar conhecimento suficiente nas mesmas disciplinas (latim, francês, filosofia, aritmética e geometria), a finalidade da Academia é impedir que qualquer homeopata não médico pratique homeopatia.

Somente ao médico homeopata deve ser lícita a prática homeopática, que se torna, assim, prática médica legitimada. Em seguida, somente médicos homeopatas ensinarão homeopatia. Ao grupo do Dr. Mure é extemporâneo o projeto de medicalização da homeopatia.

Por último, a finalidade da escola dissidente é deslegitimar a Escola pioneira como fábrica de charlatães,

uma vez que admite formar, além de médicos homeopatas, homeopatas não-médicos, isto é, práticos da homeopatia que podem receitar e medicar de acordo com preceitos homeopáticos sem ter formação acadêmica para isto.

Esta dissidência de princípios atravessa a história da homeopatia desde o período de sua implantação. É inimaginável para os radicais homeopatas (autodenominados puros) do grupo de Mure, por exemplo, o confinamento acadêmico da homeopatia. Segundo Galhardo,

“O Dr. Mure. sustentava que a homeopatia devia ser exercida pelos discípulos da escola e por todos que a amassem de coração, embora não possuíssem os estudos de medicina geral; que os médicos alopatas jamais poderiam ser bons homeopatas e que o governo Imperial em breve regularizaria a Escola Homeopática e, se assim não acontecesse ele, Mure, inundaria o Brasil de curandeiros que eram máquinas de guerra contra a alopatia” (GALHARDO, s/d, p. 512)

É inegável que os homeopatas do grupo de Mure, isto é, do Instituto e da Escola Homeopática, desejavam fazer da homeopatia uma medicina das classes populares (dos “pobres”, na sua expressão), tanto do ponto de vista do consumo, como do ponto de vista da manipulação da prática. O que é inaceitável para os acadêmicos médicos. Para estes, legitimar a homeopatia é colocá-la dentro da racionalidade e da ordem institucional médicas, isto é, seguir não somente os parâmetros científicos da medicina, como os corporativos, através da observação das normas de formação e qualificação (ensino médico) e da produção de conhecimento (Academia Médica). Para os radicais, a formação de médicos

homeopatas (o ensino médico) é só uma das estratégias da homeopatia. A propaganda impressa e oral no meio da população necessitada de cuidados médicos, e a difusão nos meios intelectuais, através da multiplicação dos Institutos Homeopáticos nas diversas províncias brasileiras são, talvez, estratégias ainda mais importantes, pois podem “inundar o Brasil de curandeiros” em tempo muito inferior ao da medicalização da homeopatia.

É possivelmente neste sentido que o Dr. João Vicente Martins se desloca para Salvador em 47 e lá funda o Instituto Homeopático da Bahia; ali faz “conversões” que levaram, nos dois anos seguintes, à fundação de centros semelhantes em Pernambuco, na Paraíba, em São Paulo, no Pará e no Maranhão, para desespero da Academia Imperial de Medicina. Esta faz publicar, em julho de 1848, através de um membro, um artigo alarmado no Arquivo Médico Brasileiro, onde se denuncia a situação de calamidade social, em face dos avanços da homeopatia, em detrimento da verdadeira medicina. O aspecto subversivo da nova prática médica é também destacado, e sua aliança com a imprensa leiga, a polícia e os magistrados é desmascarada.

“Ali (São Paulo) como no Rio de Janeiro, e da mesma sorte que em Pernambuco, foi posta em campo a tática da propaganda; esta tática consiste em assalariar o jornal mais espalhado e em corromper a opinião pública com falaciosos anúncios, com mentirosas curas, com certificados obtidos das autoridades imprevidentes. Com a ajuda da poderosa alavanca da imprensa escalse a brecha da profissão médica, calunia-se, derrama-se tinta em ondas contra os homens probos e esclarecidos que a escarnecem (a

homeopatia)... É esta opinião adulterada que consultam os magistrados encarregados da polícia das cidades, e prepostos à salvaguarda da higiene e da saúde pública. *Eles trabalham de comum acordo com os homeopatas para a subversão da sociedade, porquanto a homeopatia, que entre nós se associa com a prédica do fourierismo, pretende assentar-se breve, triunfante, sobre as suas ruínas, e fazer tábua rasa de todas as nossas instituições; contra a tormenta desfeita do charlatanismo acobertado com a máscara do socialismo humanitário, que havemos nós de opor?*⁵⁵

Na verdade, os certificados de estudos atribuídos aos homeopatas não eram fruto das “autoridades imprevidentes”, mas da ambiguidade da própria lei de 3 de outubro de 32, que estabelecia, por um lado, no artigo 13, que a prática médica e farmacêutica depende de título conferido ou aprovado pelas Faculdades; por outro, estabelece, no artigo 33, que “é livre o ensino da medicina”, o que possibilitou o reconhecimento do ensino da homeopatia em portaria de 1846, quando legitimou a escola homeopática e os certificados de estudos por ela conferidos.

Essa ambiguidade permitirá não só à Escola Médica Homeopática continuar a formar homeopatas, como à Academia Médico-Homeopática fundar também a sua escola, e a tantas províncias quantas queiram ter a sua escola médica homeopática. Por outro lado, a prática médica é monopólio dos alopatas formados pelas Faculdades de Medicina. Só lhes resta o poder de polícia para atuar e processar o homeopata que medicar. Para ter a prova ou flagrante desta prática, os

55 Grifos nossos.

alopatas recorrerão a todos os meios, alguns deles curiosos, como “caçar vidrinhos” de medicamentos homeopáticos ou fazer-se passar por pacientes para que os homeopatas receitassem e pudessem, assim, ser autuados em flagrante. O outro meio, menos ético, que teve certa frequência, era acusar de envenenamento homeopático pacientes que morriam depois que, abandonados pela medicina oficial por falta de meios, faziam-se medicar com receitas de homeopatas na esperança da cura. Para os homeopatas a fé na capacidade de cura do medicamento homeopático era tão grande que eles acreditavam poder ressuscitar cadáveres, isto é, pacientes moribundos abandonados pela medicina. Muitas vezes a fé não era o suficiente, pois com o organismo do doente muito combalido, este morria apesar das expectativas de recuperação dos homeopatas.

Imediatamente o médico alopata acusava o discípulo de Hahnemann de ter envenenado seu paciente com drogas homeopáticas. Todos os cabeças da escola Homeopática do I.H.B. (Mure, Vicente Martins, Chidloe, entre outros) foram acusados publicamente de envenenamento.

Nada disso impede que os homeopatas, apesar de sua divisão interna, fundem centros, institutos, enfermarias, ambulatórios públicos de homeopatia em toda a província fluminense, avançando também no Nordeste e no Sul. Penso que não é por acaso que a nova medicina avançou mais rapidamente nas províncias marítimas, onde revoltas populares estavam acontecendo ou vinham de acontecer. Avançou nas classes pobres, no meio dos intelectuais liberais, na igreja, no próprio Estado.

Era um verdadeiro flagelo para a medicina oficial.

Não é de se espantar, portanto, que o regulamento que cria a Junta de Higiene em 27 de setembro de 1851 viesse especialmente atingir os homeopatas, na medida em que restringia a prática de todos os ramos do saber médico (cirurgia, medicina, farmácia, odontologia, obstetrícia) ao controle dos médicos: “ninguém pode exercer a medicina ou qualquer dos seus ramos sem título conferido pelas escolas de Medicina do Brasil, nem pode servir de perito perante autoridades judiciárias ou administrativas ou passar certificados de moléstias para qualquer fim que seja” (GALHARDO, s/d, p. 571). Sem poder revogar a lei de 3 de outubro, que permite o ensino da homeopatia, os médicos alopatas retaliarão desde então os homeopatas pela prática.

Apesar disto os homeopatas se expandem por todo o país. Fundam a Sociedade dos irmãos de São Vicente de Paula (os vicentinos) e trazem de Portugal para o Brasil irmãos de caridade para trabalharem nos ambulatórios, enfermarias e consultórios gratuitos homeopáticos; distribuem remédios e livros homeopáticos aos padres e inspetores de quarteirão. Segundo Galhardo, João Vicente Martins publicava diariamente, no Jornal do Comércio cartas de solicitação e recibos comprovadores de haverem recebido os medicamentos e os livros. Com esse estratagem conseguiu divulgar a homeopatia no Brasil inteiro, “desde o litoral até as extremas fronteiras”.

Os homeopatas lutam também para conquistar espaços nas instituições hospitalares reconhecidas, como na Beneficência Portuguesa, onde instalam uma enfermaria em 1850. Na maior parte das vezes são obstaculizados pelos médicos, tendo à frente a figura do imponente conselheiro

da Câmara dos Deputados, Dr. José Martins da Cruz Jobim. Este faz rejeitar sistematicamente todos os oferecimentos dos homeopatas para medicalizar a população atingida pela febre amarela, sobretudo os pobres, com homeopatia, ainda que gratuita.⁵⁶

Os homeopatas, tendo à frente João Vicente Martins, divulgam nos jornais, sobretudo no Jornal do Comércio, os nomes dos remédios homeopáticos empregados contra as epidemias de febre amarela e cólera morbus, como resposta às estratégias dos alopatas.

Começa a tomar vulto a partir de então uma tática de propaganda dos discípulos de Hahnemann: divulgar nos jornais as estatísticas dos doentes salvos pela homeopatia de diversas epidemias que já assolavam a capital do Império, entre elas a febre amarela, a escarlatina, a cólera morbus etc. Comparavam tais dados com a mortandade dos doentes tratados com alopatia. Divulgavam, também, seus oferecimentos de tratamento gratuito nas instituições médicas à população pobre abandonada e as respostas, geralmente negativas, da parte da Câmara dos Deputados, a esses oferecimentos.

Comprovar a veracidade das estatísticas é praticamente impossível (uma vez que é a palavra de charlatões contra a palavra dos médicos) e não é objetivo deste trabalho. O importante a salientar aqui é seu papel político de divulgação da homeopatia e de retaliação da medicina ortodoxa como incompetente e truculenta, uma vez que rejeita uma alternativa gratuita de cuidados médicos

56 MACHADO et al., 1978, p. 208-9, ratificam essa guerra de posições em que o conselheiro Jobim tem um grande papel.

à população necessitada por motivos puramente ideológicos.

Desta forma, a medicina homeopática vai se implantando aos poucos nas instituições hospitalares religiosas (que eram, aliás, a grande maioria); vai se legitimando na sociedade civil, apesar do bloqueio institucional movido pela medicina alopática e das cisões entre os homeopatas, que crescem a partir da década de 50 do século passado, como se verá a seguir.

A Academia Médico-Homeopática se divide em 1851, em função da atividade farmacêutica, antes exercida pelos médicos, que preparavam e distribuíam os medicamentos homeopáticos. Tal cisão é motivada pelo hábito que vinham tomando alguns homeopatas de se tornarem proprietários de farmácias, utilizando os nomes de alguns farmacêuticos apenas como “testas de ferro”. Disto é acusado nada mais nada menos que o presidente da Academia Médico-Homeopática, Dr. Duque Estrada. Com esta cisão é oficializada a profissão de farmacêutico homeopata, que passa a se ocupar da parte terapêutica da medicina homeopática.

Pode-se ler, no projeto de separação da atividade médica da farmacêutica da Academia Homeopática, as seguintes resoluções:

“Art. 1º - A prática médico homeopática fica daqui em diante completamente desligada da parte farmacêutica ou posológica;

“Art. 2º - A nenhum membro da Academia, médico ou cirurgião, será lícito preparar e fornecer remédios aos seus doentes;

“Art. 3º - A infração do artigo antecedente, em qualquer de suas partes, importará na exclusão

da academia, que será pronunciada contra aquele que deixar de observá-lo”.

Na verdade, o Regulamento da Junta de Higiene Pública ratifica também esta separação, tendo em vista não apenas os interesses corporativos dos farmacêuticos e boticários, mas também a eliminação do médico proprietário ou sócio de farmácia, que era um foco significativo de corrupção da medicina no Império. Por outro lado, centralizando poderes de política e de polícia higienista, além do controle do exercício da medicina, a Junta será mais um instrumento poderoso do Estado exercido pelos médicos contra a homeopatia.

Da cisão da Academia Médico-Homeopática nasceu a Academia Homeopática do Rio de Janeiro, sem a presença do Dr. Duque Estrada, que continuou à frente da outra. Os médicos Bento José Martins, Manuel Duarte Moreira (antigo diretor da Escola Homeopática do I.H.B.), Silva Pinto, Francisco de Paula S. Gomes, T. Cockrane, Castro Lopes, Bernardino Jose de Sena Motta e Maximiano Marques de Carvalho fundaram a Academia do Rio de Janeiro. Desses médicos, o Dr. Maximiano Marques de Carvalho é um dos grandes polemistas da homeopatia. É ele quem solicitará, em 1853, ao Congresso a criação de uma disciplina de homeopatia nas escolas médicas, solicitação obviamente rejeitada pelo Conselheiro Jobim, que segundo Galhardo “a combateu ferozmente”.

Até 1859 a homeopatia remará contra a corrente institucional mantendo suas estratégias de legitimação: fundando filiais do Instituto Homeopático e Academias por todo o país, no sentido de “converter” os médicos e intelectuais à doutrina homeopática; aumentando seu

espaço nas instituições médicas, instalando enfermarias, dispensários, ambulatórios etc. gratuitos e dirigidos à população pobre das cidades; mantendo a propaganda de agitação nos órgãos de imprensa e através da divulgação de livros e manuais de homeopatia; finalmente, tentando oficializar o ensino da homeopatia para poder legitimar a prática médica homeopática.

Só fracassaram em relação à última, em função do monopólio do ensino pelos médicos alopatas. Nas outras três estratégias foram crescentemente vitoriosos, apesar das perdas de seus cabeças, Dr. Mure, que morre em 1858 no Cairo, e Dr. João Vicente Martins, que morre em 1854 no Rio, ambos antes de completar 50 anos. O Instituto Homeopático que eles fundaram, abalado pelas divisões internas e pelos ataques externos não tinha mais a mesma força sem seus líderes principais.

A perda do Dr. João Vicente foi considerada um embate mais duro que os ataques dos dissidentes e dos alopatas pelo Instituto pioneiro.

Um novo Instituto só é fundado em 1859, o primeiro a se chamar Instituto Hahnemanniano do Brasil, pelos Drs. Jaeintho Rodrigues Pereira Reis, Joaquim José da Silva Pinto e Saturnino Soares de Meireles, “em companhia de mais vinte senhores” (GALHARDO, s/d, p. 614). O interessante nestes “vinte senhores” é ver-se que nem todos eram “doutores”, isto é, o novo Instituto aceitava como membros efetivos não médicos. Havia entre eles médicos alopatas convertidos à homeopatia, como o Dr. Saturnino Soares de Meirelles, filho de um médico opositor da homeopatia.

O novo Instituto não é o mesmo que existe ainda hoje, e teve vida efêmera, segundo Galhardo, devido à dissidência do grupo do Dr. Duque Estrada. O I.H.B. de 1859 seguia os mesmos princípios de Mure e João Vicente Martins, tentando descorporatizar a homeopatia, isto é, socializá-la para além das fronteiras dos médicos. É tarde, porém, para retomar as ideias radicais dos fundadores.

Por esta época, as leis da medicina oficial já cobrem toda a prática médica e o ensino médico. Elas começam a se instalar no interior da própria homeopatia. Doravante os homeopatas serão antes de tudo médicos. Mas a prática homeopática se desenvolve quase independentemente dos médicos na sociedade civil brasileira, graças aos manuais, às farmácias, aos padres, aos médiuns, aos práticos, à gente comum do povo, aos leigos em tudo.

É difícil não aceitar que a medicina homeopática seja neste período (e em outros) uma causa popular. Basta tomar como indicativo dessa popularidade a narração do enterro de João Vicente Martins, publicada no Jornal do Comércio, que saiu no dia 8 de julho de 1854, às 4 horas da tarde, da atual Rua Marechal Floriano para o cemitério S. João Batista:

“Ao desembocar em cada travessa, ao atravessar cada praça, via-se o povo apinhado, a seguir com os olhos, aonde se revelava a expressão de um magoado adeus, aquele saimento fúnebre, que vagaroso e lento caminhava para o cemitério S. João Batista. Era já noite quando transpôs os umbrais da habitação dos mortais”, (GALHARDO, s/d, p. 675).

Este fenômeno de grande acompanhamento

popular do enterro de um médico famoso só se repetirá, a meu conhecimento, duas vezes na nossa história: por ocasião da morte do principal fundador da escola tropicalista baiana em Salvador, Dr. Silva Lima, e por ocasião da morte de Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro.⁵⁷ Ambos retiraram sua popularidade e liderança de sua prática clínica e de sua presença política de médicos voltados para a saúde dos *leigos em tudo*.

57 Segundo o historiador Fernando Faria, autor de artigos citados neste trabalho, o médico homeopata Joaquim Murtinho gozou desse mesmo privilégio durante seu féretro.

Capítulo IV

Expansão e resistência (1859-1900)

No capítulo anterior apresentei a chegada da homeopatia em nosso país e as estratégias utilizadas pelos homeopatas para o seu desenvolvimento inicial. Procurei mostrar como em meio a uma conjuntura adversa, marcada, por pressões da medicina oficial, divisões internas, processos e outras dificuldades, o Dr. Mure e os pioneiros homeopatas lançaram mão de várias estratégias para o estabelecimento da medicina homeopática no Brasil, *superando* a alopática, dita *medicina tradicional*.

Essas estratégias se inseriam em uma disputa concorrencial de saberes com características discursivas similares (medicina científica) pelos espaços de poder disponíveis, basicamente os da produção e reprodução do saber (Escola Médica, Academia) e os da prática de intervenção (hospitais, enfermarias e a própria população). Diante de uma medicina alopática legitimada socialmente e instituída pelo Estado há algumas décadas, a homeopatia

buscou também sua afirmação e legitimação.

Os homeopatas entendiam que a legitimação de sua medicina passava, em termos estratégicos, por sua política institucional. Nela, as Escolas e os Institutos, locais de produção e reprodução do saber e prática da homeopatia assumiam foro de centralidade. O caminho até a realização dessa estratégia teve seu trajeto demarcado e modificado por movimentos determinados pela conjuntura institucional que será agora objeto de análise.

Subdividi esta conjuntura em dois subperíodos de análise. Caracterizei como um momento de *expansão institucional* da homeopatia a subconjuntura que vai de 1859, com a criação do Instituto Hahnemanniano do Brasil, até 1882, com o parecer negativo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro à solicitação do L.H.B. de criação de duas cadeiras de homeopatia no ensino médico oficial.

Caracterizei a segunda subconjuntura, imediatamente posterior ao parecer de 1882, até 1900, como o momento que antecede à reabertura do IHB, como um período de *resistência institucional* da homeopatia, face ao bloqueio e à ameaça de extinção, em termos legais, que sofreu da parte das autoridades médicas. Certamente isto não significa que durante todo o período a homeopatia não tenha se expandido na sociedade civil, entre todas as classes sociais, sobretudo as menos favorecidas. O que pretendo ressaltar é que, do ponto de vista de sua oficialização, os últimos quinze anos do século XIX foram um período duro para as pretensões dos homeopatas no sentido de conquistarem um lugar junto ao saber institucional. Seu próprio Instituto, IHB, diminuiu em muito suas atividades neste período, tendo passado três anos

sem se reunir. Em face de letargia institucional só se encerrará no alvorecer do século XX, com a retomada das atividades do Instituto Hahnemanniano.

Curas, Polêmicas e Epidemias: Estratégias de Expansão Homeopáticas

Sem espaço para atuação pública estatal, os homeopatas lançam mão de diversas estratégias que não só avancem seu processo de legitimação social, como garantiam a abertura das vias institucionais para sua atuação. Neste quadro, a propaganda tem novamente um papel de destaque, alardeando e divulgando fatos positivos em relação a sua terapêutica. Esta estratégia é sensível quando se observa a atuação dos homeopatas no que diz respeito às curas realizadas pela homeopatia, e as polêmicas com os alopatas durante a ocorrência de surtos epidêmicos.

Nesse processo, as vias usuais de intervenção institucional são substituídas pela divulgação via *Jornal do Comércio*. Em artigos diários, na maioria das vezes em colunas pré-estabelecidas (“a pedidos”, sessões de matéria pagas), os homeopatas fazem desfilar todas as questões relevantes para o seu movimento, usando o periódico como veículo de propaganda. A criação de escolas e enfermarias, a cobertura de eventos e conferências promovidas, relatos de curas de pessoas importantes e o desenvolvimento da homeopatia no Brasil e no exterior são os principais temas ventilados. Os médicos alopatas também ocupam espaço nesse jornal, o de maior circulação no país, com artigos e recortes nas polêmicas. Orem, a utilização do espaço pelos homeopatas se deu em

ordem de grandeza bem maior. O *Jornal do Comércio* (Jo.C.) constituiu-se em uma tela onde o *seriado* da homeopatia era apresentado quase que diariamente, abrindo um flanco importante em termos da propagação do saber homeopático através da imprensa.

Inserida nessa estratégia de propaganda dos homeopatas, a divulgação de curas de personagens famosos era muito frequente. Vários artigos da conjuntura são sintomáticos dessa prática.

Sob a título “Triunfo a Homeopatia”, por exemplo, o Dr. Castro Lopes publicou, no dia 5 de janeiro de 1862, um artigo onde assinala a cura do Duque de Saldanha, efetuada em Portugal pela homeopatia, ressaltando que o Duque estava *desenganado pela alopatia*. No mesmo artigo, o autor cita os nomes dos médicos responsáveis pela cura, descrevendo a respectiva situação profissional de cada um deles: um professor de Matéria Médica da Universidade de Coimbra, outro, cirurgião do Hospital S. José, e o último, ex-professor de química e antigo cirurgião do mesmo hospital (Galhardo, 1928, p. 697-8). A divulgação da ocupação profissional daqueles que efetuaram a cura tinha o claro interesse de assinalar que todos estavam situados em instituições oficiais de Portugal, enquanto a seus pares brasileiros esse direito era negado.

A cura do Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles também movimentou as páginas do *Jo.C.* no período. O Dr. Meirelles, chefe do Corpo de Saúde Naval, escreveu uma carta publicada em 23 de março de 1866, onde se defendia das declarações do Dr. Marques de Faria de que o chefe do Corpo de Saúde da Armada fizera a requisição de “algumas

carteiras homeopáticas”.

A defesa do Dr. Joaquim é elucidativa. Em um texto longo ele nega que tenha dado “ordem para que se fornecessem as *ambulâncias* (ambulatorios) da Marinha de boticas homeopáticas”, declarando e assegurando que não havia dado, “nem podia, e menos ainda devia dar semelhante ordem!” Não devia dar “porque os regulamentos do corpo de saúde dizem que os superiores não imporão a seus subordinados nenhum sistema de medicina. Não podia dá-la, porque ia de encontro a minha razão e a minha consciência.” Segue a carta dizendo que havia se submetido ao tratamento homeopático para curar-se da febre tifoide, febre que a alopatia não conseguira curar. Porém, sua argumentação vai se estruturar em torno do raciocínio de que poderia ter sido curado tanto por uma como por outra:

Como mais um meio de cura ou de alivio para a humanidade, pode-se sem pirrorismo aceitar a homeopatia. Eu tenho visto e assistido, como observador, tratar-se pelos remédios homeopáticos as mais graves moléstias agudas! (...) Isto quer dizer que em um e outro sistema há verdade e erros! (GALLARDO, s/d, p. 703)

Apesar desta posição pública ambígua, quando se analisa uma carta endereçada a seu filho, médico homeopata, durante o período de sua quase convalescência, vê-se que o Dr. Joaquim de Meirelles tinha uma posição mais favorável à homeopatia. Depois de tratado repetidas vezes pela alopatia sem resultado, viu na homeopatia, administrada por um alopata, a cura de sua doença: “Deus e a medicina homeopática quiseram que eu continuasse a viver!”. Segundo seu filho, o conselheiro Dr. Saturnino Soares de Meirelles,

“Esta cura foi de tal ordem, que as crenças de meu pai ficaram profundamente abalada (...) sendo depois acometido de vólculo, recorreu imediatamente a nossa intervenção”.

A “conversão” do Dr. Joaquim Meirelles, antigo e famoso membro da *Academia Imperial de Medicina* e crítico da homeopatia, aí aparece mais forte, na medida em que é confirmada por outra carta, bem anterior ao momento de sua doença (cerca de 13 anos) onde, escrevendo também ao seu filho, narra a cura de seu cunhado (desenganado pela alopatia) pela *silicea*, 30ª dinamização, administrada por ele (Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles). Diante da cura do doente, afirmou: “A homeopatia até cura antraz!” (Galhardo, *idem*, *ibidem*).⁵⁸

Aproveitando a divulgação da cura do Dr. Joaquim C. S. de Meirelles, o Dr. Maximiano de Carvalho, a partir do dia 22 de abril de 1866, começou a publicar uma longa série de artigos, nos quais buscava demonstrar as vantagens do emprego da homeopatia nos hospitais militares e públicos. O Dr. Maximiano mantinha uma coluna no *Jo.C.* chamada *Revista Médica* (ex-revista alopática), onde publicava os mais variados artigos, até mesmo registros de suas viagens à Europa, muito frequentes desde 1859, de onde enviava cartas que abordavam a medicina e seus progressos na Europa.

Do mesmo modo que o Dr. Maximiano de Carvalho, o Dr. Pedro Bandeira de Gouvea, em março de 1864, começa a publicar no mesmo jornal “comedidos escritos ocupando-

58 As cartas foram escritas nos *Annaes de Medicina Homeopática* de junho e julho de 1902 por seu filho. Vale lembrar que o Dr. Joaquim Soares de Meirelles era também cirurgião-mor do Corpo de saúde da Armada e Médico de S. M. Imperial, D. Pedro II.

se das duas doutrinas médicas, mostrando a superioridade da Homeopatia sobre a antagonista, a Alopacia”, publicação que prosseguiu até 1866. A 27 de junho de 1865, também o Dr. Marques de Faria inicia, sob o título *Revista Médico-Homeopática*, uma série de artigos “ocupando-se da homeopatia, não só do ponto de vista doutrinário, mas também terapêutico, quer quanto ao tratamento, quer quanto a posologia. Estuda a aplicação da homeopatia na sífilis, nas paralisias, na loucura e em outras moléstias.” (GALHARDO, op. cit., p. 701)

Diante das publicações dos homeopatas, os alopatas reagem. Mesmo que em menor número e constância de artigos, entram na polêmica. O médico alopata Dr. Peixoto Guimarães, a partir de 12 de outubro de 1865, começa a publicar pelo *Jo.C.* uma série de artigos refutando a homeopatia, sob o título “A homeopatia em contradição na teoria e na prática”. Os artigos do autor intentavam provas a falsidade prática do sistema homeopático, usando em seu argumento citações dos Drs. João Vicente Martins, Mure, Cochrane, Jahr, que lhe pareciam contraditório (Galhardo, idem).

O eixo da resposta homeopática à polêmica é interessante. O Dr. Maximiano de Carvalho, nos artigos de réplica, afirma: “Probabilidade de mais um médico homeopata (...) à força de estudar e argumentar contra a homeopatia vem-se a ser um bom homeopata”. Processo pelo qual ele e outros homeopatas haviam passado.

O debate transcorria dentro de uma polidez louvável e seus argumentos se enquadravam de acordo com Galhardo, “nos limites da ciência”, conseguindo, assim, escapar ao

“ataque pessoal” e às “palavras ofensivas”. Isto se deu até que outro homeopata, o Dr. A. Monteiro de Barros, entrou também no debate e, em um dos seus artigos, envolveu-se em uma questão pessoal. Mesmo assim, a polêmica se estendeu até fins de novembro de 1865 (GALHARDO, Idem, Ibidem).

A constante publicação de curas realizadas em pessoas de renome seguia a mesma estrutura: eram pessoas *importantes*, que cada vez mais se submetiam ao tratamento homeopático. Essas pessoas, o que era bastante frisado, faziam esse tratamento ao perceber a incapacidade e a impotência do alopático diante de sua doença (eram “desenganados”), só encontrando a cura para a mesma na homeopatia, que assim confirmava sua superioridade como medicina. Os homeopatas fizeram vários apelos para que os alopatas presenciassem o desenvolvimento de sua terapêutica e as *curas*. Como resposta receberam geralmente o silêncio.

Além da divulgação das curas e das polêmicas como método de propaganda, o que já era feito desde o período da implantação, os homeopatas utilizavam também neste período a publicação de fórmulas de seus medicamentos, bem como a instrução e a receita de seu uso pelos jornais. Um exemplo da publicação dessas fórmulas e indicações são os artigos do Dr. Duque Estrada, em junho e julho de 1865, nos quais discorria sobre “A Patogenesia e Indicações Terapêuticas de *Cactus grandeflorus*, aplicado nas 6^a, 30^a e 100^a dinamizações”, declarando que este medicamento foi experimentado pelo Dr. Rucco Robini. Esta prática se intensifica quando da ocorrência de epidemias.

Em um período entrecortado pelas epidemias

de febre amarela e cólera, e sem grandes possibilidades de atuação institucional (enfermarias para atendimento, dispensários etc.), os homeopatas utilizaram as páginas do *Jo.C.* como veículo de receituário, de instruções profiláticas e, concomitantemente, de ataques à alopatia.

As edições dos dias dezenove e vinte e sete de novembro de 1865, por exemplo, traziam artigos dos Drs. Maximiano de Carvalho e Marques de Faria versando, respectivamente, sobre “a possibilidade de uma invasão de cólera morbus”, publicando “instruções e higiene” contra tal mal. Vale dizer que o artigo do Dr. Maximiano, não reduzindo a importância concreta do problema, visava mais a figura do Dr. José Pereira Rego, “sócio fundador do Instituto Homeopático do Brasil”,⁵⁹ e que, apesar disso, perseguia seguidamente os homeopatas, como Presidente da Junta de Higiene Pública. Por isso, o Dr. Maximiano, já perseguido por ele em 1862, sempre que encontrava espaço, não perdia a oportunidade de atacá-lo como o fez nesse artigo: “a pretexto do abandono em que deixava a Higiene Pública, nenhuma providência tomando contra a provável invasão da cólera morbus”.

O Dr. José Pereira Rego também não foi poupado quando, em 23 de janeiro de 1870, o Dr. Maximiano de Carvalho alertou – como sempre o fizeram os homeopatas em relação às epidemias - para a iminente epidemia de febre amarela (que realmente veio ocorrer), criticando “a atitude de desleixo do Dr. José Pereira Rego”. O Presidente da Junta respondeu determinando medidas relativas à febre amarela.

59 O Instituto referido é o que foi fundado em 1859 e que teve, segundo Galhardo, vida efêmera devido à dissidência do Dr. Duque de Estrada e seu grupo.

Essas medidas foram duramente criticadas pelo Dr. Maximiano de Carvalho que, em um artigo, dirigiu-se ao Ministério Imperial “chamando a atenção de S. S. para os ótimos resultados obtidos nas epidemias, com o tratamento homeopático”, afirmando que os “óbitos nos tratamentos da febre amarela são quase todos doentes tratados alopaticamente”. Dias mais tarde o Dr. Maximiano começou a publicar artigos que se ocupavam da profilaxia da febre amarela. Mesmo assim, ainda não foi desta vez que os homeopatas continuariam tentando.

No ano seguinte, em 1871, começou aparecer na então freguesia de N. S. da Glória uma epidemia de febre, da qual logo se ocupou o Dr. Maximiano de carvalho, que descreveu os sintomas do surto atribuindo seu aparecimento “a intoxicação miasmática provinda do lodoso regato das Laranjeiras”, e prescreveu os medicamentos indicados para tratá-los. Neste mesmo ano uma epidemia de febre amarela assolou Buenos Aires (chegando a matar de 300 a 400 pessoas diariamente (e, durante cinco dias seguidos, o Dr. Maximiano abordou tal epidemia, comparando-a à do Rio de Janeiro (1850 a 1853), onde o índice de mortalidade era de 150 pessoas diariamente, “graças à intervenção homeopática”. É que, durante esse período, dois terços dos doentes foram entregues aos homeopatas, o que “não sucede em Buenos Aires, onde a homeopatia ainda não foi vitoriosamente propagada”.

É importante notar, entretanto, que ao aconselhar os argentinos sobre a profilaxia da doença, o Dr. Maximiano propôs “igualmente o tratamento alopático” para profilaxia da febre amarela, e que “enviassem para a população de

Buenos Aires medicamentos das duas medicinas, de modo que alopatas e homeopatas pudessem concorrer livremente para dar alívio e cura aos doentes”. Formaram-se comissões que angariariam muitos recursos, e até o Imperador D. Pedro II, “à sua própria conta” enviou auxílios. A delegação do Rio de Janeiro à República Argentina do RJ, contou com quatro médicos e cinco doutorandos que, ao chegarem em Buenos Aires, não foram bem recebidos pela população local (“população irresponsável”), muito embora tenham sido “tratados admiravelmente” pelo *La Nación*, principal órgão de imprensa (GALHARDO, s/d, p. 712)

Como se pode observar, geralmente a intervenção dos homeopatas durante as epidemias se dava de forma intensa através de seus artigos do *Jornal do Comércio*, na medida em que a sua intervenção pública praticamente inexistia. Porém, durante a epidemia da febre amarela de 1873, esse estado de coisas começou a se modificar.

Foi assim que, em janeiro de 1873, em uma série de artigos, o Dr. Maximiano de Carvalho chamou a atenção das autoridades para os casos de febre amarela que vinham aparecendo e aconselhou o emprego da homeopatia para evitar que a epidemia se instalasse. Esta, entretanto, tomou corpo e se alastrou, fazendo com que outros homeopatas dela se ocupassem, como foi o caso do Dr. Marques de Faria (que aproveitou o momento e, em público, renegou seu passado alopata) e do Dr. Mello Moraes. Eclodindo o surto, o Dr. Maximiano novamente utilizou o jornal para acusar o Dr. José Pereira Rego como responsável pelo seu desenvolvimento.

Diante deste quadro a Santa Casa de Misericórdia criou a enfermaria homeopática, que prestou serviços apenas

durante o surto, sendo depois desativada. Ela esteve sob os encargos do Dr. Liberato de Castro Carreira e recebeu, ao final dos trabalhos, o agradecimento e o reconhecimento “dos oficiais de mesa” da Santa Casa.

No ofício em resposta, o Dr. Liberato afirmou que “os sectários da doutrina de Hahnemann não podem desejar um maior triunfo (...). A Homeopatia está, pois, reconhecida e apreciada pela mais importante instituição de caridade; se assim não fora uma corporação tão respeitável como a mesa da Santa Casa de Misericórdia, não daria a prova de consideração que acabo de receber.”⁶⁰ (GALHARDO, (1928), p. 716)

Em uma estatística referente a 1873, mas que só foi publicada pelo *Jo.C.* em 19 de março de 1876, pode-se verificar o desempenho da homeopatia em sua enfermaria da Ordem 3ª da Penitência:

Tratados pela Homeopatia	179
Tratados pela Alopatria	183
Total	362

Dos doentes recolhidos à enfermaria homeopática faleceram 34. Dos recolhidos à (...) alopatia faleceram 57. Percentagem de mortalidade:

Pela Homeopatia	18,99%
Pela Alopatria	31,62%

O Dr. Galhardo não dá mais dados sobre essas

60 “mesa” da Santa Casa, pode ser “traduzido”, em temas atuais, por *staff* clínico.

enfermarias no decorrer do período, a não ser quando da epidemia de febre amarela de 1873. Mesmo assim, são dados limitados. Vale dizer que estas estatísticas foram organizadas pelo Dr. Brandão, também responsável pela enfermaria alopatia (GALHARDO, (1928), p. 716).

Apesar desses cuidados, as epidemias de febre amarela continuaram grassando anualmente no Rio de Janeiro com grande número de vítimas. Em 1876, a partir de nove de março, o Dr. Marques de Faria “fez inserir no *Jo.C.* uma série de artigos se ocupando com o tratamento da febre amarela.” Nesse mesmo ano o governo recusou o oferecimento do Instituto Hahnemaniano Fluminense, que originaria o ancestral do I.H.B. contemporâneo, para o estabelecimento de uma enfermaria pelo Dr. Duque Estrada. No ano seguinte, 1877, novo surto assolou a capital. O Dr. Maximiano chamou a atenção do corpo legislativo para o problema no *Jornal do Comércio* de 9 de março 1877 e, na edição do dia 11, prontificou-se para, *gratuitamente*, receitar aos comandantes de navio o modo de “desinfetar estes navios, a fim de torná-los expurgados de febre amarela”, bem como oferecer-lhes igualmente um medicamento preservativo da mesma febre (GALHARDO, s/d, p. 697).

Os alertas dos homeopatas se repetiam em 1878 e 1879, seja com relação à febre amarela, seja com relação a qualquer outra doença coletiva. E assim foi, por exemplo, no caso da epidemia de varíola que se alastrou pela cidade do Rio, precocemente alertada pelo Dr. Maximiano, que solicitara providências ao Ministério do Império, sugerindo “um método eficaz de atuação” e aconselhamento a vacina homeopatia como preventivo. Novamente, como nos

momentos anteriores, não teve ouvido seu apelo.

Como se pode sentir, os homeopatas procuraram com afinco, neste período, penetrar num espaço oficial de intervenção médica, o que poucas vezes (caso da Santa Casa de Misericórdia e Ordem 3ª da Penitência) conseguiram e, ainda assim, por tempo limitado.

Mas se é sensível o pouco espaço de intervenção institucional obtido pelos homeopatas, pode ser assinalado que eles lograram algum êxito na tentativa de fazer com que o medicamento homeopático fusesse o bloqueio imposto pela medicina alopática e fosse utilizado em instituições hospitalares (civis e militares), geralmente devido à tática do oferecimento de serviços e de medicamentos *sem ônus* para tais instituições.

A este propósito, o *Jo.C.* divulgou, em sua edição do dia 20 de julho de 1864, os documentos consulares publicados pelo cônsul uruguaio, relativos ao envio de medicamentos homeopáticos doados ao povo de seu país, em 1857, para combater a epidemia de febre amarela. Os medicamentos foram enviados pelo Dr. Mello Moraes, “notável homeopata brasileiro e um dos grandes propagandistas da Homeopatia não só no Brasil, mas no continente sul-americano” (GALHARDO, *idem*, p. 700).

Também durante a Guerra do Paraguai os homeopatas insistiram na tentativa de estabelecer oficialmente o uso da medicina homeopática. Em primeiro de fevereiro de 1866 o Dr. Maximiano, “que sempre se esforçou para introduzi a medicina homeopática nas forças de terra e mar”, inseriu, sobre tal assunto, um artigo no *Jo.C.*, onde

mostrou “as vantagens da adoção da homeopatia nas Forças Armadas, não só em operações de guerra, como se acharam, mas também nos hospitais”. Na esteira desse artigo, o Dr. Marques de Faria publicou, dois dias depois, um artigo onde afirmava que “tivera conhecimento da remessa para o sul de algumas carteiras homeopáticas, à aquisição do Senhor Conselheiro Meirelles, chefe do Corpo de Saúde Naval”. Essa publicação suscitou o episódio da discussão sobre a cura do Dr. Joaquim de Meirelles, visto na seção anterior, episódio que foi aproveitado pelos homeopatas de diversas formas. Uma delas foi continuar a carga sobre o uso da homeopatia nas instituições oficiais, como fez o Dr. Maximiano. Este, diante da cura do Dr. Joaquim de Meirelles, começou a publicar no *Jo.C.*, a partir do dia 22 de abril de 1866, uma longa série de artigos nos quais, como já havia feito, buscava mostrar as vantagens do emprego da homeopatia nos hospitais militares e públicos civis.

Os homeopatas oferecem, como já se viu neste capítulo, durante as grandes epidemias, seus préstimos e medicamentos gratuitamente, como nos casos dos surtos epidêmicos de febre amarela, cólera, varíola e no decorrer da guerra contra o Paraguai. Em abril de 1867, por exemplo, anunciou-se que o Sr. João Pinheiro de Magalhães Bastos, professor em homeopatia pela Escola Homeopática do Brasil e proprietário de um laboratório homeopático, havia oferecido *gratuitamente* ao Ministério da Marinha, medicamentos para serem utilizados pela esquadra em operação no Paraguai.

Em consequência ao anúncio referido, saiu outro artigo que confirmava o oferecimento e a aceitação do respectivo Ministério da Guerra. Este artigo, escrito por

um médico homeopata, que, além disso, era capitão de engenharia, provocou resposta do Ministério da Guerra quanto ao oferecimento (feito pelo Farmacêutico João de Souza Martins). Na resposta, o ministro da Marinha confirmava que aceitara o oferecimento e aplicou-o na esquadra em operações no Paraguai. Isso se deveu, de acordo com Galhardo, a um reflexo direto da cura do Dr. Joaquim de Meirelles. Além do oferecimento à Marinha e ao Exército, feito pelo farmacêutico João Pinheiro, o farmacêutico João de Souza Martins ofereceu também gratuitamente medicamentos à Caixa de Socorros D. Pedro V que, como já vinha fazendo, “utiliza-os agradecendo penhora” (GALHARDO, *ibidem*, p. 708-716).

Concomitante a esta busca de espaços públicos de atuação, os homeopatas buscavam efetivar a construção de seus próprios espaços, tais como consultórios, farmácias e casas de saúde.

No início de 1868, por exemplo, fundou-se um consultório de homeopatas pura, instalado pelo professor João Pinheiro de Magalhães Bastos, “cunhado do saudoso João Vicente Martins e proprietário do Laboratório Especial de Homeopatia Pura”. O Dr. Magalhães Bastos confiou o consultório aos cuidados profissionais de homeopatas célebres. No tocante à farmácia, situada à Rua da Quintana n. 57, posteriormente se transformaria em um grande laboratório homeopático.

Sobre as casas de saúde, constata-se o surgimento em 1868, assinalado por Galhardo, da Casa de Saúde Homeopática de N.S. da Conceição, instalada na Rua do Hospício n. 170, sob direção do Dr. Carlos Chidloé, que era especialmente destinada ao tratamento de moléstias

de olhos. O auxiliar do Dr. Chidloé nesta casa de saúde, o cirurgião Dr. Gama Lobo, não era homeopata. Em 27 de março de 1870 instalou-se à Rua Fresca n. 1, a casa de saúde Alto-Homeopática de N. S. da Glória, que era destinada ao tratamento alopático e homeopático, e estava sob a direção do Dr. J.A. de Faria. Essa casa existiu durante alguns anos contando, em seu corpo técnico, tanto com alopatas como com homeopatas Dr. Pereira Rego, Dr. Duque-Estrada etc. (GALHARDO, *ibidem*, p. 809-710).

Estes casos sugerem que as desavenças entre homeopatas e alopatas eram realmente mais constantes quando se tratava da disputa concorrencial de espaços *institucionais*, sobretudo acadêmicos. Sugere, também, que tal disputa não atingia a totalidade dos homeopatas, mas, sobretudo que podia não atingir a totalidade dos alopatas. É possível supor-se na atividade clínica um *modus vivendi* entre homeopatas e alopatas que tornavam como critério fundamental de colaboração a eficácia na prática terapêutica, mais que as diferenças doutrinárias. Esta colaboração, evidente neste período, não pode ser generalizada na história da homeopatia, mas possivelmente pode ser observada em outras conjunturas institucionais. Na atualidade a colaboração entre alopatas e homeopatas, embora limitada, é certa.

O Instituto Hahnemanniano do Brasil

Até aqui se viu como os homeopatas, no período que vai de 1860 até o fim do século XIX, buscaram se estabelecer em espaços institucionais de intervenção. Agora tratarei do fato institucional que dá sustento e incremento a essa busca,

isto é, o surgimento do Instituto Hahnemanniano do Brasil.

O I.H.B. a que me refiro aqui é o segundo Instituto com esse nome no Brasil. Segundo o Dr. Galhardo, ele é o Instituto Hahnemanniano Fluminense, que tomou essa nova denominação. Com efeito, o Decreto n. 7.794 de 17/08/1980, publicado pelo Diário Oficial de 31/08/1980, dispõe que “aprova a reforma de diversos artigos dos estatutos do Instituto Hahnemanniano Fluminense (I.H.F.), que passa a denominar-se Instituto Hahnemanniano do Brasil”.⁶¹ A data desse decreto deve ser tomada, segundo o Dr. Galhardo, como a data da fundação, embora ele mesmo indique ter se baseado nesta data porque não conseguiu encontrar material suficiente sobre as atividades do I.H.B. antes dessa referência (Galhardo, p. 729).

Entretanto, observando documentos anteriores à criação do Instituto Hahnemanniano do Brasil, vê-se que o Instituto Hahnemanniano Fluminense se transformaria em I.H.B. em 1879, com a modificação de seus estatutos, só se aprovado esse novo estatuto em 1880 pelo decreto mencionado acima. Em muitos aspectos o I.H.B. continuou o I.H.F., mantendo seu símbolo e estatuto, que sofreu apenas algumas alterações. Um dado importante é que em ambos os estatutos a propaganda tem lugar de destaque. Neste particular vê-se que nos títulos que discorrem sobre os “trabalhos do Instituto” (ambos os estatutos), assinala-se a criação de um jornal que se denominaria *Annaes de*

61 Não tenho outro dado sobre o I.H.F., a não ser que surgiu quando já parecia extinto o espírito de solidariedade entre os homeopatas, tendo um papel fundamental nessa reunião o conselheiro Dr. Saturnino Soares de Meirelles, que com outros colegas fundou em 1878 o I.H.F., o mesmo que um ano após se tornaria I.H.B..

Medicina Homeopática, onde todos os trabalhos do Instituto seriam publicados. Devo dizer, contudo, que o que parecia ter caráter de urgência demorou bastante tempos para se efetivar. Olhando as fontes, vê-se que o volume n. 1 dos *Annaes* só sairia em julho/82 a junho/83, e o volume n. 2 em julho a dez/83. Logo após, a publicação do *Annaes* entrará em recesso e só será retomada no ano de 1901, graças aos esforços do Dr. Dias da Cruz, como será visto adiante.

Na expectativa do lançamento do primeiro número dos *Annaes*, na sessão do IHB do dia 25 de setembro de 1880, publicada posteriormente no *Jornal do Comércio*, foi decidido que o Dr. Joaquim Murtinho, como redator da revista, ficasse incumbido de publicar três artigos por mês “nas folhas de maior circulação.”

No dia três de outubro de 1880 o Dr. Joaquim Murtinho começou a realizar seu trabalho, cumprindo a resolução do Instituto, e iniciou uma série de artigos fazendo um paralelo entre homeopatia e a alopatia. No decorrer da série, inúmeras polêmicas foram suscitadas, como no seu oitavo artigo, onde respondia a Benjamim Constant, o “fundador da República Brasileira” que, em uma palestra com o próprio Murtinho confrontou Comte e Hahnemann,⁶² mostrando a identidade do ponto de vista dos dois autores, baseando-se em uma comparação de trabalhos da *Filosofia Positivista* e do *Organon* (GALHARDO, (1928), p. 739).

Nesse final de período (1880/1900), o Dr. Joaquim Murtinho iria se envolver em infindáveis polêmicas, tornando-

62 A influência do fundador do positivismo sobre os acadêmicos homeopatas já é sensível desde esse momento. Ela se manterá ao longo da história da homeopatia no Brasil.

se mesmo o que se pode chamar de *polemista de plantão* do I.H.B (FARIA, 1994). Um exemplo de sua atuação é o que se iniciou em dezembro de 80. Em um artigo no *Jo.C.*, os Drs. Marques de Faria e Paulo Barreto iniciavam a publicação de artigos onde anunciavam a criação da homeopatia dosimétrica. O Dr. Marques de Faria era médico homeopata e o Dr. Paula Barreto era químico e farmacêutico, proprietário de uma farmácia homeopática. Em seus artigos aconselhavam e solicitavam ao Ministério do Império, aos diretores de Faculdades de Medicina, ao Presidente da Junta Central de Saúde e a todos os médicos, a utilização da nova terapêutica que acabavam de criar. (GALHARDO, *Ibidem*, p. 742).

As ideias dos dois não foram bem aceitas pelo I.H.B. que, por seu preposto, o Dr. Murtinho, lançou-se ao ataque jornalístico. A polêmica (réplica, tréplica etc.) só terminou em fevereiro de 1881 (FARIA, 1994), tendo incluindo em seu trajeto até mesmo um médico alopata que escreveu artigos denominados a dosimetria de “alopatia moderna”, o que de ponto foi atacado pela Academia Imperial de Medicina.

Ainda dentro da estratégia da *propaganda institucional*, constata-se a prática das conferências públicas sobre homeopatia. Em 1881, por exemplo, o I.H.B. encarregou o Dr. Murtinho de realizar uma série de conferências sobre homeopatia. Elas versavam sobre diversos tópicos homeopáticos bem como, é claro, sobre a comparação entre homeopatia e alopatia. Neste particular, o Dr. Murtinho buscou a obra do Dr. Torres Homem, seu antigo mestre, professor da Faculdade de Medicina, e demonstrou como as curas na escola clássica se realizam segundo a *lei Similia Similibus Curantur*, tomando como argumento “o emprego do

sulfato de quinino nas febres perniciosas”. Tais conferências foram publicadas pelo I.H.B. no *Jornal do Comércio* de 4 de setembro de 1881, logo após a solicitação da entrada de duas disciplinas homeopáticas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em 23 de maio, 23 de outubro e 27 de novembro, o Dr. Castro Lopes também ministrou conferências na Escola da Freguesia da Glória, sendo a primeira delas “assistida por S.M. o Imperador D. Pedro II”. Nessa mesma palestra, o referido Dr. Defendeu “a criação de cadeiras da medicina hahnemanniana na futura universidade”, para que assim fosse completo o ensino superior, falando também sobre “o problema com as farmácias” (que será examinado adiante). Essas palestras, como já havia sido feito com as do Dr. Murinho, foram publicadas pelo I.H.B. na imprensa e depois reunidas em um livrinho de 118 páginas. A palestra diante de S.M. Imperial foi considerada um grande sucesso pelas hostes homeopáticas, que viram como de grande interesse “à causa da homeopatia” (GALHARDO, (1928), p. 748).

Apresentando e sistematizando a preocupação do I.H.B. com a propaganda, principalmente no que diz respeito aos *fatos* produzidos pelo saber médico homeopático e sua relação com este, os *Annaes*, desde o seu surgimento, passaram a abordar constantemente esta questão.

Em julho de 1882, no n. 1 dos *Annaes*, o Dr. Saturnino de Meirelles deu início à sua coluna “A Homeopatia nos Fatos”, discutindo a relação entre os princípios da ciência e os fatos empíricos. Afirmava que:

Em luta constante com inimigos que a combatem

clandestinamente, a homeopatia se impõe e domina os espíritos mais preventivos pela força irresistível dos fatos. Mas para que eles produzam todos os seus benéficos resultados não basta o deslumbramento de seus grandiosos resultados, é preciso ainda que por uma análise rigorosa mostrem a perfeita ligação e subordinação aos princípios de ciência.

A seguir, relacionando essa estratégia com a luta da homeopatia, continua, afirmando que para evitar o “miserável subterfúgio” de que se valem os alopatas para negar as curas obtidas pela homeopatia, reconduzindo-as à ação da natureza, devem ser publicados preferencialmente fatos cujas “natureza e gravidade” não possam dar margem a dúvidas.

Na constelação de uma estratégia mais refinada de propaganda, a publicação dos fatos (clínicos) assume um papel primordial, igualando-se a busca desses fatos, em termos de resultados no campo da ciência, ao campo da política. Porém, ao que parece, a maioria dos homeopatas não estava sintonizada com esse estilo de pensamento, o que levava o articulista de “A homeopatia nos fatos” a repisar constantemente essa questão.

Assim é que, no número 2 dos *Annaes*, de agosto de 1882, o Dr. Saturnino de Meirelles assinala a importância e a utilidade dos fatos clínicos, indicando que:

se desde o começo da prática da medicina homeopática todos os médicos tivessem sido solícitos em tornar bem conhecidos todos os fatos de suas clínicas, apresentando-os o mais detalhadamente que fosse possível, acreditamos

que a esta hora muitos dos difíceis problemas que há a resolver, quando não estivessem inteiramente decididos, estariam bem próximos disso, trazendo mais uniformidade na prática dos médicos, e, em certeza, muitos espíritos duvidosos estariam hoje conosco.

Prossegue afirmando que os médicos homeopatas não dispuseram até o momento de um periódico científico que divulgasse seus resultados, e que devido a uma questionável modéstia tem-se furtado à publicidade, prejudicando com isso o próprio avanço da homeopatia como ciência. Acabou comparando a situação do Brasil com a de outros países no tocante a essa questão:

Assim não acontece nos outros países da Europa e América, onde não contentes com os seus cursos teóricos e práticos, oficinas ou não, os médicos, compenetrados da necessidade e valor do conhecimentos dos fatos clínicos, procuram torná-los públicos por todos os modos, já relatando-os em sua associações, seja publicando-os em seus jornais, seja colecionando-os em volumes especiais.

Diante de tal quadro, conclamou:

é tempo de seguimos tão bons exemplos, e por isso continuamos hoje com a publicação de fatos de Nossa Clínica.

Apresentou em seguida, como sempre fazia, relatos de casos clínicos, O esforço para superar o problema da inexistência de divulgação sistemática dos casos clínicos era grande e, dentro de seus limites, cabiam até algumas referências jocosas que indicavam a gravidade da questão, como a feita em outra coluna, intitulada “Variedades”. Esta

coluna, após discorrer sobre o “fabuloso” desenvolvimento da homeopatia nos Estados Unidos, termina assinalando que “maior do que essa atividade espantosa dos homeopatas americanos só há preguiça ainda mais espantosa dos homeopatas brasileiros”.

Também no número 4 dos *Annaes*, de outubro de 1882, a coluna *A Homeopatia nos Fatos* reassignava a importância da divulgação “dos fatos de cura admiráveis obtidas pela terapêutica homeopática”, afirmando que “hoje que felizmente já temos nas páginas dos *Annaes de Medicina Homeopática* é que sentimos a falta cometida (...)”. Neste número a coluna deixou claro a que curas se referem: “de moléstias gravíssimas, e sobretudo d’aquelas para as quais a velha medicina se julga impotente, recorrendo à cirurgia como único recurso (...)”. A coluna explicou também a ligação dos resultados clínicos e sua divulgação com a luta político-institucional da homeopatia. Assim, tais fatos,

Muitos dos quais poderiam ser atestados por vultos eminentes da medicina contrária, estamos certos que seriam de grande utilidade, porque eles mostraram a veracidade dos princípios da medicina homeopática; ai se veria demonstrado o princípio da individualização, a veracidade das patogenesias, o poder das dinamizações, a realidade das indicações terapêuticas sob o princípios dos semelhantes e as suas consequências fisiológicas e patológicas.

De modo que, se no plano da propaganda o IHB tentava organizar e fomentar prioritariamente as ações institucionais homeopáticas, pelo menos em uma das suas vertentes e atividade clínica também tinha grande

importância. Na sessão do dia dez de abril de 1880, por exemplo, o diretor secretário do Instituto, Dr. Joaquim Murtinho, leu um relatório sobre as atividades do mesmo, das quais constavam inseridos os serviços gratuitos oferecidos durante um ano na Santa Casa de Misericórdia, e a fundação de um consultório e duas enfermarias (uma em Botafogo e uma em S. Cristóvão), “para indivíduos atacados da febre amarela” (Galhardo, p. 737).

O fato foi relatado no *Jo.C.* do dia 15 de abril de 1880, onde se elogiava a direção de Santa Casa:

Estes resultados (...) devemos-os a administração da Santa Casa da Misericórdia; entretanto não penseis que essa ilustrada administração revelou com esse ato parcialidade em favor da nossa medicina. Ela compreendeu que nada tinha com as lutas científicas, que seu fim era tão somente dos pobres (...). Foi ato de justiça e de utilidade pública; nós agradecemos do fundo d’alma essa administração, não como médicos homeopatas, mas como cidadãos, como homens e como cristãos.

Os trabalhos na Santa Casa prosseguiram por cerca de onze meses, quando expirou o prazo do oferecimento, sendo restabelecidos definitivamente a 15 de maio de 1883, sob outra direção. Para que se conseguisse implantar tais serviços na Santa Casa concorreu fundamentalmente o Sr. Francisco Augusto de Sá que, junto ao Barão de Cotegipe e outros provedores da Santa Casa, muito influenciou para que isso se efetivasse. É importante assinalar que os homeopatas forneceram gratuitamente durante cinco anos todos os medicamentos necessários ao consultório homeopático

existente neste local.

A criação dessas enfermarias, porém, não foi tão fácil. Foram necessárias muitas tentativas durante o ano de 1880, quando o Dr. Saturnino Meirelles fez algumas intervenções, no sentido de se fundar a enfermaria da Santa Casa, “onde os pobres que desejarem a sua preferência” poderiam tratar-se. O conselheiro já havia obtido consentimento da “mesa”. O projeto só faltava ser colocado em execução pelo provedor do estabelecimento, que atrasou em muito tempo sua efetivação.

Esta ação era indicativa de diversas práticas que visavam bloquear o avanço homeopático, mas posições institucionais, tentando-se até mesmo retirar os espaços já conquistados. Neste processo as farmácias homeopáticas também eram atingidas.

Podemos entender neste sentido, talvez, a circular da Junta de Higiene de 1881, que dispunha sobre a fiscalização do funcionamento das farmácias. Na sessão do dia 26 de março de 1881, o I.H.B. promoveu uma discussão acerca da circular as suas farmácias. Em um ofício do Presidente da junta temos a resposta:

(...) não faz exceção das farmácias homeopáticas e que, não conhecendo privilégio algum que ponha a homeopatia fora da ação das leis que regulam o exercício da medicina, considera os farmacêuticos e os médicos homeopatas sujeitos às disposições do mesmo regulamento. (GALHARDO, 1928 p. 744)

O Presidente do I.H.B., Dr. Saturnino Meirelles, diante dessa resposta, congratula-se com o Instituto, “por ver assim

a medicina homeopática vai entrando no domínio oficial, notando, entretanto, que ninguém mais hábil para gerir suas farmácias do que os seus proprietários” (GALHARDO, *Ibidem*).

Como percebeu o Dr. Saturnino, o avanço homeopático fez com que os alopatas e seus instrumentos de poder fossem reconhecendo paulatinamente a existência desse (outro) saber médico. Mesmo que esse reconhecimento fosse se dando forçadamente e pelas franjas institucionais, ele abriu espaço para sua utilização pelos homeopatas.

O último tema abordado pela congratulação do Dr. Saturnino, isto é, a habilidade da gerência das farmácias homeopáticas, acabou criando séria polêmica. Na esteira dessa afirmação, um membro do I.H.B. propõe que se apresentasse ao governo uma proposta na qual só se permitissem pessoas *habilitadas* na direção das farmácias homeopáticas, isto é, seus proprietários, tendo em vista que, segundo ele, todos os farmacêuticos formados pelo Império não tinham habilitação necessária para tal.

Tal proposta suscitou acalorada discussão dentro e fora dos limites da homeopatia, tendo como um dos nomes mais críticos da posição do I.H.B., novamente, o Dr. Paulo Barreto, farmacêutico formado pelo Império e inventor da *homeopatia dosimétrica*, junto com o Dr. Marques de Faria. Em apoio às posições do Instituto saíram o Dr. Murinho e o Dr. Castro Lopes, defendendo-as asperamente, explicando-se tanto em nível técnico (produção de medicamentos, não habilitação dos formados pelo Império etc.) quanto em nível jurídico.

É possível supor que depois de 30 anos se pretende

o oferecimento de tais estabelecimentos, quando o regulamento da Junta de Higiene Pública, feito em 1851, isto é, depois de existirem há longos anos esses estabelecimentos, não consagrou uma página a esse respeito? É possível que essa judiciosa e louvável tolerância de 30 anos, tolerância confirmada por atos positivos do Governo Imperial, como há pouco vos referi, se transforme recentemente em tão violento rigor? Pode-se admitir que o Governo Imperial ignorasse a Lei do País, e se fosse fornecer, por mais de uma vez, medicamentos em casas ilegalmente estabelecidas? Poderá (...) imaginar-se a hipótese de que o (...) Presidente da Junta de Higiene Pública (...) pretenda solapar por este modo os alicerces em que se firma a Homeopatia, quanto a seu exercício? (GALHARDO, *Ibidem*)

Esta passagem, de uma conferência do Dr. Castro Lopes, ilustra bem o que foi a polêmica.

Na verdade, era o fato de os homeopatas rejeitarem a inspeção de suas farmácias por farmacêuticos não formados para tal (uma vez que desconheciam e rejeitavam os princípios da farmácia homeopática), que criava a polêmica. No entanto, devia ser suspeita, além de arrogante, tal exigência aos olhos das autoridades médicas.

Outro argumento utilizado pelos homeopatas contra essa inspeção era fato que, mesmo depois de aplicado o regulamento, “quase todos os indivíduos, que tinham *botica* aberto e exerciam a farmácia alopática, não possuíam título conferido pelas Faculdades do Império”; no entanto, só os homeopatas eram intimados.

Atentavam também para o fato da diferença entre

os dois tipos de farmácia, na medida em que “as nihilidades homeopáticas não envenenam, enquanto que na farmácia alopáticas se pode dar tal fato, pela troca de substâncias, que por sua aparência se confundem, e mais do que tudo, pela sua dosagem.”

A polêmica se estendia, enquanto se aguardava a decisão do Governo sobre o assunto. Decisão que só viria tempos depois.

O Ensino da Homeopatia e o Parecer da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

É nesse interregno que ocorreu um fato decisivo para a homeopatia nesta conjuntura. A vinte e três de agosto de 1881, o I.H.B. remeteu um requerimento a S.M. Imperial no sentido de obter a criação de duas cadeiras para o ensino de Homeopatia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, “tentando estimular a criação da Universidade”.

Com este ato, os homeopatas buscavam a efetivação do ponto culminante de sua estratégia de legitimação político-institucional no período, isto é, a ocupação da escola médica, tendo em vista que no tocante à propaganda e à ocupação de espaços de intervenção clínica (hospitais, enfermarias etc.) o processo já caminhava.

O requerimento feito apontava a “lacuna em um curso completo de medicina”, devido à ausência do ensino profissional da medicina homeopática. Pedia a S.M. que atentasse para isso, sabendo o I.H.B. que tal resolução, “consagração das ideias do século, incompatíveis com a

escravização do pensamento e o monopólio do ensino”, para ser levada a cabo, não utilizaria recursos do governo (muito embora ele houvesse criado novas cadeiras, no mesmo momento, na mesma escola de medicina do Rio de Janeiro, na tentativa de ampliar o ensino). O I.H.B. se comprometeria a ceder os serviços gratuitos de seus membros, “que o governo Imperial julgar nas condições de poderem reger a cadeira de terapêutica e matéria médica (onde se ensine também a doutrina e a farmácia homeopática)”.

Alertava o documento, tocando na questão das farmácias, para o problema de legislação sanitária e sua *aberração*, quando trata da sua aplicação à homeopatia, achando “indispensável o ensino de uma medicina para a qual cumpre legislar”. Terminando, chamava a atenção para que, se fosse efetuada tal resolução, caberia ao Brasil “a glória de ser o primeiro país do mundo onde fica estabelecido o ensino mais completo da medicina” (GALHARDO, *ibidem*, p. 752)

Diante do requerimento do I.H.B., o governo quis ouvir a Escola Médica, que constituiu uma comissão para dar um parecer sobre o fato, tendo na presidência o Dr. Torres Homem, acadêmico, higienista, barão do Império. A comissão enviou ao Governo seu parecer, aprovado pela congregação da Faculdade de Medicina, a 25 de fevereiro de 1882, que só foi publicado no diário oficial a 28 de outubro de 1882. O Instituto Hahnemanniano requisitou uma cópia do parecer, para que o governo só se manifestasse após a *contradita*, o que lhe foi negado “apesar de insistentes solicitações do I.H.B.” (GALHARDO, *idem*, p. 753-754). O parecer da comissão foi contrário à criação das cadeiras homeopáticas e seu tom, ao mesmo tempo veemente e indignado, mostra a intenção

de dar uma resposta exemplar e definitiva às pretensões dos homeopatas.

O documento apresentado pela comissão rompeu, assim, com um silêncio institucional que os médicos acadêmicos impingiram durante décadas aos homeopatas. Esse silêncio, notável pelo menos nos Boletins Oficiais da Academia Imperial de Medicina, por si só já informa a relação que a medicina acadêmica procurava manter com a homeopática. O silêncio oficial negava à homeopatia o estatuto de saber científico, que não mereceria, neste caso, sequer ser discutido. Na Academia Imperial, em suas reuniões e em seus Boletins, discutia-se *Ciência*. Esse silêncio oficial, entretanto, contrastava com as polêmicas individuais, via imprensa diária, nas quais se envolviam os médicos alopatas contra os homeopatas. É possível ver, nesse expediente, uma estratégia que preservava a instituição como tal, tendo em vista que se um médico alopata se saísse bem na polêmica, era a vitória da medicina institucional, da *Ciência*. Se o contrário ocorresse, era a sua derrota individual.

Essa estratégia perdurou ao longo de todo o período estudado, só sofrendo alteração quando a homeopatia tentou investir sobre o espaço acadêmico médico em busca da legitimação do ensino homeopático, na própria Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Forçosamente, os acadêmicos tiveram que se manifestar sobre o fato e sobre a homeopatia e seu *mérito*, na medida em que fora o próprio Imperador que pedira a constituição de uma comissão. Esta comissão, embora se tenha tentado evitar *publicidade* em torno dela, tornou-se necessariamente o porta-voz da visão da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina sobre o

saber médico homeopático. Em outras palavras, o parecer tornou-se o porta-voz oficial da Medicina. Analisarei agora algumas afirmações e as linhas fundamentais de orientação desse documento, no sentido de esclarecer as principais oposições da medicina oficial à institucionalização da homeopatia em termos de ensino nesse período.

O parecer principia afirmando que, antes de responder à consulta feita pelo Imperador, a comissão precisaria, “diante de assunto tão sério”, fazer um resumo preliminar da homeopatia que encerram seus fundamentos.”⁶³

Segundo o redator do parecer e presidente da comissão, Torres Homem, “dessa exposição franca e leal” resultaria, sem dúvida, “a convicção para todos de que pretensão ao Instituto Hahnemanniano, embora movida pelas mais puras intenções, não tem o menor fundamento.”⁶⁴

As adjetivações aqui sublinhadas, presentes desde as primeiras linhas do documento, acompanharão toda a exposição “franca e leal” do sistema homeopático. Depreende-se da leitura do texto a percepção que o pedido dos homeopatas já tinha sua resposta antes mesmo da redação do parecer, situando-se a análise do dossiê sobre as cadeiras de homeopatia na Faculdade de Medicina no

63 Todas as citações transcritas, a partir desse 1º parágrafo, provêm do *Diário Oficial* de 28 de outubro de 1882, exemplar consultado na Biblioteca Nacional. O parecer completo, com 34 páginas datilografadas, foi copiado em manuscrito para a pesquisa que originou esse trabalho, uma vez que a reprografia do texto, face a sua antiguidade e estado de conservação, é proibida. Por isso os números das páginas do *Diário Oficial* correspondentes aos trechos citados não aparecem mencionados. Para eventual comprovação tem-se que voltar ao original.

64 Grifos da autora.

terreno da vontade e decisão político-institucional, e não no terreno técnico-científico. Sei que não é possível separar as duas dimensões, mas é possível distingui-las. A posição *de princípio* contra as cadeiras homeopáticas é perceptível em todo o episódio.

Um indício da veracidade dessa percepção é o fato, acima mencionado, que o parecer só foi elaborado em fevereiro de 1882, seis meses após a solicitação, feita em agosto de 1881. Houve tempo de sobre, portanto, para a eventual convocação dos solicitantes, no sentido de prestarem esclarecimentos, responderem a exigências etc. Nada disso foi feito, tecendo-se, ao contrário, uma teia de mistério em torno das atividades da comissão.

Outro fato sintomático é que o parecer, entregue pela comissão em fevereiro, só foi publicada no Diário Oficial oito meses após a redação do mesmo, havendo durante este lapso de tempo a mesma atmosfera de mistério que na fase da elaboração. Num intervalo total de mais de um ano entre a solicitação e a *publicação* oficial, logo irrecorrível, do parecer, nenhum dado sobre o andamento do processo, nenhuma informação foi concebida aos homeopatas, apesar de suas “insistentes solicitações”.

A meu ver essa negação de informações evidencia uma tomada de posição *a priori* da comissão, baseada na política institucional de bloqueio à entrada dos partidários da doutrina hahnemanniano na escola médica.⁶⁵

65 A história política contemporânea nos ensina que sempre que há sonegação de informações sobre decisões institucionais que deveriam pautar-se pela transparência nos procedimentos nos julgamentos, sobretudo quando se trata de minorias ou correntes divergentes em comunidades

Para os acadêmicos de então devia soar – como de resto ainda hoje soa – como uma agressão à ciência a introdução, numa faculdade de Medicina, de um saber considerado *místico, irracional, absurdo, charlatanesco*. Para os médicos ortodoxos do século XIX a homeopatia é consanguínea do magnetismo e das práticas e teorias médicas consideradas místicas do século XVIII, não tendo, portanto, nenhuma *base científica*. No entanto, essas práticas e teorias estão na origem de algumas técnicas e terapias das disciplinas de *psique* dos séculos XIX e XX.⁶⁶

Desta maneira, o parecer expõe, já nas suas primeiras linhas de argumentação, sua versão das origens teóricas da homeopatia, e *enquadra* sua nacionalidade terapêutica no conjunto dos saberes místicos do final do século XVIII:

Foi em 1790, quando os espíritos impressionáveis ainda estavam atordoados com as célebres maravilhas do magnetismo e com os assombrosos milagres de Mesmer e Cagliostro, que apareceu a homeopatia, uma nova transformação do misticismo médico, inaugurada por Samuel Hahnemann.

Não nos detenhamos muito tempo no erro histórico que situa o nascimento da homeopatia antes que os escritos homeopáticos de Hahnemann tivessem sido elaborados. Não seria esta a primeira vez que os médicos acadêmicos,

acadêmicas, e que a vontade político-institucional desfavorece essas minorias. O *silêncio* sobre o processo é uma estratégia de fortalecimento dessa vontade institucional, uma forma de concentração de poder.

66 Por exemplo, as técnicas de hipnose e sugestão, que estiveram na base da psicanálise e da psicologia no final do século XIX, e as técnicas corporais, de magnetismo e manipulação, que podem ser consideradas protoformas das terapias bioenergéticas, atualmente em grande voga.

desligados que são das origens e das bases histórico-sociais de seu saber, se contraporiam aos fatos, na defesa dos três pontos de vista que formam o fundo ideológico da *doxa* da medicina: uma concepção filosófica materialista da vida e da saúde humanas, um ideal de *progresso científico na medicina* (e nas demais disciplinas científicas) e uma concepção *organicista* do adoecimento humano, que se apresentam como critério inquestionável de verdade. A incapacidade de distanciamento epistemológico em face de estas posições de *princípio* origina uma posição de princípio contra outros saberes ou práticas terapêuticas que não partilhem essa *doxa*.

Decorre daí uma atitude de *pesquisar para provar* que outros saberes não têm *base científica* e que, conseqüentemente, não têm veracidade, reduzindo-se a *empirismo, superstição, mito, misticismo* ou *embuste*, uma vez que a ciência é, em nossa sociedade, o critério de estabelecimento de verdades. No caso do parecer da comissão esta atitude, ainda atual, é evidente.

Do modo que a análise feita pela comissão não produz esclarecimentos ou informações sobre a doutrina homeopática, mas basicamente *efeitos ideológicos, a partir de comentários já orientados* numa direção determinada, a da exclusão da homeopatia do círculo do saber científico. De fato, há uma busca de efeito político na identificação de Hahnemann a Mesmer e Cagliostro, dois magnetistas célebres do século XVIII, acusados de charlatães e perseguidos pelos médicos na Europa iluminista. A simples identificação da homeopatia com *misticismo* já a exclui das margens da ciência.

Entretanto, como já se analisou desde o segundo capítulo deste trabalho, nada mais alheio às intenções e

aos procedimentos de Hahnemann que as práticas e teorias atribuídas aos dois personagens do século XVIII.

O fundador da homeopatia estava interessado, como se viu, na construção de uma medicina *sistematicamente experimental* e de uma *ciência médica racional*, subtítulo da 1ª Edição do *Organon*.⁶⁷ Conseguiu-se ou não lograr seu intento, isto é outro problema. Um problema que exige *investigação, prática de pesquisa* com acumulação de experiências sistemáticas, comprovações, refutações etc. Enfim, trata-se de uma questão que necessita, ela mesma, de *tratamento científico* para se chegar a conclusões embasadas. Tal não é tom do parecer da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que não ultrapassa o domínio da defesa da *doxa médica*.

O texto exhibe, nesse sentido, no seu decorrer, um desconhecimento sistemático. Trata-se de mais que simples ignorância, a meu ver, da doutrina e do método terapêutico homeopático.

Com isto não quero afirmar que se as lentes da faculdade de medicina tivessem um conhecimento mais aprofundado do sistema homeopático teriam tomado uma decisão diferente da que tomaram. Creio, entretanto, que um conhecimento fundamentado implicaria em negociação mais consistente. Pois, como já evidenciei em capítulos anteriores, há oposições teóricas e antagonismos terapêuticos evidentes

67 Convêm não esquecer que no século XIX, herdeiro do iluminismo setecentista, *racional* era sinônimo do *científico*. Os médicos defendem que apenas o seu sistema é oriundo da racionalidade científica moderna, sendo a homeopatia um ramo vitalista tradicional pelo progresso científico no século XIX.

entre os dois sistemas médicos. São duas racionalidades terapêuticas oriundas de um tronco comum, a medicina moderna, enraizada por sua vez na racionalidade científica moderna, que se inicia com o fim do Renascimento, no século XVI (Luz, 1988), que tomaram direções opostas em seu desenvolvimento. Uma optou pela medicina como ciência das doenças e outra como arte de curar. Mais ainda: como *ciência da arte de curar*.

Deste modo, a medicina homeopática aproximou-se cada vez mais de arte de curar, preocupando-se com o *sujeito doente* (seu sofrimento e seu medicamento individualizado), ao passo que a medicina alopática caminhou sempre mais no sentido da construção de uma ciência das doenças, preocupada com o combate às *patologias individuais e coletivas*, no sentido de controlá-las ou erradicá-las.

Origina-se aí também, nesse entroncamento doutrinário, uma dupla tendência na medicina: uma empirista, baseada na atividade clínica (COULTER, 1982) e outra, racionalista, apoiada na experimentação científica, às vezes de caráter epidemiológico, isto é, voltada para as doenças coletivas.

Esta dualidade aparece polarizada nos dois sistemas (alopático – homeopático), mas reproduz-se também, até certo ponto, no interior da medicina que se tornou hegemônica.⁶⁸

68 Uma análise desse duplo processo de separação, tal como ocorreu na história, e particularmente nos Estados Unidos, foi realizada com grande precisão e detalhismo histórico por COULTER, IL, em sua obra de três volumes intitulada *Divided Legacy* (Ed. Wehawken Books Co., Washington, D.C.). A questão da homeopatia é tratada nos volumes 2 e 3, editados em 2ª edição, respectivamente, em 1982 e 1988.

Mas mais importantes que as dualidades e oposições dos sistemas, já analisadas em páginas anteriores, é a questão do *desconhecimento sistemático*. Pois ele assinala uma atitude de *negação institucional* conduzida pela poderosa medicina, que representa para o seu interlocutor, negado como tal, uma supressão oficial. E essa supressão da homeopatia tem por sua vez o efeito histórico indireto de inibir o desenvolvimento desta racionalidade e, através dela, o que representa uma das faces milenares da medicina, que é a sua face de *arte de curar*. Tem também o efeito social de afirmar culturalmente a medicina hegemônica como instância predominante de reprodução do poder simbólico no que concerne à saúde e à doença. Instância que crescerá e se consolidará com a passagem do tempo. Nesse caso, o parecer da Faculdade é de uma exemplaridade inegável, pois assinala uma atitude do poder institucional que se congelou no tempo, sendo mantida por mais de um século, firmado uma jurisprudência que até hoje não foi revista, salvo em casos excepcionais.

Decorre daí, sobretudo, a importância histórica do parecer (e de sua análise). Outra característica importante desse documento, em termos de postura é, como já assinalai, o *tom* da sua exposição, de indignação e recusa simultâneas. Os princípios da homeopatia são explicados, adquirindo com a tradução conotações grotescas. Há de fato, como acontece nos casos de exposição partidária, um empobrecimento dos princípios examinados, decorrente da própria exposição.

O primeiro dos princípios homeopáticos expostos no parecer envolve a questão do método diagnóstico na homeopatia. É preciso lembrar aqui que para esse sistema médico é a totalidade sintomática individual que conta, na

medida em que é ela que fornece o diagnóstico *medicamentoso* do sujeito (e não o diagnóstico de *uma doença*). A causa da doença, tampouco é significativa, uma vez que as *doenças e sua essência* são consideradas incognoscíveis, e sua busca, mera *especulação teórica*. O importante, para os homeopatas, é descobrir o remédio que pode curar a enfermidade do indivíduo doente ou, mais corretamente, o *enfermo doente de sua enfermidade*.

É evidente que isto soa aberrante para os acadêmicos:

Segundo Hahnemann pouco importa ao médico o diagnóstico de uma moléstia; basta que ele saiba quais são os sintomas que o doente apresenta para que curá-lo.⁶⁹ Para conseguir esse fim empregará um medicamento que seja capaz de produzir no homem são os mesmos fenômenos que caracterizam a afecção mórbida que se trata de combater. Um doente tem tosse e dispneia, empregue-se um meio terapêutico que faça um indivíduo de perfeita saúde tossir e respirar com dificuldade, e a moléstia desaparecerá, quer seja uma pneumonia, uma pleuris ou uma bronquite.

Como se pode acompanhar, a questão da *gestalt sintomática* na homeopatia opõe-se frontalmente à questão das patologias e sua etiologia (*causas*). É inaceitável, para a medicina, que se possa tratar com o mesmo medicamento três *patologias* diferentes, porque ele provoca os sintomas dessas patologias em indivíduos sãos.

Mas no fundo o que essa discussão supõe, a questão *principal* que está em jogo, é a questão do princípio

69 Não é que “pouco importa”; na verdade *não* é o diagnóstico de uma moléstia o que a homeopatia busca. É outra coisa, é o diagnóstico do medicamento individual adequado.

terapêutico de cura do semelhante pelo semelhante. Esta questão supera mesmo a do método diagnóstico, como se pode ver já no trecho citado e na sequência da exposição:

O sintoma predominante que observamos é a convulsão; para que o doente recupere a saúde não temos outra coisa a fazer senão lançar mão de um remédio que seja capaz de agitar os músculos, produzindo-lhes movimentos convulsivos, tônicos ou cíclicos: aquele terrível sintoma desaparecerá em pouco tempo, quer seja devido a uma meningite, a uma nevrose ou a qualquer estado patológico que afete direta ou indiretamente o sistema nervoso. Há vômito; que importa que ele dependa de uma gastrite, de um cancro do estômago, de uma peritonite ou de uma afecção cerebral? Recorramos a um agente medicamentoso que obrigue um homem são a vomitar, e o doente ficará curado.

Há um empobrecimento evidente do discurso homeopático neste trecho, na tentativa de reduzi-lo ao ridículo. A experimentação no homem são na medicina homeopática faz-se sistematicamente,⁷⁰ em grupos de voluntários humanos clinicamente são, que devem referir a totalidade de sintomas *mentais*, funcionais etc. observados, após a ingestão de um determinado medicamento homeopático, numa determinada *dinamização*, com uma posologia determinada. As referências desses sujeitos são classificadas, codificadas e organizadas de acordo com os sintomas idiopáticos (e não sintomas *gerais* para todos os sujeitos), originando as patogenesias medicamentosas e os repertórios médicos. Certamente

70 Ver, a esse propósito, o 2º capítulo. De forma alguma a experimentação no homem são pode ser vista como uma prática *empírica*, como insinua o documento.

colocam-se sérios problemas metodológicos para esse tipo de experiências (subjetivismo, dispersão de dados para os tipos de classificação etc.) e as discussões a esse propósito persistem na homeopatia desde o tempo do seu fundador. Mas um só sintoma, mesmo que seja *sintoma dominante* (no quadro sintomático, pois para a homeopatia o *dominante* não pode ser visto como isolado ou absoluto). Para isso os homeopatas trabalham, desde Hahnemann, com a categoria de *modalidades*, que são contextualizações dos sintomas individuais, abrangendo condições psicológicas, ecológicas (condições de clima, de altitudes, de estações, de fases do dia, meteorológicos etc), sociais e orgânicos, além de incluir a questão da intensidade, do ritmo, da duração, da localização e da eventual intermitência dos mesmos.

O autor (ou autores) do parecer desconhece(m) a complexidade do sintoma homeopático. O sintoma que conhece(m) é o da medicina clássica: sintomas de *doenças* específicas, suas causas específicas devem ser buscadas, e para as quais *medicamentos* específicos em doses concentradas específicas devem ser receitados, independentemente dos sujeitos e sua individualidade, no sentido de combater tais doenças. A cura será uma *consequência* da vitória nesse combate, e resultará da *eliminação* dos sintomas. Essa ideia é contrária ao princípio da *agravação sintomática*, provocada inicialmente pelo medicamento homeopático, no sentido de produzir uma *doença artificial* em tamanho reduzido, que mobilizará as resistências do organismo no sentido de combatê-la.⁷¹ Essa microdoença medicamentosa é importante

71 Nem todas as dinamizações homeopáticas provocam, segundo os médicos homeopatas, agravações. Essas agravações não são necessárias como causa e efeito. O agravamento orgânico inicial, geralmente provocado por baixas

porque expulsaria, segundo os homeopatas, a doença natural primitiva.

Evidentemente essas concepções se chocam com a concepção alopatíca de terapêutica. Para os médicos ortodoxos essas são ideias fantásticas, *maravilhosas*, que nem podem ter fundamento nos fatos, nem são comprováveis:

Como se vê, o preceito fundamental do *similia similibus curantur* consiste em dar ao doente uma substância que produza os mesmos fenômenos eu se tem de curar. (...) Os remédios homeopáticos têm sempre dois efeitos, um primitivo e outro secundário, este oposto àquele: de sorte que, quando se quer combater um sintoma, emprega-se um meio terapêutico, cujo efeito primitivo se assemelha a esse sintoma para que produza o efeito secundário, que é a cura. (...) Quanto ao modo por que devem ser empregados os agentes terapêuticos, o sistema homeopático não é menos maravilhoso do que em relação a sua doutrina patogênica fundamental.

O princípio doutrinário homeopático da *dinamização* dos medicamentos é igualmente tratado com um misto de ironia e ceticismo:

O medicamento não deve ser tratado senão em doses diminutíssimas, em doses infinitesimais, em doses imponderáveis, porque sua ação virtual está na razão inversa de sua quantidade. O ponto de partida dessa posologia infinitesimal é um grão de remédio ativo misturado com uma quantidade de açúcar de leite (lactose) 99 vezes maior, de sorte que cada grão desta mistura contém um centésimo de grão da substância

medicamentosa; é a isso que os homeopatas chamam de primeira atenuação (...) Em uma terceira atenuação um grão da mistura representa a milionésima parte desse medicamento (...) em muitos casos (os homeopatas) vão além, muito além mesmo (terceira), chegam a 30ª atenuação, que representa para a substância medicamentosa a novendecibilionésima parte do grão primitivo, isto é, uma fração que tem por numerador a unidade e por denominador 60 zeros. Um médico homeopata de S. Petersburgo, o Dr. Korsakoff, foi ainda mais longe: reduziu as doses a 150 atenuações, isto é, a uma fração cujo denominador é representado por três mil zeros. O fim que têm os homeopatas com estas atenuações ou diluições (...) é dinamizar o medicamento (...) as repetidas triturações porque passam as misturas sólidas e os vascojamentos que se imprimem às líquidas servem para aumentar a força medicamentosa das substâncias.

De fato, princípio das dinamizações e a ideia homeopática de *propriedades físicas* que emergiram com o processo diluição/sucussão (vascolajamento) são considerados, até nossos dias, sem fundamento não apenas aos olhos da medicina, com da física, da química e da biologia. Origina-se ainda atualmente muita polêmica quando se tenta demonstrar que alguma atividade biológica de uma substância em dose imponderável, sem molécula presente, é possível.⁷² Portanto, o princípio homeopático das *doses*

72 Devem ser lembradas aqui as experiências sobre “o efeito biológico de altíssimas diluições”, feitas pelo imunologista francês Jacques Benveniste, que provocaram enorme celeuma no mundo científico, em julho de 1988, através de um artigo de junho desse ano, publicado na Revista *Nature*, criando-se o escândalo da “memória da água”, metáfora empregada pelo cientista

infinitesimais, isto é, da *dinamização*, fere princípios teóricos das principais disciplinas da ciência moderna (a composição da matéria, a relação massa e molécula, a concentração bioquímica das substâncias e seu efeito biológico etc.) Para os acadêmicos, implícita nessa concepção dinâmica está, de fato, uma definição espiritualista da matéria e do organismo (humano);

Sendo a moléstia, na opinião dos partidários de Hahnemann, o resultado de uma desordem dinâmica essencialmente vital do organismo, sendo os sintomas a expressão exterior apreciável aos sentidos da alteração por que passa o princípio imaterial que regula o exercício da vida em todas as suas funções, entendem eles que quanto mais subdividem o medicamento mais o aproximam do *Quid* espiritual cujas perturbações esse medicamento deve corrigir e, *partindo o princípio que a matéria quanto mais subdividida mais se aproxima do espírito, levam as dinamizações dos agentes terapêuticos a um grau muito elevado para aumentar-lhes a atividade medicamentosa, pondo-os em relação mais direta com a essência da moléstia.*⁷³

Segundo os médicos alopatas, para a homeopatia, quanto mais se fracionava a matéria, mais se pode aproximar

para designar a possível permanência do registro das moléculas passadas pela substância para seu solvente. Seria como se ela (a água), “registrasse a memória das moléculas que por ela passaram” (palavra de Benveniste, em entrevista oral). Apesar das grandes pressões sofridas da parte do mundo acadêmico, Benveniste mantém, até o presente, com grandes dificuldades, suas experiências. Deve-se assinalar que não se trata de um homeopata, mas de um cientista renomado, trabalhando em pesquisa básica imunológica. Voltarei a comentar este fato no último capítulo.

73 Grifos nossos

do espírito. Para a medicina da época (e ainda hoje), no entanto, matéria e massa são, na prática, sinônimos.⁷⁴ Onde não há massa *não pode haver matéria*. Se houver, portanto, alguma atividade *imaterial*, essa atividade inexistente ou corre o risco de ser tributada a algo *espiritual*. E quem afirma a atividade de algo *espiritual* é necessariamente místico. Os homeopatas são, portanto, *místicos*, porque defendem outra concepção da matéria. Uma concepção mística, porque *incomprovável* dentro dos parâmetros de observação da ciência moderna.

Nesse sentido, é compreensível que, se houver cura pelo sistema homeopático, tal cura deve ser, necessariamente, imputada à imaginação. Ou, pelo menos, à natureza, devido à *vis medicatrix naturae*. É quando os alopatas retornam ao hipocratismos:

A comissão não contesta essas curas, nem mesmo esses apregoados triunfos do que tanto se ufanam os médicos homeopatas. Ninguém ignora que a força medicatriz da natureza representa o mais importante papel curativo de grande número de moléstias, principalmente agudas; que há doentes que se cercado apenas de cuidados higiênicos conseguem restabelecer-se de certas afecções aparentemente graves (... a febre tifoide, as febres exantemáticas, a erisipela e a pneumonia ocupam os primeiros lugares entre as espécies nosológicas em que o tratamento expectante se torna muitas soberano.

O parecer segue a mesma linha de raciocínio para o caso da força da imaginação (dos doentes) na cura desse tipo de doença aguda, em que uma terapêutica intempestiva

74 Na física contemporânea, entretanto, essa identificação não existe.

(alopática) pode ocasionar a morte. Como as nulidades homeopáticas não podem interferir no processo, acabam sendo um tratamento *vantajoso*:

Não admira, pois, que em qualquer destas afecções o nihilismo homeopático seja vantajoso, tanto mais quanto aos doentes cheios de fé e dominados pelo que há de simples, cômodo e maravilhoso no sistema, recomendam os facultativos e mais severa dieta, o mais completo repouso e a observância de certos preceitos fúteis, e mesmo ridículos que concorrem poderosamente *para impressionar a imaginação dos pobres de espírito*.

No caso das *doenças nervosas* ou das neuroses, a força da imaginação, segundo a comissão, amplia-se ainda mais. O parecer cita, a esse propósito, vários episódios, todos passados na Europa, sobretudo na França, em que casos de histeria são *curados* das mais diversas maneiras *imaginosas*, entre as quais a própria homeopatia, para finalmente narrar um caso acontecido no Rio de Janeiro, em que uma mulher grávida de três meses, procurando um remédio para abortar, junto a um ex-professor da Faculdade de Medicina, recebeu deste “venerando facultativo”, pílulas de miolo de pão, para quem tomadas na hora de deitar-se. Depois da segunda pílula, a moça “sentiu os primeiros sintomas do aborto, e depois da terceira expeliu completamente o produto da concepção.”

A argumentação visa a mostrar que os remédios homeopáticos não passam de *placebo*, e que é a força da fé e da imaginação que lhe dão o poder de cura que esse sistema pretende legitimar como científico:

Se não fosse a influência da imaginação, a fé, a

superstição, como poderíamos nós explicar os pretendidos milagres dos curandeiros; como poderia ter-se levado às alturas da celebridade o caboclo Higino das Sete Pontes, cuja casa enche-se todos os dias de clientes dentre os quais muitos se dizem curados de moléstias graves que não puderam ser debeladas pelos médicos!

Nesse momento o relator do parecer identifica a homeopatia com a medicina popular, considerada, já naquela época, curandeirismo pelos médicos. A descrição de um *caso clínico* do caboclo Higino mostra que foram aplicados por esse curandeiro princípios fitoterápicos ainda hoje presentes na medicina popular, religiosa ou caseira:

Mais de um refere o fato de uma mulher que, sofrendo de uma contratura do antebraço esquerdo, rebelde aos meios terapêuticos, os mais variados, voltou da casa do caboclo Higino completamente curada, tendo-lhe este aplicado como únicos remédios algumas flagelações no membro doente, com um feixe de ervas e uma fomentação oleosa. Compreende-se facilmente que uma causa moral qualquer (psicológica) que impressionasse vivamente a doente, daria o mesmo resultado. Um vidro de homeopatia, administrado com os misteriosos sacramentos que fazem parte integrante do sistema, produziria o mesmo decantado milagre.

No trecho citado, não apenas reduz-se o tratamento fitoterápico a ritual *simbólico*, isto é, com efeito puramente psicológico de cura, como se identifica a terapêutica homeopática ao mesmo estilo de tratamento, concluindo-se que “os exemplos de cura referidos pelos adeptos da homeopatia não sevem, por conseguinte, para dar a este

sistema de curar os foros de um sistema médico científico.”

Em seguida, o parecer expõe detalhadamente a sua versão da patogenia homeopática, no sentido de ver se ela lhe dá o direito de “ser aceita como uma doutrina racional” (científica). Examina a experiência desenvolvida por Hahnemann com a quina, “substância medicamentosa que serviu para as experiências do inventor do sistema.”

Lembre-mos aqui que as experiências com a quina deram início às observações hahnemannianas. Essa substância foi apenas a primeira a ser testada segundo o método homeopático.

As argumentações do parecer vão no sentido de mostrar que a afirmativa dos homeopatas sobre a quina “não encerra a verdade.” Mostram como acadêmicos franceses, que se opunham à homeopatas com a quina e não o conseguiram. Afirmam que os homeopatas certamente confundem os efeitos tóxicos da quina com os numerosos e variados sintomas da “intoxicação paludosa em suas formas agudas.” Dizem que a administração da quina em homens são não produz febre, e se produzir, não há de ser a febre intermitente típica do impaludismo. Aparentemente os autores do parecer não percebem que no princípio homeopático da produção dos mesmos sintomas no homem são, não há uma afirmação de reatividade geral, mas sim de sensibilidade individual (o que supõe uma medicina de terreno ou constituição): para a homeopatia, nem todos os homens são a quem se der quina necessariamente terão febre e, dos que a tiverem, nem todos a terão do mesmo tipo, nem com a mesma intensidade. À singularidade dos sintomas, deve-se acrescentar a questão da sensibilização de alguns (e não de todos) para as mais

vaiadas substâncias (medicamentosas ou não). O que significa que somente em alguns indivíduos (particulares) a quina produzirá sintomas (reduzidos) típicos da febre palustre. Entre esses indivíduos, o próprio Hahnemann. Deve-se acentuar, mais uma vez, que se trata de particularidades sintomáticas organizadas, e não de patologias.

Raciocínio totalmente contrário à lógica da medicina alopática, que trabalha com doenças, com *patologias específicas*:

Há porventura algum medicamento (homeopático) capaz de provocar o aparecimento de uma pneumonia franca lobar? Ou de duas uma: ou a homeopatia admite nesta moléstia inflamatória um composto de tantas moléstias quantos são os sintomas que caracterizam a flegmasia pulmonar, e para produzi-la precisa de medicamentos que produzam febre, tosse dispneia, pontadas etc., sem levar em linha de conta os fenômenos locais, o que é o cúmulo do absurdo, ou confessa que, não tendo remédio para produzir no homem são uma pneumonia, também não tem remédio para curá-la.

Finalmente, depois de afirmar que, mesmo no caso dos grandes sintomas de algumas patologias, a homeopatia fracassaria no esforço de provoca-los com seus remédios, o relator afirma que o princípio homeopático da cura do semelhante pelo semelhante “não resiste a mais pequena análise, encerra em si mesmo a sua condenação. É um mito, o resultado talvez de um sonho a que Hahnemann quis dar proporções de realidade.”

O julgamento das leis terapêuticas da homeopatia,

isto é, da dinamização dos medicamentos, não é menos severo. Depois de argumentar que esse processo contradiz as leis da "física, da química, e da microscopia", afirma que "o mais leve raciocínio e o próprio bom senso nos impedem de aceitar semelhante dogma da doutrina homeopática." Ironiza o fato de que os homeopatas aparentemente desprezam o raciocínio e o bom senso, guiando-se pela fé (nos seus princípios) e afirma que os homeopatas, para provarem suas doses infinitesimais, fazem apelo a princípios analógicos, que eles chamam de provas analógicas:

Dizem eles que a ciência não está tão divorciada das preparações homeopáticas como supõem os adversários, por isso que Carlos Mayorofes encontrou no campo do microscópio a platina e mais outros metais, apesar de estarem divididos de um milhão a um trilhão de vezes; que Boyle tornou sensível à reação química uma solução de um grão de cobre na amônia, dividido em 116 milhões de partes visíveis; finalmente que Büchner, doutor em medicina, em cirurgia e em muitas outras ciências, apresenta em sua obra um quadro do qual resulta que a presença de 40 substâncias pode ser revelada por meio de certos reativos em proporções muito diminutas. A comissão aceita esses fatos, e nem pode deixar de aceitá-los; mas o que provam eles? Nada, absolutamente (...)

Sabemos que a analogia, como expressão de um raciocínio comparativo e qualitativo, não pode ser reduzida à qualificação. Desta forma, não se pode tampouco aceitar um raciocínio analógico pela metade, aceitando os fatos e rejeitando as comparações implicadas nesses fatos e suas conclusões, sobretudo quando há *homologia* nessas

comparações. Os argumentos homeopáticos citados no trecho se baseiam em homologia entre as descobertas apontadas e as probabilidades hipotéticas da existência de medicamento homeopático ativo em doses imponderáveis, pouco importando se essa existência é ou não comprovável microscopicamente. Entretanto, os médicos da comissão aceitam os fatos, mas não lhes aceitam as conclusões. Alegam que as proporções mínimas de substâncias apontadas pelos homeopatas são ainda muito concentradas, pois correspondem à 5ª diluição homeopática, ao passo que as diluições mais empregadas em homeopantias vão além da 10ª e da 30ª, conforme recomendação do próprio Hahnemann. A comissão conclui seu raciocínio argumentando que “a analogia, nesse caso, não é um argumento valioso a favor das doses imponderáveis.”

Seria mais sensato, nesse caso, rejeitar a comparação com um todo, o raciocínio em bloco. Mas isso implicaria em rejeitar fatos, o que a comissão declara que não poderia fazer. A solução é dizer que neste caso a analogia não pode ser um argumento. Este caso, evidentemente, é a própria *homeopatia*, como doutrina dissidente dos princípios médicos. Mesmo que se pudesse provar física, química e microscopicamente que há efetiva presença de medicamento homeopático em doses infinitesimais, ainda assim *isto não provaria nada* para a comissão:

Admitamos, porém, que a física, a química e a microscopia pudessem demonstrar com uma solução homeopática a presença de medicamento em dose infinitesimal: o que provaria isto? Nada; o que convém provar é que essa dose infinitesimal produz efeitos

terapêuticos reais.

Aqui, aparentemente, se chega a um impasse teórico: se os homeopatas argumentam que seu medicamento tem efeitos reais, e para isso apresentam casos de cura, os médicos argumentam que essas curas são fruto da ação da fé, da imaginação ou, na melhor das hipóteses, da natureza, pois seus medicamentos são nulos; se os homeopatas argumentam que suas diluições podem conter *algo*, ainda que invisível, *isso por si só não prova nada*; é necessário provar que os medicamentos tem efeitos reais terapêuticos.

Os membros da comissão mencionam a fé dos homeopatas em seus princípios como a única forma de garantia epistemológica de que dispõem:

estes princípios só podem ser compreendidos e bem executados por aqueles que (...) inteiramente convencidos de sua superioridade sobre os outros preceitos da medicina oficial, os levam para o domínio da prática unicamente guiados pela fé.

Aceitemos esse raciocínio. De fato, como se examinou ao longo desse trabalho, os homeopatas não somente acreditam nos princípios de seu sistema médico, como tentam demonstrá-los sistematicamente, seja através do raciocínio (analítico ou analógico), da experiência (patogenética ou clínica) e da prática terapêutica (individual ou coletiva), que constitui sua base de *fatos*. Eles creem que seu sistema é superior teoricamente e representa um progresso terapêutico na arte de curar. Os alopatas *descreem* desses princípios. E *descreem* porque *creem* em outros princípios, em outras *verdades*. Há, aqui a meu ver, uma *batalha de fé*, de crença

em princípios doutrinários opostos, princípios que se apoiam em verdades divergentes e mesmo opostas, defendidas e praticadas por diferentes *fiéis*. Em última análise, trata-se, nos dois casos, *de matéria de fé*. E a fé tem essa particular capacidade de remover (ou erguer) montanhas de dúvidas face a uma teoria a ser estabelecida ou já estabelecida.

Atrás do *conhecimento estabelecido* dos médicos da academia está, portanto, a fé na ortodoxia médica, a defesa de princípios irremovíveis, algo que nem os fatos (“o que eles provam?”) nem o raciocínio (analítico ou analógico) pode mudar; verdades que custaram muita luta e suscitaram muitos heróis e gênios na história moderna:

Não há dúvida que as grandes verdades, que as maravilhosas descobertas que constituem as pujantes conquistas dos gênios só tiveram direito de domicílio na sociedade moderna, depois de encarniçado combate que os seus propugnadores tiveram de sustentar contra poderosos adversários, mas finalmente fez-se a luz e a verdade, que a despeito de qualquer obstáculo, sempre aparece radiante e vitoriosa, suplantou a todos e dominou o universo.

A verdade a que se refere o autor do parecer é a da ciência moderna, que fundamenta a medicina ortodoxa, sendo a luz (da razão) que “dominou o universo.” E a homeopatia, fará ela parte das grandes verdades da sociedade moderna?

Não, de certo. Aceita e professada por um pequeno número de crédulos da boa fé, dentre os quais se destacam alguns médicos ilustrados e probos do Rio de Janeiro; abraçada por alguns especuladores que nunca estudaram medicina, que desconhecem o que há de mais elementar

em anatomia, fisiologia e patologia; exercida por homens leigos, alguns até analfabetos, por mulheres e por qualquer um que pode ter uma caixa de medicamentos; salvatério de certos doutores em medicina, párias da ciência (...) a homeopatia tem sido repudiada em todas as partes do mundo por não ser um sistema médico racional e científico (...)

A caracterização feita do sistema homeopático, no trecho acima, é uma descrição social dos seus praticantes, que incluem, contrariamente ao sistema médico ortodoxo, segmentos *heteróclitos*, que vão dos poucos *médicos ilustrados e probos aos analfabetos e às mulheres*, além de qualquer um que possa ter acesso aos medicamentos homeopáticos. A conclusão é que tal sistema não pode ser racional nem científico. Em outras palavras: a uma descrição social sobre o caráter da composição *profissional* (corporativa) da homeopatia, segue-se sua condenação em termos de conhecimento.

Mais do que isso, um voto de extinção é emitido, pois o parecer vaticina para breve a aniquilação do sistema hahnemanniano:

Está (a homeopatia) circunscrita a um limitado número de adeptos. De dia em dia tende a aniquilar-se completamente. Entre nós essa decadência crescente do Sistema de Hahnemann tem-se tornado muito sensível.

Não cabe discutir nesse trabalho o fracasso da profecia, já que o sistema de Hahnemann nunca esteve, às vésperas do século XXI, tão ascendente *entre nós*. O que é necessário discutir aqui é o fundo político da profecia. A

meu ver, seu fundamento é corporativo, e se faz em torno da defesa de *poder simbólico*, do poder monopólico de dizer a *verdade* no campo da medicina na sociedade brasileira.⁷⁵

Por outro lado, segundo o parecer, a verdade por si só se impõe. É o que quase chegam a dizer os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, num calvinismo insuspeitado em mestres da ciência. Pois afirmam em seguida que se a homeopatia tivesse mesmo algum grão de verdade já teria sido aceita, ainda que entre os jovens, sempre ávidos por *novas verdades*. No entanto, não é o que se vê, e em toda a parte onde os grandes médicos se debruçaram sobre ela, condenaram-na e mesmo cobriram-na de ridículo. Logo, não pode ela proclamar-se verdade oprimida e injustiçada.

Além disso, entre os que a praticam, encontram-se médicos ortodoxos, que sabem medicina porque a estudaram na faculdade, tendo aprendido homeopatia na prática sem precisar, portanto, de cursos acadêmicos para isso; encontram-se *práticos*, que exercem a homeopatia sem ter o menor conhecimento do que constitui a medicina acadêmica; encontram-se ainda fazendeiros que, não podendo ter acesso a médicos tratam a si mesmos, a seus escravos e toda a família com a famosa caixa (botica) de medicamentos homeopáticos; finalmente, encontram-se médicos *ecléticos*, que a exercem conjuntamente com a medicina clássica.

Tudo isso demonstra, para os autores do parecer, que a homeopatia, por essa extrema acessibilidade e facilidade, não chega a constituir um sistema médico e que, portanto,

75 Aqui se aplicam com muita justeza os conceitos sociológicos de Bourdieu sobre os campos acadêmico-científicos, tais como *habitus*, *campo* e *capital cultural*, (ver, a este propósito, *O poder Simbólico*, op.cit.)

não necessita ser ensinada num curso regular de medicina.

Reunindo então todos os elementos já discutidos, a comissão conclui que:

1º - a homeopatia não é um sistema médico científico;

2º - as bases da lei do *similia similibus curantur* são contrárias às experiências feitas por homens insuspeitos (que estudaram o novo Sistema);

3º - a terapêutica homeopática (...) é um absurdo, não pode de modo algum produzir efeitos apreciáveis no homem doente, a não ser pela influência de uma imaginação exaltada e de uma fé inabalável, auxiliadas pelo repouso e pelos cuidados higiênicos, circunstâncias estas que explicam perfeitamente os fatos incontestáveis de cura referidos pelos sectários da homeopatia;

4º - não há no novo sistema um só dado científico que mereça ser tomado em consideração; todos os princípios que lhe sevem de base não resistem a uma análise mesmo superficial;

5º - tendo sido até hoje a homeopatia exercida por médicos que estudaram em nossas faculdades de medicina (...), por homens inteiramente estranhos às ciências médicas, até por analfabetos (...) é evidente que para se conhecer o novo sistema não é preciso estudá-lo em cursos regulares com o auxílio de professores;

6º - por todas essas razões, não tem o menor fundamento o pedido que faz o Instituto Hahnemanniano ao Governo Imperial, e a faculdade deve opor-se a que ele seja satisfeito..."

O teor fulminante das conclusões é arrematado por uma sugestão irônica, aconselhando os homeopatas a “abrirem cursos livres” na própria sala do I.H.B. onde realizam suas sessões, de modo a se tornarem “mais dignos da gratidão de seus adeptos” e de modo também a poderem recrutar mais facilmente “novas falanges entre os médicos que por qualquer motivo se tenham revoltado.”

Os homeopatas respondem ao parecer

O Dr. Joaquim Murtinho começou a responder ao parecer a 30 de outubro de 1882, pelo *Jornal do Comércio*, seguido também pelo Dr. Saturnino Meirelles. As refutações foram agrupadas em um fascículo de 85 páginas, onde o referido documento é criticado ponto por ponto. Outros homeopatas manifestaram-se contrários ao parecer da comissão e até mesmo o Dr. Maximiano de Carvalho, que se opôs à criação de tais cadeiras, inseriu artigos na imprensa questionando o parecer, visando quase sempre o relator, Dr. Torres Homem. O Dr. Maximiano era contra a criação das cadeiras na faculdade alopática porque seria, segundo ele, negativo e impossível de se manter estas cadeiras e um meio hostil, que dentro em pouco estariam extintas e que, como já havia sucedido em outras universidades e escolas⁷⁶, isto produziria um efeito “nocivo e extraordinariamente contrário aos desejos dos propagandistas.” Sua proposta era que “a opinião pública esclarecesse os legisladores a criarem uma faculdade de medicina homeopática.” Em outros termos, esse

76 No mesmo período havia-se noticiado a criação de cadeiras homeopáticas na faculdade de Medicina do Uruguai que, devido à pressão dos médicos alopatas não conseguiram sobreviver.

homeopata era mais próximo da concepção política ortodoxa do fundador Mure.

A opinião da comissão da Faculdade de Medicina foi questionada integralmente pelos homeopatas, que em seu interior assinalaram: plágio, lacunas e total desconhecimento, por parte dos alopatas, da medicina que criticavam. Em seu estudo sobre o Dr. Joaquim Murtinho, Faria (1993) assinala citando o mesmo:

A comissão agiu como um aluno vadio que vai prestar exame com o livro de cola. Se o examinador propõe questões cujas soluções existem no seu livro tudo vai bem, responde-a inspirado, como se diz entre estudantes, pelo espírito santo da orelha (...) O governo Imperial, na condição de examinador, arguiu a Faculdade de Medicina sobre “o que era a homeopata, quais eram as suas doutrinas, seus princípios, sua luz (...), em face da ciência moderna.” O Dr. Torres Homem teria incorrido (em plágio) ao transcrever para o parecer o artigo do Dr. E. Ducaisne, publicado em 1878 no Jornal *LA France*, contestando a solicitação feita pela Sociedade Homeopática de Paris ao governo francês para que fosse declarada de utilidade pública. (...)” A 1ª e a 2ª questões (sobre a homeopatia) teriam sido *coladas* do já mencionado artigo de Ducaisne. Mas a terceira questão ficara sem resposta, pois o espírito santo de orelha nada dizia acerca daquela matéria. (FARIA, 1993, p. 153-155)

No decorrer da polêmica, o Dr. Murtinho, em seu segundo artigo, abriu fogo contra a congregação da faculdade, encerrando com indicações de que nem mesmo a figura do Imperador sairia ileso:

E não são só os Srs. Acadêmicos que assim pensam: o próprio Imperador, que é considerado homem de ciência, ainda está nesse tempo, como encontraremos no nosso próximo artigo. S.M. não faz parte da comissão, mas segundo dizem, é um dos inimigos mais impetuosos da homeopatia e, como as opiniões de S.M. tem valor científico, não será inconveniente criticá-las.

De fato, cumprindo o prometido, no dia 11/1/83, as baterias se voltaram para a figura do Imperador. No início de seu artigo, o *polemista de plantão* afirma que sua crítica não é inspirada por “nenhum ódio político, nem paixão pessoal, embora tenha ideias políticas, e considere mesmo o homem que não as tenha”, e que no I.H.B. existiam conservadores, liberais e republicanos, mas a ideia que determinou sua sua congregação é absolutamente estranha à política. A partir daí, partiu resolutamente contra as ideias e posições *científicas* de S.M. Atacando-o com força, o Dr. Murtinho assinala que o Imperador estava sempre presente em todos os eventos ditos científicos: “Sua majestade em todos os seus atos parece dizer: a ciência sou Eu”. Porém, estava resguardado duplamente por não poder discutir as questões científicas, e por sua posição. Contra isso, concluiu Murtinho:

Não se pode ser considerado homem de ciência como Sua Majestade quer sê-lo. Sua majestade vai a toda parte e fala exclusivamente sobre aquilo que quer, ninguém replica, ninguém faz perguntas que possam esclarecer a ciência do Imperador. Não é dessa forma que se ganha reputação científica, quem quer ser considerado sábio deve discutir para revelar seus conhecimentos (...) quem não quer ser lobo não

lhe veste a pele.

O artigo do Dr. Murtinho foi respondido por um anônimo (que se supõe ter sido o próprio Imperador) no *Jo.C.* do dia 28 de janeiro de 1883, que tenta resguardar o Imperador da decisão da congregação da faculdade. Em outros termos, a decisão não teria sofrido qualquer influência de S.M. Na réplica, o Dr. Murtinho considera que “o articulista não entendeu de certo o que leu; mas com a mesma gravidade com que S.M. finge entender as teses nos concursos, o seu defensor tomou a pena e incensou a Família Imperial.”

A polêmica se estendeu para outros jornais⁷⁷ e permaneceu até por volta de 28/3/83, com incansáveis ataques (assinados por pseudônimos) ao Dr. Murtinho, seguidos de sus defesas e vice-versa. Ela marcou o ponto de inflexão das atividades do I.H.B e sua posterior marcha descendente até a estagnação.

A Estagnação Institucional da Homeopatia (1883-1900)

Antecedendo a abordagem deste subperíodo de estagnação, deve-se assinalar que, antes e durante essa polêmica, o I.H.B. conseguiu alguns espaços institucionais de atuação e manteve outros, todos de importância. Neste particular, a partir de 21 de julho de 1882, em uma série de artigos no *jornal do Comércio*, o Dr. Murtinho resolveu reabrir a escola Homeopática do Brasil. Isso ocorreu em 30 de julho de 1882, “mas sem a organização que anteriormente tinha, portanto, sem o corpo docente que deveria exigir o ensino.” *O Jo.C.*, em sua edição do dia 1º de agosto de 1882,

⁷⁷ Como por exemplo, a *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

publicou um artigo sobre a reabertura da escola e, de quando em vez, por esse mesmo diário, o Dr. Maximiano publicava artigos sobre a “Escola de Medicina Atomística.” Essa escola teve existência real, segundo o Dr. Galhardo, muito embora ele não tivesse conseguido obter documentos precisos sobre seus professores e alunos (GALHARDO, op. cit., p.765)

Outros dois sucessos que marcam a atuação do I.H.B. neste final de período são: a instalação. No dia 21 de maio de 1883, de uma enfermaria homeopática na Santa Casa de Misericórdia (6ª enfermaria do hospital), devido aos esforços do Dr. Saturnino de Meirelles e do I.H.B., que obtiveram resultado junto ao governo Imperial. As farmácias homeopáticas foram reconhecidas legais segundo o Decreto nº 9.554 de 3 de fevereiro de 18886, do Regulamento do Serviço Sanitário do Império, sendo este o primeiro regulamento que “cogitou da existência das farmácias homeopáticas no Brasil”. Este documento solucionou a questão relativa aos proprietários de farmácias homeopáticas, que o Presidente da Junta Central de Higiene queria tirar da direção de seus estabelecimentos (Idem, p.765).

Regulamentos posteriores suprimiriam a liberdade facultada pelo decreto acima, não podendo ser concedida licença senão a farmacêutico diplomado, mas as farmácias homeopáticas que funcionavam na vigência daquele regulamento continuaram, sem sofrer coação alguma, dirigidas por seus proprietários, embora não fossem estes farmacêuticos diplomados.⁷⁸

78 Em 1926 o Dr. Galhardo afirmava: “Atualmente as exigências para o estabelecimento de farmácias homeopáticas são idênticas às impostas às farmácias alopáticas”. O que é um indício da variação conjuntural desses regulamentos.

Estas conquistas do momento pós-parecer são utilizadas pelo I.H.B. no sentido de superar, no meio homeopático, a frustração e o desgaste causados durante a tentativa de inserção da homeopatia no ensino médico oficial.

É justamente nesse período que ressurge a coluna “A Homeopatia nos Fatos” (*dos Annaes de Medicina Homeopática*), dando ênfase a um assunto em especial: “a abertura da Santa Casa da Misericórdia à Medicina Homeopática.”

Do nº 12 de Junho de 1883 até o último número deste período (novembro de 1883), a coluna não fez outra coisa senão divulgar o desenvolvimento dos trabalhos na Santa Casa, sempre frisando a importância de tal fato. É interessante notar que após iniciar-se a publicação acerca dos trabalhos nessa Instituição, raras referências são feitas sobre a questão do parecer. Do centro da luta político-institucional descoloca-se a derrota, e coloca-se em seu lugar uma vitória glorificada, por menor que esta seja, em comparação com aquela. Uma tática que tentava atenuar o impacto dos efeitos politicamente danosos do parecer da Faculdade.

O editorial do nº12 do Annaes é um marco a esse respeito. Sob o título “A Homeopatia Progride”, o editor faz a primeira menção sobre a entrada da Homeopatia na Santa Casa da Misericórdia:

Quem diria que, logo após o célebre parecer da comissão médico alopata sobre a representação do Instituto Hahnemanniano ao Governo Imperial, abrisse a Santa Casa da Misericórdia as portas do seu Hospital à Medicina Hahnemanniana, e destinasse as salas que fossem necessárias para

aí serem tratados por este método de curar os enfermos que nele tivessem confiança. Quem diria ainda que em menos de um mês a elas concorressem perto de cem enfermos, os quais tem sido curados, quase todos graças à perícia do ilustre médico homeopata, o Sr. Conselheiro, Dr. Saturnino Soares de Meirelles!

Continua, fazendo ressaltar o caráter inegável de verdade de seu sistema médico, de que o acolhimento na Santa Casa é prova irrefutável:

Tal é a irresistível força da verdade, que sem embargo da resistência acintosa que lhe antepunham os nossos adversários da velha medicina, a medicina do imortal Hahnemann sempre há de prevalecer, porque aí estão cada dia as maravilhosas curas por ela feitas para caridade, estando a enfermaria sujeita a inspeção do muito ilustrado e distinto Sr. Barão do Lavradio, podendo ter nela ingresso todos os médicos e estudantes de medicina. Eles que digam se com efeito foram doentes os que ocuparam os leitos da enfermaria; como entraram os doentes e como saíram: se as suas moléstias tiveram por meio curativo a imaginação!

Essa última afirmação refere-se às colocações advindas dos alopatas, inclusive no Parecer analisado, que diziam ser as curas efetivadas pela homeopatia empreendidas pela natureza e/ou pela força da imaginação. Contra esse argumento, convida:

aqueles que ainda duvidarem dos resultados indicados nos mapas mensais que apresentamos aos Sr. Provedor e diretor do Serviço Sanitário, cumpram o dever que lhes impões a sua profissão,

indo à enfermaria observarem com os seus próprios olhos a verdade daquilo que ignoram. Só encontrarão doentes de moléstias que ainda não passou pela mente de médico algum supor que se curam por efeito da imaginação ou por simples esforços da natureza (...) Quem frequenta as enfermarias (...) sabe perfeitamente qual é o estado em que, no maior número dos casos, se apresentam os doentes que a ele se recolhem (...)

A partir desse número há uma sequência de relatos trazidos pelo Dr. Meirelles na “Homeopatia nos Fatos”, todos cercados de uma atmosfera bastante ufanista.

No nº 3 (vol.2) de setembro de 1883, por exemplo, os relatos exibem esse tom:

Como era de se esperar, os benéficos resultados da medicina homeopática se tornam cada dia mais patentes na enfermaria homeopática (...) Não só cresce o número dos doentes, como varia a natureza e gravidade dos casos, de modo a permitir que a nossa medicina manifeste a vastidão de seus recursos com toda a sua simplicidade.

Na sequência, o texto apresenta, como sempre fazia, estatísticas que substanciavam seu relato, para logo em seguida fazer uma afirmação que, por trás do enunciado, explicita a relação mantida entre a população e a instituição hospitalar de então:

esta porcentagem já de si bastante favorável, mais seria se fosse possível conseguir-se que os doentes perdessem o temor que eles tem do Hospital, onde vão encontrar tudo quanto lhes é

mister, e se recolhessem em melhores condições. Raríssimo é o doente que procura o Hospital com um dia de moléstia; dias, meses e anos é de ordinário o temo de sofrimento com completo abandono com que entram para o Hospital de uma cidade.

Este medo do Hospital é em grande parte ainda atual, sobretudo no que toca às camadas mais desfavorecidas da população. É possível mesmo que, face aos erros médicos, às infecções hospitalares, à extrema insuficiência de recursos técnicos e materiais por que estão passando os hospitais públicos, “o temor que eles tem do Hospital” tenha aumentado.

Prosseguindo no afã de tornar a conquista da santa Casa um fato tão importante que se sobrepusesse aos efeitos desestruturadores causados pelo parecer da Faculdade de Medicina, a *última Homeopatia nos Fatos* do período, inserida no nº5 (vol. II) de novembro de 1883, não foge muito à regra das descritas anteriormente. Mas apesar de todos os esforços empreendidos pelo I.H.B., o impacto do parecer negativo e a polêmica desgastante que se seguiu a ele não puderam ser atenuados. Pouco tempo depois as atividades do Instituto entraram em declínio. Segundo o Dr. Galhardo:

o indeferimento dado à solicitação do I.H.B. relativamente à criação de duas cadeiras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para o ensino da homeopatia, e a consequente refutação ao parecer da congregação, que envolveu na crítica o Imperador D. Pedro II, inimigo da doutrina hahnemanniana, enfraqueceu um pouco a atividade do Instituto, cujos membros já não se reuniam com a habitual pontualidade,

conquanto cada um mantivesse íntegra a consciência de uma inabalável convicção nos princípios e práticas da homeopatia. Mas o parecer da Congregação, embora refutado com inteligência e clareza, não deixou de influir na opinião pública, cuja maioria passou a desdenhar da homeopatia e de seus adeptos, principalmente sabendo-se que S.M. Imperial dela era inimigo. (...) Tal fato, prossegue abalou a solidariedade e coesão dos membros do I.H.B., reduzindo sua atividade. (GALHARDO, s/d, p. 772)

Mesmo diante de tal quadro, o Dr. Joaquim Murtinho e o Dr. Saturnino Meirelles mantiveram-se na tentativa de soerguer o Instituto, anulando a crise provocada pelo indeferimento de sua pretensão. Porém, o I.H.B. chegou a ficar mais de três anos sem se reunir. “Todos sabiam a causa, mas nenhum ousava externar-se e promover os meios de nulifica-la.”

A “causa”, embora não declarada, foi o parecer negativo da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro à inclusão de cadeiras de homeopatia no ensino médico. Ela teve um efeito devastador, no plano acadêmico, quando não no processo de legitimação institucional.

A estagnação das atividades do I.H.B. fecha um período de sua história político-institucional em nosso país, durante o qual a homeopatia experimentou dois momentos distintos em termos da ocupação de espaços institucionais: um marcado pela expansão e pelo avanço capilar nestes espaços; outro marcado pela resistência e manutenção dos recursos quando, após a tentativa fracassada de inserção no espaço acadêmico da escola médica, o movimento

homeopático entrou em baixa, desarticulando-se.

Durante todo esse processo os homeopatas, sem grandes possibilidades de atuação oficial, utilizaram a imprensa como forma de divulgar e propagar os êxitos de sua medicina. Nos tempos de epidemia, a imprensa serviu-lhes também como veículo de expressão e intervenção, onde podiam fazer propostas, alertas até mesmo receitar medicamentos contra as doenças, coletivas ou individuais.

Como resultado dessa resistência, alguns hospitais, por força das circunstâncias (quadro da saúde pública), abriram suas enfermarias ao tratamento homeopático. Tais experiências, ainda que às vezes de caráter temporário, foram apropriadas duplamente pelos homeopatas. Primeiro como forma de apresentarem politicamente os efeitos positivos de sua medicina; segundo, para utilizarem tanto a abertura do espaço em si, como os sucessos de sua intervenção, na perspectiva de proselitismo e de propaganda, quesitos importantes em sua estratégia histórica de legitimação.

Todo esse trabalho de propaganda e de busca de afirmação institucional, visando ao avanço de seu saber, recebeu forte impulso com a criação do segundo I.H.B. em 1879, que passou a centralizar o feixe de intervenções dos homeopatas brasileiros, dando-lhe um caráter mais organizado e sistemático.

Foi justamente sob a égide do I.H.B. que o movimento homeopático buscou o que ocuparia um lugar especial em termos de estratégia de legitimação: disputar o poder em termos da reprodução do seu saber na Escola Médica. Embora utilizando os recursos de que dispunham

para pressionar politicamente, no sentido de uma resposta favorável, os homeopatas pouco puderam fazer diante do poder da medicina oficial, e ainda tiveram de arcar com o ônus do desgaste gerado pela polêmica que travaram no intuito de reverter o quadro da derrota.

O desgaste e a frustração fizeram com que as atividades do I.H.B., que vinham num crescente, reduzissem-se, mantendo-se sempre em termos de resistência, até chegarem ao grau zero.

Mas tal quadro mudaria; Em 1900, o Dr. Dias da Cruz convidou os colegas para uma reunião de sessão extraordinária no referido Instituto. Ocorrida em 7 de julho de 1900, a reunião foi bastante proveitosa e nela o Dr. Dias da Cruz assinalava a “fé que tinha no reerguimento” do Instituto, propondo uma política para tanto. Nessa reunião ficou resolvido que as reuniões seriam sempre aos sábados, no consultório oferecido pelo Dr. Dias da Cruz. A pedra fundamental havia sido lançada novamente. De acordo com Galhardo, foi fazendo reviver os *Annaes que o Dr. Dias da Cruz conseguiria levantar o I.H.B.*,

trazendo-o novamente a se interessar pela homeopatia, abandonando o caráter exclusivista, atrelado num passado que não soubera desenvolverem nem mesmo mante, para novamente se agitar lutando pela causa única doutrina médica que merece o qualificativo de positiva. Foi nessa nova manifestação de vitalidade que o Instituto conquistou as maiores glórias que poderia alcançar (...) (GALHARDO, idem, p. 779)



Samuel Hahnemann (1755-1843), médico, alemão, fundador da homeopatia (*acervo online da National Library of Medicine, EUA*).

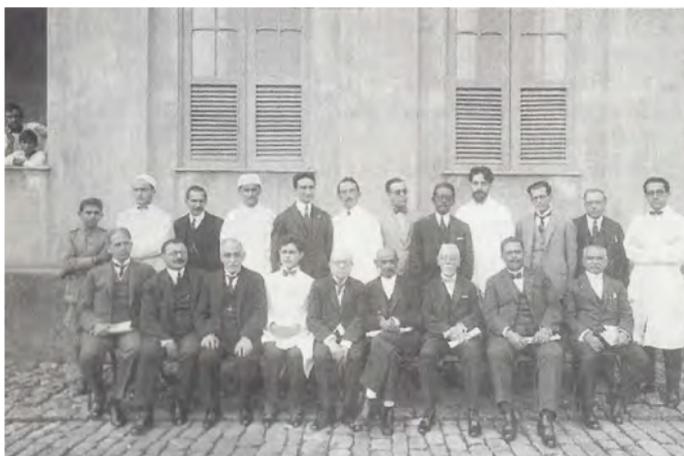
Benoit Mure, francês de Lion, introdutor da homeopatia no Brasil (*in iniciação Homeopática, J.E. Galhardo*).



João Vicente Martins, cirurgião português, um dos pioneiros da homeopatia no Brasil. (*In Doutrina da Escola Homeopática do Brasil, B. Mure*).



Caricatura francesa do século 19, onde o doente moribundo assiste aolopata e homeopata degladiarem-se (*acervo online da National Library of Medicine, EUA*).



Grupo de professores do IHB fotografados em 9/5/1926. Sentados, da esquerda para a direita: drs. Souza Lob, Galhardo, farm. Teixeira Novaes, Sabino Theodoro, Licínio Cardoso, Dias da Cruz, Theodoro Gomes, José de Castro e farm. Augusto de Menezes. De pé, da esquerda para a direita: criança, aluno interno do hospital homeopático, dr. José Dias da Cruz, aluno, drs. Nogueira da Silva, Duque Estrada, Baptista Pareira, Raul Eloy dos Santos, Sylvio Braga e Costa, Ernesto de Souza, dr. Auletta e aluno (*acervo Souza Martins, IHB*).



Instituto, Escola de Medicina e Cirurgia e Hospital Hahnemanniano. Fachada principal à rua Frei Caneca 94, Rio de Janeiro (*acervo Souza Martins, IBH*).



Instituto, Escola de Medicina e Cirurgia e Hospital Hahnemanniano. Fachada lateral à rua Moncorvo Filho, Rio de Janeiro (*acervo Souza Martins, IBH*).



Conjunto de prédios do Hospital Hahnemanniano, posteriormente demolidos (*acervo Souza Martins, IBH*).



Famácia do Hospital Hahnemanniano, fundada em 1916
(*acervo Souza Martins, IHB*).



Enfermaria feminina do Hospital Hahnemanniano. Da esquerda para a direita, os drs. Galhardo, Sabino Theodoro e Duque Estrada (*acervo Souza Martins, IHB*).



Pátio interno do Hospital Hahnemanniano, com vista para o Dispensário, no térreo, e para a Maternidade, no 1º andar. *(acervo Souza Martins, IHB).*



Sala da Congregação da Escola de Medicina e Cirurgia *(acervo Souza Martins, IHB).*



Diretor do Hospital Hahnemanniano dr. Sabino Theodoro e as irmãs de caridade vicentinas. À esq. o dispensário, à dir. a farmácia e ao fundo a faculdade (acervo Souza Martins, IHB).

Anúncio de clinica
“alo-homeopática”
em jornal carioca
do século passado
(arquivo pessoal: Ângela
Porto).

406

PROFISSÕES.

CASA DE SAUDE ALLO-HOMŒOPATHICA
DE NOSSA SENHORA DA GLORIA
Rua Franca n. 3 (Pharoux)
Director—Dr. J. A. de Faria.

Este estabelecimento continúa a receber doentes de todas as condições sociais, a qual-
quer hora. Tem accommodações seguras e garantidas para os alienados, enfermaria
especial para crianças, e além uma enfermaria geral para ferros.

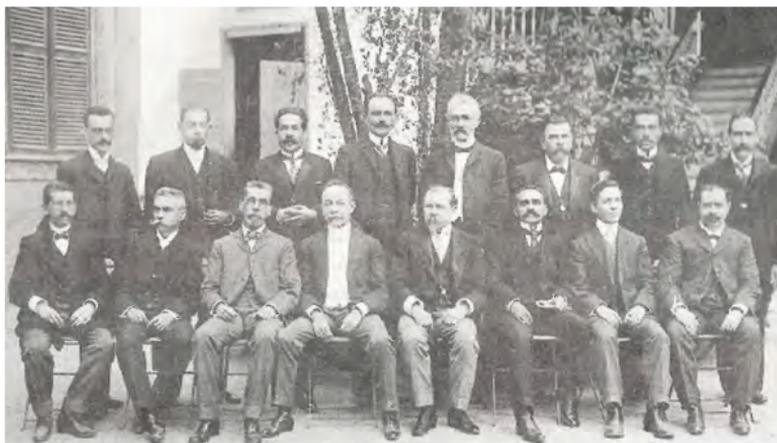
SERVICHO MEDICO.

ALBERTOS.	HOMŒOPATHIA.	CIRURGIA E FANÇOS.	OPHTHALMOLOGIA.
Com. Dr. Pez. e Hugo.	Dr. Duque-Estrada.	Dr. Catta-Prata.	Dr. Gaspar Lobo.
Dr. Correia d'Alencar.	Drs. Matta e Medeiros.	Dr. J. A. de Faria.	Dr. A. Goncalves.

TABELLA.

1ª classe, de 54 a.	20000 diários.
2ª dita	15000 "
3ª dita	10000 "
Coformacia para ferros	20000 "
Dita para reseravos.	15000 "

Os Ser. facultativos tem o hospital à sua disposição para tratar os seus doentes.



Professores do IHB, em foto do final do século passado. Sentados, da esquerda para a direita: drs. Lobo Viana, farm. Augusto de Menezes, farm. Almeida Cardoso Sobrinho, farm. Ferreira Pinho Filho. De pé, da esquerda para a direita: drs Temudo Lessa, Dias da Cruz *senior*, Maria Barreto, Nelson Vasconcelos, Silva Cunha, farm. Almeida Cardoso, Theodulo Meirelles, farm. Teixeira Novais (*acervo Souza Martins, IHB*).



Farmacolandos da Faculdade Hahnemanniana em 1914. Ao centro, o prof. Souza Martins (*acervo da Assoc. Bras. dos Farmacêuticos*).

Capítulo V

O período Áureo (1900-1930)

O reinício das Atividades do I.H.B.

A virada do século vai pegar o movimento homeopático no Brasil em uma situação nada favorável:

“Apesar do grande prestígio do conselheiro Dr. Saturnino Soares de Meirelles, Presidente do Instituto, as sessões (do I.H.B) não eram realizadas; o espírito de solidariedade, o interesse pela propaganda da homeopatia, a preocupação de acrescer conhecimentos de doutrina, o amor à causa, enfim, estavam completamente banidos entre os homeopatas. Não havia entusiasmo nem amor à profissão; o isolamento disseminado era o enfraquecimento da falange gloriosa que em outros períodos defendera com brilho e ardor a causa da fé que nos congrega em torno de um ideal - a vitória da homeopatia. Fechavam-se farmácias homeopáticas, abriam-se ou não outras, mas a indiferença sistemática era o único título cultivado pelos homeopatas.” (GALHARDO, 1928, p. 775)

Se aceita-se como realista esse retrato pintado pelo Dr. Galhardo, pode-se ter uma ideia do estado de coisas existente. Fica nítido, entretanto, que ao longo do período de queda pelo qual passou o movimento homeopático, que perdurou de meados da década de 80 à chegada do nosso século, os homeopatas prosseguiram suas atividades. Mas isso se deu de uma forma desarticulada e dispersa, sem que se visasse a um objetivo comum, como ocorrera nos períodos anteriores. Para todos os homeopatas que tinham uma visão mais ampliada da importância do trabalho em conjunto e da necessidade de direcionar esse trabalho na busca de um objetivo já histórico para o movimento homeopático, isto é, a oficialização da sua medicina frente ao Estado e sua legitimação frente à corporação médica, era prioritário se reaglutinar articulando-se todas aquelas partes. E a reaglutinação passava, sobretudo, pelo renascimento do órgão aglutinador.

Os homeopatas que estiveram à frente das lutas em períodos anteriores, e cujos nomes tinham ascendência sobre os demais, redobram os esforços para que o Instituto Hahnemanniano do Brasil, o I.H.B., retomasse as atividades de outrora. Ressalte-se, entretanto, o trabalho hercúleo realizado por um nome emergente, o do Dr. Dias da Cruz, que teve papel fundamental no reinício das atividades do I.H.B., sendo o responsável direto pela reedição dos Anais de Medicina Homeopática. O trabalho de rearticulação do movimento homeopático dava seus primeiros passos em 1900, ainda que lentos. De meados a fim desse ano ocorreram alguns acontecimentos que trariam água para o moinho de reaglutinação.

Entre outros eventos sanitários importantes, a capital federal, Rio de Janeiro, foi acometida com um surto epidêmico de peste bubônica. Os médicos homeopatas, como fizeram por ocasião de outras epidemias, desde o século anterior, prestaram serviços médico-sanitários no combate à epidemia. Ao longo da sua atuação tiveram que travar uma polêmica com o Dr. Nuno de Andrade, diretor da saúde Pública que, “infenso à homeopatia e seus partidários, tomou, sem mais nem menos, os médicos homeopáticos para primeiras e, talvez, as únicas vítimas de seu rigor sanitário” (GALHARDO, 1928, p. 774-5).

Baseado no tratamento dissidente dispensado pelos homeopatas aos doentes, o Dr. Nuno de Andrade os multava e, às vezes, levava-os à cadeia, sob acusação de terem sonegado informação sobre casos de peste bubônica. É preciso lembrar que já então a notificação de casos de doenças contagiosas e de caráter epidêmico era obrigatória. O primeiro escolhido e multado foi, sintomaticamente, o presidente do I.H.B., Dr. Dias da Cruz, que se defendeu iniciando uma polêmica com o diretor da Saúde Pública. Essa defesa se deu na forma de uma comunicação apresentada pelo homeopata na sessão do IHB, dia 29 de setembro de 1900, e publicada na imprensa diária. Essa comunicação se intitulava Grito de Alarma e tinha como conteúdo uma discussão com o médico higienista italiano Dr. Terni, que fazia experiências sobre ratos e a peste no Brasil, cujas conclusões o Dr. Dias da Cruz questionava.

Enfurecido com a comunicação Grito de Alarma, o Dr. Nuno de Andrade qualificou o I.H.B. de “associação quase científica”. Mais tarde, enviou uma carta ao I.H.B. convidando-o a formar uma comissão para ir até o Hospital

Paula Cândido e “estudar a moléstia reinante e emitir depois opinião, pois a suspeita de que não se tratasse de peste, por parte de uma corporação com o I.H.B., muito afetava a sua honorabilidade de funcionário público” (Ibidem, p. 776-777). Depois de lida a carta, o Dr. Dias da Cruz questionou o problema colocado, afirmando que não era isso o que se pleiteava. O Dr. Baptista Meirelles partiu então para a ofensiva sobre o Dr. Nuno de Andrade.

A polêmica evoluiu e o diretor de Saúde Pública silenciou, considerando, em seu relatório ao Ministro do interior, que no I.H.B. não havia quem diagnosticasse a peste bubônica. Em defesa da homeopatia saíram novamente os Drs. Dias da Cruz e Baptista Meirelles.

Segundo Galhardo (1928), “esta polêmica parece ter sido a causa promotora de toda reatividade do Instituto: houve necessidade de reunir para combater um inimigo comum.(...) coesos na luta contra a prepotência do Diretor Geral de Saúde Pública, puderam os homeopatas conquistar a vitória de sua causa”. Assim, “por decreto de 23 de março foi exonerado do cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, o Dr. Nuno Ferreira de Andrade” (Ibidem, p. 779). É verdade que essa exoneração deveu-se mais à incompetência deste médico como Diretor de Saúde Pública que à campanha dos homeopatas, mas sua demissão foi comemorada como vitória.

Se a retomada das atividades do I.H.B. foi marcada por uma vitória na luta contra o Diretor Geral de Saúde Pública e tudo o que ele representava de autoritarismo médico, foi marcada também por uma derrota. Na sessão de 28 de julho de 1900, o homeopata Dr. Umberto Auletta apresentou uma proposta de que o I.H.B. reclamasse a inclusão de cadeiras

de clínica e terapêutica homeopática no ensino médico-farmacêutico, aproveitando-se de reforma do ensino que vinha sendo anunciada pelos jornais. Para tanto, sugeri que se utilizasse como contato “nosso eminente colega Dr. Murtinho, hoje Ministro do Governo”, o mesmo que no passado, por esta criação de cadeiras de ensino, “tanto se esforçou e enobreceu”.⁷⁹ Concluindo, propôs a elaboração de uma moção ao presidente da República, “sendo portador da mesma o Sr. Murtinho, para ser presente ao ilustre Ministro da Instrução” (GALHARDO, 1928, p. 775). Ao final da reunião a proposta foi votada, tendo sido aprovada com apenas um voto discordante, o Dr. Fernando Costa, que advogava a criação de uma escola livre homeopática.

O Dr. Nuno Andrade, que precedeu imediatamente Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública, foi um personagem bastante polêmico na sua gestão à frente dessa diretoria. Foi ele, por exemplo, o centro da questão do convênio sanitário Brasil - Argentina, considerado “lesivo aos interesses da pátria” (LUZ, 1982, p. 190). Os homeopatas citam vários episódios indicadores de incompetência e corrupção na sua gestão.

A esperança de se conseguir a criação das cadeiras de ensino homeopático era muito grande, devido ao lugar ocupado pelo Dr. Joaquim Murtinho à frente do Ministério da Fazenda. Porém, ainda não seria desta vez que os homeopatas conseguiriam ocupar o espaço que, em sua estratégia, tinha foro de centralidade: a escola médica:

“Os que conheciam o prestígio do Dr. Murtinho

79 Annaes de Medicina Homeopática, Atas da Sessão Ordinária do dia 18 de julho de 1900.

junto ao presidente da República julgavam que o desejo do Instituto seria imediatamente satisfeito. Enganaram-se os que assim pensavam, pois o Instituto não conseguiu o que queria e pairou, mesmo que veladamente, uma imputação de responsabilidade ao Dr. Murtinho, da nenhuma importância que dera à solicitação do Instituto. (GALHARDO, 1928).⁸⁰

Aparentemente o Dr. Joaquim Murtinho se preocupava muito mais com sua carreira e o poder que receava perder, do que com a homeopatia, que se tornara uma aliada política incômoda. A frustração dos homeopatas foi grande, na medida em que para eles uma importante oportunidade histórica fora perdida em função de interesses pessoais.

Entretanto, a situação de tensão com o Dr. Murtinho prosseguia. Em 10 de abril de 1901, como sempre faziam todos os anos, os homeopatas comemoravam o aniversário de Hahnemann. Nesta data resolveu-se celebrar uma sessão magna, realizada no Liceu de Artes e Ofício, sendo esta sessão bastante concorrida. Devido à abundância de

80 No momento de realização da pesquisa histórica que deu origem a este livro, nos anos 80, não havia dados sobre a indicação do Dr. Joaquim Murtinho para o Ministério da Fazenda ou sobre sua carreira política, além de que desenvolvia uma carreira parlamentar com base em seu estado natal (Mato Grosso). Esta lacuna foi preenchida pelo trabalho de Fernando Faria, que tematizou o político Joaquim Murtinho em sua tese de doutorado em história, pela U.S.P. A tese originou o livro *Os Vícios da República - Negócios e poder na passagem para o século XX* (Ed. Notrya, Rio de Janeiro, 1993, 355 pp.). O estudo de Faria fez uma anatomia implacável do caráter e das ações do “médico de Santa Tresa”, como o chama. Faria chega a sugerir que o Dr. Murtinho tenha faltado com a ética como médico homeopata, e não apenas como político. Esta não é a posição de Galhardo, que o defende.

trabalhos reputados de boa qualidade, decidiu-se publicá-los, constituindo-se, para tanto uma comissão:

“Diante da falta de recursos essa comissão julgou por bem recorrer ao Dr. Joaquim Murtinho, sócio do Instituto, então Ministro da fazenda, para conseguir a publicação via imprensa nacional.” (GALHARDO, 1928, p. 782)

“O Dr. Murtinho não aceitou a solicitação da comissão, atitude que não agradou ao Instituto, ou pelo menos à comissão que a provocara.” (Ibidem, *loc. cit.*)

Galhardo, em sua análise posterior do ocorrido, toma o partido de atitude de Murtinho, assinalando que:

“(…) a resolução do Dr. Murtinho constitui um fato digno de ser imitado. A imprensa nacional não era, como não é, propriedade de titular da pasta da Fazenda. Este, num regime de moralidade administrativa, só poderá ordenar impressão de trabalhos mediante dispositivos legais e este não era o caso do Instituto.” (Ibidem, *loc cit.*)

Como assinala, essa análise de Galhardo foi feita a posteriori do acontecimento. No momento do mesmo as opiniões sobre o Dr. Murtinho não foram favoráveis a ele. Desacostumados das proximidades do poder central, os homeopatas viram, talvez, no cargo ocupado pelo Dr. Murtinho, a galinha dos ovos de ouro em termos políticos. Essa visão, entretanto, rapidamente se dissiparia. Talvez por ser apenas um dentro de um sistema adverso, talvez, porque seus interesses políticos predominassem sobre os da homeopatia, o Dr. Murtinho pouco ou nada fez pela homeopatia em termos de favorecimentos. O próprio Galhardo assinala que

“o Dr. Murtinho anterior, antes de ser Senador ou Ministro, foi mais útil à Homeopatia do que quando exerceu os elevados cargos políticos que ocupou” (GALHARDO, 1928, p. 792). Consideração que não deixa de ser dura, na medida em que Murtinho foi um dos grandes propagadores da homeopatia no seio das elites brasileiras e, como se viu anteriormente, seu principal polemista na imprensa.

O Avanço da Terapêutica Homeopática nos Espaços Institucionais e a Resistência da Medicina Oficial

A análise do capítulo anterior, compreendendo, sobretudo, o período de 1860 a 1890, mostrou o esforço dos homeopatas para ocuparem espaços de intervenção terapêutica, tendo como torno a propaganda e as polêmicas que se sucediam na imprensa diária. Analisarei agora como se desenrolaram as polêmicas e a propaganda nos jornais no período que vai de 1900 a 1930, e como se deu a estratégia homeopática de ocupação de lugares oficiais de intervenção clínica. Estes lugares são, como já se viu, os consultórios e ambulatórios públicos, e as enfermarias e dispensários em hospitais, considerados trincheiras de legalização da homeopatia, uma vez que a prática privada dos homeopatas em consultórios particulares e em farmácias homeopáticas já era um fato estabelecido há muito.

A primeira conquista dos homeopatas em termos destes lugares deu-se com a criação de uma enfermaria homeopática no Hospital Central do Exército, a enfermaria Mallet:

“A cura praticada na pessoa do marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, então Ministro da Guerra, por seu colega de Ministério (...) Dr. Joaquim Murinho, apesar de desenganado pelas sumidades da terapêutica oficial, determinou a introdução da homeopatia no exército.” (GALHARDO, 1928, p. 784)

Em sinal de gratidão, o Marechal resolveu criar uma enfermaria homeopática no Hospital Central do Exército, sendo esta instalada a dezesseis de julho de 1902 e inaugurada a vinte de julho.

A Diretoria do Hospital queria inaugurar uma placa com a denominação de Enfermaria Mallet em uma das enfermarias. O Marechal Mallet ordenou que a placa fosse instalada na enfermaria homeopática que, assim, passou a levar o seu nome. Para a gerência dos trabalhos foram chamados os Drs. Baptista de Meirelles e Amarílio Hermes de Vasconcellos. Em novembro de 1902, poucos meses depois da inauguração, o Dr. Amarílio foi afastado das funções que exercia por ter sido nomeado para o cargo de Inspetor Sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública⁸¹, sendo substituído pelo Dr. Auletta.

Os homeopatas retomaram, assim, sua estratégia de ocupação institucional, mas a reação não se faria tardar. Os trabalhos na enfermaria Mallet prosseguiram ao longo de alguns anos “de ótimos serviços devidamente comprovados pelas estatísticas, nas quais a pequena porcentagem de

81 Não tenho dados sobre como um homeopata conseguir ocupar tal posto, uma vez que a Diretoria da Saúde pública era, dentro do aparelho estatal, o principal órgão de repressão aos homeopatas. Também não há maiores dados, em Galhardo, sobre as atividades do Dr. Amarílio nesse cargo.

mortes e a insignificante despesa com sua manutenção lhe deviam assegurar uma perene existência”, de acordo com depoimento de Galhardo. No entanto, foi fechada pela administração do Hospital Central, por ordem da Diretoria de Saúde do Exército, sob pretexto de realização de obras, e “os médicos que dela se encarregavam passaram a exercer suas funções na Policlínica Militar, onde diariamente davam consultas de clínica homeopática” (GALHARDO, 1928, p. 784). O fechamento dessa enfermaria se deu a vinte de junho de 1907.

Mesmo diante das estatísticas elaboradas pela Diretoria do Hospital, francamente favoráveis à homeopatia, a administração de saúde do Ministério da Guerra não se demoveu. Decorreu daí uma polêmica entre o Dr. Nilo Cairo, homeopata, e o Dr. Muniz Barreto, alopata. O eixo central do argumento de Barreto era que:

“(…) uma grande maioria dos doentes que baixaram ao hospital de sangue era devida à fadiga, expediente de que os soldados muitas vezes lançavam mão para se escusarem ao serviço.”

Referindo-se a uma estatística que foi organizada ultimamente no Hospital Central do Exército, na qual se compara o tratamento pela homeopatia e pela alopatia,

“(…) aquela assinalou a sua vitória, mas unicamente devido a estes casos simulados, pois os soldados que nesta condição deixam a enfermaria escolhem o tratamento pela homeopatia”.⁸²

82 Revista Homeopática do Paraná, nº 11, ano 11, nov. de 1907, p. 199 e ss.

Em outras palavras, o médico alopata acusa os pacientes tratados pela enfermaria homeopática de simularem doença, e os médicos homeopatas de tratarem simuladores.

Fechada a enfermaria, não tardaria a supressão dos trabalhos homeopáticos na Policlínica Militar, que foi apressada pelo desentendimento entre o Dr. Auletta, responsável pelos trabalhos, e a direção da casa. O Dr. Auletta sofreu duras críticas no I.H.B. por não ter evitado o recuo da homeopatia, mas os homeopatas não desistiram de ampliar seus espaços de intervenção terapêutica.

É assim que surgem os dispensários homeopáticos, espalhados nesse período pelo Brasil, que visaram dar atendimento gratuito às crianças e aos pobres. Em 1906, por exemplo, instala-se em São Paulo, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, um desses dispensários, que recebeu o nome de Dr. Murinho. Em 1908 e 1909, assinala-se a criação de mais dois, em Curitiba e São Paulo, respectivamente.

Mesmo sob o fogo cerrado da medicina oficial, antes da chegada da década de 10, os homeopatas ainda conseguiriam ocupar um espaço no meio militar. O almirante Alexandrino de Alencar, ministro da Marinha, a exemplo do que já havia feito o Marechal Mallet, ministro da Guerra, cria uma enfermaria homeopática no hospital Central da Marinha, inaugurada em três de dezembro de 1908.

Foi somente nas décadas de dez e vinte, entretanto, que os homeopatas conseguiram realmente alterar o resultado negativo de sua disputa com a medicina, logrando vitórias importantes em sua estratégia de ocupação de terreno.

A Diretoria Geral de saúde Pública e a Homeopatia

Ao longo deste processo, a saúde pública intensificou sua ofensiva contra a homeopatia. Em novembro de 1902 os Drs. Farias Junior e Dias da Cruz foram intimados pela Diretoria Geral da Saúde Pública para esclarecer o fato de terem ocultado casos de varíola em clientes de que tratavam. É preciso lembrar-se que esta diretoria tinha a grande influência do sanitarista Oswaldo Cruz, que preconizara punições para os sonegadores de casos de doenças epidêmicas (febre amarela, varíola, peste), tendo conseguido aprovar, pouco tempo depois de assumir a Direção Geral da Saúde Pública, uma legislação dura neste sentido (LUZ, 1982). O Dr. Dias da Cruz, entretanto, julgava que as instruções relativas à notificação, expedidas pelo Ministério do Interior, não tinham força de lei, e por isso não era passível de pena alguma o clínico que se furtasse ao cumprimento dessas instruções. “Além disso, dizia o clínico, nosso sistema de tratamento não se coaduna com processos de desinfecção” (GALHARDO, 1928, p. 787).

A polêmica estendeu-se, sendo bastante debatida em várias sessões do I.H.B. Desses debates tomaram parte os Drs. Dias da Cruz, Baptista Meirelles, Alfredo Maggioli, Licinio Cardoso, Farias Júnior e Figueiras Lima. A discussão versou em torno de duas preliminares apresentadas pelo Dr. Dias da Cruz:

“- Haverá incompatibilidade entre os processos gerais de desinfecção, usados pela higiene oficial, e o nosso sistema de curar?

- Como devem os homeopatas agir diante das exigências, intimações etc., etc., dos representantes oficiais da higiene?” (Ibidem, pg.787)

Ao final dos debates, diante de certa indefinição sobre o modo de agir correto, o Dr. Filgueiras Lima explica sua posição afirmando que:

“não notificará caso algum, porque não crê nas desinfecções, e entende que estas só servem para perturbar a vida e a propriedade de seus doentes.” (Ibidem, pg.787)

Em um período intensamente marcado por epidemias, essa questão vai ser um dos principais focos de disputa entre os dois sistemas médicos, em que a medicina institucional tentará bloquear as ações homeopáticas, e a homeopatia tentará furar o bloqueio que lhe é imposto, inclusive através do desobedecimento das normas oficiais. Isto é, face ao poder estatal concentrado pela Saúde Pública já nesta conjuntura, significará desobediência civil...

No entanto, a situação sanitária é crítica, os meios de combate às epidemias são poucos e em processo experimental. Um exemplo dessa situação é o caso da epidemia de peste bubônica, que desde 1900 chegara ao Brasil.

A esse respeito o Jornal do Brasil de vinte e um de outubro de 1903 publica uma notícia, na qual a Diretoria Geral da Saúde Pública envia à classe médica e o povo em geral o informe de que a medicina não tem meios de apagar a peste bubônica, senão através de soro anti-pestoso, fabricado em um Instituto do governo (o Instituto Oswaldo Cruz), e fornecido apenas pela Diretoria Geral de Saúde Pública, fornecimento gratuito a quem o solicitasse. Isto configura a prática de um único tratamento oficialmente admitido, embora precário.

O Dr. Saturnino Meirelles aproveita essa oportunidade e abre fogo contra a medicina adversária. Afirmando que ela não tem mesmo tais recursos, mas que a homeopatia os possui, bastando citar, para comprová-lo, os resultados obtidos pelos homeopatas de vários lugares, entre os quais Calcutá, conclui:

“Compreende-se à vista do exposto, a dor que deve causar a nós, homeopatas, a obrigação de nos sujeitarmos ao despotismo da lei, que manda sacrificar nossos doentes a uma medicina que, com justa autoridade afiança a Diretoria geral de saúde Pública que dispõe de um único meio de deletar a moléstia, e que portanto, quando esse falhar, o que acontecerá na maioria dos casos, serão os infelizes doentes condenados a uma morte inevitável, tendo a possibilidade de se salvarem, em muitos casos, com o emprego dos nossos remédios homeopáticos.” (Saturnino Meirelles, apud GALHARDO, 1928, p. 788)

Dois meses depois, isto é, em dezembro de 1903, quando era discutida na Câmara dos Deputados a reforma da higiene, o I.H.B., por proposta do Dr. Alfredo Maggioli, resolveu enviar ao deputado Dr. Barbosa Lima um ofício de congratulações por sua atitude na discussão daquele projeto, o projeto Mello Mattos, como era denominado. Ao fim do ofício, pode-se ver o sentido dessas congratulações:

“Interpretando ainda os sentimentos do Instituto, nutrimos a esperança de ver rejeitado pelo Congresso o atentado à Constituição da República, com a criação do tribunal de Higiene, superior a todos os tribunais da República, inclusive o Supremo Tribunal, que perde por esse fato o seu único título, o que não podemos deixar

de lamentar, não despertasse da parte deste Tribunal um solene protesto contra a ofensa às suas altas prerrogativas constitucionais.” (é o mesmo Saturnino Meirelles apud GALHARDO, 1928).

A medicina oficial buscava assim, através da reforma da Saúde Pública e da criação do Tribunal de Higiene, ampliar e legalizar novas modalidades de intervenção no social. Direta ou indiretamente, estas medidas serviam para obstaculizar cada passo dado pela medicina homeopática, que resistia. Essa batalha tem como arena a Câmara dos Deputados. É necessário observar que o higienismo estava ainda em voga como ideologia médica, sobretudo na Academia Nacional de Medicina (LUZ, 1982), mas que sofria sérias restrições em sua atuação, restrições que transcendiam os homeopatas, envolvendo setores mais amplos do aspecto social, atingindo organizações civis, como sindicatos e associações de caráter corporativo, intelectual ou filosófico, como militares, artistas, jornalistas, positivistas etc. Sempre que puderam, portanto, os homeopatas engrossaram o coro dos descontentes com a Higiene Pública (LUZ, 1982).

Em 1904 surge o novo regulamento da Saúde Pública, por iniciativa de Oswaldo Cruz, seu Diretor Geral, determinando a universalidade da vacinação. A vacinação obrigatória vai trazer sobre si a reação de grandes camadas da população do Distrito Federal, num movimento que vai desaguar na célebre revolta da vacina (CARVALHO, 1990) (Rosário, 1986). E os homeopatas colocaram água nesse moinho. Na sessão de vinte e oito de julho de 1904 o Dr. Dias da Cruz, com o referendo do I.H.B., lavra seu protesto contra o este novo regulamento.

“Como há regulamentos tirânicos, há também leis tirânicas; e, nem porque elas ainda se acham em elaboração, merecem menos os protestos prévios dos que se não conformam com a tirania. (...), pois está na consciência pública que as leis se fazem ao alvedrio dos Governos.” (Dias da Cruz, apud GALHARDO, op. cit., p. 769)

Dias da Cruz conclui dizendo que, apesar de ter sempre se manifestado mais confiante na linfa previamente humanizada,

“(…) não pode suportar é que a sociedade se invista do direito de constranger qualquer pessoa a inocular no organismo uma linfa que lhe repugna. Se hoje ela pretende a obrigatoriedade de uma só, amanhã ousará tatuar os braços com os múltiplos soros fabricados pelos respeitáveis industriais dos laboratórios bacteriológicos.” (DIAS DA CRUZ apud GALHARDO, 1928, P.769)

Diante da epidemia de varíola que grassava no Rio de Janeiro, os homeopatas não ficaram apenas fazendo grita. Buscaram espaços que lhes permitissem intervir medicamente. O Dr. Domingos Marques apresentou, ainda em 1904, ao Ministro da justiça, um pedido de criação de uma enfermaria para o atendimento gratuito aos doentes com varíola. O ministro despachou com os argumentos do Diretor Geral da Saúde Pública, o Dr. Oswaldo Cruz; “não há lugar a deferimento, por não reconhecer a medicina oficial o tratamento de que se trata” (apud GALHARDO, 1928, p. 796).

O não reconhecimento da medicina homeopática pelos sanitaristas, então detentores do poder público, significava o não reconhecimento de sua existência como medicina. Entende-se o porquê da estratégica luta secular

empreendida pelos homeopatas em busca da legitimação de seu saber diante do estado.

O assunto foi discutido na sessão do Instituto Hahnemanniano de dia vinte e nove de setembro de 1904. Após a discussão, decidiu-se que o I.H.B. deveria dirigir-se ao Governo reivindicando a criação de tal enfermagem e, em proposta do Dr. Licínio Cardoso,

“(...) o Instituto deveria manifestar-se a respeito das palavras do Dr. Oswaldo Cruz, provando ao Governo que o Sr. Diretor Geral da Saúde Pública não está com a lei, quando procura negar a evidência dos factos e, depois de censurar o procedimento do Sr. Dr. Oswaldo Cruz, apresentou a conveniência de se nomear uma comissão para o Instituto.” (GALHARDO, 1928).

Essa discussão teve como voto discordante o Dr. Murinho, que se posicionou contra a solicitação votada pelo I.H.B., por razões facilmente explicáveis. Não desejava por certo, o ilustre homeopata, incompatibilizar-se com seus colegas de Ministério e com o Presidente da República. De qualquer modo, de nada adiantaram todos os procedimentos realizados pelo I.H.B., já que o governo não alterou em nada sua posição, impedindo o acesso dos homeopatas às instituições de saúde pública.

Mas a política sanitária não ficou apenas nisso. As intimidações e as prisões, dirigidas aos homeopatas nessa conjuntura, não tardaram a se anunciar. Na sessão do Instituto do dia dois de fevereiro de 1905, com efeito, o Dr. Alfredo Maggioli trouxe ao conhecimento do I.H.B.

“(...) a violência de que foi vítima nosso consócio,

o Sr. farmacêutico Oswaldo Cruz de Menezes, que arbitrariamente foi mandado recolher à detenção por quatro dias, pelo Diretor Geral da Saúde Pública, Oswaldo Cruz. A autoridade sanitária motivou a prisão aludida na falta, por parte do nosso confrade, da remessa diária da zona em que se acha estabelecimento do nosso consórcio, tem por fim, com a sua conduta, não cumprir a lei, mas perseguir o homeopata e inaugurar, portanto, uma perseguição contra a homeopatia. Sendo assim, julga (...) que esta questão deve ser tomada na maior consideração pelo I.H.B., para que outros casos de arbitrariedades do delegado sanitário.” (GALHARDO, 1928, p. 798)

Apesar dos vários problemas que tiveram em seu enfrentamento com o Dr. Oswaldo Cruz, os homeopatas, ao contrário do que faziam seus oponentes, não deixaram de reconhecer a importância do trabalho de saneamento realizado por ele. Analisando o incidente acima e outros ainda, Galhardo, por exemplo, assinala que:

“(...) esta arbitrariedade é fruto da violência com que Dr. Oswaldo Cruz dirigiu a Saúde Pública. mas o resultado benéfico que trouxe à capital do Brasil a Saúde Pública, quando se achou sob a direção do notável higienista, não convém ser esquecido. Praticou violência, não resta dúvida; mas saneou a capital federal, ninguém contesta. Recompensou o mal pelo bem que fez.” (GALHARDO, 1928).

O Instituto Hahnemanniano e a Academia Nacional de Medicina

Nessa mesma época abre-se uma polêmica entre o professor Fernando Magalhães, orador oficial da Academia Nacional de Medicina, e o Dr. Nilo Cairo, redator dos Anais de Medicina Homeopática. O Prof. Magalhães, em um discurso que pronunciou na recessão do Dr. Duque-Estrada na Academia, manifestou-se sobre a medicina oficial de um modo derrotista, “mostrando a inutilidade e até a nocividade de toda ela” (GALHARDO, 1928, p. 800)

O Dr. Nilo Cairo dirigiu, a propósito desse discurso, uma carta aberta ao Prof. Magalhães nos anais de fevereiro de 1905. Dizia ele:

“Sim, meu ilustrado colega: pregastes do alto de vossa tribuna sagrada do orador oficial da Academia Nacional de Medicina, a Inutilidade e o perigo dos processos terapêuticos (para não falarmos do resto), na crença dos quais reside a condição essencial, para fazer parte dessa corporação médica, conforme dispõem os estatutos e as vossas justíssimas acusações, talvez escutadas entre cétricos sorrisos, não foram repelidas pela douda assembleia de alopatas que vos via, o que significa bem que, se ela não comunga inteiramente com as vossas ideias, não está longe, de pensar convosco.” (GALHARDO, 1928).

A réplica do Dr. Magalhães não fez se fez esperar. Em sessão ordinária da Academia, o alopata respondeu ao Dr. Nilo Cairo, resposta que foi depois publicada na Revista de Medicina de dez de maio. O Dr. Nilo Cairo concedeu-lhe

tréplica, que publicou nos anais. Nela o homeopata reproduz, *ipsis verbis*, o que segundo ele havia sido confessado pelo oponente em sua comunicação à Academia:

“1º Que é com pessimismo que recebe o Sr. Dr. Duque Estrada.

2º Que lhe parece que é verdade mesmo ter mutilado o ideal e a medicina do Sr. Dr. Duque Estrada (e que se julga mais bem aventurado na ignorância que conforta do que na onisciência que desnorteia).

3º Que esse monumento mutilado (a Medicina Oficial) é um montão de destroços, escombros e ruínas.” (GALHARDO, 1928).

A essa polêmica se seguiu outra. Ela foi deflagrada pela notícia da criação de um prêmio de 10 milhões de francos a quem descobrisse um remédio preventivo e curativo da tuberculose e do cancro (câncer). Esse prêmio foi criado através de um projeto do deputado federal Medeiros e Albuquerque, em 1905. Orientado pela doutrina homeopática, o Dr. Nilo Cairo, em sessão do I.H.B. de treze de julho de 1905, “expôs um protesto contra o pretendido prêmio, argumentando com os fatos, diariamente comprovados, que mostram à luz meridiana a impossibilidade de obter (remédios) específicos e o insucesso dos admitidos como tais” (GALHARDO, *ibidem*, p. 803).

Enquanto o I.H.B., baseado na doutrina hahnemanniana, usava de todas as suas forças para protestar contra o referido projeto, “a Academia Nacional de Medicina rendia encômios ao autor do mesmo, apoiando com júbilo a ideia que concretizava”, bastante de acordo com sua doutrina médica (GALHARDO, 1928).

O retorno do Reprimido: a Luta pelo Ensino da Homeopatia no Início do Século XX

No elenco de estratégias que os homeopatas lançaram mão desde o período da implantação (1840-1859), buscando legitimar e afirmar sua medicina, a conquista de uma escola médico acadêmica tinha, como afirmei várias vezes, foro de centralidade. Sabedores de Medicina longe do alcance homeopático. Cabia aos homeopatas, neste sentido, uma luta árdua e desigual pela realização desta conquista.

Com a análise do período anterior, presenciou-se o desenrolar de uma das várias tentativas de implantação do ensino homeopático, bem como a resposta da academia médica. O fracasso dessa tentativa causou verdadeiro corte no movimento de expansão que a homeopatia organizada experimentava, levando à paralisação do I.H.B. Com a rearticulação do Instituto em 1900 e a retomada da luta da homeopatia pela sua legitimação e afirmação, retornou o desejo de tornar efetivo aquilo que, apesar de sua grande importância, sempre fora interdito aos homeopatas.

No início deste capítulo viu-se que uma das primeiras atividades do I.H.B., neste reinício de trabalhos, foi tentar implantar, aproveitando uma reforma no ensino médico-farmacêutico, as cadeiras de ensino homeopático na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Reiniciava-se a luta do ponto onde esta havia parado. A resposta negativa indicava que seria necessário aguardar uma conjuntura mais propícia para implantação e efetivação do ensino da medicina homeopática. Essa conjuntura chegaria com o início dos anos dez.

Em 5 de abril de 1911 publica-se o decreto nº 8659, que se constituía em nova Lei Orgânica do ensino superior e do fundamental da República, que ficou conhecida como Lei Rivadávia Corrêa. Logo após a publicação do decreto, o Dr. Domingos Marques, membro do I.H.B., juntamente com outros senhores não membros do Instituto, resolveram fundar uma Faculdade de Medicina Homeopática, aproveitando o caráter liberal da nova lei, que beneficiava a liberdade de ensino, no grosso dos membros do I.H.B., entretanto, não apoiou essa iniciativa. Esses membros admitiriam a fundação de uma faculdade nestes moldes somente na medida em que se pudesse acompanhar, analisar previamente sob que modelo se fundaria, e que se pudesse acompanhar o processo de sua execução, para só então se pronunciar sobre sua capacidade técnica como estabelecimento de ensino, capaz de formar profissionais com “preparo científico pelo menos igual ao dos alunos da Faculdade Alopática”.

Com o curso em andamento, constatada sua deficiência, os membros do I.H.B. estabeleceram como condição de seu apoio à Faculdade de remodelação de seu programa de ensino, o que foi permitido pelo Diretor. Para tanto, ele inclui membros do I.H.B. como membros do corpo docente, para que estes pudessem influir nas deliberações de sua congregação. Isto acertado, “os fundadores da Faculdade de Medicina Homeopática e o I.H.B., em sua maioria, defenderam o mesmo ideal: desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa Faculdade” (GALHARDO, 1928, p. 825-835).

Mas essa união teria um final feliz. Para escapar às críticas que recaíram sobre o curso médico, os novos membros

do corpo docente atuaram junto á congregação, levando-a a promover uma reforma nos estatutos. Intensificaram ainda mais o tratamento de choque, ao substituir um dos fundadores pelo Dr. Dias da Cruz nos cargos de 1º secretário e tesoureiro. O Sr. Antonio Guilherme Cordeiro, o referido fundador, “não aceitando esta modificação promoveu uma ação judiciária contra a faculdade.”

Tentando evitar um desfecho ainda mais traumático, acertou-se fundar uma nova faculdade, entregando a já existente ao Sr. Antonio Cordeiro. Devia-se apenas esperar o fim do ano letivo e transferir os alunos para a nova instituição, a ser criada. “Este ato matou esta faculdade, que teve a virtude de ser o gérmen da criação da faculdade Hahnemanniana” (GALHARDO, 1928, p. 837).

Na sessão do IHB do dia vinte e oito de novembro de 1912, o Dr. Licínio Cardoso apresentou uma proposta de criação da nova faculdade hahnemanniana, que foi prontamente aceita. Ao longo do trabalho, a distinção entre o curso de hahnemanniana e o daquela que lhe deu origem ficava patente.

“Os cursos eram constituídos das imprescindíveis disciplinas que habilitam um profissional no exercício da arte de curar. Neles se poderiam encontrar o supérfluo, jamais, porém, a deficiência, quer de disciplinas quer da orientação que lhes foram impostas.” (GALHARDO, 1928).

Preocupados com o avanço da Faculdade Hahnemanniana distante do respaldo da lei, os alopatas começaram a atacar o funcionamento da nova faculdade, utilizando o boato como arma principal:

“Os inimigos da homeopatia declararam que o estudo de anatomia era feito em cadáveres de papelão. Tornou-se necessário, então, dar publicidade à concessão de estudo de anatomia feita à faculdade pela administração da Santa Casa (...) mas outras intrigas e calúnias posteriormente foram criadas, quer por inimigo oculto, quer por membros do poder público. Porém, todas foram destruídas.” (ibidem).

Apesar das investidas médicas, a Faculdade Hahnemanniana avançava em seus trabalhos, recebendo um número crescente de alunos. Seu curso sofreu alterações em 1917 para se adaptar á orientação seguida pela organização de ensino médico no Brasil, mantido pelo Governo Federal, que acabava de ser reorganizado, extinguindo a lei orgânica de 1911. O resultado desta reorganização foi o desaparecimento da liberdade de ensino, fazendo com que os estabelecimentos de ensino superior perdessem a autonomia econômica e didática, conseguidas com advento da Lei Rivadávia Corrêa. Como a lei não tem caráter retroativo, os estabelecimentos fundados na vigência da antiga lei poderiam continuar no gozo de seus direitos.

“Porém não foi fácil o reconhecimento deste direito à Faculdade (homeopática) e seu Diretor, Dr. Linício Cardoso, lutou muito para fazer reconhecer este direito, que os poderes públicos chegaram a negar, não admitindo o registro na Diretoria Geral de Saúde Pública dos diplomas dos farmacêuticos e dentistas que iniciaram os respectivos cursos da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República (Lei Rivadávia Corrêa). Direito, porém, que depois de persistente trabalho do Dr. Licínio Cardoso foi

reconhecido e proclamado.” (GALHARDO, 1928, p. 840)

Deve ser ressaltado que muitos dos avanços da homeopatia neste período deveram-se à luta parlamentar, levada por deputados que encampavam a defesa da homeopatia. De certa forma, a mudança da ordem política para o matiz republicano possibilitou a abertura desse flanco de luta, que foi bem aproveitado pelos homeopatas, trazendo frutos importantes para a homeopatia.

Um exemplo disso foi a luta pela criação do hospital homeopático, que ocorria concomitantemente com luta pela manutenção da Faculdade Hahnemanniana. Com o espaço da reprodução do saber já conquistado, partia-se para a busca de um espaço institucional de prática médica que suplantasse o simples consultório, os ambulatórios ou as enfermarias já cedidas ou concedidas, e que estivesse organicamente ligado à faculdade homeopática.

No intuito de fundar um hospital para tratamento de indigentes, o presidente do I.H.B., Dr. Linício Cardoso, enviou ao poder legislativo, em 20 de setembro de 1914, um requerimento solicitando a cessão de um terreno que se destinasse àquele escopo:

“Esse requerimento foi entregue pelas mãos do Deputado Félix Pacheco, que redigiu um projeto. dessa forma surgiu (...) a emenda 124, sob a inspiração e defesa do deputado Félix Pacheco. Depois de percorrer os trâmites regimentais nas duas casas do Congresso, foi convertido no artigo 20 da Lei nº 2924 de 5 de janeiro de 1915, publicado no Diário Oficial do dia imediato. De acordo com esse artigo,

o Governo ficou autorizado a conceder ao Instituto Hahnemanniano do Brasil o terreno para este fundar um Hospital para tratamento de indigentes. Sancionada a Lei nº 2994 de cinco de janeiro de 1915, o Sr. Presidente da República baixou o Decreto nº 11.473 de três de fevereiro de 1915, concedendo o terreno para a construção do Hospital Homeopático.” (GALHARDO, 1928, p. 852)

O Hospital Hahnemanniano foi inaugurado no dia onze de maio de 1916, tendo sido sua direção entregue ao Dr. S. Theodoro Gomes, desde sua fundação até os anos trinta:

“O Hospital (...) prestou assistência a mais de 600.000 indigentes no dispensário e internou mais de 7.000 que necessitavam de hospitalização.” (GALHARDO, 1928, p. 856)

O projeto do hospital havia sido lançado pelo Dr. Saturnino Meirelles, e depois reafirmado pelo Dr. Murтинho, em sua posse como presidente do I.H.B., em 1904. Este, devido ao seu falecimento, não pôde ver a realização de sua proposta.

Assim como a faculdade Hahnemanniana, o Hospital sofreu as mais variadas acusações da parte dos professores da Faculdade de Medicina, tendo que submeter-se a várias inspeções, que nada provaram. Apesar disto o hospital prosseguiu em suas atividades, tendo mesmo as expandido.

Outro exemplo da luta travada nos bastidores do campo parlamentar foi a luta pelo reconhecimento do I.H.B. como “órgão de utilidade pública”. Essa luta se iniciou com a eleição, em 1912, do Dr. Linício Cardoso para cargo de presidente do I.H.B. Sua preocupação inicial, ao assumir a

presidência do órgão, foi buscar a oficialização governamental da homeopatia, pois havia constatado o que já era opinião comum no meio homeopático, que sem amparo oficial do poder executivo não seria passível impulsionar eficazmente a propaganda homeopática e, indiretamente, a própria homeopatia.

No dia 5 de novembro de 1912 o deputado federal pelo estado de Sergipe, Coronel Dr. José Maria Moreira Guimarães, apresentou à Câmara dos Deputados o projeto nº 448, no qual se reconhecia o I.H.B. como “autoridade superior, investida de responsabilidade moral e competência científica, e dá outras providências.”

O referido projeto, segundo Galhardo,

“(…) sofreu uma guerra de extermínio. ele foi mutilado pelos inimigos da homeopatia e sua aprovação foi retardada por alguns anos.⁸³ Os que o defenderam, como o deputado Gumercindo Ribas, foram alvo de crítica pela imprensa. esse projeto foi enclausurado em várias das muitas comissões que o deviam estudar (...) Como era de se esperar, os inimigos da homeopatia lançaram-se contra os homeopatas e suas instituições.”(GALHARDO, 1928, p. 820)

Em 1918 essa situação se alterou, na medida em que o Dr. Linício Cardoso recorreu ao deputado Félix Pacheco, pleiteando um novo projeto, tendo em vista o silêncio da comissão sobre o projeto anterior:

“Em 25 de setembro de 1918 o Presidente sancionou uma lei que teve o poder de oficializar

83 Esta aprovação só teria em 1918. Para leitura do projeto in totum veja-se o Homeopata Moderno, Ano 1, nº 3 julho de 1920, p. 35 e ss.

a Homeopatia. Segundo essa lei, o Instituto foi reconhecido como associação de utilidade pública. Além dos médicos formados pelas escolas oficiais ou equiparadas, a clínica homeopática seria exercida por profissionais habilitados pelo Instituto Hahnemanniano. Nenhuma farmácia homeopática poderia funcionar sem a direção técnica de farmacêutico habilitado pelo Instituto Hahnemanniano, que ficaria sujeito ao regime estatuído pela reforma do ensino vigente.”⁸⁴ (GALHARDO, 1928, p. 906)

Esta lei ainda esperaria um bom tempo para ser regulamentada, porém,

“O Instituto estava legalmente autorizado a habilitar médicos e farmacêuticos homeopáticos. A Homeopatia estava, dessa forma, oficialmente reconhecida.” (GALHARDO, 1928, pg 906.)

Nesse processo podem-se acompanhar os avanços e retrocessos experimentados pela homeopatia na estratégia de utilizar o parlamento em busca de oficialização. Contudo, os médicos, sempre que puderam, e isso foi constante na história, tentaram obstaculizar-nos mais diversos campos esse reconhecimento, mesmo que para isso fosse necessário, às vezes, desrespeitar leis existentes, ou pelo menos reinterpretá-las segundo seus interesses. Isto forçava os homeopatas a redobram seu trabalho, como se no caso da validação dos diplomas da Faculdade Hahnemanniana, que destaco e analisarei a seguir.

Desde sua fundação a Faculdade Hahnemanniana

84 Ao relatar esse reconhecimento, Galhardo faz a única referência de aliança explícita entre homeopatas e parlamentares: “O Dr. Linício Cardoso recorreu ao Deputado Félix Pacheco, seu amigo”.

precisou enfrentar as mais diversas estratégias utilizadas pela medicina oficial no intuito de desestabilizar suas atividades. Essas estratégias atuavam em diversas esferas e tinham alcance também diferenciado, causando maiores ou menores danos de acordo com a prontidão e a força com que eram respondidas. O caso da validação dos diplomas é um exemplo disso.

Interpretando a lei de acordo com sua versão, os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro começaram a perseguir os formados pela faculdade Hahnemanniana que tentavam exercer a profissão de médicos. Argumentavam que seus diplomas validavam o exercício da homeopatia e não da medicina. Um homeopata era homeopata e não médico. Vale dizer que já se vinha travando uma grande luta pela validação dos diplomas da Faculdade Hahnemanniana. Com a conquista deste reconhecimento, através do I.H.B. que foi considerado como órgão de utilidade pública, os médicos mudaram o centro da questão para o exercício do diplomado. Homeopatia, até pode ser; medicina, não.

Assim, com grande astúcia, os médicos acadêmicos esvaziavam o espaço de produção e reprodução do saber conquistado pelos homeopatas junto ao poder executivo, através do parlamento. Só as faculdades de Medicina oficiais poderiam formar e diplomar médicos. Tentando reverter esta situação, o I.H.B. começou a empreender uma batalha nos meandros burocráticos da Educação nacional. Os alopatas prosseguiram, por seu lado, no avanço contra a homeopatia e conseguiram, via órgão do Governo, a criação do ensino de cadeiras de medicina alopática na própria Faculdade

Hahnemanniana. Os homeopatas, por sua vez, jogaram todo o peso de sua atuação na luta pela equiparação de sua faculdade às oficiais, o que, na sua opinião, significaria um xeque mate nos ataques da medicina oficial. Galhardo descreve essa luta, fazendo um pequeno retrospecto:

“Revogada a lei Rivadávia, que permitia a criação de institutos superiores de ensino, a Faculdade Hahnemanniana não desapareceu como muitas outras. Ela continuou a trabalhar e a se esforçar para se nivelar às Faculdades Oficiais congêneres (...). Graças à sua idoneidade, obteve por doação, o próprio (...) [terreno] onde criou o seu Hospital e estabeleceu a sua sede. Mais tarde, conseguiu do Congresso Nacional a sua oficialização, isto é, o direito de registro na Saúde Pública, dos diplomas por ela expedidos aos seus alunos. Apesar dessa conquista, não era permitido aos médicos por ela formados clinicarem alopaticamente, nem concorrerem aos cargos públicos. Em virtude dessa proibição, eles se achavam em uma situação constrangedora, e viam cerceados os seus direitos. A Faculdade Hahnemanniana, diante dessa situação, viu-se obrigada a patrocinar a causa desses moços, pleiteando a sua equiparação, que foi concedida pelo Conselho Superior de Ensino.” (GALHARDO, 1928., p. 943)

Mas a conquista da equiparação não foi a última palavra, pois

“O Presidente do Conselho Superior do Ensino, desprezando esclarecimentos e documentos, lançando mão de informações tendenciosas, ofereceu ao Ministro da Justiça informações menos justas, aconselhando ao governo que

não equiparasse a Faculdade Hahnemanniana, apesar de ter sido esta concedida pela maioria do Conselho Superior do Ensino.”⁸⁵

No dia 8/12/1921 foi publicado no Diário Oficial um aviso do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dirigido ao Sr. Presidente do Conselho Superior de Ensino. Esse aviso continha a declaração de que seria concedida a equiparação solicitada pela Faculdade Hahnemanniana, alegando que o governo não poderia negá-la por decisão posterior, “pois, ao agir dessa forma, contrariava o espírito e a letra da lei” (GALHARDO, idem, p. 946).

Mesmo equiparada, a Faculdade Hahnemanniana via, a cada sessão do Conselho Superior de Medicina, pairar sobre sua cabeça a ameaça da desequiparação. Ameaça que, estrategicamente, aumentava nos períodos de matrícula. Ao longo dos nove anos que sucederam à equiparação, as ameaças foram frequentes. Em 1924, por exemplo, os alopatas conseguiram que o Ministro da Justiça constituísse uma comissão de professores das Escolas Oficiais para proceder a um inquérito nos institutos oficiais de ensino e equiparados. Da Faculdade Hahnemanniana, a comissão concluiu que era “idônea moralmente”. O presidente da referida comissão, no entanto, que era também presidente do Conselho Superior de Ensino, tudo fez para achar irregularidades. A Comissão retornou algumas vezes à Faculdade sem nada constatar.

O Hospital Hahnemanniano também foi objeto de inquéritos e inspeções deste tipo, que tinham como escopo último a detecção de problemas ou a produção dos mesmos. Problemas que, ainda que de pequeno porte, poderiam ser

85 A essa época o Dr. Cardoso fazia parte do Conselho.

utilizados em campanhas de contrapropaganda. Apesar da insistência, os médicos pouco conseguiram, devido ao grau de regularidade no funcionamento desta instituição que, se apresentava problemas, eram problemas comuns a todo o complexo hospitalar da época. Estas questões ficam claras se se observa um relatório da Assistência Hospitalar do Brasil, órgão responsável pela coordenação, vistoria e fiscalização do sistema de hospitais existentes. Este documento foi produzido após uma inspeção para avaliação do desempenho do Hospital Hahnemanniano, cujo resultado seria definitivo em termos do repasse ou não de subvenções oferecidas pelo governo aos hospitais.

Devido à sua importância, o laudo do inspetor técnico foi transcrito na íntegra nos Anais de Medicina Homeopática, servindo imediatamente de elemento de propaganda. Nele pode-se ler um relato do funcionamento do Hospital Hahnemanniano já na chegada dos anos 30. Seu conteúdo concluía da maneira seguinte:

“Por medida de inteira justiça, esta Inspetoria deve ressaltar que o Hospital Hahnemanniano é dos que maiores serviços prestam à assistência, satisfazendo prontamente a qualquer solicitação que se lhe faça, no tocante à distribuição de leitos e internamento de indigentes.”

“Com referência à subvenção de 36:000\$000, de que trata o ofício nº716, tenho a declarar a V.Exa. que, durante o 1º semestre do corrente ano, foram recolhidos as diversas enfermarias um total de 684, indigentes, sendo:

Mulheres: 319

Homens: 188

Crianças de ambos os sexos: 177

TOTAL: 684

Temos assim que cada doente custou ao Governo, nesta subvenção durante o semestre apreciado cerca de 53\$000, o que vem de sobra justificar o emprego dessa importância 110 custeio parcial do leito ocupado. “Portanto, no que diz respeito à parte técnica, esta inspetoria opina pela entrega da subvenção.”⁸⁶

Mesmo com reiteradas tentativas para minar as atividades do Hospital e da Faculdade Hahnemanniana, ambas as instituições prosseguiram incrementando suas atividades, pelo menos até o final da década de 20.

A qualidade do trabalho realizado no hospital e a luta dos homeopatas em sua defesa garantiram a permanência deste espaço tão almejado. Sem sombra de dúvida, a atuação, tanto na Faculdade Hahnemanniana como no hospital, contribuiu para o avanço da homeopatia no Brasil durante o chamado período áureo. Primeiro, por possibilitar, de forma legal e legítima, a reprodução do conhecimento defendido pelos homeopatas e a correlata formação de seus profissionais. Segundo, na própria ação destas instituições, precipuamente o Hospital, atuando na atenção médica à população necessitada, expandindo assim a clientela da homeopatia com a chancela do Estado.

É neste sentido que se pode afirmar que em nenhum outro período até então, a homeopatia conheceu

⁸⁶ Ver Annaes de Medicina Homeopática, Ano XXIX, nº VI, nov/dez. 1927, p. 462 e ss.

legitimação institucional e social como nesse Período Áureo. Vale ressaltar, contudo, que no seu avanço sobre o social, a homeopatia contou com o apoio decisivo de setores que não estavam no campo acadêmico. Este apoio possibilitou intervenções diferenciadas dos homeopatas que, devido a visões conflituosas existentes no próprio, seio do seu movimento, foram geralmente conduzidas de forma tensionada, ocasionando muitas vezes lutas entre indivíduos, grupos ou correntes internas, com prejuízos para a própria homeopatia.

A Expansão Diferenciada no Social

A retomada das atividades do I.H.B. no início deste século marcou, como tentei evidenciar, o reinício da luta em busca da legalização da homeopatia perante o Estado e sua legitimidade na sociedade civil, pelo setor mais organizado dos homeopatas.

O papel desempenhado pelo I.H.B. na conquista dos espaços institucionais, seja de intervenção prática (terapêutica), seja de produção e reprodução do saber, é inquestionável nesse período. Também o é no que diz respeito ao aumento da clientela e sua manutenção.

Neste sentido, as táticas utilizadas pelos homeopatas articulados no I.H.B. variaram de acordo com as condições sociais existentes, ao longo do período que vai de 1900 a 1930. Na verdade, a batalha homeopática inseriu-se inclusive nas lutas conjunturais mais amplas, concernindo à ordem política republicana, como no caso da vacinação obrigatória.

Um fato conjuntural tem, neste particular, destacada relevância. Trata-se da mudança da ordem política que instituiu a República em 1889. Os efeitos desta mudança sobre a luta dos homeopatas dar-se-iam da seguinte forma: até a década de 10 esses efeitos eram pouco sentidos, e neste sentido o próprio Galhardo observa que:

“(...) no período de 1889 a 1911, embora tivesse sido produtiva em algumas fases, (a homeopatia) não colheu nenhum proveito na transformação política brasileira que destruiu a monarquia e implantou a República Federativa” (GALHARDO, 1928, p. 815).

A partir de 1911, entretanto, esses proveitos serão bastante perceptíveis. Galhardo, apressado em seu comentário, não considerou que uma nova ordem política, por mais que se estabeleça “da noite para o dia”, o que por si só já é um mito histórico, teve pelo menos um período de gestação e um período de implantação mais ou menos longo. Se até 1911 a Homeopatia não sentiu mudanças quanto ao tratamento oficial a ela dispensado, depois passou a sentir os novos ares da República. Mesmo que simples lufadas de liberalismo, serviram em muito à luta homeopática, que delas soube se aproveitar.

O fato da criação, e, sobretudo, da manutenção, da Escola e do Hospital Hahnemanniano, corroboram a afirmação acima. A abertura do espaço legal, através de uma legislação mais flexível, e a posição favorável de alguns parlamentares, com projetos de apoio à homeopatia, tornaram realidade um antigo e fundamental objetivo das hostes homeopáticas, jamais alcançadas em períodos monarquistas.

Só a nova ordem permitiu avanços homeopáticos no sentido deste saber médico dispor, através de legislação, de um campo de concorrência, um campo onde se pode perder, é verdade, mas também onde se pode ganhar. Vale dizer que de fora do espaço legal, na sociedade civil, os homeopatas articulavam a pressão política, em termos de opinião pública, para garantir avanços e manutenção de suas conquistas. Deve ser destacado, neste particular, o importante trabalho de disseminação e propaganda da homeopatia entre as elites nacionais e formadoras de opinião, realizado por Joaquim Murtinho, como bem assinalou Galhardo, para quem o médico ministro era justamente reputado como maior clínico homeopata brasileiro, aquele que introduziu a homeopatia nas classes sociais mais elevadas, apoiado pela dupla função de Ministro de Estado e de senador que exerceu várias vezes.

Mas a difusão e a propaganda da homeopatia não se limitaram às classes mais elevadas. Pelo contrário, atingiram o corpo social como um todo, principalmente aquela parcela da população carente de tudo. Este espectro social era justamente o que era tocado pela intervenção direta da prática caritativa nos consultórios, dispensários, enfermarias, farmácias e hospitais homeopáticos. Enquanto, em termos de propaganda, a notícia de curas nas classes altas trabalhava a qualidade, isto é, a personalidade pública alvo da cura, a população mais humilde era aquela que servia como argumento de quantidade, preenchendo as estatísticas apresentadas pelos homeopatas, na estratégia de demonstrar a eficiência de sua intervenção e sua eficácia terapêutica.

Neste período, a expansão da clientela e dos locais públicos de intervenção clínica, os mencionados consultórios,

enfermarias, dispensários e farmácias, fizeram com que a homeopatia começasse a se implantar institucionalmente em nível nacional, seguindo-se a criação de instituições homeopáticas por todo o Brasil e o crescimento da atuação de homeopatas em estados como o Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Maranhão e Bahia. A região sudeste, sobretudo, experimentou grande expansão, com os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul liderando o processo.

A sensível disseminação do tratamento homeopático não seguiu apenas as orientações estabelecidas pelo I.H.B. e pelo conjunto de médicos por ele formados. Muito concorreram para isto também os espíritas, que em seus centros receitavam remédios homeopáticos. Em seu balanço sobre o desempenho da homeopatia no final da década de 20, realizado em 1930, Galhardo avalia que:

“A Homeopatia está muito divulgada no Brasil e para isto muito tem concorrido o espiritismo com seus médiuns receitistas. Há pessoas que se tratam pela homeopatia, exclusivamente, e jamais tomaram outra medicação; há ecléticos que nas enfermidades benignas se tratam pela homeopatia, mas nas enfermidades graves procuram os médicos alopáticos; há outras, enfim, que só atribuem valor curativo à homeopatia quando prescrita por um médium espírita. Há um extraordinário número de centros espíritas onde diariamente os tais médiuns atendem aos doentes que os procuram. Não exagerarei afirmando que somente na capital do Brasil há mais de 200 destes centros, que diariamente atendem a milhares de enfermos.”⁸⁷

87 Annaes de Medicina Hommeopática, IHB, Rio de Janeiro, Ano XXIX, nº 1, jan/fev., 1930, pp. 42 e ss.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se expandia de forma racionalizada, sob o controle dos homeopatas acadêmicos articulados no I.H.B., a homeopatia se disseminava no conjunto do tecido social, distante deste controle, embora até com mais agilidade e profundidade. Esta variação na expansão vai realçar, em cores mais fortes, dentro do movimento homeopático, a discussão acerca do estatuto científico da homeopatia.

Para alguns nomes do campo homeopático, principalmente aqueles ligados ao cientificismo positivista, presentes no Instituto Hahnemanniano, incluindo-se o próprio Dr. Galhardo, a articulação, em qualquer instância, com a chamada medicina popular, era percebida e tratada como ligação perigosa. Absorvendo os eixos do debate imposto pelos alopatas, perguntavam-se como uma medicina científica, ou que se propunha a sê-lo, podia ligar-se às práticas suspeitas, de valor científico questionável. Neste sentido, o I.H.B. começava a adquirir um caráter médico corporativo, com tendência acadêmica pronunciada.⁸⁸ Enquanto órgão oficial dos homeopatas brasileiros, o I.H.B. assumiu cada vez mais o controle e o monopólio da representação dos mesmos, fazendo com que todo o desenvolvimento e posterior avanço do saber médico homeopático tivessem que passar pelo interior de sua estrutura, sendo aí referendado ou não.

Diante do avanço da homeopatia em termos de legalização e oficialização, os homeopatas cientificistas

88 Assim, é o I.H.B. quem organiza, através do Dr. Emygdio Galhardo, o Iº Congresso Brasileiro de Homeopatia, em 1926, e quem patrocina os Congressos seguintes. Esses congressos têm características marcadamente acadêmicas, incluindo estudos de experimentação medicamentosa, casos clínicos etc.

buscavam distinguir-se e distanciar-se, opondo-se a um dos seus pontos de apoio e expansão no social, isto é, a medicina popular espiritualista, a homeopatia apropriada pelos espíritas e pelas classes populares.

Na busca desta distinção e, sobretudo, deste distanciamento, é utilizada a lógica discriminatória do saber médico oficial. Algumas notícias esparsas em Boletins Homeopáticos, em que se verifica a relação estreita, em alguns setores sociais, entre a homeopatia e a medicina popular ou espírita, deixam clara esta estratégia de distanciamento, na medida em que os homeopatas vão designar as pessoas que praticam tal medicina como curandeiros, charlatães e médiuns, aos quais a homeopatia esteve de fato ligada, fato que não se podia negar, mas que não deveria perdurar. Sente-se por essas notas que a corrente cientificista da homeopatia, da qual faz parte o nosso historiador Galhardo, repassa para outras práticas terapêuticas, e até para a homeopatia popular, a carga pejorativa com que a medicina alopática a discriminava.

Se esta vertente era a mais agressiva, não detinha, entretanto, a hegemonia do movimento homeopático. No seio do movimento homeopático, mesmo que sem defesas explícitas, outro setor de médicos, mais distanciados da lógica médica acadêmica, mais ligados à terapêutica, pouco se importava se tais ligações eram perigosas e, pouco alentavam para sua importância, em termos estratégicos, da legitimação social de seu saber. O balanço realizado em 1930 pelo Dr. Galhardo, mencionado há pouco, deixa claro o papel fundamental desempenhado pelos espíritas no desenvolvimento da homeopatia na sociedade, garantindo

seu largo espectro de legitimação social. Isto não significa que estes profissionais não sofreram, da parte do Estado, um conjunto de limitações e repressões à sua prática neste período. O combate ao charlatanismo continuava e o charlatanismo espírita foi muito visado nesta conjuntura, inclusive pela repressão policial. Mas este aspecto da história social da homeopatia foge aos objetivos deste trabalho, assim como a caracterização da origem social ou a inserção de classe dos homeopatas. A preocupação central deste trabalho é, como já assinalei várias vezes, com as estratégias de legitimação político institucional da homeopatia (e as respectivas contra estratégias desenvolvidas pelos alopatas).

A Homeopatia na Chegada da Década de Trinta

O período 1900/1930 foi, em termos de história político institucional da homeopatia em nosso país, o mais rico até então vivido. Esta riqueza adveio do fato de que nele, a homeopatia não só conquistou os espaços institucionais há muito desejados ,mas também, aproveitando-se da conjuntura política republicana favorável, conseguiu legalizar suas conquistas, oficializando sua manutenção e expansão. Além disso, a homeopatia experimentou um grande crescimento no próprio tecido social em todo o país, o que lhe possibilitou o aumento de sua legitimação.

Comparado aos períodos anteriores, o Período Áureo talvez tenha sido menos rico em termos de polêmicas, propagandas, produção de fatos públicos etc. Porém, ele adquire centralidade, na medida em que, neste período, o movimento homeopático foi eficaz no sentido da

concretização de suas estratégias institucionais. É assim que se retomam as atividades do I.H.B., ocupam-se ocupam-se enfermarias, abrem-se consultórios e farmácias, cria-se uma Escola Médica e um Hospital Homeopático referendados legalmente, e expande-se, de variadas formas, a intervenção homeopática no social.

Deste modo, o saber médico homeopático consegue fechar o ciclo da conquista concomitante de três espaços fundamentais: 1) locais de produção e reprodução do saber; 2) locais de intervenção de sua prática terapêutica e; 3) expansão no corpo social, receptor da atenção médica homeopática.

Os avanços obtidos no corpo social serão repassados para os anos trinta que, ao chegarem, encontrarão a homeopatia com o seguinte quadro:

“Mais de cem farmácias e laboratórios exclusivamente homeopáticos, que aviam o receituário médico e espírita, existem no Brasil, especialmente na Capital Federal. Não há lugar no território brasileiro onde a homeopatia não possua convictos adeptos, como raríssimo é o lar onde não exista uma caixinha com medicamentos homeopáticos e um livro sobre homeopatia. Raríssima é, igualmente, a Farmácia Alopática que não apresente medicamentos homeopáticos e, Farmácias Homeopáticas e, outros preparados nas próprias Farmácias Alopáticas, mal e erradamente preparados, já se vê no Brasil, portanto, a Homeopatia tem progredido muito: é oficializada, ensinada em uma Escola equiparada às Escolas Oficiais, possui um Hospital exclusivamente Homeopático e enfermarias Homeopáticas em vários Hospitais

Alopáticos: é exercida profissionalmente por uns 200 médicos, além do considerável número de médiuns espíritas que receitam Homeopatia, e não errarei declarando que mais de sete milhões de habitantes⁸⁹ no Brasil não se utilizam de outra terapêutica.” (GALHARDO, 1930, p. 45)

⁸⁹ Um quinto da população da época.

Capítulo VI

O silêncio da homeopatia (1930-1975)

O Declínio Acadêmico da Homeopatia

Os grandes sucessos institucionais da homeopatia na década de 20 não se confirmaram nas décadas seguintes, seja no plano da produção acadêmica, seja no do ensino médico. Desde os anos trinta, uma letargia parece tomar conta do Instituto Hahnemanniano, apesar dos repetidos apelos do grupo de resistentes cientificistas, tais como Dias da Cruz, Sylvio Braga e Costa, Sabino Theodoro, o farmacêutico Souza Martins e o incansável Galhardo, várias vezes reeleito para redator-chefe dos *Anais de Medicina Homeopática* desde a década anterior.

O curso de medicina da Faculdade Hahnemanniana, equiparado às faculdades federais desde 1921, isto é, às instituições nacionais de ensino médico, não se beneficiou do contato com o currículo oficial obrigatório. Este currículo era, evidentemente, o de um curso de medicina *alopática*,

portanto em tudo diferente, e mesmo contrário à doutrina da homeopatia.

Os alunos que se inscreviam para a Faculdade Hahnemanniana prestando exame vestibular, por sua vez, não eram necessariamente futuros discípulos do sábio alemão, e, na maioria das vezes, não tinham interesse na teoria homeopática.

Entravam para a faculdade conduzida pelo I.H.B. como entrariam para qualquer outra faculdade de medicina. O curso ali ministrado era um *compósito* de cadeiras predominantemente alopáticas, com algumas cadeiras de homeopatia, que mais tarde tornar-se-iam optativas, desaparecendo gradativamente do currículo.

É de se esperar que essa faculdade não formasse um contingente razoável, ou pelo menos o contingente de homeopatas que os fundadores da escola haviam almejado. Um clima acadêmico desfavorável à medicina homeopática estabeleceu-se progressivamente, o que era sensível já na segunda metade dos anos 20. Se se leva em consideração, por exemplo, o longo e veemente depoimento de Sylvio Braga e Costa, publicado nos *Anais de Medicina Homeopática* de novembro-dezembro de 1927, tem-se uma demonstração desse clima. Em seu artigo, Sylvio Costa faz um diagnóstico bastante sombrio das “razões do pouco proveito do ensino da homeopatia” (título do trabalho) e destaca seis razões fundamentais para esse “pouco proveito”. Algumas dessas razões poderiam ser estendidas aos cursos médicos alopáticos e estariam ainda hoje atuais, mas outras são especificamente ligadas à própria organização (ou desorganização) dos homeopatas e às deficiências do currículo homeopático

enquanto tal.

Detenho-me na análise desses itens especificamente referenciáveis ao curso homeopático, pois acredito que aí se enraízam algumas das principais razões da estagnação progressiva do ensino e da própria prática acadêmica da homeopatia, que durará até os anos 70.

Entre esses itens, destaca-se a organização curricular do curso da escola hahnemanniana que decorreria, segundo o autor, de uma interpretação errônea do papel da fisiologia e da patologia neste sistema médico. Segundo ele, esse novo sistema não implica apenas em mais uma doutrina médica, isto é, mais uma *teoria médica*, mas também, e, sobretudo, em *nova metodologia médica*. Em outras palavras, para Sylvio Costa há uma nova abordagem dos fenômenos do adoecimento, com a “introdução do método experimental em medicina”. Negar essa parte metodológica é assinar a pena de morte da homeopatia. Não adianta, de acordo com Sylvio Braga e Costa, aceitar os princípios teóricos homeopáticos (lei dos semelhantes, dose mínima, remédio único, experiência em homem são) se a abordagem metodológica, que se apoia na fisiologia e na patologia homeopáticas é abandonada. Segundo o autor, “os discípulos de Hahnemann são os que aceitam o método e, *secundariamente*, (grifo meu) as doutrinas, e não os que aceitam uma das doutrinas, rejeitando ou desconhecendo a orientação metódica” (ANNAES, 1927, p.448-461).

O menosprezo à filosofia e à patologia hahnemannianas implicam no abandono dessas importantes cadeiras médicas aos alopatas. Supõe também uma concepção pouco ortodoxa da homeopatia, segundo a qual “a medicina

oficial e a de Hahnemann só diferem na terapêutica, sendo comuns a ambas as noções de fisiologia e patologia”.

Para esse autor ortodoxo, tal erro “é a máxima injúria ao nome do mestre”. Desse desprezo pela especificidade da fisiologia e patologia homeopáticas resultam a demissão do ensino das cadeiras a elas atinentes, e uma conseqüente entrega das mesmas às mãos de “professores estranhos a nossa doutrina, incapazes de incutir no espírito dos alunos a orientação científica apropriada à compreensão dos princípios terapêuticos (homeopáticos).”

A partir dessa constatação, Sylvio Costa discorre sobre o que, a seu ver, constitui o núcleo de concepção homeopática em fisiologia e patologia, de que decorrerá, necessariamente, sua intervenção terapêutica. Sublinha a visão vitalista, sintética e integral que caracteriza a abordagem fisiopatológica em homeopatia (hoje em dia adjetivável como *holística*) e mostra como, segundo ele, essa visão se opõe necessariamente ao organicismo analítico característico da medicina moderna alopática:

“Há duas direções possíveis para o estudo das funções vitais”. Ou concebemos o organismo como um todo indivisível, em que todas as partes cooperam, consentem, sofrendo cada uma dos desarranjos de qualquer outra, vivendo todas para o bem comum, concepção chamada vitalista, ou concebemos as células e os órgãos como relativamente independentes, sem uma solidariedade tão estreita, podendo as alterações locais existir sem perturbação do conjunto, o que constitui a concepção organicista, dominante na medicina oficial desde o começo do século passado (...) é impossível ser-se discípulo

sincero do fundador da homeopatia adotando a orientação organicista em fisiologia normal e patológica”. (ANNAES, 1927, p.452-453)

Considerando, em seguida, que o principal *vício* do ensino médico é essa consideração de uma totalidade naturalmente sintética, que é o organismo, como independente, dominante na fisiologia e na patologia da escola clássica, o autor arremata: “o organicismo é como uma parte hipertrofiada que absorvesse e destruísse o todo; ser vivo seria um monstro; doutrina é uma aberração da ciência” (Ibidem, p.453).

Ora, é essa fisiologia analítica que é ensinada aos alunos da escola médica logo nos primeiros anos do curso. As consequências são, segundo Sylvio Costa, facilmente previsíveis em termos da aceitação pelos alunos dos princípios homeopáticos, cuja negação ativa no ensino médico descreve a seguir:

“Firmada no espírito do estudante a convicção da independência das células, da autonomia dos órgãos, da existência de moléstias locais, e *desconhecida* (grifo meu) qualquer noção de solidariedade orgânica e de integridade individual, como poderá ele compreender os princípios básicos da escola hahnemanniana? Como poderá aceitar a exigência da experimentação no homem, se para ele o que importa é a célula, e esta é semelhante em todos os vertebrados? Como aceitará as doses pequenas, se durante vários anos verificou a necessidade de doses ponderáveis para provocar alterações visíveis a olho nu ou no microscópio? Como irá admitir a importância maior dos sintomas gerais (...) se sempre lhe ensinaram

que no organismo só tem valor a célula, se até o momento não conhece as funções ligadas e entrelaçadas, e sim apenas como processos isolados? Que pensará este estudante da unidade do remédio? Habitado a ver nas ações patogênicas reações locais secundariamente propagadas, fenômenos físico-químicos que têm por sede a célula, e que somente chegam a lesar o organismo pela perturbação do funcionamento celular, irá por certo dar tantos medicamentos quantas as lesões orgânicas observadas, convencido de que as ações medicamentosas são tão independentes como as funções, *cuja interdependência desconhece* (grifo meu). ” (ANNAES, 1927, p.453-461)

A conclusão é que tão mal preparados alunos para a compreensão da homeopatia jamais poderão aceitá-la: “O mais que se poderá obter é um pequeno número de adeptos imperfeitos da doutrina, e desses, em minha opinião, já temos demais”. (ANNAES, 1927, p.454)

Para Sylvio Braga e Costa, portanto, não é a quantidade de homeopatas que importa, mas sua *qualidade*. Adeptos fanáticos, *doutrinários*, são perfeitamente dispensáveis e podem, segundo o autor, “ficarem-se lá pela escola clássica”.

Esse tipo de aluno, com “seus impulsos de reformadores retrógrados, desejosos de implantar no nosso meio, não o progresso, mas toda e qualquer orientação aberrante de cientistas de cultura geral incompleta”, só pode prejudicar o avanço da ciência homeopática. O que pretende o mestre homeopata, ao contrário, são “discípulos orientados segundo Hipócrates para o conhecimento da vida do organismo integrado em si e no mundo”. Desses vitalistas

sim, se podem fazer bons homeopatas; “dos outros, só poderei fazer maus homeopatas” (ANNAES, 1927).

Em outras palavras, o ensino médico, mesmo no Instituto Hahnemanniano, através de sua faculdade, era já nos anos 20 profundamente alopático, pois as cadeiras básicas eram ministradas de acordo com o modelo de medicina clássica, isto é, organicista e antivitalista. Daí se pode inferir a vitória da medicina oficial, que se instalou no seio mesmo da faculdade Hahnemanniana, através do decreto de equiparação do ensino: um cavalo de Tróia ideológico, para empregar a expressão de Licínio Cardoso, que levou a derrota à homeopatia dentro de seu próprio espaço institucional.

Teriam razão os minoritários sócios do I.H.B. que, historicamente, desde Benoit Mure, se manifestaram contra a inclusão da homeopatia no currículo oficial médico? Estariam tais ortodoxos estrategicamente corretos ao advogar que apenas a faculdade exclusivamente homeopática poderia formar médicos homeopatas, e que a luta deveria se dar no sentido do reconhecimento do ensino médico homeopático?

Os dados sobre o esvaziamento progressivo da faculdade homeopática a partir dos anos trinta parecem encorajar esta posição. Entretanto, outros elementos merecem ser considerados na discussão, para não se cair num unilateralismo empobrecedor, segundo o qual as derrotas da homeopatia no plano acadêmico seriam fruto de uma grande *enxurrada alopática*.

Analisaremos alguns desses elementos, através do exame, entre outros dados, de *outras razões* do pouco aproveitamento do ensino da homeopatia, apresentadas pelo

Dr. Sylvio Costa em seu artigo de 1927.

Elas são basicamente três, que enunciarei brevemente, para em seguida, comentá-las.

A primeira é a *influência* (má) dos próprios professores de homeopatia, a partir da *diversidade* poder-se-ia falar de *antagonismo* de suas posições frente à doutrina homeopática, em relação aos seus princípios mais básicos. A segunda é a disposição das cadeiras homeopáticas face às alopáticas, desfavorável à homeopatia. A terceira é relativa aos docentes, e trata da má organização (*má seriação*) dada aos programas e às disciplinas homeopáticas que, junto à diversidade de orientações dos professores, gera uma confusão insolúvel na cabeça dos alunos que, ao final do curso, acabam preferindo ser alopatas.

Em relação ao primeiro ponto, relativo à divergência de interpretação dos princípios teóricos da homeopatia, esse autor considera a situação gravíssima e afirma não existirem na faculdade hahnemanniana “dois professores de homeopatia que compreendam do mesmo modo os ensinamentos de Hahnemann”. Afirma que essa diversidade de interpretações foi o que mais o chocou no seu tempo de estudante, e descreve a *confusão* de opiniões contrárias sobre os mesmos pontos que caracteriza o ensino da homeopatia ao longo do currículo e das séries:

“Ouvi de um mestre que Hahnemann condenava a aplicação de processos antipáticos e alopáticos e rejeitava igualmente a alternância e a mistura. No ano seguinte, um professor aconselhou-me a em casos de febre palustre, não perder tempo com a quina, ou medicamentos análogos,

porque só o quinino em doses ponderáveis tem eficácia naqueles doentes. De outro professor ouvi que a alternância de medicamentos é excelente prática que não contraria os princípios hahnemannianos. Mais tarde ensinaram-me que usar diuréticos, antitérmicos, purgativos, não é fugir à homeopatia, porque esses medicamentos constituem meios mecânicos e não pertencem em rigor a qualquer das escolas médicas. Tive professores de clínica de tal modo viciados na polifarmácia que não podiam compreender como reduzia-se o tratamento homeopático de um caso dado, à indicação de um só medicamento (...)" (ANNAES, 1927, p.455)

Diante de tamanha diversidade de opiniões, Sylvio Costa se pergunta "como poderá um aluno respeitar uma doutrina, cujos adeptos mais eminentes compreendem de modo tão vário os pontos essenciais?" (ANNAES, 1927, p.456).

É normal que o aluno avalie essa incoerência de interpretações como falta de coerência nos próprios princípios. Mas se ele se interessar, apesar de tudo, por essa doutrina, como se orientará, uma vez que na escola, se um professor apela para os escritos do mestre, outro "apela para o progresso, e tenta mostrar que respeitar o *Organon* é ser retrógrado, e um terceiro, citando diversos filósofos, chega a conclusão que o ideal é o meio termo, o ecletismo". Em face de tão grande divergência, o que fará o aluno?" (Ibidem)

O articulista homeopata afirma que o aluno responderá com a lei do menor esforço intelectual, naturalmente, e escolherá a medicina alopática, que não faz confusão nos seus princípios.

Conclui então, com o raciocínio, que é base do seu pensamento de ortodoxo, isto é, que é:

“a falta de uniformidade dos professores um dos maiores empecilhos da propagação da homeopatia, que como todos os sistemas perseguidos, só poderá vencer pela clareza a segurança dos seus princípios e das aplicações práticas neles baseadas”. (ANNAES, 1927).

Essa *falta de uniformidade* pode ser generalizada dos professores para as cadeiras do curso como um todo, que não têm unidade nem coerência.

Para o Dr. Costa o único modo de contornar esse problema fundamental seria voltar ao modelo grego mestre-discípulo, em que os alunos recebiam “de um só mestre todas as noções de anatomia, fisiologia, patologia, terapêutica”, garantindo assim a unidade e a profundidade dos conhecimentos, “obedientes a uma orientação definida e uniforme”.

Percebendo que esse unitarismo radical podia chocar alguns, por anacrônico, o ilustre homeopata responde com o exemplo de Comte, “que pôde abranger em um curso todas as ciências, o que demonstra ser possível compreender e ensinar todos os ramos de uma”⁹⁰ (ANNAES, 1927, p.456-7). Finalmente, arremata sua posição unitarista frente à heterogeneidade, dispersão e confusão do ensino homeopático, com uma proposta de reforma curricular bem concreta:

“que cada professor de uma das três cadeiras

90 Deve-se ressaltar aqui o prestígio das ideias do fundador do positivismo na cultura brasileira nesse momento, inclusive na homeopática.

teóricas (matéria médica, doutrina homeopática e patogenesia) ensine sucessivamente as três matérias, acompanhando sua turma do 3º ao 5º ano, e mesmo, se for possível, que ensine no 6º ano a clínica terapêutica homeopática”. (ANNAES, 1927, p.457)

Segundo esse autor, essa reforma beneficiará a alunos e professores, pois para os primeiros estará garantida a coerência, através da unidade de orientação, e para os segundos estarão garantidas a avaliação do estágio de conhecimento dos alunos e do que, em termos de noções será proveitoso aos mestres.

O segundo ponto de análise das razões imputáveis ao ensino homeopático refere-se à má seriação das disciplinas no curso médico e relaciona-se com a distribuição das cadeiras homeopáticas face às da medicina clássica. A má distribuição das disciplinas da homeopatia em relação às disciplinas básicas como a fisiopatologia e a patologia geral engendra, segundo Sylvio Costa, grande dificuldade para os alunos assimilarem as noções da primeira cadeira de matéria médica. O conflito organicismo-vitalismo manifesta-se abertamente na seriação das disciplinas, e quem sai perdendo é a homeopatia. O autor descreve o mecanismo do processo de esvaziamento da doutrina homeopática, através do ensino mal colocado da cadeira de matéria médica (homeopática):

“É difícil compreender, por exemplo, como a cadeira de Matéria Médica do 3º ano pode ser estudada antes da Patologia Geral, por- quanto, sendo essa a cadeira filosófica do curso médico, é natural e de boa lógica preceder a filosofia da medicina à filosofia homeopática. Com a seriação atual o que vemos é a dificuldade dos alunos

assimilarem as noções ministradas pelo professor da 1ª cadeira de Matéria médica. Passam sem transição das teorias organicistas apreendidas dos professores de fisiologia para a aplicação, mais certa e extremada, do vitalismo, que não estudaram e contra o qual vêm grandemente prevenidos. O resultado é fatal; os estudantes rejeitam sumariamente uma doutrina para eles incompreensível e absurda, desconhecida. Vê-se que o mal resulta da orientação das cadeiras de fisiologia. Mas pode ser corrigido na de Patologia Geral, destinada a coordenar os estudos de medicina: a posição da Matéria médica no curso concorre, portanto, para o insuficiente aproveitamento pelos alunos, das noções de doutrina homeopática aí ensinada” (ANNAES, 1927, p.454-455)

Nesse trecho do artigo pode-se perceber que o conflito alopatia – homeopatia instalara-se, através do ecletismo das cadeiras do curso, na própria escola médica homeopática. Pode-se entrever aí também que a fisiologia, que fora durante o século XIX a disciplina depositária e herdeira do vitalismo, sendo encarregada do estudo da dinâmica dos processos de equilíbrio e desequilíbrio do organismo humano, já absorvera, no início deste século, o modelo organicista da anatomia e da patologia geral, tornando-se predominantemente uma disciplina de *fisiopatologia*. Ela é, portanto, nesse contexto, a antagonista principal da homeopatia. É a responsável pela *doutrinação* dos jovens estudantes, futuros médicos. Por isso é que nos diz o homeopata: “O mal resulta da orientação das cadeiras de fisiologia”.

Orientação doutrinária, sem dúvida, mas plenamente eficaz, pois leva os alunos a “rejeitarem sumariamente uma

doutrina incompreensível e absurda”.

Finalmente, Sylvio Costa aponta o que para ele constitui o pior defeito, e o mais dificilmente sanável, do curso médico de escola hahnemanniana: a própria orientação que os professores homeopatas dão às suas cadeiras. Segundo ele, a lei “dá plena liberdade (aos professores) na determinação dos programas”, mas isso “não leva em consideração” a utilidade do ensino, que deve presidir a todos os cursos.

No caso de um “ensino doutrinário como o da homeopatia”, essa liberdade acaba sendo prejudicial e impede a obtenção de resultados satisfatórios, como seriam os de um curso bem organizado. O que implicaria, mais uma vez, em *unidade de orientação*.

Essa unidade de orientação deveria forçosamente vir do Instituto Hahnemanniano, fundador e proprietário da escola. Com isso se garantiria a manutenção da doutrina homeopática, evitando-se “a audição, pelos alunos, de conceitos diretamente contrários à orientação de Hahnemann”. Por outro lado, os alunos poderiam sair do curso “dispondo de alguns conhecimentos aproveitáveis na prática”.

Desenvolvendo esse raciocínio, o professor do I.H.B. diz que se não der alguns “exemplos concretos e demonstrativos”, poderão julgar sua crítica infundada, por isso começa pelo exame da primeira cadeira homeopática do curso, a de Matéria Médica. Afirma que essa cadeira deveria intitular-se mais adequadamente *Filosofia Homeopática*, pois ela concentra a base do método hahnemanniano, e que este deveria ser ensinado “em todos os seus caracteres

doutrinários e sistemáticos, suprimidas todas as digressões pelos sistemas dos dissidentes” (ANNAES, 1927, p.458).

Aqui mais uma vez se manifesta a tendência ortodoxa do autor, uma vez que chama as dissidências homeopáticas de “aberrações”, com as quais não considera justo perder-se um tempo “que escasseia para o ensino dos princípios de Hahnemann” (ANNAES, 1927).

De qualquer forma, está é considerada a cadeira “mais dignamente ensinada de todas as cadeiras de homeopatia” a que realmente transmite conhecimentos da doutrina Hahnemanniana, dada no terceiro ano.

Esses fundamentos são, porém, lançados em terreno impróprio, pois não se sustentam durante o curso. A este propósito, Sylvio Costa narra o depósito de um ex-colega de turma:

“Saí do 3º ano convencido da excelência teórica da homeopatia: os professores dos anos seguintes convenceram-me que na prática ninguém segue Hahnemann. A homeopatia é um saco de gatos, em que ninguém se entende. Prefiro ser alopata”. (ANNAES, 1927).

Nosso autor está convencido que “os maiores vícios de orientação estão nas cadeiras do 4º, 5º, e 6º anos”. Examina, portanto, as cadeiras homeopáticas dessas séries (Matéria Médica e Terapêutica homeopática), mostrando-lhes as inconsistências do ponto de vista doutrinário, suas incoerências com a totalidade do curso, e as consequências (más) nas aplicações práticas das cadeiras de clínica, culpando basicamente os homeopatas professores por todas essas falhas:

“Alguns professores perseguem através do organismo do doente o fantasma da moléstia, contra o qual atiram doses sucessivas de vários medicamentos. Outros tratam de pedaços de doentes, de moléstias locais, abstraído do indivíduo para matar micróbios e ativar o funcionamento de um órgão, bode expiatório das desordens de todo o organismo”. (ANNAES, 1927).

A análise é encerrada com um apelo à ortodoxia através do retorno aos princípios do mestre, com uma clara rejeição do organicismo:

“É tempo de cada um abdicar de sua homeopatia para voltar aos claros e irrefutáveis preceitos do mestre de Meissen. Rejeitemos de uma vez por todas a aberração do organicismo, com o que respeitaremos com vigor e firmeza maior e mais consciente o princípio da observação da totalidade dos sintomas, e saberemos defender contra os desvarios da irreflexão a doutrina e a prática de Samuel Hahnemann”. (Ibidem).

Certamente a “aberração do organicismo” refere-se à medicina dominante e sua influência sobre os homeopatas, mas os “desvarios de irreflexão” aludem, com toda a certeza, aos próprios homeopatas, mais interessados em praticar *sua homeopatia* que a de Hahnemann. Em resumo, para Sylvio Costa, já em 1927 o pouco proveito do ensino da homeopatia deveria ser imputado, em sua maior parte, ao descaso, à incoerência, à competição dos seguidores de Hahnemann, na organização, na orientação e na condução do seu curso.

No artigo examinado encontram-se indícios de uma das principais causas da estagnação acadêmica que atingiu

a homeopatia a partir dos anos trinta, pelo menos no Rio de Janeiro, sede deste estudo, e da principal instituição homeopática. Daí a importância de sua análise.⁹¹

Tanto mais quanto se sabe que esta causa atuava já na fase áurea da homeopatia e que, na Escola de Medicina e Cirurgia do I.H.B., os cursos eram constituídos de *oito cadeiras de ensino da homeopatia*, além de “todas as cadeiras das Faculdades oficiais”, conforme propaganda divulgada na capa dos Anais. Como é possível explicar que os homeopatas tenham chegado a perder tanto terreno em tão pouco tempo, em sua própria casa, sem aceitar algumas das conclusões de Costa?

Estas não são, é claro, as únicas explicações para a aparente estagnação do saber homeopático. Outros elementos explicativos importantes, e igualmente *endógenos*, atinentes ao próprio envolvimento dos homeopatas com seu saber existem e devem ser considerados, sem prejuízo das estratégias de deslegitimação advindas dos alopatas, que continuavam a se desenvolver, como nas décadas anteriores. Detenho-me, por enquanto, na análise de pelo menos mais duas razões dessa deterioração.

A primeira delas é a perda progressiva do controle da direção da Escola de Medicina e Cirurgia para os alopatas. Face à *composição* do curso tornou-se *natural* admitir que fossem eleitos não homeopatas para a direção da Escola, modificando-se, para isso, os estatutos da faculdade. Por

91 Sei que a homeopatia (e seu ensino) ainda estava em alta durante os anos 30 em outros estados do Brasil, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e, sobretudo, São Paulo. Mas aqui estou tratando da questão institucional da homeopatia, centralizada no seu mais importante órgão, o I.H.B.

outro lado, o Hospital Hahnemanniano, que funcionava no mesmo local, e se assemelhava muito ao que se denomina atualmente de *hospital universitário*, ligado à faculdade hahnemanniana, continuou ortodoxamente homeopático e em mãos de médicos homeopatas.

Uma tensão progressiva estabeleceu-se entre as duas instituições, devido à orientação crescentemente oficial da faculdade, através do curso médico. Certamente deveria haver pressões para que o hospital adotasse também uma orientação alopática, o que era perceptível nas várias tentativas de intervenção no hospital por Comissões de Ensino ou de Inquérito, conforme foi apontado no capítulo anterior.

Viu-se que, historicamente, tais Comissões eram compostas por médicos alopatas. Sabe-se também de sua evidente oposição à existência de hospitais ou faculdades homeopáticas. A tensão anti-homeopatia devia ser sentida, portanto, extra e intra institucionalmente, no espaço suadamente conquistado do I.H.B.

Um exemplo desta tensão pode ser evidenciado no *clima* da sessão extraordinária do dia 20 de abril de 1927, convocada pelo I.H.B. para efetivar as eleições de diretor do Hospital Hahnemanniano, e de diretor e vice-diretor da Escola de Medicina e Cirurgia do I.H.B., para o biênio 1927-1929.

Às vinte e uma horas e quinze minutos havia mais da metade dos sócios do Instituto presentes, isto é, vinte e oito pessoas, quatro vezes mais que na média das sessões ordinárias. Seu diretor, o Dr. Francisco Menezes Dias da Cruz, anuncia que os votos serão nominais para cada cargo,

contados separadamente, através da chamada oral dos sócios.

Para o cargo de diretor do Hospital não há problema. O sócio Dr. Umberto Auletta pede a palavra para encaminhar a votação e solicita, após extenso elogio, que seu atual diretor, Dr. Sabino Theodoro, permaneça no cargo, uma pesada responsabilidade que, salvo ele, nenhum dos presentes “quererá tomar sobre os ombros, sob pena de sucumbir.” Com exceção de um sócio, o próprio Sabino Theodoro, que polidamente vota no Dr. Duque Estrada, todos votam no diretor em exercício.

Já para o cargo de diretor da Escola há dois candidatos. Um deles é o próprio Sabino Theodoro, que conquista 17 votos, e o outro, é o médico alopata, Dr. Garfield de Almeida, no qual votam 9 sócios incluindo o Dr. Theodoro. Há um voto para o Dr. Alcides Nogueira da Silva. O Dr. Theodoro é proclamado eleito diretor da Escola de Medicina e Cirurgia do I.H.B.

Dois sócios retiram-se nesse momento do recinto, os Drs. Duque Estrada e Gaspar Guimarães. Para a eleição de vice-diretor aparecem também dois candidatos, e a maioria absoluta vota no Dr. Artidônio Pamplona, homeopata, que é proclamado vice-diretor.

Até aí nada parece extravasar o costumeiro ritual de uma eleição disputada para diretor de Faculdade ou Hospital, mesmo considerando-se que para se participar daquela tinha-se que ser sócio do Instituto. Finalmente, tanto a Escola como o Hospital pertenciam ao I.H.B.; era *natural* que este tivesse controle político-administrativo sobre suas instituições.

A tensão só transparece no momento em que o sócio

José Dias da Cruz (que não é o *senior*, Francisco Menezes Dias da Cruz) toma a palavra para fazer uma declaração de voto. Nessa declaração pede desculpas ao Dr. Garfield de Almeida, alopata, por não ter votado nele. Afirma que nada tem contra ele, tendo pelo mesmo “respeito de todos os pontos de vista”, mas que se trata de uma questão de coerência votar contra um alopata para diretor da Escola. Esclarece que:

“(…) quando se reformaram os estatutos desta casa (1924) e neles se introduziu a faculdade de poder ser eleito diretor da Escola um médico alopata, *em desacordo com o que rezava o código primitivo (grifo meu)*, eu, por essa ocasião, fui um dos poucos que lançaram o seu protesto, justamente porque entendia que no interesse da Faculdade o seu diretor devia ser sempre um médico homeopata” (ANNAES, 1927, p.468).

Afirmando, sob o aplauso do sócio Dr. Auletta, que a direção da Escola nunca deveria ter saído do controle dos homeopatas, e que só neles deveria votar para a direção da Escola de Medicina e Cirurgia, ex-Faculdade Hahnemanniana, diz que seu voto é o resultado “da seguinte cogitação”: “as direções da Escola e do Hospital têm estado sempre em conflito; é possível que com a unificação de direção tudo se harmonize melhor.”

Em resumo: em 1927 os homeopatas já haviam modificado os estatutos originais de sua faculdade, mudando-lhe o nome e introduzindo o direito de os alopatas poderem eleger seu diretor, ocasionando para eles mesmos um conflito institucional que tentaram corrigir com a unificação das direções Escola e Hospital. Tática provisória e possivelmente tardia, uma vez que o *mal já estava feito*, isto é, a faculdade

tornara-se uma faculdade alopática, e nela a homeopatia era cada vez mais a intrusa *exótica*, e o hospital, apesar da eficácia e moralidade constatadas pelas comissões de ensino, sofria o assédio intenso da medicina oficial para alopatizá-la. A hipótese do *Cavalo de Tróia* parece, assim, sustentar-se.

Entretanto, outras hipóteses, além dessa, devem ser examinadas. Pesariam, nesta atitude de rendição institucional, as divergências doutrinárias entre os homeopatas? É possível que sim, se considerar a tradição de agressividade mútua, em detrimento da própria causa homeopática, que as marcou ao longo do século e meio da homeopatia em nosso país.

Porém, se examinamos a minúscula teia dos fatos cotidianos, constatamos que as estratégias de aliança na política institucional muitas vezes superam graves discordâncias teóricas em face da causa comum da conservação da homeopatia.

Na eleição examinada acima, por exemplo, Sylvio Costa e José Dias da Cruz, que polemizam nas páginas dos *Anais* pelos princípios do unicismo *versus* alternismo, respectivamente, votam no mesmo candidato, Sabino Teodoro, contra o candidato alopata. Já os cientificistas Galhardo e Nogueira da Silva, por exemplo, votam no outro candidato.

Acredito que as discordâncias doutrinárias, nesse período, exercem mais efeito desagregador no ensino das cadeiras do curso que nas polêmicas acadêmicas ou nas táticas de aliança institucional. Adoto, portanto, as conclusões de Sylvio Costa, para o que concerne o que chamo de *causas endógenas* do fracasso do ensino da homeopatia.

Conclusões que parecem ser sustentadas, por exemplo, no relato histórico de Galhardo publicado nos *Anais de Medicina Homeopática* de janeiro-fevereiro de 1930, posterior à sua tese apresentada ao I Congresso Brasileiro de Homeopatia:

“Dá-se aqui (na Escola), porém, um fenômeno muito próprio da equiparação: os alunos quase em sua totalidade, ao atingirem o 5º ano, transferem-se para as Escolas oficiais, onde vão cursar os 5º e 6º anos, diplomando-se, enfim, por estas escolas.” (*Anais de Medicina Homeopática*, 1930, p.44)

Ingenuamente, Galhardo conclui desta enorme evasão que ela “tem grande vantagem”, pois “faz com que a homeopatia se vá disseminando em meios hostis a nossa doutrina” (GALHARDO, 1930, p.44). A evasão poderia ser fruto, de fato, de uma estratégia previamente adotada pelos alunos de passar os anos mais duros do ensino da medicina alopática numa faculdade homeopática, por cuja doutrina não tinham nenhum interesse especial. Muitas vezes, pelo contrário, essa doutrina, que lhes inspira *repulsa*, era apenas uma alavanca provisória, destinada a propulsioná-los para a *verdadeira escola médica*. E a equiparação da homeopatia ao saber oficial facilitara esse jogo.

Mas, mesmo considerado esse provável jogo, é difícil aceitar que a *quase totalidade* dos alunos montassem essa estratégia. É mais plausível, ainda uma vez, aceitar as análises de Sylvio Costa e concluir que o curso de homeopatia devia decepcionar uma porcentagem razoável dos alunos, face às suas discordâncias, inconsistências e incoerências.

E grande parte dessa insuficiência deve ser atribuída à atitude demissionária dos professores homeopatas com relação ao saber que estavam encarregados de defender e transmitir.

Essa atitude é, no entanto, paradoxal, se leva em consideração a existência de um hospital universitário em pleno funcionamento, apoiando o ensino médico homeopático. De acordo com o relato de Galhardo,

“(…) o Hospital Hahnemanniano tem 200 leitos, tem serviços clínicos e cirúrgicos especializados; conta com a mais moderna instalação radiológica, tem três enfermarias de cirurgia para homens, mulheres e crianças; uma enfermaria para ginecologia e uma maternidade. Possui ainda um serviço de ambulatório, onde diariamente funcionam 12 consultórios: clínica médica, sífilis, pediatria médica, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, obstetrícia, cirurgia geral e clínica odontológica”. (GALHARDO, 1930, p.43)

Além desse hospital modernamente equipado, comportando as várias especialidades da época, o Instituto oferecia também, em 1930 – de acordo com a propaganda divulgada na 4ª capa dos *Anais* - o ensino da medicina em 6 anos, o de farmácia em 4 anos e o de especialização em enfermagem, em 2 anos.

Contava ainda com uma farmácia modelo que, de acordo com a publicidade, atendia “com presteza e perfeição ao receituário, quer do hospital, quer do “dispensário”, sem falar num laboratório de análises e de Raios X”. Todo esse complexo hospitalar, a serviço da Faculdade, equiparada

ao ensino oficial, estava, nos anos vinte, nas mãos dos homeopatas.

Entretanto, a partir dos anos trinta essa oportunidade de expansão acadêmica não se manteve, com efeitos desastrosos para a legitimação científica da homeopatia.

A deterioração do ensino médico homeopático, sua insuficiência face ao ensino padrão da época, bem como a perda progressiva do comando do seu complexo hospitalário, tiveram como consequência abalar a base mesma da luta homeopática no plano acadêmico. Dentre as que, metaforicamente, denominei *causas endógenas* desse paradoxal fracasso, destaquei as analisadas nas páginas anteriores. Resta-me examinar aquela que talvez seja a mais forte, dos pontos de vista ideológico e psicossocial, das *causas endógenas* da deterioração acadêmica da homeopatia.

E esta *causa* seria o próprio descuido, para empregar a expressão de um militante homeopata, que o I.H.B. mostrou face à questão acadêmica da homeopatia.

Aparentemente, se aceitam os depoimentos de homeopatas como Galhardo, Sylvio Costa e Souza Martins, a luta institucional nessa dimensão foi sendo deixada nas mãos de uns poucos militantes esforçados, que tinham que enfrentar, além dos ataques da medicina alopática, as divisões e intrigas do próprio meio homeopático, uma crônica falta de recursos materiais e a má vontade, quase sempre existente, da parte das autoridades, em atender solicitações ou em sanar injustiças cometidas contra o Instituto, sua Faculdade ou seu Hospital.

Em longo prazo, essa situação de instabilidade

e precariedade teria levado as hostes homeopáticas ao desânimo e à apatia. Os mais persistentes lutadores, dentre eles os três autores homeopatas citados, acabaram baixando armas, demitindo-se do Instituto. Nada de estável e sólido poderia se construir nesse ambiente, sem o fundamento da solidariedade e do trabalho coletivo, em função de um projeto institucional acadêmico que, despojado por natureza, exigiria necessariamente sacrifício e modéstia no plano individual.

Ora, não é isso o que se depreende do testemunho de Souza Martins, que fez, em 1944, uma cronologia das defecções de membros famosos do Instituto Hahnemanniano, tentando mostrar como muito do atraso da homeopatia, em termos de sua farmacopeia, bem como de sua própria produção científica, se deve ao egoísmo, à vaidade, à ambição de renome e ao criminoso desprezo à coletividade hahnemanniana”, reinante no I.H.B., e isto há muito tempo.

Segundo o farmacêutico homeopata, esses elementos psicossociais “têm sido o entrave mais pernicioso possível, não só à Farmacopeia, mas, muito mais à reputação científica e administrativa do Instituto Hahnemanniano” (SOUZA MARTINS, 1944, p.24-31).

Pesquisando os *Anais* desde o início do século, Souza Martins assinala todos os momentos em que os militantes mais ativos do Instituto criticam sua ineficiência e pouca ação, e as eventuais respostas – ou silêncio- face às mesmas, além de listar todos os episódios de demissão de cargos do I.H.B. por sócios famosos e importantes.

Limito-me a examinar os eventos mais importantes, a partir da 2ª metade dos anos vinte, limiar antecedente do

atual período de análise. Aí verifico que há, aparentemente, uma batalha contra a inércia sendo travada no próprio seio da instituição, batalha que acabou sendo perdida pelos membros mais ilustres e academicamente qualificados. Senão vejamos, em sessão do I.H.B. de 1º de setembro de 1926, o Sr. Dias da Cruz (Francisco Menezes) pede a palavra e afirma: “o que julgo é preciso que se procure, por todos os meios e modos, melhorar a situação do Instituto científico já existente que é o Instituto Hahnemanniano”. (SOUZA MARTINS, 1944, p.27)

Em janeiro de 1925,

“Álvaro Gomes, redator chefe dos *Anais*, observa a indolência do Instituto e escreve oito páginas nos próprios *Anais*. São tremendas linhas de penetrante e ígnea crítica; rematando suas considerações do seguinte modo: ‘As múmias da medicina’, ‘os esforços dos que têm fé e trabalham são aniquilados pelos Jecas da Homeopatia’ (alusão ao personagem de Monteiro Lobato). ‘São três, pois, os fatores da derrocada da Homeopatia: a egolatria, a falta de convicção e o espírito de rotina’”. (SOUZA MARTINS, 1944).

Em sessão de outubro desse mesmo ano:

“O Sr. Presidente (do I.H.B.) expõe que os Srs. Secretários são pessoas muito atarefadas e não têm tempo para redigirem atas (das sessões do I.H.B.), por isso propunha a nomeação de um empregado para tal fim. Para que o Instituto precisava, então, de Secretários? (SOUZA MARTINS, 1944).

Para Souza Martins, esse fato indica que “os eleitos não queriam exercer a primordial função do cargo (de secretário) que é precisamente a responsabilidade na redação

das atas”. O que é sintoma de preguiça e falta de convicção na causa que abraçaram.

A esse propósito, seleciona uma página dos *Anais* de 1930 em que Galhardo, “tendo criticado os que pouco trabalham e não ensinam com convicção a doutrina hahnemanniana, recebeu uma carta portadora de tentativa de ridículo à sua personalidade” (SOUZA MARTINS, 1944).

Segundo Souza Martins (1944), de maneira *arrasadora*, Galhardo respondeu em oito páginas nos *Anais* a quem o chamou de “Zarathrusta de homeopatia” (tratava-se do Dr. Jorge Murtinho), não poupando nem mesmo “as discordâncias gramaticais” de seu oponente.

Em sessão de fevereiro de 1931, o Dr. Renato Faria chama a atenção para a situação de abandono em que jazem as farmácias homeopáticas e propõe que o Instituto nomeie uma comissão para ampará-las cientificamente.

Entre 1933 e 1936 “não foram publicados os *Anais*”, o que por si só já é um sintoma de perda de dinamismo. Reapareceram os *Anais* em 1937, mas, de acordo com Martins, “de 1937 até 1943 não se ouviu falar do órgão oficial do Instituto”, com *consequências desoladoras*, segundo esse autor, para “os que votavam admiração e dedicação ao Instituto”.

Em seguida, o farmacêutico homeopata lista as perdas dos sócios importantes, ao longo do século, até 1931. Registrei somente as que se deram entre 1927 e 1931 – importantes para o período histórico em análise:

“Em 1927, a 30 de março, Júlio Pimentel exonera-se de secretário do Instituto;

Em 1928, a 25 de Janeiro, Galhardo exonera-se de secretário organizador do 2º Congresso Brasileiro de Homeopatia.

Em 1928, a 28 de fevereiro, Álvaro Gomes exonera-se de redator chefe dos *Anais de Medicina Homeopática*;

Em 1928, a 30 de junho, Álvaro Gomes, desgostoso, abandona a cadeira de professor da Escola de Medicina e Cirurgia;

Em 1928, a 3 de outubro, Galhardo pede demissão de membro do Instituto;

Em 1928, o notável médico homeopata Alberto Faria abandona o Hospital, a Escola e o Instituto Hahnemanniano;

Em 1931, a 13 de janeiro, Sylvio Braga e Costa pede demissão de sócio do Instituto". (SOUZA MARTINS, 1944).

O autor do artigo atribui as perdas do Instituto e sua derrocada no plano acadêmico às direções ineptas do I.H.B., órgão que não estaria cumprindo, em função dessas direções, os encargos históricos que desempenhara no passado, quando grandes homens, falecidos, ergueram o Instituto, como *monumento* à causa homeopática:

"O Instituto Hahnemanniano é um monumento levantado por Bento Mure e Vicente Martins, mais tarde restaurado e salvo pela hercúlea e máscula vontade de Dias da Cruz (já falecido). Na orla vitoriosa de seu pedestal emergem os venerados e saudosos vultos de Saturnino Meirelles, Licínio Cardoso, Joaquim Murтинho, Magioli Maia, Galhardo, Araújo Pena, Almeida Cardoso, Coelho Barbosa, Souza Martins, Faria

Junior, Silva Pinto, Oswaldo de Menezes, Augusto de Menezes, Teixeira Novais e outros que se sacrificaram e deram as mais lindas provas de trabalho e abnegação em prol da Homeopatia no Brasil". (SOUZA MARTINS, 1944, p.29)

Para Souza Martins (1944) seria dever de honra que o presidente do I.H.B. desse continuidade ao "exemplo deixado por esses nomes", incentivando os sócios "o labor, a atividade, o culto ao saber e, sobretudo, o grande amor e convicção na doutrina homeopática".

Não era o que se podia constatar nas administrações do I.H.B. que, ao invés de se caracterizarem pelas virtudes apontadas, destacavam-se, pelo contrário, segundo Martins (1943), por "inábeis, conturbadas pelo tempo perdido com atitudes espetaculares de mando e de falso prestígio."

Em suma, nosso autor acusa o principal órgão dos homeopatas de perder-se em futilidades, mandonismo e inabilidade, enquanto a homeopatia se enfraquecia no plano acadêmico. Essa acusação é tanto mais séria quanto se vê que o 2º Congresso Brasileiro de Homeopatia, previsto para 1928, com a demissão de Galhardo (que, *desgostoso*, abandonara sua coordenação em janeiro) não se realizara ainda até o momento em que escrevia Martins (1943). E por quê?, pergunta nosso autor. E ele mesmo fornece à resposta:

"Congressos (...) não se realizam com atitudes, posições, gesticulações e quejandas frivolidades estudadas diante dos espelhos. É com trabalhos, relatos, boas observações e apropriadas pesquisas, enfim, atividades conduzidas pelo impulso do desprendimento pessoal". (Ibidem, p.25)

Além disso, “já não existe mais um Galhardo”, que possa assumir com “dedicação, atividade, e, sobretudo, coragem”, a direção do Congresso, como aconteceu com o 1º, que de acordo com o farmacêutico homeopata só foi realizado graças ao trabalho árduo de Emygdio Galhardo.

Séria acusação, essa, pois assinala que a produção mostrada com a realização de um Congresso tão bem sucedido por sua organização e seriedade não foi fruto do trabalho institucional, mas do sacrifício pessoal, aproveitado pela Instituição, que nada fizera para colher tais louros. E é duro o julgamento de Martins nesse sentido:

“O Instituto que usufruiu da atividade de Galhardo não teve coragem, e muito menos iniciativa, para concluir o livro de seu 1º Congresso, cujo índice, em consequência de um acidente (um incêndio na oficina gráfica) ficou paralisado desde 1928 até 1943, ou seja, 15 anos. Alguém que não pertence ao Instituto (o próprio Souza Martins), procurando documentar sua grande homenagem à Galhardo e seu amor à Homeopatia, já o concluiu (...).” (Ibidem, pg 25.)

Não deixa de ser chocante a indignação de um ex-sócio do I.H.B. face à política institucional de *silêncio, inatividade e indiferentismo*, em relação à produção e à reprodução do saber homeopático (ensino e pesquisa).

É impossível reduzir essas notas e artigos publicados nos *Anais* e em outros periódicos homeopáticos a intrigas, divergências doutrinárias ou querelas intrainstitucionais, sobretudo quando são produzidos pelos membros academicamente qualificados do I.H.B.

Tampouco quero arriscar-me a tomar a versão de alguns dos personagens da história da homeopatia (os acadêmicos, descontentes com a direção que o Instituto tomara) como *verdade histórica* da homeopatia. Cabe relativizar, contextualizando depoimentos e versões, sabendo que em história, sobretudo história política, há muito mais vitória e derrota que verdade e erro. Em geral tendemos a considerar os vitoriosos como portadores da verdade (histórica) e os vencidos como portadores do erro, da falácia, da ilusão. Mas se não podemos restabelecer *a verdade*, devemos tentar restabelecer o cenário da batalha ou das batalhas, como os diferentes contendores em presença.

A Luta Acadêmica da Homeopatia e o I.H.B.

Na história política da homeopatia é importante, no sentido do restabelecimento dos *cenários*, lembrarmos que mesmo no Instituto Hahnemanniano a batalha acadêmica era apenas uma das estratégias de legitimação do saber homeopático. A guerra mais ampla da oficialização passava por outras batalhas, como já se viu nos capítulos anteriores, incluindo o parlamento, o poder executivo (central e provincial), a sociedade civil, a corporação médica e a imprensa, para mencionar os principais focos de luta.

A luta acadêmica, embora fosse um plano central de estratégia, não envolvia, como já afirmei no capítulo focalizando o período Áureo, a totalidade do movimento homeopático. E nem no I.H.B. era majoritário.

A excelência nesse plano era projeto de uma minoria de homeopatas, todos acadêmicos, mas evidentemente

nem todos os homeopatas tinham esse ideal acadêmico. Principalmente, o que é mais relevante, nem todos os acadêmicos homeopatas parecem ter tido o ideal de excelência acadêmica que animou a vanguarda mencionada nesse capítulo.

E na gestão do I.H.B., no período em exame, esse fato pesou muito. Os dirigentes aparentam estar mais preocupados com outras questões, mais *políticas*, isto é, envolvendo o exercício do poder institucional, e as *negociações*, para empregar um termo atual, com outras fontes institucionais de poder, no sentido de manter e ampliar as fronteiras de legalização da homeopatia e, muitas vezes, para acumular poder pessoal ou grupal.

Paragrande decepção dos acadêmicos, essas questões superavam o interesse no avanço e no aperfeiçoamento da doutrina homeopática (inclusive, segundo eles, na própria *convicção* nessa doutrina), garantidos somente através da qualidade do ensino e da produção de “apropriadas pesquisas”.

Por outro lado, os acadêmicos não suportavam esse estilo de direção, marcado pela ausência do despojamento de interesses e ambições pessoais, típico das faces heroicas de resistência e marginalização. A convivência institucional ficava então muito difícil.

É necessário lembrar, mais uma vez, que a homeopatia tornara-se oficial desde setembro de 1918, e que seu ensino fora equiparado ao das instituições federais de ensino superior desde 1921. Ela não era mais uma seita médica marginal. Era, pelo contrário, uma instituição

prestigiosa, legitimada na sociedade civil e legalizada junto ao Estado, embora a medicina acadêmica a discriminasse e ignorasse como saber médico – como de resto até hoje o faz.

A direção do Instituto Hahnemanniano era, portanto, um cargo que trazia prestígio e poder desde os anos vinte. E esses sempre foram, na sociedade brasileira, dois importantes mobilizadores da ambição política de militantes em instituições, seja no âmbito institucional restrito, seja no âmbito social mais amplo.

Já se viu em nota do capítulo anterior como o I.H.B., órgão oficial dos homeopatas do Brasil, assume “o controle e o monopólio da representação dos mesmos, fazendo com que todo o desenvolvimento e avanço do saber médico homeopático tenha que passar pelo interior de sua estrutura, sendo aí referendado ou não”.

A própria faculdade e o hospital hahnemanniano dependiam do Instituto, que controlava a congregação da Escola e a direção do Hospital. Fora o I.H.B. que determinara, alterando os estatutos da faculdade em abril de 1923, que médicos alopatas podiam ser eleitos para sua direção. Fora também o I.H.B. que trocara, em 1924, sob forte pressão dos alopatas e de suas frequentes *Comissões* (de ensino ou de inquérito), o nome da faculdade hahnemanniana para Escola de Medicina e Cirurgia, em atitude evidente de *negociação*, isto é, de concessão. Concessão que desgostara profundamente alguns acadêmicos da instituição, pois permitira que critérios extra saber homeopático intervissem na faculdade, em detrimento dos do ensino e da clínica didática, facilitando o cerco intenso à homeopatia, determinando indiretamente sua estagnação acadêmica, e isto em seu próprio solo.

É muito provável, levando-se em consideração as notas e os testemunhos de vários sócios nos *Anais* ou em Boletins de Homeopatia, que a concentração progressiva do poder institucional no I.H.B., aliada à sua incapacidade administrativa de delegar funções e de reconhecer a necessária autonomia que deveria marcar o funcionamento da Escola Médica Homeopática e do Hospital a ela ligado, tenham contribuído para a perda do dinamismo da homeopatia a partir dos anos trinta, considerando-se aqui apenas o Rio de Janeiro.

Mas deve-se assinar, também, que houve casos de desmando administrativo ou autoritarismo institucional na gestão dessas unidades, narradas na *História da Homeopatia* de Galhardo, concernindo à década de 20.⁹²

O instituto tinha que mediar, além disso, os conflitos existentes entre a Escola e o Hospital que, deixados ao sabor da discórdia, levariam rapidamente à dissolução institucional da Homeopatia. Era difícil, nesse caso, optar por uma independência gestonária das duas unidades, conservando-se o I.H.B. como necessário agregador institucional.

Não se pode deixar de lado, também, as funções de união em plano nacional que incumbia ao Instituto, além de sua representação face ao movimento homeopático internacional, devendo seus membros multiplicar-se pelos Congressos, Simpósios e Reuniões, tanto no exterior como em solo brasileiro, onde a homeopatia continuava a expandir fronteiras.

92 Ver em Galhardo, E. *História da Homeopatia no Brasil*, op. Cit. p. 990-1005, a narração de um desses casos, através de gestão administrativa do Hospital Hahnemanniano.

Como administrar, com poucos membros e raros recursos materiais, tantas atividades e questões?

É preciso jamais esquecer que todas essas atividades e problemas tinham que ser administrados sob *pressão*, isto é, sob o intenso fogo da artilharia institucional alopática.

Embora não se esteja até o momento tratando desta questão, isso não significa que ela esteja ausente. Muito pelo contrário, as perseguições aos alunos e aos diplomados da Escola, através das tentativas de anulação de matrículas e diplomas, em medicina e em farmácia homeopáticas, exigindo longos processos de pedidos de revisão, reconsideração, anulação etc., constituíam-se em verdadeiras sangrias da energia institucional dos homeopatas, que tinham que *largar tudo* o que estavam construindo para conter a destruição causada em sua retaguarda. E essa *sangria* atua crescentemente desde os anos vinte.

O cerco Oficial à Faculdade e ao Hospital Homeopáticos

A partir da década de 30 crescem os ataques ao Hospital, inclusive com a formação de inquéritos administrativos contra o mesmo, as proibições de exercício da medicina para diplomados pela ex-faculdade hahnemanniana, e as propostas de desequiparação da Escola de Medicina e Cirurgia, em um estratégico trabalho de “sapa” à institucionalização da homeopatia, cuja origem reside em médicos com grande peso acadêmico.

Em fevereiro de 1933, por exemplo, o diretor interino da Escola de Medicina e Cirurgia, um alopata, vem a público

defendê-la, face ao ataque do médico e acadêmico Miguel Couto, que propõe ao Conselho Nacional de Educação, de que era membro, que seja cassada a equiparação daquela faculdade.

Já em março de 1932, o mesmo Conselho, versão prévia do contemporâneo Conselho Federal de Educação, cuja composição, na área biomédica, era notoriamente formada por médicos acadêmicos da estirpe de Miguel Couto, reunira-se para estudar *irregularidades* na contabilidade da Escola. Nomeado um auditor e feita “rigorosa devassa”, chegou-se a conclusão que na escrita contábil da Escola reinava “absoluta legalidade e perfeita ordem em todos os documentos”.

Não é, portanto, por acaso, que Galhardo publica, no livro dos *Anais de Medicina Homeopática* de 1933, um relato de “como os homeopatas eram acusados de envenenamento” e que começa a publicar, a partir de junho de 1934, uma coluna de crônicas intitulada “A homeopatia se preocupa com o doente”, coluna que assinaria até o momento de sua morte, no início da década seguinte, de acordo com o Arquivo de Souza Martins.⁹³ As crônicas tinham o objetivo de não só defender a homeopatia de seus atacantes, mas também de afirmar seu caráter científico de *arte de curar*, isto é, de saber médico voltado para o alívio dos doentes, senão para o restabelecimento de sua saúde.

Os ataques institucionais à homeopatia, bem

93 Arquivo do H.I.B. Este arquivo foi levantado, classificado e organizado por Ângela Porto, historiadora. O trabalho resultante, intitulado *Guia de Fontes da Homeopatia*, foi editado em 1988. Uma parte importante das fontes pesquisadas neste período, principalmente as relativas aos anos trinta e quarenta, provêm deste arquivo, gentilmente indicado pela pesquisadora.

como suas defesas, ganham também um caráter *noticioso*, passando a ser veiculados na *mídia*. É assim que, em 20 de janeiro de 1938, por exemplo, o jornal *A nação* publica uma notícia sobre a Escola homeopática nos seguintes termos: “na Escola de Medicina e Cirurgia o regimento interno revoga as leis federais”.

Acusação grave, considerando-se que se estava em plena escalada de instalação do Estado Novo, regime autoritário que desenvolveu uma verdadeira *ocupação* das instituições, numa estratégia de concentração e centralização de poder que marcaram a ordem política brasileira praticamente até nossos dias.

Pode-se perceber também o eco das questões do combate à homeopatia nos raros comentários sobre a doutrina hahnemanniana que ocupam os órgãos da imprensa médica nesse período.⁹⁴

Assim, em uma das sessões da Academia Nacional de Medicina, de 22 de abril de 1937, posteriormente noticiada no seu Boletim, um preocupado acadêmico, Dr. Cumplido de Sant’Anna, pergunta se no novo estatuto da Ordem dos Médicos do Brasil, não elaborado por médicos (redigido por advogados do Rio Grande do Sul e São Paulo, possivelmente leais a Getúlio Vargas), estarão previstas “providências para punir os curandeiros que por aí andam (...)”.

Ao que responde seu interlocutor, Dr. Pitanga Santos: “Nenhuma. Para estes legisladores, os médicos são

94 Um levantamento feito por esta pesquisa, relativo às décadas de trinta e quarenta nos Boletins da Academia Nacional de Medicina, constatou um verdadeiro *silêncio* sobre a homeopatia.

menos que uns charlatães.” E o Dr. Cumplido, que arremata: “os curandeiros podem clinicar”. Certamente, entre esses curandeiros não nomeados, estão os homeopatas, embora sejam *curandeiros de beca*.

De fato os homeopatas são classificados entre os *charlatães de casaca ou beca*, que vez por outra são mencionados na imprensa médica. Apesar disto, há uma forte negação da existência desses ataques na *Revista Brasil Médico* que, em sua sessão *Comentários*, afirma, no número de 12 de agosto de 1939, que, contrariamente à situação na Argentina: “No Brasil, a tolerância dos médicos alopatas é completa no que diz respeito a outros sistemas das artes de curar doenças, sobretudo quanto à homeopatia”.⁹⁵

Em apoio à sua afirmação, o articulista argumenta: “possuímos até uma Faculdade Hahnemanniana, reconhecida oficialmente e dando, todos os anos, fornadas de doutores que, pelo país afora, poderão empregar legalmente as doutrinas do seu credo científico” (Idem).

Na análise até agora feita, viu-se que essa *tolerância* é bem mais restrita do que supõe o autor da coluna, e que as “fornadas de doutores” homeopatas são muito menores do que imagina. A existência legal de uma faculdade homeopática, legalidade, aliás, sempre contestada, acaba servindo como um alibi contra as acusações de intolerância e sectarismo que possam se fazer contra a medicina e suas instituições.

O autor de *Comentários*, entretanto, entusiasma-se com essa *completa tolerância* e declara que tal fato é

95 *Brasil Médico*, nº 33, 12/8/39.

ainda mais admirável quando se sabe que “as duas leis fundamentais da homeopatia, a das dinâmicas e a dos similia cum similibus⁹⁶, aberram dos conceitos de causalidade e de energia, pacífica e mansamente estatuídos em ciência” (Ibidem).

Sabe-se que nenhum conceito ou lei fundamental foi “pacífica e mansamente” estabelecido na ciência moderna (Luz, 1998), mas este não é o maior problema da afirmação acima. A meu ver, o mais significativo é o desconhecido dos princípios básicos da homeopatia, até nos seus termos, demonstrado pelo articulista. Desconhecimento recorrente nos médicos alopatas, mas tratado como natural porque o objeto desse desconhecimento é considerado sem importância.

Em segundo lugar o desconhecimento, também recorrente, da história da tensa relação institucional entre as duas correntes médicas no Brasil (e em plano internacional). Desconhecimento que atinge inclusive o momento em que o comentarista escrevia, marcado pelas *Comissões* que tentavam desequiparar a Escola e fechar o Hospital Hahnemanniano.

A desinformação do articulista do periódico médico aumenta quando este, numa posição de grande liberalismo terapêutico, declara que apesar de sua absoluta falta de base científica, a homeopatia não deve ser perseguida, pois nas disciplinas envolvendo a vida e a morte todas as dúvidas e todas as crenças são toleráveis:

96 Grifos meus, para acentuar o erro das afirmações: são quatro princípios e a lei dos semelhantes formula-se: *similia similibus curantur* (os semelhantes curam-se pelos semelhantes).

“Se é certo que nunca a homeopatia pode sancionar pela experimentação as observações que apregoa; se não é possível aceitar, sem grandes reservas, os benefícios reais de que se dizem capazes os seus tratamentos, incidindo sobre doenças e não doentes (em homeopatia há doenças e não doentes) (...) tratando-se das ciências de vida e da morte, todas as dúvidas e todas as reservas são toleráveis, todas as ideias e todas as crenças são cabíveis, não devendo por isso a orientação oficial ou vencedora considerar crime a prática de qualquer outra”. (Ibidem).

De qualquer modo, não adiantaria mesmo perseguir outras orientações porque essas, ao invés de trabalharem na luz do dia, “as escancarar”, trabalhariam na clandestinidade, “às escuras”.

Finalmente, o comentarista afirma que “a luta contra a homeopatia nunca existiu”, e quem lhe deu importância, como no caso da notícia de Buenos Aires (onde se fala da proibição da venda de remédios homeopáticos pelo Diretor da Saúde Pública), foi à imprensa leiga.

Um segundo “comentário”, na 2ª parte da mesma sessão, é mais radical na negação de qualquer ataque aos homeopatas da parte dos alopatas, atribuindo as medidas de discriminação ou proibição aos “políticos”, jamais aos médicos:

“Apesar de tida na maior descrença quanto aos seus fundamentos principais e quanto aos seus reais préstimos, nunca se deram os médicos alopatas ao trabalho de combatê-la, quer no terreno da clínica, quer no da teoria pura. No Império, várias tentativas se fizeram

para criar-lhe uma cadeira na Faculdade de Medicina, pretensão sempre impugnada, não pelos médicos, mas pelos homens de governo". (Ibidem).

O autor do comentário chama a testemunho em seu favor o próprio funcionamento da Escola Hahnemanniana, "em mau momento reconhecido", mas que "tem todas as cadeiras que deve ter uma faculdade de verdade", como a História Natural, a Anatomia, a Fisiologia, a Anatomia Patológica, bem como as cadeiras das clínicas especializadas, formando assim "ótimos médicos alopatas, talvez mesmo a maioria". Segundo o autor, "são os médicos homeopatas que investem contra os alopatas, com as armas mais vulnerantes ao seu alcance", enquanto a medicina alopática "se mantém quieta e em atitude de indiferença à disputa e à pendência".

Antes de comentar a existência ou não dessa atitude "quieta" e "indiferente", perguntemos ao comentarista a que se deve atribuí-la. Por que a atitude calma e silenciosa da medicina oficial à homeopatia? A resposta do articulista é surpreendente:

"é que a rival é representada por médicos formados, homens de cultura, muito embora desviados por caminhos errôneos, mas em geral sinceros nas doutrinas científicas. Em geral o mal que praticam é por omissão (devido à inocuidade dos medicamentos homeopáticos) e não por ação." (Ibidem).

Em outras palavras, os médicos homeopatas são dissidentes, mas são *médicos* ("homens de cultura", "sinceros nas doutrinas científicas"); são como ovelhas desgarradas. Há que compreendê-los e não condená-los.

É interessante assinalar esse olhar menos duro sobre os homeopatas e sobre a homeopatia no apagar dos anos trinta. Ele exprime, a meu ver, uma transformação no próprio campo do saber e das instituições médicas, com considerável perda de poder das tradicionais Academias (médicas ou não médicas) e com a ascensão da medicina das especialidades e das indústrias farmacêuticas. Estas predominarão crescentemente no saber médico a partir dos anos quarenta.

Outro exemplo desse olhar menos severo da Academia sobre a homeopatia, no final da década, pode ser encontrado no Boletim da Academia Nacional de Medicina, quando narra à sessão de 19 de maio de 1938. Esta, em sua “ordem do dia”, discute o surgimento de uma nova doutrina médica, a *diapatia*, criada por um médico da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da então capital da República.

Antes de por em prática tal terapêutica no ensino médico, que já obtivera aprovação do prefeito e médico Pedro Ernesto, o Secretário, um acadêmico resolve ouvir em parecer a Academia Nacional de Medicina. Esta compara a diapatia com a homeopatia para chegar a uma conclusão, procurando agir “sem prevenções nem apaixonamento”, em respeito ao trabalho do seu inventor, cujo “espírito grandemente culto, fortemente imaginoso e inventor” é exaltado.

O parecer é, evidentemente, *contrário* à introdução de tal terapia no ensino e nos serviços médicos públicos.

Mas não deixa de chamar a atenção o tom respeitoso e a atitude de busca de comprovação (ou refutação) da nova terapêutica pelas leis da ciência (física e química especificamente).

Além disso, e é o que me interessa salientar aqui, na comparação com a homeopatia, os princípios homeopáticos são exaltados e a própria homeopatia é encarada como parte da lógica Médica. Dissidente, é verdade, mas até certo ponto defensável, apesar de não estar ainda comprovada pelas leis científicas em vigor. É o que se pode depreender dos seguintes trechos, que constituem o núcleo da argumentação acadêmica na rejeição da terapia *diapática*:

“O autor (...) escreve não possuir a diapatia, tal qual a homeopatia, nenhum fator sugestivo: não tem gosto, não tem cor, nem cheiro, nem mistérios. (...) A homeopatia não possui cheiro, sabor ou colorido, nem mistérios, mas suas leis dão o que pensar, por isso que se assentam em princípios perfeitamente aceitáveis: *similia similibus curantur, experimentia in homine sano, unitas remedie e dosis mininae* ⁹⁷ (...) A homeopatia, com seus processos e doutrinas, apresenta qualquer coisa de lógico, tornando-se de certo modo defensável, que por muitos se contam quantos a seguem e praticam”. ⁹⁸

Finalmente, o autor (ou autores) do parecer, num evidente ecletismo terapêutico opina(m) que:

“A medicina humana é justa, e sábia é aquela que se opõem à entidade mórbida valendo-se dos meios mecânicos, físicos, químicos, físico-químicos, biológicos, empregando doses mínimas ou máximas, conforme a natureza das drogas

97 Grifos do original. O autor do parecer conhece os princípios da homeopatia (será um homeopata *infiltrado* na Academia?), o que já é novidade, mas mais do que isso, considera-se os *perfeitamente aceitáveis*.

98 Boletim da Academia Nacional de Medicina, maio de 1938, p.43-44.

aplica estas isoladamente ou aproveitando sua ação sinérgica, age diretamente sobre o agente patogênico ou determina a produção de antígenos do germe causal, exaltando o poder orgânico, procurando vender mais cara a derrota ante a agressão mórbida, com os soros, as vacinas, os hormônios, as vitaminas, os fermentos." (Ibidem, *loc. cit.*)

Em outras palavras, para esses acadêmicos a medicina é antes de tudo *arte*, se não de curar, pelo menos de combater as doenças, e nesse combate todas as armas são válidas.

Quando predominam os clínicos nas instituições acadêmicas da medicina, as pendências teóricas são, muitas vezes, consideradas secundárias, face à questão do agir terapêutico. Para eles, a clínica enquanto *ars curandi* é soberana. E, desse ponto de vista, mesmo a homeopatia é admissível. Aqui se está distante dos higienistas da Faculdade de Medicina do século XIX, e dos sanitaristas da Direção Geral de Saúde Pública, do início do século até os anos 20.

Mas também se está, neste final dos anos trinta, em face de grandes transformações na própria medicina e nas instituições médicas no Brasil, que a partir da década seguinte se orientarão, como já mencionei, por uma lógica externa à *arte de curar*. Essa lógica é a do processo de produção industrial, com todas as suas consequências sociais. Através dos medicamentos e dos equipamentos médicos (cirúrgicos, diagnósticos, terapêuticos etc.), essa lógica orientará uma nova forma de divisão do trabalho médico, através da prática das especialidades, crescentemente numerosas, e do ensino das ciências médicas. Subordinará cada vez mais

o aspecto terapêutico ao científico-tecnológico na medicina. Aprofundará mais o fosso entre a medicina preventiva e social e a medicina curativa, individual (LUZ, 1979).

De algum modo, o esvaziamento acadêmico da homeopatia ecoa o próprio esvaziamento da Academia Nacional de Medicina, que perde muito do seu poder institucional a partir dos anos 30. Grande parte das transformações político-institucionais implantadas com esses anos, como se sabe, fizeram-se em detrimento dos poderes tradicionais da sociedade brasileira, com o advento de um projeto político nacional, modernizador e centralista, inclusive no plano da ciência e da cultura.

Não se deve esquecer que as primeiras Universidades do país são da década de 30 e que seu surgimento deslocou as tradicionais faculdades de Direito, Medicina e Escolas Politécnicas da dominância da ideologia cultural na nossa sociedade. Essa ideologia, *bacharelesca*, em que pese o componente cientificista das Politécnicas, passa a ser considerada atrasada em face de um projeto de modernidade científica e cultural do Brasil, e de sua inserção no *concerto das nações* (LUZ, 1982).

Do ponto de vista específico do saber médico, este deverá reformar as Faculdades de Ciências Médicas e inserir-se no plano mais amplo da Universidade. De fato, é a partir da criação das Universidades que os hospitais serão conseqüentemente reestruturados, obtendo o estatuto de centro de pesquisas e de treinamento da prática médica, dando origem aos atuais hospitais universitários.

O Silêncio Institucional sobre a Homeopatia a partir de 40

Dentro da perspectiva de modernização industrializante que marca o período Vargas na nossa história, não há do ponto de vista da medicina científica, nenhum espaço para a homeopatia. Não há mesmo o que se combater, pois, em face de tal projeto, o saber homeopático torna-se anacrônico tanto na teoria, que é vitalista, quanto na terapêutica, que é centrada na individualidade do paciente.

Deste modo, se já no final dos anos trinta era raro encontrar na imprensa médica, reflexo das atividades e discussões acadêmicas, comentários ou discussões referentes à homeopatia, nos anos quarenta já não se falará mais no assunto.

Num certo sentido, tem razão o comentarista de *Brasil Médico*, quando afirma que a medicina assiste calma e indiferente às polêmicas e notícias que agitam a imprensa leiga sobre a homeopatia.

Por outro lado, a Academia Nacional de Medicina já não é mais, com a centralização institucional em marcha, um núcleo decisivo do poder médico. Prova disso é o estatuto da Ordem dos Médicos, que o poder central tentou impor à corporação, no sentido de *enquadrá-la*.

Mas é verdade, também, que o saber médico, enquanto arte de curar, estava passando por um momento de grande transformação com o advento do fármaco como terapêutica industrializada, *em escala*, descaracterizando completamente a medicina alopática vigente em termos de *ars curandi*. As tradicionais relações entre o médico e o farmacêutico, que preparava as receitas do médico, e

do próprio médico com suas *poções*, são profundamente abaladas. O novo mediador entre o médico e seu paciente será a indústria químico-farmacêutica, que põe em cena como agentes o *vendedor de remédios*, representante dos laboratórios, e o *bulário*, no lugar do antigo manipulador de substâncias e dosagens que aviava o receituário médico.

Os próprios clínicos alopatas estão em estado de perplexidade diante das rápidas mudanças, na teoria e na prática terapêutica, que antecedem a era dos antibióticos. Isto pode explicar a atitude de *ecletismo terapêutico* analisado há pouco.

Além disso, os homeopatas já haviam conquistado, *como médicos*, alguma credibilidade junto aos alopatas, em função de sua "cultura", "sinceridade nas doutrinas científicas", não em termos de número, considerando insuficiente, mas, sobretudo, em termos de sua possível *eficácia como terapeutas* (o que é diferente de afirmar: em função da eficácia terapêutica da homeopatia).

Nesse contexto, a denúncia dos *curandeiros de beca* perde o sentido. A caça aos charlatães deve ceder lugar à atividades bem mais urgentes e importantes a serem desempenhados pelos médicos.

A medicina é chamada, nesse momento, a rever seu papel institucional na sociedade brasileira, a instalar-se nos serviços públicos de atenção médica curativa, em expansão através dos Institutos e Caixas de trabalhadores, nas instituições de Saúde Pública, para o controle de epidemias e endemias (rurais e urbanas), através de diversos serviços e programas institucionais, e nas faculdades e hospitais,

crescentemente ligados ao ensino médico (LUZ, 1979/1982).

Enfim, a medicina é chamada a assumir as características que têm nas sociedades industriais ou em processo de industrialização.

Nesse contexto, a homeopatia é deixada de lado. Os homeopatas, entretanto, tomam esse silêncio como estratégia de combate, a mais dura, talvez, pois consiste em agir como se a rival não existisse mais. Para eles, esta estratégia é pior que as dos períodos anteriores, quando a existência de polêmicas dava à homeopatia a oportunidade de expressar-se, ou quando as perseguições concediam-lhe o estatuto de vítima institucional.

Um exemplo desta postura pode ser visto no discurso do Dr. David Castro, médico homeopata pertencente à Liga Homeopática do Rio Grande do Sul, fundada em 1941, em sua comunicação apresentada ao 20º Congresso Médico Homeopático Pan-Americano, realizado em outubro de 1949, na Flórida, cujo título, “A conspiração do Silêncio”, é bastante sugestivo.

Nesse trabalho, o Dr. Castro desenvolve a tese que a nova estratégia que a medicina oficial arma vitoriosamente contra a homeopatia é o *silêncio*, estratégia que segue à fase dura, “do combate violento direto ofensivo” e à fase do combate pela redução da homeopatia ao ridículo, “dos comentários irônicos sobre as agulhas e doses infinitesimais”. Salientando que os homeopatas são em grande parte, devido à omissão, ao sectarismo e ao enclausuramento, responsáveis por esse *silêncio*, o Dr. David Castro afirma que:

“A medicina chamada oficial, por ser a medicina ensinada nas escolas e institutos oficiais, vem mantendo, frente à Homeopatia e à terapêutica homeopática, uma forma original de combate na qual usa uma arma também original: o silêncio. Estabeleceu-se e consolidou-se nos meios médicos não homeopáticos uma verdadeira conspiração do silêncio contra a doutrina de Hahnemann e as suas leis de cura”.⁹⁹

Minha hipótese para este silêncio é bem menos conspiratória, como esbocei acima, e leva em consideração elementos estruturais de mudanças institucionais significativas na sociedade brasileira, que obrigam a medicina oficial a mudar o rumo de suas eventuais disputas, face à ampliação de seu papel na sociedade industrial em construção. Não descarto, entretanto, a possibilidade de existência de uma tática de silenciar sobre a questão homeopática.

De qualquer modo, deve ser salientado que o Dr. Castro, um acadêmico homeopata exigente, está tão preocupado com o silêncio da alopatia como a *indiferença* e o fechamento *na torre de marfim* dos homeopatas. Denunciando essas atitudes, propõe o seguinte programa, para que a homeopatia vença a *estratégia do silêncio*, ganhando legitimação científica e acadêmica:

“1º Participação em todos os Congressos médicos de nossas respectivas localidades, discutindo suas teses e apresentando as nossas próprias;

2º Adesão a Academias e Associações científicas, participando de seus trabalhos, fazendo comunicações sobre os nossos próprios;

99 *Boletim de Homeopatia*, julho/49, p.17-20, fev/50, p.17.

3º Realização, nestes meios, de Conferências e exposições teóricas;

4º Colaboração em todos os jornais e revistas científicas, sempre que for possível e procurando fazer que o seja;

5º Colocar como objetivo máximo do trabalho pela Homeopatia (...) conseguir que as Faculdades de Medicina admitam, ainda que facultativamente, o ensino das teorias e da prática homeopáticas”.¹⁰⁰

Esse tipo de *programa estratégico* de atividades proposto aos homeopatas só poderia advir de um *acadêmico*, trabalhando num polo dinâmico de atuação institucional. Não era o caso, naquele momento, do tradicional I.H.B.

De fato, desde a segunda metade de trinta, o polo de dinamismo da homeopatia, sobretudo no plano acadêmico, deslocara-se para o sul do país, com a fundação da Associação Paulista de Homeopatia (A.P.H.) em meados de 1936, e da Liga Homeopática do Rio Grande do Sul, em 1941.

A partir da década de quarenta, muitos dos eventos e das polêmicas médicas, internas e externas à homeopatia, gravitarão ao redor do polo sul do Brasil, incluindo o Paraná. Os grandes nomes homeopáticos, também, como Murtinho Nobre, David Castro, Alberto Seabra, Alfredo Castro, Nogueira da Silva, Alfredo de Vernieri e o próprio Galhardo, girarão em torno das atividades promovidas pela A.P.H. e pela Liga do Rio Grande do Sul.

Como se examinou atrás, o esvaziamento acadêmico do I.H.B. era evidente já nos anos 30. No fim desta década,

100 *Boletim de Homeopatia*, op.cit, p.20.

o ensino das cadeiras de Homeopatia na Escola de Medicina e Cirurgia tornou-se facultativo, enquanto o de medicina alopática permaneceu obrigatório (GALHARDO, 1939, p.25-29).

Esta situação de perda não cessa de se agravar durante as décadas de 40 e 50. Em 1949, por exemplo, ano da comunicação do Dr. David Castro ao Congresso Pan-Americano de Homeopatia, dos 117 alunos do curso médico da Escola, apenas *um* seguia o curso optativo de homeopatia, sem se ter notícia de que tenha efetivamente exercido essa terapêutica.

Já em 1945 o Hospital Hahnemanniano fora fechado (em parte em função de obras), passando a desenvolver apenas o trabalho de ambulatórios.

Em dezembro de 1948 o I.H.B. concedera autonomia à Escola de Medicina e Cirurgia, que passou a chamar-se Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Esta foi *federalizada* pelo decreto nº 3271 de 30/9/57, isto é, subordinou-se ao MEC, tornando-se definitivamente uma faculdade de medicina alopática como as outras, com algumas cadeiras eletivas de homeopatia: no início 5, depois 3.

Compreende-se, dessa forma, que o *programa* proposto por Castro não deixava de ser um programa de *salvação* da homeopatia em termos de sua legitimidade acadêmico-científica.

Os Anos 40-60: A Expansão da Homeopatia como forma Social de Atenção Médica

Apesar de suas repetidas derrotas e do declínio no plano acadêmico, a homeopatia caminhava no terreno da legitimação institucional, se se considera sua inserção nos serviços públicos de saúde, ou sua oficialização terapêutica como alternativa pública de atenção médica.

Este fato é particularmente notável quando se constata a expansão, nas décadas de 40 e 50, de ambulatórios, consultórios públicos, enfermarias e mesmo hospitais, seja através dos convênios com entidades ligadas à previdência social (sindicatos, caixas, institutos), seja através de subvenções públicas, ainda que modestas (se se considera, por exemplo, a doação de terrenos para construção de sedes institucionais ou locais de atenção médica), seja ainda através das contribuições de sócios, simpatizantes e generosos doadores.

Na região Sul, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, estado do presidente da nação, essa oficialização via poder público (municipal, estadual e federal) foi muito importante para a ampliação e legitimação das atividades da homeopatia, através das Ligas Homeopáticas.

Esta tendência confirma-se também em São Paulo, embora não tão fortemente, com a A.P.H., e no Rio de Janeiro, junto ao I.H.B., que tem o apoio de presidentes como Vargas e Dutra para a realização de Congressos e para a regulamentação de atividades.

No Rio de Janeiro, por exemplo, centro desta análise, um convênio para o financiamento da construção de um

grande conjunto hospitalar foi firmado com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) em 1944.

“Nasceu dessa concepção (dos professores e médicos do I.H.B. ligados à Escola e ao Hospital homeopático) um grandioso projeto, constante de cinco pavilhões, dos quais um teria três andares, dois teriam seis andares, e outros dois nada menos que nove andares.”

Sem considerar aqui o caráter faraônico do projeto, descrito integralmente no Relatório da diretoria do I.H.B. do período 1949/51, é importante salientar que o IAPI concedeu, para sua execução, pouco mais de 15 milhões de cruzeiros da época, o que já era uma verba considerável, embora o projeto da obra implicasse em mais do que o dobro.

Por uma série de equívocos e erros, alguns graves, no gerenciamento do projeto, o que levou a sua paralização e reformulação várias vezes, o mesmo continuava em arrastada execução seis anos depois, em 1951.

Nesse ano, a direção do I.H.B. conseguiu assinar novo contrato com o IAPI para terminar as obras, agora bem mais modestas, onde se encontra até hoje a sede do I.H.B. e da Escola de Medicina e Cirurgia (UNI-RIO), com os trabalhos orçados em 25 milhões de cruzeiros da época.

O que se quer chamar a atenção aqui é para o fato de que, apesar de todos os problemas administrativos envolvendo a execução do projeto, o IAPI manteve sua confiança na Instituição, firmando mesmo novo convênio.

Desta forma, é importante demarcar não apenas a presença, como o relativo sucesso que teve a homeopatia

junto a organizações sindicais e as instituições previdenciárias, no período abrangendo os anos quarenta-sessenta.

Do meu ponto de vista, o centro da estratégia de legitimação da homeopatia passava, nesse período, por um lado por sua expansão nos órgãos públicos, sobretudo os previdenciários, e por outro, por seu reconhecimento oficial, via poderes legislativo e executivo, como forma de *atenção médica social*, válida para os trabalhadores e para os indigentes, antiga classificação designando categorias urbanas não inseridas nos polos dinâmicos da produção social, desprovidos dos direitos previdenciários e sociais mais amplos, inclusive de saúde.

A ambição dos homeopatas da época, pelo menos dos mais combativos, entre os quais se destaca o já citado David Castro, é sem dúvida estender a homeopatia, como forma de *medicina socializada*, a todas as camadas desprovidas de atenção médica nas cidades brasileiras.

E para isso são necessários muitos homeopatas, muitos mais do que os formados, não só no I.H.B., mas em todo o Brasil. Para os militantes da homeopatia, o pouquíssimo número de médicos declaradamente homeopatas é não apenas inverídico, como catastrófico.

É assim que o Dr. Walter Soares da Cunha apresenta, em 1950, na *Voz da Homeopatia*, um artigo intitulado “Estatística Alarmante”, baseado num estudo do Departamento de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro, em capítulo sobre os “Médicos do Distrito Federal”. Tomando como referência o ano de 1949, o artigo constata que os 4502 médicos registrados, somente 21 “declararam sua qualidade

de homeopatas, isto é, 0,5%”.

O autor afirma que este número não pode ser real, pois no “registro clínico geral” consta o nome de diversos médicos reconhecidos como homeopatas, “os quais, por algum motivo, não declararam sua qualidade de homeopatas” (MORAES, 1990).

Há nessa época, entre os homeopatas, uma preocupação crescente com o número insuficiente de seus profissionais, face à demanda social crescente de atenção médica.

O processo de migração e urbanização, junto à progressiva industrialização, que atingiram em parte os setores da costa brasileira e grandemente as regiões sudeste e sul, a partir dos anos 50, criando o fenômeno das grandes cidades, das metrópoles *inchadas* sem um desenvolvimento socioeconômico correspondente, geraram uma enorme demanda às instituições de saúde.

Todo um conjunto de discussões e pronunciamentos de natureza médico-social aparecem então nas revistas homeopáticas, estendendo-se até os anos sessenta, tematizando a *questão social* brasileira na saúde, propondo a entrada da homeopatia como uma alternativa de medicina socializada, acessível e eficaz para as doenças que atingiam – e ainda hoje atingem- a maior parte da população brasileira.

Doenças caudadas, segundo os próprios homeopatas, pela pobreza, por carências alimentares e sanitárias, e evitáveis com algumas medidas de saúde coletiva, ligadas à higiene e à medicina preventiva social.

Em outras palavras, trata-se de apresentar a homeopatia como uma medicina de baixos custos, facilmente generalizável, com alta eficácia no controle de epidemias e endemias, e com medicamentos acessíveis e baratos, fabricados no Brasil.

Assim se coloca, predominantemente, a homeopatia nos anos cinquenta e sessenta: como medicina social, generalista e *integral*, isto é, atendendo ao homem como um todo, numa sociedade em que ele é o grande esquecido. Uma medicina humanista, de ambulatórios e de enfermarias públicas, de postos de saúde em bairros pobres e favelas, ao menos na proposta de vanguardistas como David Castro, Godoy Ferraz ou o mineiro J. S. Schembri.

A homeopatia apresenta-se, uma vez mais, como no século anterior, como uma medicina *a serviço das classes pobres*, não mais socialista, mas numa perspectiva cristã, de *paz e caridade*, em que os médicos devem *atender os pobres nas favelas* (SCHEMBRI, 1963, p.7-14).

Deve-se lembrar, a esse propósito, a grande influência que tem ainda o espiritismo Kardecista sobre os médicos homeopatas nesse período, proveniente do início do século, mantendo-se com bastante estabilidade, apesar das grandes mudanças verificadas na ideologia médica oficial.

Entretanto, segundo esses médicos, esse tipo de medicina não interessa à medicina dominante, entregue aos grandes laboratórios internacionais e aos possíveis lucros advindos das vendas de antibióticos, hormônios, vitaminas etc. É a opinião de Énéas Heringuer, farmacêutico homeopata, que em 1960 declara que “aos americanos não interessa a

homeopatia, por ser especialidade medicamentosa de baixo custo, não dando margem, portanto, aos grandes *trusts* magnificamente por eles explorados, como acontece com os antibióticos de largo espectro, hormônios, vitaminas etc.” (A voz da homeopatia, 1960, p.71).

Assim, a preocupação nacionalista está também presente na luta dos homeopatas nas décadas de 50 e 60. Além disso, a preocupação preventivista e socializante da atenção médica será constante. Doenças coletivas, agudas ou crônicas, tais como a gastroenterite, as verminoses, o sarampo, a poliomielite, ou o alcoolismo, a hemofilia, a tuberculose e o câncer serão temas de discussão nos Boletins e Revistas homeopáticas, desde os anos quarenta, crescendo nas décadas seguintes as considerações sobre a possível existência de um tratamento homeopático eficaz para essas patologias.

Pode-se constatar, na leitura de vários números desses órgãos, uma *modernização* do discurso homeopático, que trabalha decididamente com as especialidades médicas e discute certas técnicas de intervenção diagnóstica ou terapêutica, oriundas da alopatia, tais os exames de sangue, urina ou fezes, as radiografias, as vacinas, as cirurgias etc., no sentido de saber até que ponto a homeopatia pode empregá-las, ratificando-as ou adequá-las *homeopaticamente*, ou então descarta-las, por ferirem os princípios homeopáticos. Tal discussão, colocada normalmente em termos técnicos, em nada lembra as apaixonadas polêmicas doutrinárias da 2ª metade do século XIX, ou ainda do início do século XX. Há mesmo, acredito, uma estratégia institucional de adequar a homeopatia à racionalidade crescentemente tecnológica

que transforma a medicina a partir dos anos cinquenta, num esforço aparente de afirmar o saber homeopático como parte dessa racionalidade.

Esforço problemático, como tentei demonstrar em capítulos anteriores, pois a homeopatia diverge dessa medicina tecnocientífica centrada nos remédios industrializados cada vez mais específicos e impessoais ao mesmo tempo, e nas doenças, cada vez mais gerais em termos de populações e especializadas em termos de patologia. O progresso médico passa doravante por esses elementos, alheios à racionalidade homeopática, que é divergente e mesmo oposta, em vários aspectos, ao núcleo desse processo.

O apoio da classe média urbana, assim como do público trabalhador sindicalizado previdenciário, irá cada vez mais para a *medicina do progresso*, apoiada nas descobertas científicas, e em formas de intervenção sofisticadas, ligadas às especialidades, que se multiplicarão desde os anos sessenta, atingindo a partir da década de setenta um desenvolvimento até então inexistente na história da medicina.

Mas um público tradicional da homeopatia lhe continuará fiel, tanto nas cidades como no meio rural. Interessa-me aqui o público urbano. Este público, que os homeopatas chamam de “pobres”, continuará a fazer uso, senão dos médicos, que são poucos, pelo menos dos medicamentos homeopáticos, durante os anos cinquenta, sessenta e setenta.

Mas quem são os *pobres* dos homeopatas? A meu ver são o núcleo da *clientela tradicional* da homeopatia, conforme classificação de Loyola (1987), incluindo parte da classe média

urbana, formada principalmente por funcionários públicos, professores, comerciantes, comerciários e militares, que aderiam a esta forma terapêutica em sua fase áurea, e que passaram aos filhos e netos sua crença, através dos remédios.

Essa *classe média tradicional* é mais típica dos bairros da zona norte e dos subúrbios cariocas, e se tratam com homeopatas também *tradicionais*, isto é, espíritas. Estes costumam *praticar a caridade* junto a setores sociais ainda mais desprovidos de recursos que a empobrecida classe média tradicional, em ambulatórios instalados em centros kardecistas, em antigas farmácias homeopáticas, ou mesmo nos seus consultórios particulares: subempregados, desempregados, aposentados, favelados, mulheres em sua grande maioria. Esses são basicamente os *pobres* dos homeopatas.

O uso que fazem da homeopatia esses pobres é tão peculiar como irregular: baseado no uso de *complexos homeopáticos* fornecidos pelas farmácias históricas da homeopatia, produtos compostos de vários fármacos em baixa *dinamização*, destinados a poli sintomas ou síndromes, duramente condenados pelos neo-ortodoxos, sobretudo pelos unicistas. Estes consideram esse gênero de medicação *complexista*, além de não homeopática, antiética, pois desobedece aos princípios fundamentais da farmácia em homeopatia.

Não entrarei nessa discussão, um dos polos de debate importante no período subsequente, o último desse estudo. Quero apenas salientar que foi esse tipo de clientela que evitou solução de continuidade no consumo da medicina e dos medicamentos homeopáticos, nos duros anos para a

homeopatia que vão de 50 a 70.

É também essa clientela que permite entender, por exemplo, uma sondagem, de opinião realizada pelo IBOPE em 1957, que incluía duas perguntas sobre o consumo de medicamentos homeopáticos: "Acredita em homeopatia como remédio?" e "Já teve oportunidade de usar a homeopatia?". Em 800 pessoas entrevistadas, 76,16% responderam *sim* à primeira pergunta, e 73,3% *sim* à segunda pergunta. Como geralmente acontece nas pesquisas sobre consumo médico, a maioria absoluta das respostas positivas adveio do sexo feminino.

Um dado mais interessante, entretanto, diz respeito à idade dos entrevistados: 89,6% e 87,6% das pessoas que responderam afirmativamente às duas perguntas tinham idade superior a 50 anos. Se considerarmos que a pesquisa foi feita em 1957, teremos um universo de consumidores que haviam nascido no início do século, na fase áurea da homeopatia (MORAES, 1990, p.7).

Possivelmente seus pais os trataram com homeopatia, e, eles mesmos continuaram a fazer uso da medicina homeopática. É provável que tenham tratado seus filhos com homeopatia nos anos trinta e quarenta.

Entretanto, grande parte da geração nascida no final dos anos trinta e início dos quarenta teve dificuldade em aceitar, na segunda metade dos cinquenta, os medicamentos homeopáticos. Restavam os *netos*, nascidos no fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Eles *voltaram* aos avós, na virada do movimento da contracultura dos anos 70.

Este raciocínio é evidentemente hipotético, quase

um exercício de imaginação histórica, mas baseado numa suposição fundamentada. Uma grande maioria da clientela jovem e dos jovens médicos entrevistados nos anos 80 pela pesquisa que originou este livro, recebera a homeopatia como herança cultural de seus pais, e, sobretudo, *avós*.

Ainda na década de 50, em 1954, o Dr. David Castro afirma que existiam naquele momento, “200 farmácias especializadas, dezenas de ambulatórios, e nada menos de 10 ou 12 grandes laboratórios produtores de medicamentos homeopáticos” (MORAES, 1990, p.8).

Se lembrarmos-nos que a homeopatia obteve, nos anos cinquenta e sessenta, apoio nos meios sindical e previdenciário compreenderemos que, apesar do declínio acadêmico e do descrédito da homeopatia como medicina científica, seu consumo estava solidamente ancorado em camadas populares não atingidas pelos serviços médicos oficiais ou pelos consultórios liberais e, conseqüentemente, pela ideologia do progresso médico.

Não se trata, é claro, da homeopatia acadêmica dos ortodoxos do I.H.B. Trata-se da homeopatia dos médicos espíritas e do público espiritualista (espíritas e outras seitas cristãs), popularmente apropriada num sincretismo médico de alopatia, homeopatia, fitoterapia e religião.

Mas é essa homeopatia que, como afirmei acima, garante, independentemente da principal instituição homeopática, a sobrevivência da homeopatia como opção terapêutica na sociedade brasileira nas épocas de grande hegemonia médica científica.

É verdade que para responder à demanda de

homeopatas, tanto o I.H.B. como a Federação Brasileira de Homeopatia, fundada por iniciativa do Dr. Amaro Azevedo em 1936, e por ele presidida até sua morte,¹⁰¹ organizaram, desde os anos cinquenta, cursos anuais *intensivos de divulgação*, para médicos e estudantes de medicina (do 3º ao 6º anos).

No I.H.B., tais cursos evoluíram, com altos e baixos, para cursos regulares de especialização nos anos setenta, como se verá no último capítulo deste livro, e foram formalmente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura como formação pós-graduada *latu sensu* nos anos oitenta. Já os cursos de divulgação da F.B.H. perderam todo o dinamismo com a morte de seu presidente, na segunda metade dos anos 80.

A F.B.H. teve, entretanto, um grande papel divulgador da homeopatia desde sua fundação, quando pretendeu aglutinar os diversos centros institucionais homeopáticos do país, até os anos setenta, limite desse período de estudo.

Além do Órgão *A Voz da Homeopatia*, lançado no mesmo ano de fundação da F.B.H. e distribuído por todo o Brasil (tiragem de cinco mil exemplares em 1960), essa instituição homeopática inaugurou também um programa de rádio (Rádio Mayrink Veiga) com o mesmo nome, em junho de 1937, no sentido de divulgar a homeopatia no Rio de Janeiro, programa que perdurou durante todo o Estado Novo.

Deve ser assinalado, porém, que todos esses eventos institucionais foram criados e dirigidos pela mesma pessoa, o

101 O Dr. Amaro Azevedo foi o 2º presidente da FBH, sendo o Dr. Duque Estrada o 1º. Apesar de algumas interrupções na década de 70, foi praticamente presidente vitalício dessa instituição homeopática.

General Amaro Azevedo, que parece ter tido uma orientação institucional bastante personalista e centralizada, o que é ressaltado pelo Dr. David Castro no órgão de divulgação homeopática *Simília* (MORAES, 1990).

Para Castro, que polemiza intensamente com Azevedo, do final dos anos sessenta ao início dos setenta, através dos periódicos *Simília e Voz da Homeopatia*, “o personalismo exagerado”, a “falta de trabalho em equipe”, além da mediocridade pessoal do “grupo” que domina as instituições homeopáticas no Rio de Janeiro, são os grandes responsáveis pelo “descalabro que impera entre os homeopatas da Guanabara” (MORAES, 1990, p. 11).

Em que consiste tal “descalabro”? Segundo o Dr. David Castro, no esvaziamento acadêmico total da homeopatia na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, devido ao descuido dos professores ligados ao I.H.B., que são “indiscutivelmente responsáveis pela situação do ensino na E.M.C. do R.J.” (MORAES, 1990, p. 9).

De fato, esse esvaziamento acadêmico das instituições homeopáticas do Rio de Janeiro pode ser ilustrado por dois eventos dos anos sessenta.

Em 1963, a Federação Brasileira de Homeopatia (F.B.H.), incentivada certamente pelo sucesso dos seus cursos anuais de divulgação intensiva, solicita ao Conselho Federal de Educação licença para o funcionamento de uma faculdade homeopática no Rio de Janeiro, cujo nome seria Faculdade de Medicina da Guanabara.

Essa solicitação foi, evidentemente, *indeferida*, e o relator, professor Maurício Rocha e Silva, farmacologista,

afirmou em seu parecer, entre outras considerações, que a homeopatia era “uma doutrina altamente suspeita e sem nenhuma base científica”.

Considerou, além disso, que os solicitantes não tinham base econômica para manter uma faculdade de medicina, e propôs que se mantivesse a homeopatia como um curso *optativo* de especialização.

Nesse episódio, o I.H.B. adotou uma postura bastante cautelosa, face à indignação de alguns médicos homeopatas, entre os quais o nosso já conhecido Dr. David Castro.

Este, em entrevista publicada no jornal *O Globo*, contesta as justificativas apresentadas pelo professor Maurício Rocha e Silva para indeferir a solicitação da FBH, argumentando que “entre os que acirradamente combatem a homeopatia estão os professores de farmacologia, que geralmente não exercem a clínica médica” (MORAES,1990, p. 9).

Pode-se entender melhor a indignação do homeopata, se se tiver clareza sobre o fato de que a disciplina da farmacologia perdia cada vez mais terreno nessa época, nas Faculdades de Medicina, tanto no saber, quanto na prática médica, face aos processos da indústria farmacêutica internacional no país e, face à separação crescente entre os cursos e as profissões de medicina e de farmácia.

Desse ponto de vista, um farmacologista seria um profissional não indicado para dar parecer sobre a medicina homeopática, já que “não exerce a clínica médica”.

Entretanto, é justamente esse profissional que

é escolhido para opinar sobre o pedido, uma vez que considera, *por princípio*, enquanto farmacêutico alopata, que a homeopatia não pode ter base científica do ponto de vista farmacológico, pois seus princípios a esse nível (*diluição, dinamização*) opõem-se aos princípios da química farmacêutica.

O segundo evento concerne ao Instituto Hahnemanniano do Brasil e suas perdas institucionais face à Escola e ao Hospital homeopático.

Primeiramente, deve ser salientado que o I.H.B. permaneceu sete anos, entre 1964 e 1971, sem publicar seu periódico, os *Anais*, o que por si já evidencia uma fase de descenso nas atividades institucionais e acadêmicas.

Em 1971, o Dr. Alberto Soares de Meirelles publicou um *Boletim Informativo do I.H.B.*, cobrindo esse período (64-71), na qualidade de presidente do Instituto.

Numa assembleia extraordinária do I.H.B. de 1962, o Dr. Meirelles faz um relato retrospectivo de todas as dificuldades e reveses institucionais sofridos na década anterior pela Escola de Medicina e Cirurgia e pelo Hospital Hahnemanniano, fruto do bloqueio persistente “de um grupo de professores” da E.C.M. que, segundo o presidente do I.H.B., “deseja sua completa destruição”, isto é, a destruição da instituição máxima da homeopatia.

O Dr. Meirelles fez um discurso onde listou doze fatos que atestariam esse propósito, numa assembleia extraordinária geral de 7 de dezembro de 1962:

“1º O ensino da homeopatia tornado facultativo;

2º A mudança do nome da Escola;

3º A Campanha contra os homeopatas entre os alunos;

4º A omissão das cadeiras de Homeopatia no plano do ensino (ninguém informa, na Secretaria, aos alunos, como se processa o ensino delas, e não se publicam as datas das provas das cadeiras de homeopatia);

5º A omissão do serviço de homeopatia no Hospital Gaffrée e Guinle.

6º A extinção da cadeira de Terapêutica Clínica Homeopática, vaga com o falecimento do professor Jorge Murтинho, mutilando, assim, o ensino;

7º O silêncio a respeito da abertura de concurso da cadeira de Matéria Médica, vaga como o falecimento a 11 de novembro (de 62) do Professor Braga e Costa (o regimento manda abrir concurso 15 dias após se dar a vaga);

8º A suspensão, sem explicação, do pagamento dos aluguéis ao I.H.B. pela ocupação do prédio, desde 1958 (agosto);

9º A colocação, sem licença do I.H.B., na fachada do Hospital Homeopático, do nome da Escola (que se tornara alopática);

10º A omissão de verba, no orçamento que é organizado na Escola, para o pagamento dos aluguéis devidos;

11º A intriga, a maledicência e a difamação contra o diretor do Hospital, que está a defender o patrimônio do I.H.B.;

12º A descortesia da Direção da Escola em sua

correspondência com o I.H.B.”¹⁰²

Esse resumo retrospectivo leva em consideração a evolução dos fatos desde 1958. Por ele se pode ter uma ideia do rápido processo de despojamento a que foram submetidos o I.H.B. e as duas instituições que logrou construir e consolidar com grande esforço no início do século.

Para os professores alopatas instalados na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, não apenas o prédio da Escola, mas também o Hospital lhes pertencia e tudo o que neles se encontrava de recursos materiais e humanos. Quem estava *sobrando* ali eram os homeopatas e, sobretudo, a homeopatia. É possível que não se lembrassem mais das origens da Escola e do Hospital, dos seus fundadores e das finalidades iniciais das duas instituições. “De capitulação em capitulação” (para empregar a expressão de Meirelles), os homeopatas haviam perdido tudo. De tal forma que o presidente propõe a constituição de uma Comissão mista no I.H.B. “para se entenderem com o Diretor da Escola e seu Conselho Departamental” (Idem, p.5).

Tal comissão teria como encargo principal refrescar a memória dos “dignos professores componentes daquele órgão colegiado” sobre os seguintes fatos:

1º Que a Escola foi fundada em 1912 pelo I.H.B. para que nela fosse ministrado o ensino da Doutrina Hahnemanniana;

2º Que o I.H.B. sempre manteve uma linha de circunspeção e lealdade para a Escola mesmo depois de sua autonomia e federalização;

102 *Boletim Informativo do I.H.B.*, período 1964-1971, Rio de Janeiro, discurso do presidente A.S. Meirelles, p.4-5.

3º Que a construção do novo edifício onde se acham instalados o I.H.B., a E.M.C. e patrimônio, em 1949, (ocorreu) *sob a expressa condição de:* (grifo do original).

a) a Escola manter o ensino da Homeopatia com 5 cadeiras (...).

b) a Escola contribuir com a parte que lhe coubesse nas despesas com a construção, amortização e juros de financiamento.

Nota: A escola se furta ao cumprimento da cláusula “a”, não preenchendo as vagas de 2 cadeiras de homeopatia, e nunca fez encontro de contas com o I.H.B. a respeito das despesas com a construção, apesar dos insistentes apelos do I.H.B. (...).

4º Que o I.H.B. permitiu, como era natural, que a Escola ocupasse parte do Pavilhão do H.H., para instalação de algumas cadeiras e da administração, mediante a condição de pagar uma contribuição de Cr\$ 32.500,00 mensal, a título de aluguel.

Nota: a contribuição foi suspensa, sem explicação, desde 1958 (agosto), apesar de a Escola auferir lucros com essa ocupação, de vez que no anfiteatro do H.H. funciona, de manhã e à noite, um Curso de Preparação ¹⁰³ que não é gratuito.

5º Que o I.H.B. estabeleceu em 1955 que a administração do condomínio ficaria a cargo da diretora do I.H.B.

Nota: um membro titular do I.H.B. recebeu notificação, por um bilhete colocado no seu

103 Possivelmente um curso pré-vestibular.

carro, estacionado no pátio do I.H.B., que só poderia fazê-lo se tivesse permissão do Centro Acadêmico da Escola. A diretoria (da Escola) dispõe do prédio do I.H.B. sem dar a menor satisfação à diretoria do I.H.B.

6º Que o I.H.B., em 1958, compreendendo dificuldade de se estabelecerem regras para a vida em comum com a E.M.C., resolveu oferecer a incorporação total do prédio à Escola. Este oferecimento se transformou, três anos depois, no projeto nº 2740/61, oriundo da mensagem do executivo, que se acha parado na Câmara dos Deputados (Comissão de Educação e Cultura) por falta de interesse da direção da Escola.

Nota: esta situação está causando sérios e insanáveis prejuízos ao I.H.B., pelo seguinte:

a) está impedido, com a ocupação de seu edifício, de desenvolver os serviços do H.H., serviços que poderiam fornecer meios para o sustento das instituições, e o pagamento da amortização do financiamento;

b) está obrigado a despesas com pessoal, material, IAPC, sindicatos, telefones, etc.;

c) desvalorização da moeda, tornando impossível adquirir uma nova sede com a importância consignada no projeto nº 2740 (...)

7º Que os professores, alunos e empregados, usuários do prédio, oneram o H.H., como é natural, com despesas de conservação e limpeza do pavilhão, perturbam, com as aulas e o barulho dos alunos, os serviços dos ambulatórios;

8º- Que a Escola não providenciou a renovação da verba orçamentária para pagamento ao I.H.B.

das mensalidades correspondentes ao aluguel do prédio, como se poderá ver da recomendação feita pela repartição competente, no processo nº S.C. 105.428/61 em 6/10/1961 (processo para pagamento da verba consignada no orçamento para 1961, da importância de Cr\$ 600.000,00 ao I.H.B. pela locação do imóvel do mesmo).

Nota: “esse processo foi arquivado por falta de interesse da Escola.” (*Ibidem*, p. 4-6)

O extenso *roteiro* de itens a serem apresentados pela Comissão à diretoria da Escola termina com um verdadeiro apelo para que esta regularize sua situação face ao I.H.B., às cadeiras de homeopatia na faculdade e ao problema do espaço do Hospital, afirmando que se tal sessão “não for coroada de êxito”, que o I.H.B. deverá recorrer à justiça.

Porém, uma nota em *post-scriptum* nos esclarece que a comissão, formada pelos Drs. Meirelles (presidente), José Carneiro e Alfredo Eugênio Vervloet, enviou um ofício protocolado em 10/12/62 ao Diretor da Escola, pedindo a convocação extraordinária do Conselho Departamental para apreciar as questões listadas. De acordo com a Nota, o Conselho só foi convocado três meses depois, em 12 de março de 1963.

“Nesta sessão, foram lidas as reivindicações do I.H.B. e depois de longa discussão nada de concreto foi resolvido pelo Conselho Departamental, continuando-se, portanto, na mesma situação irregular de prejuízo para o I.H.B.” (*Ibidem*, p.7)

Na verdade essas pendências só foram se resolver no final da década de 60, em plena ditadura militar.

O Regime Autoritário Militar e a Homeopatia (1965-1975)

Foi somente em 1969 que o I.H.B. conseguiu saldar seu débito com o antigo IAPI, e tornar-se realmente proprietário do seu complexo institucional situado à Rua Frei Caneca, tendo a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro pago “todos os impostos e taxas que incidiram sobre o mesmo prédio”. O I.H.B. conseguiu, também, o que está registrado em Ata da Sessão do Instituto de 12 de novembro de 1969, que a escola contribuísse, à guisa de aluguel do prédio, com 120 salários mínimos anuais, além de pagar todas as despesas, taxas e impostos a ele referentes.

É inegavelmente uma vitória, a quem não está alheio o fato de o seu então presidente ser um militar, *general*, com possíveis amizades, senão alianças no regime vigente.

É preciso lembrar-se, aqui, da tradição secular de simpatia de uma parte dos militares pela homeopatia, o que lhe possibilitou, muitas vezes, se não a sobrevivência em plano oficial, ao menos a acolhida em enfermarias e dispensários da marinha e do exército. A simpatia dos militares pelo positivismo, e a aliança possível dos positivistas com a doutrina homeopática, face ao *humanismo positivista*, que seria mais afim aos métodos de intervenção e cura da homeopatia que da alopatia, muito ajudou as instituições homeopáticas em certas conjunturas institucionais desfavoráveis.

No regime militar pós 64 é inegável que algumas iniciativas favorecendo a homeopatia, ou pelo menos aliviando a discriminação que sobre ela pesava, foram tomadas. Entre elas citarei três, concernentes aos sessenta.

A primeira delas é a regulamentação das farmácias

e laboratórios homeopáticos, através do decreto nº 57.477, de 20 de dezembro de 1965, assinado pelo Presidente Castelo Branco, sendo ministro da Saúde Raymundo de Brito. É a oficialização completa da produção, do controle, da fiscalização e da profissionalização da farmácia homeopática.

A segunda, ainda concernida a farmacopeia homeopática, é uma regulamentação dispendo sobre a manipulação, o receituário, a industrialização e a venda de fármacos homeopáticos, bem como sobre o estoque mínimo necessário de medicamentos, o material e os utensílios necessários à manipulação e conservação, através de portaria de 21 de outubro de 1966, do Departamento Nacional de Saúde.

Finalmente, a terceira relaciona-se com o parcial reconhecimento, pela Associação Médica Brasileira (A.M.B.), da homeopatia como especialidade terapêutica da medicina, através de sua inclusão na lista de especialidades médicas.

Houve uma aceitação, por parte da Comissão de Especialidades daquela instituição para incluir a homeopatia como especialidade, em dezembro de 1968.

Deve ser assinalado, entretanto, que tal inclusão foi feita *ad referendum* da Comissão Científica e da diretoria da AMB. Não chegou a ser, portanto, uma real aceitação, uma vez que até 1971 não tinha havido uma ratificação do assunto pela diretoria da AMB. Essa ratificação só foi se verificar no final de 79.

Mas o simples fato da *aceitação* foi suficiente para deflagrar uma querela entre dirigentes da F.B.H., da A.P.H. e do I.H.B. (através dos Drs. Amaro Azevedo, David Castro e

Alberto Meirelles), na disputa pela paternidade dessa *vitória*, isto é, a legitimação da homeopatia junto ao órgão mor da corporação médica.

Deve ser ressaltada, entretanto, a posição mais contida do IHB, que se apresentou como órgão legítimo de representação nacional dos homeopatas junto à AMB e ao Conselho Federal de Educação.

O Instituto Hahnemanniano, através de seu presidente, já estava preocupado, naquele momento, com a oficialização de seu curso de especialização em homeopatia, nos termos da novíssima regulamentação da pós-graduação, estabelecida para o país através do Parecer nº 77/69, de 6/2/1969, pelo Conselho Federal de Educação.¹⁰⁴

Desta forma, com o final dos anos sessenta encerra-se a centenária pretensão dos homeopatas de manterem nas escolas médicas um ensino de graduação em homeopatia, contendo-se os discípulos de Hahnemann, naquele momento, com o ensino da homeopatia na pós-graduação *latu sensu*.

A luta pelo reconhecimento oficial dos cursos de especialização se apoiará na maior parte das vezes, neste período, no poder legislativo, através de alguns parlamentares importantes (Benjamin Farah, Fernando Ferrari), e no poder executivo, sobretudo nos *presidentes* de período autoritário, na busca de suplantar o bloqueio corporativo médico.

Para encerrar esse longo e complexo período, farei breves comentários sobre os Congressos de homeopatia nas décadas de 50 a 70, que contaram com a intensa participação dos homeopatas brasileiros.

104 Cf. *Boletim Informativo do IHB*, Rio de Janeiro, 1971 (período 64-71), p.9.

Em primeiro lugar, cabe constatar que inúmeros Encontros, Congressos e Simpósios, nacionais e internacionais, foram realizados entre os anos cinquenta e setenta, em homeopatia, seja na área de medicina, seja na de farmácia.

O 5º Congresso Brasileiro e o Congresso Pan-Americano de Homeopatia, por exemplo, foram realizados no Rio de Janeiro, em 1954, durante o 2º centenário do nascimento de Samuel Hahnemann. Para estes eventos, a presidência da República criou medalhas de honra e de mérito para condecorar personalidades, autoridades, pessoas e entidades que “tenham contribuído eficazmente para o desenvolvimento da Terapêutica Homeopática”.¹⁰⁵

Durante a década de cinquenta, aliás, vários desses Congressos e Encontros foram realizados no Rio de Janeiro, havendo, aparentemente, uma boa frequência a esses eventos, e, pelo que comentam os boletins e periódicos homeopáticos, bastante discussão e polêmica sobre temas especificamente homeopáticos, e sobre os desafios da medicina científica, de seu progresso tecnológico face à homeopatia.¹⁰⁶

Em segundo lugar, se a homeopatia perdeu terreno acadêmico desde os anos 30 junto às instituições oficiais de ensino, pelo menos, no Rio de Janeiro, tentou recuperá-lo, ainda que parcialmente, através de outros meios, como Congressos e Seminários, que foram a maior expressão. Neste sentido, é inegável que os anos cinquenta e sessenta

105 *Diário Oficial*, Seção I, Sexta-feira, 8 de outubro de 1954, p. 16559-16560.

106 Ver, por exemplo, os *Boletins de Homeopatia*, da Liga Homeopática do Rio Grande do Sul, dos anos 58, e *A Voz da Homeopatia* da F.B.H. do Rio de Janeiro do mesmo período.

assinalam uma *retomada de fôlego*, no plano da produção de conhecimento, ou pelo menos da divulgação deste saber médico. Mesmo marginalizados da grande ciência, os homeopatas debateram suas questões de pesquisa, ligadas à medicina e à farmácia, nos seus fóruns de discussão.

É preciso reconhecer o papel desta retomada de fôlego da homeopatia no campo da divulgação da pesquisa nos anos 60, condição para o reflorescimento que experimentará no campo da produção de conhecimento nos anos 80.

Finalmente, é preciso também assinalar que essa *retomada de fôlego* não se refletiu imediatamente no ensino homeopático, preso a um tradicionalismo decadente e à secular divisão doutrinária dos homeopatas. O declínio acadêmico da homeopatia, no caso do ensino, só tocará “o fundo do poço” nos anos 70.

Capítulo VII

A retomada da homeopatia como *Medicina Alternativa* (1970-1990)

Contextualizando: a crise cultural na medicina

É impossível compreender o sucesso da homeopatia a partir da segunda metade da década de setenta, tanto em termos de sua oficialização como em termos da aceitação por amplas camadas sociais, sem situar o quadro cultural da época no Brasil e no mundo.

Em relação aos movimentos de contracultura que haviam caracterizado o final dos anos sessenta, este quadro pode ser descrito como de uma extensa *pasteurização* das mudanças pretendidas pelos jovens *hippies* dos Estados Unidos ou *enragés* da França, através da *recuperação cultural* de várias bandeiras desses *movimentos*. Estratégias diversificadas de consumo, ligadas a indústrias¹⁰⁷ do setor

107 O termo *indústrias* aqui se refere mais a formas e estratégias de massificação do consumo, com uso intenso da mídia, que a formas de

terciário, entre as quais se destacam as do vestuário, do lazer, do turismo, do esporte, da alimentação e das terapêuticas, asseguram essa recuperação.

É o caso específico da relação saúde/medicina que me interessa tratar aqui. Embora se saiba que esta relação inclui vários elementos culturalmente significativos e complexos, tais como o regime alimentar, os lazeres, as concepções e representações sobre o corpo, as relações entre corpo e mente (ou *psique*) e a religião, essas estratégias de consumo fizeram florescer um conjunto de sistemas terapêuticos e de práticas de medicação – geralmente de *automedicação* – paralelos, às vezes opostos, aos da medicina oficial.

Esses sistemas terapêuticos e práticas de medicação e cuidado tinham originalmente em comum uma posição antitecnológica em relação à saúde e, nesta perspectiva, tendente ao *naturismo*. Defendiam formas simplificadas e não invasivas no tratamento de doenças, o consumo de medicamentos oriundos de produtos naturais (não *químicos*) e uma proposta ativa de promoção da saúde (distinta do preventismo médico), ao invés da postura tradicional de combate às doenças, característica da medicina científica. Nesse caso, o *naturismo* significa não apenas a rejeição da medicina especializada e tecnicizada, por invasiva e iatrogênica, portanto antinatural, mas também a afirmação da *força curativa da natureza* e da eficácia maior das terapêuticas provenientes da natureza. De tal modo que,

produção industrial em sentido estrito. Lazer, turismo, esporte e terapia, por exemplo, não são atividades suscetíveis de tornarem-se *produção industrial*, mas sim *produção cultural*. Entretanto, há um conjunto considerável de indústrias de consumo que efetivamente se organizam em torno dessa produção cultural.

antes mesmo que a homeopatia experimentasse seu grande relançamento oficial dos anos oitenta, a medicina fitoterápica em geral estava em alta, em termos de demanda de grandes setores das populações urbanas, tanto no Brasil, como no exterior.

É inegável, entretanto, que as *medicinas naturais*, que têm grande parte de seu estoque terapêutico baseado em produtos fitoterápicos, obtiveram seu renascimento no mundo ocidental através do sucesso cultural das civilizações do oriente, sobretudo da Índia e China, que caracterizaram a década de 60.

É esse sucesso que precisa ainda ser explicado, pelo menos no que concerne à questão que aqui interessa: a medicina contemporânea, em sua relação com a saúde e a sociedade. Pois, é muito provável que tal sucesso indicasse já a presença de um mal estar cultural na sociedade face à medicina, pois vai muito além de um juvenil modismo contestatório, que seria tão superficial, quanto passageiro.

A busca social de culturas médicas orientais, intensificada a partir dos anos setenta, sobretudo das medicinas chinesa e hindu, com suas visões da saúde do homem ditas *holistas* ou *integrais*, mas de fato profundamente espiritualizadas, é sintoma de um abalo sísmico de natureza ideológica que tem se mantido e propagado desde então na cultura ocidental, com maior ou menor intensidade nacional ou conjuntural.

Do ponto de vista deste trabalho, esse abalo atinge a cosmovisão que informa a medicina científica moderna, sua concepção tecnicista e atomizante do homem e de suas

doenças, concepção baseada na física clássica herdada de Newton e na visão dualista (corpo/alma) do ser humano, herdada de Descartes.

Se se acrescentar à concepção mecanicista da vida o iluminismo do século XVIII e o positivismo do século XIX, ambos fundados em princípios filosóficos materialistas, pode-se ter uma ideia aproximada da cosmologia *implícita* da medicina atual (LUZ, 1993), que tende a reduzir o ser humano a um conjunto de órgãos, fluidos, tecidos, moléculas e, mais recentemente, de *genes*, conjunto objetivável pela investigação científica, mas inatingível enquanto totalidade que sofre, deseja, sente e age como *unidade individual*, isto é, enquanto sujeito.

Muito se tem dito e escrito sobre a *crise da medicina*, desde a década de 70, atribuindo-lhe origens, ora predominantemente econômico-financeiras ou políticas, ora corporativas ou éticas.

Pouco se fala, entretanto, da origem especificamente *cultural* da crise, representada pela insatisfação de parte crescente da clientela com os procedimentos da medicina dominante.

O significado do termo *cultural*, aqui empregado, envolve a complexa dimensão simbólica da vida social, profundamente implicada na questão da saúde do ser humano e, conseqüentemente, do seu *imaginário*, de suas representações e rituais milenares sobre as relações entre vida, saúde, doença, loucura e morte. Também envolve os agentes, as práticas e os saberes que são historicamente selecionados, organizados, legitimados, enfim, socialmente

instituídos para lidar com essas relações.

Não é necessário que se repita aqui Lévi-Strauss (1985), em sua análise estrutural, para encontrar os pontos comuns entre feiticeiro de tribo e um psicanalista. Os arquétipos do *dom de curar* e do *desejo de ser curado* identificam milenarmente, na sociedade humana, o terapeuta e seu paciente. Mas é também socialmente necessário o *reconhecimento* ritual desses atores pela sociedade, isto é, do *curador* (ou médico) e do *doente*. Entretanto, isto não é o suficiente. Também um *sistema médico* precisa ser socialmente reconhecido como capaz de curar.

Para sê-lo, esse sistema precisa ser senão coerente, ao menos congruente com o imaginário social e com os rituais estabelecidos, nas diversas sociedades, em torno da saúde, das doenças e da origem do adoecimento, da cura ou da morte. Caso contrário, pode se estabelecer uma *crise cultural* nesse campo, como a que vivemos atualmente.

Durante milênios, o processo da arte de curar desenvolveu-se com os traços acima assinalados. Deve ser sublinhado, entretanto, que durante milênios a arte de curar e o conhecimento do adoecer humano estavam integrados, formando uma unidade.

Uma ciência das doenças dissociada da arte da cura é relativamente recente na sociedade. Não tem mais que três séculos, se situarmos a origem do processo de separação do conhecimento das doenças da terapêutica dos doentes no século XVII, durante a histórica afirmação da racionalidade científica como base da cultura ocidental moderna (LUZ, 1988). Embora autores como Clavreul (1983) situem esse

processo de racionalização na Grécia clássica com Hipócrates dando origem à *ciência médica*, tal processo não implicou na dissociação entre *ciência e arte* na medicina. Não tem comparação com a verdadeira cisão que foi sendo operada entre a medicina como ciência das doenças e a clínica como arte terapêutica. Tal cisão vem terminar no século XX, com a quase falência da clínica como terapêutica, desaparecendo o clínico geral, que cumpria o papel de agente de cura na medicina ocidental, cedendo lugar ao técnico especialista¹⁰⁸, encarregado de investir e diagnosticar patologias específicas de órgãos, tecidos, células ou genes.

Justamente com a arte de curar, desapareceram do horizonte da ciência médica categorias como *cura* e *saúde* – refugadas para a prática de charlatães e, naturalmente, de *curandeiros*, agentes alheios ao domínio do científico, alheios, portanto, à própria medicina.

Mas, se desapareceu o *desejo de curar* que havia no médico, isto é, no agente que tem entre nós legalmente atribuído o *dom da cura*, não desapareceu o *desejo* (e a necessidade) *de ser curado* dos indivíduos em nossa sociedade. Em outros termos: se o médico moderno tecnificou-se e tornou-se quase que exclusivamente um conhecedor especializado de doenças específicas, nada entendo do seu doente, pois este continua a esperar uma *relação de cura* de seu médico. Isto é, ainda lhe atribui o *dom de curar* e espera que ele aja de acordo com seus atributos. O médico que não

108 Atualmente, mesmo a disciplina catalogada como *clínica* não passa de uma rubrica encobrendo diversas especialidades. Essa classificação *geral* da clínica é reconhecida institucionalmente nas academias e nos órgãos de fomento à pesquisa no país.

cura é, para o doente, um feiticeiro incompetente, ou, pior ainda, um charlatão.

Essa incongruência de expectativas entre médicos e doentes é nítida quando se tem a oportunidade de entrevistar pacientes de ambulatórios ou de hospitais, públicos ou particulares (filantrópicos, por exemplo), que lidam com grande parte da população urbana entre nós, uma população carente de todos os pontos de vista, inclusive da saúde.

Neste contexto, a consulta médica beira à esquizofrenia, pois cada qual dos agentes envolvidos mantém seus discursos e comportamentos *fechados*, hostis ou praticamente incomunicáveis. Há, de fato, certa desconfiança da clientela sobre o real saber detido pelo médico que a atende. Assisti, durante o trabalho de campo da pesquisa, a diálogos nas salas de espera de ambulatórios em que os pacientes – em geral mulheres – declaravam que *não diriam nada* para ver se o médico *sabia mesmo* o que tinham. Na medicina popular religiosa, o médium ou o pai de santo, por exemplo, *sabe* o que cliente tem, sem que este tenha que se explicar (LOYOLA, 1984). Já o médico quer que o cliente *diga o que sente*, para que ele possa diagnosticar. Mas a maioria dos médicos das instituições públicas não se dá ao trabalho de explicar ao doente o que este tem, nem os motivos de suas receitas ou dos pedidos de exames, o que gera muita tensão na consulta.

Além disso, a maioria da população dos países do terceiro mundo, sobretudo na América Latina, como o Brasil, que têm na sua história cultural a forte presença de índios e africanos, não aderiu, ou aderiu apenas parcialmente, à *Weltaunschaung* racionalista que constitui a base da cultura

dominante em termos de saúde.

Resultados de pesquisas sócio antropológicas (LOYOLA, 1984 e 1987), inclusive este estudo (LUZ, 1987), sobre clientes de medicinas populares ou *alternativas*, possibilitam fazer a afirmativa que as camadas populares mantiveram sobre as questões, envolvendo a saúde uma cosmovisão próxima da *tradicional*, na medida em que as culturas ditas tradicionais, inclusive as do mundo ocidental, não separaram o homem da natureza, o corpo da alma, que acreditam existir a inteligência dos sentimentos, a vida física da vida espiritual, cujas relações com a doença e a morte são consideradas literalmente *vitais*. Também não desprezam as relações entre as esferas do que tradicionalmente se denomina *macrocosmo* e *microcosmo* (ou equilíbrio natural e equilíbrio pessoal), sendo o movimento das estações, do dia e da noite, do sol, da lua e das estrelas elementos importantes a serem considerados no ritmo psicobiológico do homem e suas alterações.

Ignoram, portanto, as divisões e dicotomias introduzidas a esse respeito na cultura pela racionalidade científica (LUZ, 1988).

Não quero afirmar com isso a sobrevivência, entre nós, de uma cultura tradicional integrada e uma outra miraculosamente preservada da ideologia tecnológica que impregna os nossos mínimos hábitos cotidianos. Não há, por assim dizer, uma cultura homogênea (tradicional) oposta à outra (tecnocientífica).

O que existe, na verdade, é um verdadeiro *mosaico* cultural, em que elementos de culturas religiosas, antigas

ou modernas, cristãs ou não cristãs, justamente com representações e práticas terapêuticas de grupos, transmitidos de geração em geração, combinam-se à crença atual no poder miraculoso da tecnologia científica dos medicamentos, dos equipamentos médicos e das cirurgias, para estruturar o sistema simbólico da saúde das pessoas na sociedade contemporânea, formando verdadeiros caleidoscópios de representações.

Nesse *sistema caleidoscópico*, os elementos simbólicos estruturam-se hierarquicamente, de acordo com tradições e preferências grupais, familiares ou mesmo individuais, originando uma infinidade de microculturas com traços similares e elementos comuns.

Entretanto, predominam nessa hierarquia elementos de cultura tradicional, que sujeitam e determinam os lugares dos traços da cultura moderna. Nesse sentido, não há negação da cultura tecnocientífica, mas *relocação* do seu papel face às culturas tradicionais (em grande parte religiosas) no *sistema* popular de saúde, num *bricolagem* simbólico, para retomar a expressão de Lévi-Strauss, que se acentua significativamente na cultura pós-moderna.

No que concorre à medicina, há distribuição de tarefas entre as diversas terapêuticas, em face das doenças e de sua classificação, segundo a lógica da cultura tradicionalista popular, que atribui grande importância a aspectos *sobrenaturais* ou espirituais na determinação ou origem do adoecimento, e tem grande apreço pelos recursos *naturais* na sua cura (LOYOLA, 1984).

Por seu lado, a medicina científica critica, tanto uma

coisa quanto outra, como *crendice*, *empirismo*, superstição ou mesmo charlatanismo, sobretudo, quando se trata de doenças graves, agudas ou crônicas (hipertensão, asma, câncer, aids, infecções agudas por bactérias ou vírus). Para os médicos, os pacientes que se submetem a esse tipo de terapêutica *não estão sendo tratados*, e sim se iludindo com aparentes resultados, enquanto a patologia evolui. Acreditam que só a quimioterapia ou a cirurgia podem obter resultados eficazes no que importa: o combate à doença.

Em suma, trata-se de dois universos culturais discordantes, em que o universo hegemônico é pouco tolerante com o dominado, rejeitando-o como não portador de veracidade.

Certamente há nuances a serem respeitadas nessa rejeição, de acordo com os profissionais e com as especialidades médicas. A homeopatia e a medicina psicossomática, naturalmente, e especialidades como a pediatria, a cardiologia ou a clínica geral (como porta de entrada ao sistema de saúde) podem ter uma posição mais tolerante e aberta face às terapias naturalistas.

Na nossa cultura a ciência detém o monopólio legal da produção de verdades, objetivando nas disciplinas científicas, e no de sua reprodução, através do ensino de um conjunto de práticas profissionais corporativas juridicamente legitimadas (LUZ, 1988; BOURDIEU, 1989; CLAVREUL, 1983; FOUCAULT, 1966 e 1975).

Esse *poder simbólico* implica na atitude de negação de veracidade e legitimidade a outros sistemas de discursos, representações, práticas e saberes, inclusive, ou talvez

principalmente, no campo estratégico da saúde.

Por outro lado, o sistema simbólico da medicina moderna, isto é, seu conjunto de representações sobre seu próprio objeto e sua prática, justamente por sua estrutura tecnizante, é pobre quanto à dimensão simbólica das relações entre saúde/doença, cura/morte, terapeuta/paciente, corpo/alma (ou psique), indivíduo/doença e medicina/sociedade.

E, a clientela urbana das sociedades industriais, submetida à condição de vida e a relações sociais estressantes durante a maior parte do tempo, aspira duplamente a essa dimensão.

A situação de adoecimento não é simplesmente, para a clientela, uma *questão técnica*, de investigação e diagnóstico de uma patologia, ou de um receituário com nomes complicados, acompanhado de pedidos de exames complexos e custosos, dos quais depende, como sentença, sua vida ou sua morte.

Para as populações urbanas dos diversos países onde predomina a cultura tecnológica, o adoecimento é antes de tudo uma situação biológica, existencial e social de vulnerabilidade. Nesta situação os aspectos simbólico e psicológico do sujeito humano não podem ser deixados de lado.

O dom de curar tem incluído *necessariamente* esses aspectos por toda a história da humanidade. É nesse sentido que se gera uma dúvida social sobre o *poder de cura* (ou eficácia) de uma prática médica reduzida à técnica. Tal prática tende a ser rejeitada como *arte de curar* por seus destinatários.

Estabelece-se, neste caso, uma crise de relações entre medicina e população usuária no nível cultural. E uma das saídas que a população encontra para contornar essa crise é a busca de medicinas e terapias em que os aspectos simbólicos, psicossociais e existenciais tenham sido preservados. É o que acontece com as chamadas *terapias alternativas*, inclusive a homeopatia. A homeopatia, entretanto é mais que uma simples *terapia*. De qualquer modo, essa é a meu ver uma das explicações mais importantes para a retomada bem sucedida da medicina homeopática, não apenas no contexto brasileiro, como no contexto internacional.

O Contexto Brasileiro

Apesar de ter procurado iluminar intensamente a crise da medicina no seu aspecto cultural, acentuando sua especificidade e importância, isso não significa que considero secundários os aspectos econômico, político, corporativo e ético da cura, vistos geralmente como *determinantes* da crise.

Em países periféricos do desenvolvimento capitalista, como o Brasil, onde o desenvolvimento econômico dependente e a desigualdade social são aliados permanentes de uma ordem política com características oligárquicas, concentradora de poder clientelístico, portanto corrupta, seria unilateral desconsiderar esses elementos como explicativos.

Pelo contrário, tenho motivos para afirmar, baseada em outros estudos e trabalhos anteriores (LUZ, 1979, 1982, 1991, 1994), que os aspectos socioeconômico e político, sobretudo através das políticas públicas de saúde, são também elementos explicativos fundamentais para se entender a *crise*

da medicina entre nós, e a busca consequente de outras terapêuticas na fuga dessa crise.

No nosso país, embora os impasses e contradições das políticas de saúde sejam crônicos, adquiriram características agudas a partir da segunda metade dos anos setenta, fruto de um divórcio cinquentenário, patrocinado pelo Estado, entre medicina curativa e prevenção de saúde ou, se se quiser colocar a questão em termos institucionais, entre atenção médica previdenciária e saúde pública.

Também contribuíram para esse agravamento, a ênfase na privatização da atenção médica pelas políticas de saúde do período da ditadura militar e o encarecimento progressivo dos serviços médicos, devido ao processo de divisão do trabalho no sentido da especialização e tecnificação da medicina. Todo esse processo foi acompanhado de grande desumanização da prática médica, o que teve como consequência o esvaziamento progressivo da relação médico/paciente, sobretudo nos serviços públicos de saúde.

Houve, concomitantemente, perda de controle do médico sobre seu saber e sua prática, e a clínica, esmigalhada por uma divisão de trabalho disciplinar quase infinita, unificava-se apenas na estrutura da instituição hospitalar. É a instituição médica, comandada por políticas públicas pouco interessadas em efetividade, quem passa a deter, nesse processo, o poder sobre o doente, o médico e os procedimentos médicos em geral. Tais procedimentos passam a obedecer, por sua vez, a uma lógica burocrática, muitas vezes financeira e minada pela corrupção, distinta e distante da lógica da milenar *arte de curar*, em princípio voltada para a recuperação ou cura dos doentes (LUZ, 1991 e 1992).

É certo que esse processo político institucional não é específico da sociedade brasileira, atuando com maior ou menor intensidade na totalidade do mundo industrializado, inclusive no mundo ocidental, mas, sobretudo nos países do terceiro mundo.

Entretanto, devo assinalar que no Brasil os efeitos da transformação histórica da estrutura da medicina atingiram, em cheio, a população ativa do país, assalariada e autônoma, e seus dependentes, vítimas face ao Estado, dos vários planos e choques econômicos ocorridos desde os anos setenta. Tais planos e choques têm sido, na maioria das vezes, tentativas ineficazes de saneamento financeiro face à endêmica inflação de uma economia tipicamente terceiro-mundista, atrelada ao Estado e dependente do centro econômico mundial e suas instituições financeiras.

Impossibilitada de arcar com os custos da medicina liberal, crescentemente sofisticada e custosa, ou mesmo dos *planos de saúde* da medicina privada, essa massa humana, que inclui desde os trabalhadores de qualificação técnica maior ou menor da indústria e do comércio, passando pelos *autônomos* (profissionais liberais, pequenos comerciantes, microempresários, vendedores ambulantes), até camadas da classe média universitária, empregadas no setor terciário da economia (serviços, aparato estatal), vê-se compelida a buscar soluções alternativas para seus problemas econômicos face à saúde.

Entre essas soluções destacam-se por seu menor custo de *tratamento*¹⁰⁹, as chamadas terapias alternativas.

109 Deve-se estabelecer aqui uma distinção entre custos de consultas e *custos de tratamento*, que incluem medicamentos, exames e outros procedimentos.

Deve-se acrescentar, no entanto, que mais importante para essa busca que o menor custo de tratamento é a questão da iatrogenia dos procedimentos da medicina atual, presente em todos os seus níveis de intervenção: dos medicamentos aos exames invasivos, passando pelas intervenções cirúrgicas e as complicações pós-operatórias. Essa iatrogenia não diminuiu até o presente, apesar de todo o avanço tecnológico dos últimos 20 anos.

O caráter iatrogênico de nossa medicina tem sido ampla e espetacularmente divulgado nas seções e cadernos científicos do noticiário da imprensa. No momento da redação deste capítulo, por exemplo, *o Jornal do Brasil* noticiou que a falta de controle dos equipamentos médicos causa milhares de mortes anuais, possivelmente com cifras mais impressionantes que nos Estados Unidos, onde existem estatísticas aproximadas sobre o assunto.

Noticiou, além disso, que os remédios *em geral* causam alergias “que a bula não revela”, incluindo nesses remédios, desde a simples aspirina aos mais elaborados medicamentos, destinados às doenças agudas ou crônicas (úlceras, hipertensão, reumatismos etc). São remédios feitos para *controlar* certos sintomas considerados importantes, mas que desencadeiam outros, às vezes tão ou mais graves que os originais (JORNAL DO BRASIL, 17/2/92, p.12)

Esse alarde da imprensa, entretanto, não é recente e

Os preços das consultas dos médicos de *terapêuticas alternativas*, como os da medicina acupunturista chinesa e a homeopatia, atualmente equivalem-se aos da medicina alopática. O menor custo está no tratamento como um todo, em face de procedimentos menos sofisticados e menos caros que os da medicina científica.

não tem tido o menor efeito de mudança sobre a estrutura e a tendência do desenvolvimento da medicina.

É assim que, já no final dos anos 70, a Associação Médica do Rio de Janeiro, por intermédio do Dr. Vitor Assis Pacheco,¹¹⁰ fez uma intensa campanha de denúncia pela imprensa escrita, apresentando listas de medicamentos proibidos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos, e comercializados em nosso país sem nenhum controle.

Tal situação, apesar dos esforços conjunturalmente variáveis, empreendidos por órgãos corporativos, como a Associação Médica Brasileira ou o CREMERJ (Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro), ou mesmo públicos, como a DIMED (Divisão Nacional de Medicamentos), ainda hoje perdura, se não se agravou de dez anos para cá.

Torna-se compreensível porque dados de enquetes, minhas e de outros pesquisadores, com pacientes “convertidos” à homeopatia, situam como causa fundamental da busca do tratamento homeopático a iatrogenia causada pelos medicamentos alopáticos, sobretudo em crianças e em pacientes crônicos (LUZ, 1987; LOYOLA, 1987). Levando-se em consideração que a medicina alopática, o *lugar* terapêutico, antes ocupado pelo médico, transferiu-se para os remédios (ou para a cirurgia), torna-se problemático, para a clientela, conviver com uma medicina onde não há terapeuta e onde

110 Há outros exemplos, nessa questão da denúncia dos procedimentos e medicamentos. Entre eles, o mais famoso é o do Dr. Carlos Gentile de Mello, de fato mais preocupado em denunciar a corrupção nas políticas de convênios, mas bastante presente também na questão da denúncia da iatrogenia e dos procedimentos médicos de alto risco, durante a década de 70 e início de 80.

a terapêutica existente causa mais danos que benefícios à saúde.

O sucesso das terapias naturais (fitoterapia, homeopatia), termos de *remédios*, a partir do final dos anos setenta é, deste ponto de vista, uma resposta cultural direta ao problema da iatrogenia da medicina.

Deve-se assinalar, entretanto, que a *medicina das plantas*, isto é, a fitoterapia, tem raízes culturais profundas na sociedade brasileira, e está ligada, como afirmei atrás, à presença do índio e do africano em nossa cultura.

A retomada da fitoterapia é, de fato, uma *retomada*. Algo que havia sido afastado por dominância ideológica de outro sistema cultural reencontra seu lugar, tanto no consumo como na produção e na investigação.¹¹¹

O mesmo sucede com a terapêutica homeopática, secularmente enraizada nas tradições populares de consumo médico. Se não afastada, pelo menos socialmente deslegitimada como medicina (apesar de sua clientela fiel), considerada como superada e decadente pelo setor ilustrado na sociedade, volta a ser vista como medicina mais humana, mais benéfica, mais eficaz. Incorpora nova clientela à sua tradicional, ligada ao espiritismo Kardecista e às práticas espiritualistas em geral: Jovens contestatórios, classe média empobrecida e socialmente ressentida, intelectuais e

111 Com o *boom* da fitoterapia, desde o início dos anos 80, muitas pesquisas biofarmacológicas são realizadas em centros acadêmicos ou institucionais, sobre o poder curativo de plantas tradicionalmente usadas pelos setores populares como medicamentos. Os efeitos biológicos dos princípios ativos dessas plantas foram comprovados ao longo da década de oitenta e início de noventa.

tecnocratas naturalistas, médicos e pesquisadores eticamente insatisfeitos com os rumos da medicina científica (LOYOLA, 1987).

A Clientela e a Homeopatia, uma Medicina Alternativa

É da clientela que falarei agora, no que concerne o último período de análise deste estudo: dos anos setenta ao início de 90.

Em primeiro lugar, devo precisar que não é ainda à clientela da homeopatia que me refiro, mas à das *instituições médicas*, públicas ou privadas. Essa mesma clientela, há pouco socialmente caracterizada como descontente nos planos econômico, institucional, ético e terapêutico com a medicina hegemônica.

Não se pode afirmar, generalizando, que os usuários potenciais ou habituais das instituições e dos serviços médicos *passaram* a utilizar as terapêuticas alternativas, dentre elas a homeopatia. Tampouco se pode afirmar, se se sustentar a hipótese do *bricolage cultural* na medicina, que aqueles que procuram a homeopatia (ou outra forma de terapia alternativa) abandonaram *de vez* o sistema médico dominante. A circulação entre vários tratamentos, de acordo com as doenças e fases da vida dos pacientes, é comportamento muito mais provável que a uma atitude de exclusão definitiva, característica, certamente, de uma minoria da clientela (LUZ, 1987).¹¹²

112 Dados colhidos na enquete realizada nos anos 80 pela pesquisa que deu origem a este livro mostram essa *circulação* entre os pacientes da

De fato, se a clientela insatisfeita tivesse procurado *em bloco* a terapêutica homeopática e nela tivesse permanecido a homeopatia teria se encontrado numa situação de verdadeira implosão institucional, devido à enorme pressão da demanda. Apesar da *crise de crescimento* que a atingiu a partir da segunda metade da década de 80, fazendo decrescer, na média, a qualidade dos medicamentos, do atendimento médico e da própria formação de novos homeopatas, isto é muito pouco perto do impasse que representaria uma explosão da demanda por serviços e médicos homeopáticos.

Além disso, é certo que a homeopatia se afirma como uma opção terapêutica não apenas econômica, mas também cultural e ideológica mesmo. Somente uma pequena parcela da sociedade civil aceita na prática os princípios da homeopatia e de sua terapêutica *minimalista*.

Nessa parcela da sociedade civil estão representadas todas as classes: do operário ao burguês ou, se preferir, das classes *baixas* às classes *altas*, pode-se encontrar atualmente uma representatividade da medicina homeopática. Isto se levar em consideração a sua clientela *tradicional* somada à clientela *moderna*. Nesse sentido, uma clivagem de classe aplicada à clientela das terapêuticas alternativas em geral, ou da homeopática em particular, é insuficiente.

Mas mesmo considerando-se o conjunto dos adeptos da homeopatia e das outras práticas, é necessário ressaltar que a maioria da população, sobretudo nos seus extremos sociais, é também adepta da medicina científica, seja por desconhecimento das outras, seja por adesão ideológica à dominante. Uma parte dessa população acredita na *força* homeopatia.

dos remédios cientificamente produzidos, na tecnologia dos exames, que podem *revelar* os “males” (doenças) que as pessoas têm, e na eficácia das intervenções cirúrgicas, que podem *corrigir* ou *extirpar* tais *males*. Para essa população, em geral depende de remédios para lidar com seus problemas de saúde, incapaz de conviver com os sintomas mais benignos¹¹³, os medicamentos e procedimentos em geral das terapias alternativas são *fracos* ou *lentos*, portanto ineficazes para *combater suas doenças* ou *derrotar seus males*.

O imaginário de saúde dessa parte da população tem como base o ideário da própria medicina, com suas categorias de *força versus fraqueza*, *combate versus inação* (os medicamentos homeopáticos são “inativos”), *vitória versus derrota*, ou *medicina versus doença* e *medicina versus morte*, sendo a imagem preponderante a da guerra.

Nesse ideário não há lugar para categorias, como vida e morte, cura e saúde, ou partes de oposições sutis, tais como: equilíbrio (harmonia) /desequilíbrio (desarmonia), vitalidade/adoecimento, integração/desintegração, vazio/plenitude, dinamismo/estagnação.

Essas categorias, pares de oposições que caracterizam, por sua vez, o ideário das medicinas alternativas, que são também denominadas popularmente *energéticas*, entre as quais se inclui a homeopatia. São categorias, vitalistas, baseadas na concepção de dinamismo e transformação constantes no estado de saúde do ser humano, em função de seu processo de integração interna e externa (consigo

113 Dados colhidos na enquete realizada nos anos 80 pela pesquisa, que deu origem a este livro, mostram essa *circulação* entre os pacientes da homeopatia.

mesmo, com o mundo humano, com a natureza).

A clientela da homeopatia aceita esse ideário, mesmo sem conhecer a racionalidade médica homeopática. Ela busca, conscientemente ou não, esse ideário na sua escolha terapêutica. É nesse sentido que se pode afirmar que a opção pela homeopatia – como, aliás, pelas outras terapias *energéticas* – é *também* uma escolha ideológica.

Se num momento inicial de observação se pode dizer que mesmo para perceber as diferenças de ideário médico é preciso ter algum capital cultural e que, desse ponto de vista, a homeopatia terá certamente o grosso de sua clientela na classe média urbana universitária, num momento posterior, mais analítico, tem-se que se refazer essa impressão preliminar.

Em primeiro lugar, porque a diversidade interna à clientela homeopática desmente essa impressão. Os frequentadores tradicionais de centros espíritas ou terreiros de umbanda, por exemplo, onde ainda hoje os remédios homeopáticos são receitados pelos médiuns, constituem uma camada popular que, por suas carências socioeconômica e cultural, não se enquadram facilmente na categoria de *classe média*, por mais abrangente que seja essa categoria. Tampouco se enquadram com facilidade em categorias clássicas, como *operários* ou *proletários*. Pois há, entre esses frequentadores, socialmente *um pouco de tudo*: operários e sub-operários, comerciários e pequenos burocratas, professores de 1º grau e bancários com funções menos técnicas, aposentados e desempregados, todos sem condições econômicas de acesso a tratamento médico, convencional ou alternativo, público ou privado. Constituem a clientela dos *pobres* da homeopatia.

Além dessa camada, há os frequentadores de instituições médicas onde existe tratamento homeopático sistemático, seja na rede pública, seja em unidades filantrópicas homeopáticas. Aí se pode encontrar, além dos frequentadores acima descritos, uma camada que se poderia classificar estritamente de *classe média*: estudantes universitários, técnicos, funcionários públicos, professores do segundo grau e de universidades, psicólogos etc. Apesar de terem uma situação melhor que a clientela anterior, esses frequentadores perderam a possibilidade de tratar-se, e a seus filhos, nos consultórios particulares dos homeopatas, cujo preço de consulta atingiu o de um médico especialista convencional.¹¹⁴

Essa camada da clientela aderiu ideologicamente à medicina homeopática, considerando o tratamento alopático agressivo e ineficaz para seus problemas de saúde e os de seus dependentes. São os “convertidos modernos” da homeopatia: os naturalistas, espiritualistas, ecologistas, enfim os *alternativos*.

Em seguida a essa camada de classe média empobrecida, temos a clientela homeopática de classe média alta, frequentadora dos consultórios particulares dos homeopatas, consumidora adepta das terapêuticas alternativas como um todo, incluindo-se aí das psicoterapias energéticas aos regimes alimentares naturísticos. Intelectuais, artistas, estudantes, comerciantes, tecnocratas, pequenos

114 Além de os preços dos médicos liberais homeopatas terem se tornando similares aos dos alopatas, a medicação também tem sofrido aumentos inimagináveis nos anos 70, quando da retomada da homeopatia. Apesar disso, *no geral* o tratamento homeopático é muito menos custoso que o alopático.

empresários; uma camada mais racionalista, mas nem por isso menos convicta da eficácia da homeopatia e das terapêuticas alternativas, por sua suavidade e pela relação terapeuta-paciente.

Também aí podem ser encontrados os *verdes* e os partidários de um *novo paradigma* filosófico para a humanidade. Menos religiosos que os anteriores, talvez, mas igualmente adeptos. É o público *Nova Era*.

Finalmente, há uma pequena camada composta por empresários, artistas, médicos e profissionais liberais de renome, uma pequena amostra de nossa elite, que às vezes se infla e às vezes infla e às vezes se adelgaça, de acordo com a conjuntura e a moda. Constituem a clientela *rica* da homeopatia.¹¹⁵ Toda essa clientela, excetuando-se a tradicional, dos centros espíritas, dos consultórios filantrópicos e das farmácias homeopáticas, é recente e foi crescendo com a década de 80.

Ela é a clientela da homeopatia como *medicina alternativa*. É a clientela egressa da medicina hegemônica, que ainda não cessou de crescer.

Pelo fato de representar uma tomada de posição *também cultural*, essa clientela tende a se estabilizar, não sendo, portanto, reversível à alopatia em função de eventuais transformações na política de saúde, nos preços da medicina ou na comprometida ética médica atual. Um setor dos médicos de instituições públicas tende a atribuir o sucesso atual da homeopatia à crise político-institucional e ética da

115 Essa caracterização baseia-se em dados nossos de pesquisa sobre a clientela. Ver Luz, M.T.A. *A Questão da Homeopatia*, op. cit.

medicina; em caso de mudança desta situação a medicina científica retomaria sua clientela. Em minha opinião esse ponto de vista é enviesado e sem base empírica.

Os Serviços Públicos e as “Terapêuticas Alternativas”: a Inserção Institucional da Homeopatia

Apesar de já haver uma história, herdada do período anterior (anos 30-70), de presença da homeopatia em serviços públicos de atenção médica, fruto de convênios entre sindicatos e institutos previdenciários, e de legislação específica conseguida pelos homeopatas, essa presença não se generalizou, nem criou legitimidade institucional no sistema como um todo.

Com o triunfo da medicina especialista durante os anos setenta, tais convênios ficaram inativos e a mentalidade tecnológica, já predominante nos grandes hospitais, impregnou a política de saúde do país no período autoritário, restringindo drasticamente a prática de terapêuticas não oficiais nos serviços públicos.

Também as faculdades de medicina, sob a égide de uma visão médica tecno científica, combateram com dureza as tentativas de estabelecimento de serviços ou cadeiras de homeopatia em suas unidades reivindicadas por grupos de estudantes contestatórios mantendo-se geralmente nessa estratégia até hoje.¹¹⁶

116 Devem ser ressalvadas as exceções, entre as quais a tentativa pioneira da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através de sua Faculdade de Nutrição, e a da Universidade Federal de Uberlândia, com o curso médico.

No que cerne aos serviços de saúde, acredito que os anos 70 são para a homeopatia, como para outras práticas, os “anos de chumbo”.

Durante a década de 70 os *generais da homeopatia*¹¹⁷, isto é, o Dr. Amaro Azevedo, da F.B.H., e o Dr. Alberto Soares de Meirelles, do I.H.B., tentaram sem sucesso a oficialização da homeopatia nos serviços de atenção médica previdenciária e seu reconhecimento como especialidade médica junto ao Conselho Federal de Medicina.

Em 1979, já no final da década, o Dr. Amaro Azevedo enviou ao presidente da República, o General Figueiredo, um ofício para que intercedesse junto ao partido do governo pelo reconhecimento da medicina homeopática nos serviços médicos da previdência:

“Venho solicitar a interferência e o apoio de V.Exa. junto à bancada da ARENA para andamento, com possível brevidade, do projeto anexo, da Câmara Federal, que manda incluir no serviço médico de assistência social a terapêutica homeopática. Tenho certeza de que 80% dos brasileiros que se tratam pela homeopatia ficarão ainda mais agradecidos a V. Exa., em assistência médica social de nossa pátria. Confiando no justo e popular propósito de V.Exa. em democraticamente atender aos justos propósitos da coletividade etc...”¹¹⁸

Entretanto, as faculdades de medicina continuam a ser o núcleo central de repúdio às medicinas alternativas.

117 *Generais da Homeopatia* são os principais militares que dirigiram o Instituto Hahnemanniano no Rio de Janeiro, por um período de quase quarenta anos, como se viu no capítulo anterior.

118 Cf. *A Voz da Homeopatia*, 1980, nº 112, F.B.H., pg. 97, Rio de Janeiro, números especiais 109, 110, 111 e 112.

Apesar da estratégia *corporativa* dos generais da homeopatia junto aos generais do poder (Costa e Silva, Garrastazu Médiçi, Ernesto Geisel e João Figueiredo), no período de 1966 a 1979, a homeopatia não conseguiu a oficialização almejada.

Outra estratégia de institucionalização, também datada de 1979, configurou-se no projeto de lei da Câmara Federal nº 1708 de 1975, de autoria do deputado Benjamin Farah, objeto da pressão lobista narrada acima. Esse projeto solicitava a oficialização da homeopatia nos serviços médicos previdenciários *como especialidade médica*. Toda a Introdução, na justificativa do projeto, apresenta a homeopatia como “especialidade metodológica”, isto é, terapêutica, adaptável e utilizável por todas as outras especialidades da medicina:

“A homeopatia é uma especialidade metodológica da medicina, como são a cirurgia, a fisioterapia e a psicoterapia. É uma especialidade no setor dos medicamentos. É uma farmacoterapia sem risco, e baseada na lei dos semelhantes. Desta forma, ela é útil na prática a todas as especialidades clínicas da medicina. Ela se utiliza, sempre que necessário, das especialidades metodológicas no setor do diagnóstico, ou seja, da radiologia e da patologia clínica analítica e da semiologia e semiotécnica em geral (...) se o governo reconhece que existem a farmácia homeopática, os medicamentos homeopáticos, e a farmacopéia homeopática brasileira, que vai aplicar essa terapêutica? (...) o reconhecimento dessa especialidade médica não conflitaria com as alopáticas, já reconhecidas oficialmente. Todas elas figurariam como se fossem linhas paralelas, com os mesmos objetivos: a cura ou a melhora

dos doentes...”¹¹⁹

Em que pesem, portanto, suas tentativas junto aos poderes executivo e legislativo, os homeopatas não conseguiram realizar seu sonho de ver a homeopatia oficializada nos serviços públicos durante os anos 70, mesmo supondo-se a conjuntura autoritária favorável aos *generais homeopatas*.

Tampouco conseguiram reconhecê-la como *especialidade médica*, base de sua argumentação para incluí-la na rede assistencial, considerando-se seus esforços junto à Associação Médica Brasileira (AMB) e ao Conselho Federal de Medicina (CFM).

Na prática, apesar de já existir uma decisão favorável da AMB em 1979, com a criação de um departamento de Homeopatia (clínico e farmacêutico) na Associação, o reconhecimento junto à corporação médica só chegou mesmo em julho de 1980, com a resolução nº 1000/80 do C.F.M., que acrescentava “à relação de especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina para efeito de registro de qualificação de especialistas as seguintes:

- Hansenologia
- Homeopatia”¹²⁰

Foi necessário, portanto, chegar à década de 80, com o eco do movimento estudantil pelo ensino de terapêuticas alternativas (homeopatia, acupuntura, fitoterapia), e com a grande aceleração de demanda por serviços médicos

119 *A Voz da Homeopatia*, Revista da FBH, nº 112, 1980, pp.98-101.

120 Ver *A Voz da Homeopatia*, F.B.H., Rio de Janeiro, números especiais 113, 114, 115 e 116, 2º semestre de 1981 a janeiro de 1982, p.10.

homeopáticos, para haver um degelo institucional.

Foi durante essa década, sobretudo a partir de 1985, com a assinatura do convênio plurinstitucional celebrado entre o INAMPS, a FIOCRUZ, a UERJ e o I.H.B., que foi dado o sinal verde oficial para a institucionalização da terapêutica homeopática nos serviços públicos de saúde.

Esse instrumento institucional, composto de nove cláusulas,¹²¹ foi assinado no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 1985, já durante a *Nova República*, nas gestões de Waldir Pires no Ministério da Previdência e Assistência Social (M.P.A.S.) e de Hésio Cordeiro no Instituto Nacional de Atenção Médica da

121 Cláusula 1ª do Objetivo: As partes visam (...) à cooperação mútua em ensino, pesquisa e assessoria técnica para o desenvolvimento de atividades ligadas à prática homeopática (...); Cláusula 2ª: As atividades, cronogramas, recursos financeiros e custos necessários para a execução deste convênio serão estabelecidos através de Termos aditivos a serem celebrados pelas partes convenientes; Cláusula 3ª: Obrigações das Partes Convenientes – (...) as partes convenientes obrigam-se, na medida das responsabilidades, a colocar recursos humanos, materiais e financeiros para fins estabelecidos neste convênio; Cláusula 4ª: Coordenação: Para fins de acompanhamento, supervisão e avaliação deste convênio e seus respectivos termos aditivos, será instituída comissão, constituída por um representante de cada instituição conveniente; Cláusula 5ª: Avaliação: O INAMPS, a FIOCRUZ, a UERJ e o IHB realizarão reuniões periódicas, destinadas ao controle e avaliação dos resultados dos projetos advindos desse convênio. Cláusula Sexta- Vigência; O presente convênio entrará em vigor a partir da data da publicação do seu extrato no D.O. da União, do que se encarregará o INAMPS, competindo à FIOCRUZ a publicação no órgão oficial da mesma. A sua duração será de vinte e quatro meses prorrogáveis, por consenso das partes, mediante termo aditivo; Cláusula 7ª da rescisão: O descumprimento de qualquer obrigação (...) autoriza a rescisão parcial ou total (...) mediante simples comunicação à parte inadimplente; Cláusula 8ª – Direito da Denúncia (...) Cláusula 9ª: Foro – Fica estabelecido apoio desta cidade e competente para dirimir quaisquer dúvidas (...) Rio de Janeiro, 26/08/1985”.

Previdência Social (INAMPS), gestões marcadas por tentativas de mudanças na política de saúde, fruto do processo de redemocratização em curso no país.

A aceitação da homeopatia, como, aliás, das outras práticas alternativas, insere-se na proposta de universalização do direito à assistência médica e do direito de escolha, da parte do usuário dos serviços, do tipo de tratamento preferido, como direitos de cidadania a serem garantidos pelo Estado.

A partir desse sinal verde oficial, vindo, como tradicionalmente, de cima para baixo, as redes locais de saúde principiaram, de acordo com suas orientações político-partidárias, a introduzir programas de terapias alternativas, inclusive de homeopatia, em postos de saúde e em postos do INAMPS, num movimento de expansão ainda hoje em curso.

Deve ser assinalado, que em termos macro políticos, com a saída dos titulares das pastas do MPAS e do INAMPS, esse movimento de institucionalização da homeopatia nos serviços médicos previdenciários não manteve o ritmo.

O convênio acima citado, por exemplo, marca de uma vontade política transformadora, caducou dois anos depois, de acordo com sua cláusula sexta, por falta de um termo aditivo que fosse fruto de decisão consensual dos parceiros institucionais sobre sua continuidade. Esses parceiros teriam que ter se reunido para manifestar essa decisão. Mas tal reunião nunca chegou a acontecer.

É preciso, portanto, examinar um pouco mais de perto esse instrumento para entender porque não vingou.

Pelo convênio a FIOCRUZ, por exemplo, deveria

instalar um laboratório produtor de medicamentos homeopáticos destinados a suprir a rede pública de serviços médicos. Tal projeto não chegou, de fato, a ser implementado. Por outro lado, projetos de pesquisas que deveriam ser desenvolvidas na instituição sofreram solução de continuidade com a saída de Hésio Cordeiro do INAMPS. Na verdade, esses projetos nunca chegaram a inserir-se no contexto acadêmico da Fundação. Eram verdadeiros *estranhos no ninho*, numa instituição internacionalmente famosa pela pesquisa biomédica, que provocaram resistências mais ou menos declaradas e polêmicas veladas, intra e extra institucionalmente.

Quanto à UERJ, que pelo convênio deveria, através do Instituto de Medicina Social, responsabilizar-se pelo desenvolvimento de pesquisas sociais e aplicadas sobre a homeopatia manteve, após 1987, apenas três projetos de pesquisa encerrados em 1991. Presentemente, mantém uma linha de pesquisa sobre “Racionalidades Médicas Comparadas”, entre as quais se insere a homeopatia.¹²²

Quanto ao INAMPS, que deveria financiar atividades de atendimento e abrir postos e ambulatórios de terapêutica homeopática, também cumpriu apenas parcialmente sua parte, instalando alguns postos-piloto de atendimento e criando coordenadorias de programas de práticas alternativas, porém sem investir muito nessas atividades, isto é, sem fazer delas uma prioridade política. De fato, a

122 Um desses projetos, “A Homeopatia no Brasil no século XX, a medicina e a farmácia”, originou uma parte do presente trabalho. Outros dois eram ensaios clínicos que encontraram grandes dificuldades institucionais para sua operacionalização. O projeto *Racionalidades Médicas Comparadas* é coordenado pela autora deste trabalho.

introdução do atendimento médico homeopático em serviços convencionais ainda provoca muitas resistências da parte dos profissionais médicos, sobretudo dos hospitais, para quem essa terapêutica não tem base científica.

Também no nível acadêmico (cursos regulares da área médica, ou pesquisas em programas de pós-graduação), encontra-se ainda grande resistência para implantação de projetos tanto em homeopatia como em outras medicinas ditas alternativas. O saber acadêmico da área ainda vê essas medicinas como produtos exóticos, frutos de modismos e divulgação de mídia.

Apesar das resistências, várias coordenadorias locais de programas de terapias alternativas foram sendo criadas nos Estados da Federação ao longo da segunda década dos anos 80 com o SUDS, mas, sobretudo após o advento do SUS- Sistema Único de Saúde. Entre essas terapias destaca-se, como pioneira, a homeopatia. Este processo está ainda em expansão nos anos 90. Não disponho de dados numéricos atualizados para avaliar sua extensão, apenas de depoimentos pessoais e notícias provenientes de vários estados do Brasil, sobretudo de São Paulo, relatando novas experiências de instalação de cursos, programas, postos ou ambulatórios homeopáticos,¹²³ dando a entender um processo de crescente difusão desta medicina em programas públicos de atenção à saúde.

123 Um desses projetos, "A Homeopatia no Brasil no século XX, a medicina e a farmácia", originou uma parte do presente trabalho. Outros dois eram ensaios clínicos que encontraram grandes dificuldades institucionais para sua operacionalização. O projeto *Racionalidades Médicas Comparadas* é coordenado pela autora deste trabalho.

É possível concluir, baseada nesses depoimentos e notícias, que nos últimos cinco anos a homeopatia acelerou sua oficialização nos serviços de saúde, sendo hoje uma opção minoritária, mas importante nos serviços de atenção médica dos grandes centros urbanos do país.

Quanto ao I.H.B., quarto parceiro institucional do convênio, responsável, em princípio, pela formação dos profissionais brasileiros em homeopatia, cumpriu também apenas parcialmente o que seria sua tarefa no convênio.

Deve ser assinalado, entretanto, a seu favor, que as exigências de ensino da homeopatia por todo o país ampliaram-se muito desde a segunda metade dos anos 80, como será visto na seção sobre o ensino da homeopatia neste período.

Multiplicaram-se, também, as Associações e Institutos Homeopáticos, no Rio de Janeiro e em outras cidades, oferecendo ensino de homeopatia a interessados médicos, farmacêuticos ou veterinários, numa profusão de cursos de especialização cuja heterogeneidade, em termos de duração, qualidade técnica e tendência doutrinária é, ainda hoje, motivo de grande preocupação para os homeopatas.

A formação dos Homeopatas e a Multiplicação dos Cursos de Especialização em Homeopatia (Anos 70 a noventa)

A questão histórico-institucional do ensino da homeopatia nesse período deve ser analisada, a meu ver, de dois pontos de vista: dos estudantes, isto é, dos candidatos a homeopatas, e das instituições formadoras de recursos humanos.

Em primeiro lugar deve-se analisar a questão dos estudantes, pois nesta conjuntura, que se inicia na 2ª metade dos anos 70, foram eles a principal mola impulsora da retomada da homeopatia no que concerne o seu ensino.

Como já analisei neste capítulo, a década de 70 é caracterizada no Brasil, e ainda mais no resto do mundo, pela expansão da contracultura na medicina e em outros campos do saber. Concomitantemente a esse movimento, observa-se a crise do modelo médico hegemônico, cuja denúncia tem um dos seus pontos altos na Conferência de 1978 de Alma Ata, promovida pela Organização Mundial da Saúde quando seu presidente declara a falência do modelo vigente para resolver os problemas básicos de saúde da grande maioria da população do planeta, lançando um apelo para o desenvolvimento de modelos alternativos de atenção médica, ao mesmo tempo mais simples, eficazes (o famoso modelo de *atenção primária*) e acessíveis à toda essa população. “Saúde para todos no ano 2000”, foi o lema da campanha resultante do encontro na antiga URSS, meta da qual nos distanciamos cada vez mais, à medida que nos aproximamos do prazo final.

Os estudantes brasileiros dotados de consciência política dos anos setenta são, antes de tudo, militantes resistentes à ordem política autoritária que se instalou no país no conjunto de suas instituições, públicas ou civis, como resultado da ditadura militar.

No ensino da medicina essa ordem tendeu a se confundir, em grande parte, com as instituições e políticas médicas vigentes, que causaram, e ainda hoje causam, graves danos à saúde da população, sobretudo das chamadas classes trabalhadoras, devido às suas características recorrentes

de corrupção, inacessibilidade, ineficácia, inadequação, justaposição de programas, iatrogenia e autoritarismo nas decisões institucionais e nas relações com a clientela (LUZ, 1991).

Não é de se espantar que o movimento estudantil das faculdades de medicina se voltasse contra esse ensino e denunciasse suas ligações com a “política de saúde da ditadura”.

Apesar da repressão voltada contra os movimentos sociais, em geral, e o movimento estudantil em particular, os estudantes de medicina começaram a organizar, desde 1974, os ECEM (Encontros Científicos de Estudantes de Medicina), forma semi velada de encontro dos setores estudantis ligados aos grupos e partidos de esquerda, então clandestinos, e de discussão aberta das políticas de saúde e dos problemas do ensino médico.

É necessário citarmos aqui os ECEM e sua importância na conjuntura dos anos 70, porque é dentro do seu espaço que nascem os o ENEIH (Encontro Nacional de Estudantes Interessados em Homeopatia), caracterizando um *braço alternativo* dentro do movimento estudantil médico, nem sempre bem aceito pelo seu braço mais forte, ligado às políticas de saúde, dos militantes da política.

Considero importante ressaltar essa característica porque ela indica, a meu ver, a existência de ao menos dois perfis¹²⁴ no movimento estudantil médico, que viriam a se

124 Existiria um terceiro perfil, que corresponderia ao dos estudantes interessados na reformulação da *ciência médica* e a uma geração de pesquisadores médicos que, por falta de dados, não pode ser caracterizada aqui.

traduzir em dois tipos de profissionais de vanguarda nos anos oitenta: *os médicos sociais*, com forte tendência para atuar na política de saúde, incluindo-se aí os gerentes e os epidemiólogos, e os terapeutas, com grande inclinação para a clínica, na busca de novas formas de atenção médica (no sentido terapêutico) e de relações médico-paciente.

É desse segundo grupo que sairão os alternativos e, dentre eles, os homeopatas. Esse grupo de estudantes preocupa-se com a iatrogenia, com a descaracterização da relação terapêutica, com a perda da ética médica, devido à mercantilização da medicina, e com o paradigma da medicina.

Para esse segmento dos estudantes não há *salvação* para o modelo médico vigente, sob nenhum desses pontos de vista. Essa medicina é, para eles, *parte integrante do sistema*. A solução é buscar outros paradigmas terapêuticos, que não firam o ser humano, nem o segmentem em partes desconectadas, nem ignorem o caráter quase sagrado da relação terapeuta-paciente, tratando o doente como objetivo ou como mercadoria.

Na verdade, esses estudantes representam o que sobrara da medicina como *arte de curar*. O que desejam é a restauração dessa *arte*, que para eles supera em tudo a medicina como *tecnologia*.

É nesse sentido que se pode dizer que os estudantes alternativos da área biomédica, entre a segunda metade dos anos setenta e a primeira dos anos oitenta, faziam parte de um *movimento de contracultura*. Não se trata, desse ponto de vista, de mera continuação do movimento *hippie*. Havia nesses estudantes, além do interesse por novos modelos

terapêuticos, um profundo interesse por políticas de saúde mais humanas, mais justas e mais democráticas para com os usuários dos serviços de saúde.¹²⁵

Não seria, portanto, verossímil reduzir o alcance dessa tomada de posição estudantil, verdadeira guinada, em termos da consideração da medicina científica pelos estudantes, a uma *questão subjetiva* de indivíduos seduzidos por visões ou modelos *místicos* ou *irracionais*, como frequentemente se procurou caracterizar, entre estudantes, professores e políticos da área médica, os alunos que precocemente se definiram pela homeopatia, no final dos anos 70 e início de 80.¹²⁶

Os Encontros Nacionais de Estudantes Interessados em Homeopatia (ENEIHS)

Como afirmei atrás, os ENEIHS nasceram como um *braço alternativo* dos ECEM. Eles manifestavam, entre os estudantes, a presença daquele mal estar cultural mencionado no início deste capítulo, face aos aspectos mais problemáticos da medicina científica: o tecnicismo, a iatrogenia, o mercantilismo nas relações terapeuta/paciente

125 Sendo professora do Instituto de Medicina Social da UERJ encarregada do ensino de Instituições e Políticas de Saúde tive a oportunidade de participar de vários ECEM e ENEIH a partir da 2ª metade dos anos 70 como conferencista ou debatedora, constatando essa dupla preocupação nos “alternativos”.

126 Dessa caracterização resultaram medidas discriminatórias contra esses estudantes, impedindo-os de participar de programas de especialização e residência. Vários de nossos entrevistados homeopatas sofreram pressões ou discriminações de maior ou menor importância devido a sua opção pela homeopatia.

e o caráter autoritário em termos político-institucionais.

É bem verdade que esse mal estar atingia apenas uma minoria dos estudantes, uma vanguarda que lutava pela mudança seja das políticas de saúde, seja dos modelos terapêuticos de atenção médica.

De fato, a maioria dos estudantes de medicina da segunda metade da década de setenta entrevia a carreira médica como escada de ascensão social, através de seu futuro estabelecimento em consultórios particulares de especialidades sofisticadas, que lhes possibilitariam status social elevado e prosperidade econômica, graças ao exercício da profissão médica.

Nenhuma das duas esperanças, entretanto, seria concretizada na década seguinte, aniquiladas pelas políticas econômicas e de saúde conduzidas pelos governos do fim da ditadura e do período da transição democrática. Mas como sonho, essas esperanças ainda hoje perduram nas aspirações dos estudantes da área biomédica, sobre tudo dos de odontologia (LUZ, 1991).

Coerentemente com essas esperanças, uma visão individualista e *profissionalista* das carreiras na área de saúde vêm se impondo a partir dos anos oitenta. Essa visão é acentuada pela perda de força do movimento estudantil, face ao novo regime político, à abertura política e à derrocada progressiva das visões coletivistas de mundo, a partir da segunda metade dos anos oitenta, culminada com a desagregação das sociedades socialistas do leste Europeu.

Essa derrocada acabou por privar, indiretamente, os jovens de projetos e ideologias políticas de transformação

social, aos quais aderiam desde o final da segunda guerra, em que pese à ascensão do ecologismo como *visão de mundo*. Mas a ideologia ecológica não tem, até o momento, entre nós brasileiros, a força de aglutinação que tiveram os projetos socialistas (socialdemocrata, socialista e comunista).

Acredito que a década de setenta presenciou, entre os estudantes, sobretudo na segunda metade, o último alento da aspiração política de transcender o individual pelo coletivo. Presenciou também a retomada da crença na medicina como arte de curar. É nesse sentido que se pode entender a formação de grupos de estudo, entre os alunos, no interior das faculdades de medicina e fora delas, para analisar esses saberes interditados pela ciência: a acupuntura, a fitoterapia e, sobretudo, a secularmente mal vista homeopatia.

Esses grupos espalharam-se um pouco por todo o país e desencadearam, no final dos anos 70, os Encontros Nacionais de Estudantes Interessados em Homeopatia (ENEIHs), que recolocaram em pauta a discussão da necessidade de incluir no currículo das faculdades da área médica (medicina, depois farmácia e veterinária) o ensino das medicinas ditas alternativas, a começar pela homeopática, tanto na graduação como na pós-graduação (cursos de especialização).

Os ENEIHs, que tiveram como marco histórico inicial o ano de 1977, chegaram a reunir quase 1.000 estudantes “interessados em homeopatia” nas sedes dos seus encontros e se realizaram por um período de aproximadamente dez anos, com intervalos variáveis de um a três anos, no período estudado pela pesquisa.

Vale, por isso, fazer aqui um curto resumo da trajetória desses encontros.

O sucesso do primeiro ENEIH, criado a partir do XIII Congresso Brasileiro de Homeopatia, levou o então acadêmico de medicina Antonio Marques a reivindicar para a comissão de Juiz de Fora a realização do segundo encontro, que se daria naquela cidade mineira em novembro de 1977, com 450 participantes. Nesse encontro ficaram estabelecidos um estatuto, a estrutura organizacional e a estrutura funcional do ENEIH. A propagação da homeopatia e a organização de núcleos de estudos tiveram nesse segundo encontro um papel de destaque.

O terceiro ENEIH foi realizado em 1978, na cidade de Belo Horizonte. Já nessa época os grupos de estudo conquistavam um grande espaço dentro das escolas de medicina e farmácia, aumentando o interesse dos profissionais pelos cursos de especialização em homeopatia, além de despertar a população para a importância desta terapêutica.

Realizando-se em Natal (RN) em novembro de 1979, o IV ENEIH tinha como ponto básico a divulgação da homeopatia no Nordeste. Este encontro conseguiu reunir 880 participantes, entre estudantes e profissionais, que discutiram amplamente, entre diversos temas importantes a organização de núcleos de estudos homeopáticos de caráter nacional.

O V ENEIH, realizado em Maceió (AL), em janeiro de 1981, teve a divisão dos participantes em dois grupos – iniciação e aprofundamento – para palestras relativas à Filosofia e Matéria Médica Homeopática, ficando para discussão em sessão plenária, com todos os participantes, as

questões gerais e de organização.

Em 1982, em Curitiba (PR), realizou-se o VI ENEIH, tendo como um dos temas centrais das discussões o ensino da homeopatia no Brasil. Este encontro foi marcado também por uma tematização forte na área social e de política da saúde. Um trecho do relatório do núcleo de estudantes de homeopatia de Curitiba (NEHC) trazia a seguinte assertiva, após ter analisado a situação de penúria geral na qual se encontrava a grande maioria de nossa população:

“Esta é a realidade de nosso povo. Ela precisa e deve ser mudada. A homeopatia, além de ser uma proposta alternativa de saúde popular, significa uma luta constante para a transformação desta realidade”.

A trajetória dos ENEIHs prosseguiu ao longo dos anos 80, com o VII sendo realizado em Campo Grande (MS), o VIII no Rio de Janeiro, o IX em Vitória (ES), o X, que seria em Recife, acabou ocorrendo em São Paulo, o XI em Niterói (RJ) e daí por diante.

Na documentação analisada dos ENEIHs há um consenso sobre o papel de destaque desempenhado por esses eventos no processo de crescimento pelo qual passou a homeopatia no período. Essa contribuição pode ser destacada nos seguintes pontos: primeiro, a irradiação e divulgação da homeopatia, entre os estudantes, via criação de núcleos homeopáticos. Em segundo lugar, no incentivo ao trabalho de pesquisa em diversas áreas pelos núcleos ou grupos de estudo em homeopatia. Finalmente, na abertura de espaço nos locais de produção e reprodução do saber médico, principalmente nas Faculdades de Medicina, servindo como estratégia de

ocupação em face de uma demanda social existente.

Relativizadas e cotejadas com outros documentos, duas entrevistas publicadas na *Revista Homeopatia Brasileira* corroboram as afirmações feitas acima:

“(...) enquanto, isso, nas escolas de medicina, faz-se a lei do silêncio. Mas em 1977 houve um tal ENEIH e esse encontro provocou um grande movimento, pois os alunos começaram a pressionar, fazer onda e os reitores ficaram receosos. Começaram a oferecer cursos paralelos na Universidade” (Prof. Alberto Soares de Meirelles).¹²⁷

“Esses encontros deram um impulso muito grande à homeopatia junto aos estudantes. Os de medicina, em primeiro lugar, e depois os de farmácia, os de veterinária e de odontologia. Cada encontro contou sempre com um número apreciável de estudantes” (Prof. Alfredo Eugênio Vervloet).¹²⁸

Como os ENEIHs eram de fato estratégias de resistência cultural ao ensino médico ou de busca de formas de atenção médica contrárias às hegemônicas nos anos 70-80, com a progressiva oficialização da homeopatia a partir da segunda metade de 80, estes encontros foram perdendo dinamismo.

Por outro lado, o perfil dos estudantes de medicina dos anos 80 não foi, decididamente, um perfil revolucionário, no sentido da cultura médica. O estilo *yuppie* da década atingiu também os estudantes da área biomédica.

127 Cf. *Revista Homeopatia Brasileira*, nº 00, R. Janeiro, 1985, pp.8 e seguintes.

128 *Ibidem*, loc. cit.

Um espírito de *eficiência* e *profissionalismo* marcou os futuros médicos dos anos oitenta, sobretudo os da segunda metade da década. Os médicos sociais diminuíram também de importância, tornando-se a medicina social execrada nos currículos biomédicos nesse período.

Os Cursos de Homeopatia dos Anos 70 para cá

O crescimento da prática da homeopatia por profissionais de medicina, farmácia e veterinária, a partir do final da década de 70, é em grande parte fruto da luta contra a cultura estudantil que analisei há pouco. Mas é também expressão da demanda de *medicinas alternativas* por parte da clientela, sobretudo da clientela urbana das grandes cidades.

Se já foi sensível o crescimento da institucionalização da homeopatia em termos da prática, o mesmo pode ser dito em relação à produção e à reprodução do saber homeopático, isto é, do ensino e da pesquisa.

Aqui farei uma breve apreciação do aumento do número e de tendências dos cursos de formação e especialização em homeopatia nos últimos quinze anos, sem pretender a exatidão. Para ser exata, o “pipocar” desses cursos por todo o Brasil exigiria uma enquete atualizada para se ter uma visão precisa da realidade em termos quantitativos, uma vez que o processo continua em curso.

Além disso, o centro desse estudo, em termos históricos institucionais, foi o Instituto Hahnemanniano do Rio de Janeiro (I.H.B.), que teve durante mais de um século o papel hegemônico como instância formadora de recursos

humanos e, divulgadora do saber homeopático no Brasil, mas que perdeu este papel nos últimos 15 anos.

É importante, portanto, discutir os rumos tomados por essa instituição, no que concerne ao ensino, depois do período de declínio acadêmico da homeopatia, em grande parte fruto da inércia ou perda de dinamismo desse Instituto.

Historicamente é preciso assinalar, em primeiro plano, a dupla tendência do ensino da homeopatia no Brasil: cursos de formação de médicos e farmacêuticos especialistas e cursos de informação – formação de leigos (não médicos) que desejam exercer a prática homeopática em campos mais específicos ou privados. Neste caso trata-se de cursos intensivos de curta duração. Esses leigos, nos anos setenta, contrariamente aos da 1ª metade do século XIX, não são pessoas despojadas de capital cultural. São, em geral, profissionais com formação universitária: podem ser químicos, biólogos, farmacêuticos, veterinários e mesmo médicos, interessados numa (in) formação rápida para suprir falhas de conhecimento da doutrina e da matéria médica homeopática.

A Federação Brasileira de Homeopatia, presidida pelo Dr. Amaro Azevedo, especializou-se, no Rio de Janeiro, neste último tipo de cursos, realizando dezenas deles no período compreendido entre a segunda metade das décadas de 70 e a década de 80. Muitos desses cursos rápidos eram gratuitos.

Entretanto, tanto esses cursos como os anteriores, de especialização em medicina homeopática, até os anos setenta não se enquadravam nas diretrizes já estão existentes para os cursos de pós-graduação *latu sensu* do MEC, sendo

despojados da sistematicidade e da estruturação previstas para esses cursos.

A lógica da pós-graduação não tinha ainda penetrado a organização dos cursos de especialização em homeopatia. A disparidade e a heterogeneidade deles em termos qualitativos e quantitativos era considerável.

A doutora Anna Kossak-Romanach, professora do I.H.B. até o início dos anos 90, traça um panorama global do ensino da homeopatia¹²⁹, na década de 80, nas áreas de graduação e pós-graduação, situando seus limites e possibilidades.

Esta médica, que pertence à corrente *cientificista*¹³⁰ da homeopatia, procura analisar os problemas principais do ensino da homeopatia face à aceitação deste *método* nos marcos institucionais acadêmicos.

Segundo a autora, a desinformação (sobre a homeopatia) é um dos mais importantes obstáculos à aceitação do método de intervenção homeopática, desinformação não apenas do público, mas, sobretudo *dos médicos e estudantes*. Para a Dra. Kossak-Romanach:

“a maioria dos médicos, desde os clínicos gerais até professores universitários, ignoram a lei da semelhança e relacionam (...) a catálogos populares indicadores de produtos, supostamente homeopáticos para uma série de diagnósticos, geralmente com base em atuação

129 *Gazeta Homeopática* do IBEPH, Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas em Homeopatia (São Paulo).

130 Chamei de *cientificista* a corrente, secular em homeopatia, que busca legitimar o saber homeopático a partir de sua fundamentação no quadro da racionalidade médica, tentando provar sua *base científica*.

bioquímica. Um conhecimento *elementar* da lei de semelhança descartaria qualquer vínculo preconcebido entre droga-diagnóstico” (*Gazeta Homeopática*, vol.2, nº 4, out./dez., 1987, p. 22-23).

Esta situação de desconhecimento da doutrina hahnemanniana, segundo a professora, é o resultado da falta de acesso dos profissionais à literatura existente sobre o assunto, pela *inexistência* de cursos realmente informativos (e formativos). Queixa-se de que uma parte da procura dos cursos de especialização em homeopatia seja motivada ainda apenas pela perspectiva de um bom lugar no mercado de trabalho médico. O que não deixa de ser um indicador do *boom* da homeopatia na década de 80.

Por outro lado, a base institucional e infra-estrutural do ensino homeopático não estava aparelhada para esse acontecimento:

“Raríssimas livrarias dispõem de bons livros sobre a metodologia hahnemanniana, contrastando com a proliferação da literatura popular e comercial. Apesar de tudo, as indagações sobre livros científicos de homeopatia, nas bibliotecas universitárias, crescem de ano para ano”. (*Gazeta Homeopática, ibidem*).

Enumera a Dra. Kossak-Romanach, em sua análise sete pontos, sistematizando as causas da desinformação em homeopatia:

- “1. Excessiva e inadequada literatura popular;
2. Encampamento oportunista da homeopatia pelos praticantes de métodos alternativos;

3. Propaganda ousada de complexos e fórmulas em nível bioquímico como sendo homeopatia;
4. Declarações agressivas e incorretas sobre a homeopatia, por parte de responsáveis de ensino superior;
5. Prática por profissionais ignorantes no assunto;
6. Debates intermináveis sobre problemas filosóficos, em detrimento de problemas práticos;
7. “Interferência desnecessária, porém obstinada e perniciosa, de elementos estrangeiros sem credenciais nos locais de origem.” (*Gazeta Homeopática*, idem).

Em alguns casos constatou que, para muitos dos participantes dos cursos, o povo tem sido o grande responsável pela sobrevivência do método, mas a autora observa que:

“A confusão da Homeopatia com ‘cápsulas para emagrecimento’, com ‘específicos’ para tais e quais doenças, bem como fórmulas químicas que, exibindo rótulo de ‘laboratório homeopático’ e fabricadas legalmente, conferem a estes produtos uma ‘falsa atoxicidade’ e, sobretudo, uma ‘falsa homeopaticidade’”. (*Gazeta Homeopática*, ibidem, p.33)

A questão da desinformação ou má formação era tão importante para a homeopatia que, de acordo com a doutora Kossak-Romanach:

“Constitui um dos temas centrais da SBPC, em 1982. Também neste conclave foi constatado que a falta de cursos informativos sobre Homeopatia, assim como a inexistência de literatura adequada em bibliotecas universitárias acessíveis,

constituem o ponto nevrálgico do problema.”
(Ibidem, pg 33.)

O fato de as instituições do governo, em particular a previdência social, estarem se movimentando, no sentido de promover cursos de esclarecimento médio em homeopatia, visando ao futuro atendimento da população, por si só não ajudava a resolver a questão dos cursos de formação, uma vez que:

“(…) na maioria destes programas (da previdência social) a homeopatia figura, frequente e injustamente, equiparada às “medicinas” ou “métodos alternativos”, num revoltante desnível de valores já conquistados dentro da ciência e da estrutura política, com prejuízos para sua formação futura. Por outro lado, esses “cursos” de informação estão longe de habilitar o profissional à difícil arte de prevenção segundo à lei de semelhança, assinalando-se que a ampliação dos cursos de formação de especialistas para além de 400 horas – consideradas insuficientes – partiu dos próprios alunos integrantes destes programas espontaneamente”. (ibidem, p.32)

Em suma, na opinião desta renomada professora e pesquisadora de homeopatia, a expansão e institucionalização deste “método terapêutico”, ao invés de resolver as questões do ensino homeopático, agravaram-nas.

Sem fazer minhas as palavras da autora, não há como desconsiderá-las, na medida em que refletem os problemas de crescimento por que passou a formação de recursos humanos em homeopatia na década de 80, em sua retomada social como *medicina alternativa*.

Os cursos tradicionais de formação de especialistas, aqui descritos, bem como os improvisados cursos patrocinados pela previdência social (ainda que bem intencionados, do ponto de vista gerencial), não resolveram as insuficiências do ensino da homeopatia, mostrando-se incapazes de formar rapidamente recursos humanos em escala nacional, para uma demanda social de homeopatia crescente e, em princípio, assegurada pelo Estado.

No Rio de Janeiro, além dos tradicionais cursos do I.H.B. e da FBH, surgiu a SOHERJ (Sociedade de Homeopatia do Estado do Rio de Janeiro) com a mesma finalidade, isto é, formar especialistas homeopatas. Cada instituição tinha uma perspectiva doutrinária e proposta de formação homeopática distinta e divergente.

No interior do I.H.B. agasalhavam-se na década de 80 (e ainda hoje) as mais variadas tendências, agrupadas em torno das duas correntes seculares principais: a unicista e pluralista (ou organicista), oferecendo cursos de formação em homeopatia.

Essas correntes e tendências não apenas competiram entre si no período, como em alguns momentos se atacaram abertamente na disputa pela hegemonia institucional.

Acentuaram-se no período as características doutrinárias opostas das correntes unicista e pluralista, havendo acusações de *metafísicos*, para os cursos unicistas de tendência kentiana,¹³¹ e de *organicistas* ou *não homeopáticos*,

131 James Tyler Kent, teórico americano unicista do fim do século XIX, acentuou o papel das altas dinamizações e dos sintomas mentais na terapêutica homeopática, por oposição aos partidários das baixas dinamizações, aplicáveis, sobretudo aos sintomas (orgânicos) de doenças.

para os cursos de tendência pluralista.

Resultou dessas lutas internas no I.H.B., nos anos 80, ratificando uma tendência histórica secular, uma fragilização política, dos cursos de formação homeopática do Rio de Janeiro. Pressionado por um lado pelo aumento da demanda, e por outro, pelas exigências de legitimação junto ao Ministério da Educação, face à regulamentação dos cursos de pós-graduação *latu sensu* (aperfeiçoamento e especialização), o ensino da homeopatia, em termos de solicitação, transbordou as possibilidades de formação de recursos humanos do I.H.B.

Instalou-se, conseqüentemente, uma crise institucional interna à homeopatia, com o surgimento de polos institucionais alternativos para a formação dos novos homeopatas. Dentre esses polos destacam-se os de São Paulo (através da A.P.H.) e do Paraná, já tradicionais. Além disso, com a criação da Associação Médica Homeopática Brasileira (A.M.H.B.), a homeopatia institui um órgão corporativo nacional, ao estilo da A.M.B. (Associação Médica Brasileira), com o objetivo inclusive de legitimar juridicamente a formação de recursos humanos em homeopatia, o que pôs em questão o papel histórico institucional do I.H.B. a esse respeito.

Deve ser assinalado, entretanto, apesar das competições institucionais internas à homeopatia, nos anos 80, que não foram característica apenas do Rio de Janeiro, mas aconteceram (e ainda acontecem) também em estados

Kent tem grande influência na formação das novas gerações de homeopatas cariocas, através dos cursos unicistas com base na Argentina. Ver Kent, Tyler J. *Filosofia de la Homeopatia*. Ed. El Ateneo, Buenos Aires, 1982 (tradução de Lectures on Homoeopathic Philosophy).

como São Paulo e Paraná, que os cursos de especialização enquadraram-se nas regras oficiais da pós-graduação *latu sensu*, em termos de carga horária, número de disciplinas, horas de estágio etc., até mesmo as superam.

Isto por si não garante a qualidade dos conteúdos, é verdade, mas assegura um padrão regular de desempenho e sistematicidade.

Foi esse padrão regular que serviu de base para a mudança, em termos de conteúdo e de desenvolvimento quantitativo dos cursos, do final dos anos oitenta para a primeira metade dos anos 90, com os homeopatas disputando a clientela dos cursos de especialização médica através da melhoria dos seus cursos, em que pesem as divergências permanentes dos mesmos.

O convite, a professores conferencistas renomados, do Brasil e do exterior, na sua área e mesmo fora da homeopatia, tem tido uma regularidade significativa, ao menos nos cursos no I.H.B., que pude acompanhar mais de perto.

Com a morte do último *general da homeopatia* que presidiu o I.H.B., professor Alberto Soares de Meirelles, em 1991, as novas gerações de homeopatas ali presentes procuraram dividir o espólio institucional sem causar muito trauma político à homeopatia no Rio de Janeiro.

A coexistência das tendências ratificou-se e solidificou-se com a presença de quatro cursos de formação de especialistas em medicina, farmácia, veterinária e, mais recentemente, odontologia.

A carga horária desses cursos atualmente está em cerca de 1.200 horas, largamente superior a de um curso de pós-graduação *latu sensu*, adequando-se às regras dos cursos de especialização da AMB, já que a homeopatia é uma especialidade médica.

O número de alunos desses cursos, crescente no início dos anos oitenta, estabilizou-se ao longo da década e teve flutuações consideráveis na primeira metade da década de 90. Essa flutuação, que mostra uma tendência de declínio na demanda de cursos de homeopatia, pode ser vista como fruto do crescimento de outras terapêuticas alternativas em voga, como os florais de Bach e a medicina ortomolecular. Deve ser considerada, também, a grande expansão da medicina tradicional chinesa nos últimos cinco anos.

Pode-se supor, a partir dessa estabilização, que a moda da homeopatia como *medicina alternativa* já passou, ao menos entre os profissionais.

O Florescimento da pesquisa homeopática nos últimos quinze anos

A parte final deste último capítulo trata da renovação da atividade de pesquisa entre os homeopatas. Não é propriamente que não se estivessem desenvolvendo pesquisas em ritmo crescente desde o final dos anos cinquenta. Como se viu no capítulo anterior, a realização de congressos nacionais e internacionais, alguns realizados no Brasil, são índices seguros desta retomada. O que quero destacar aqui é outro fato, a meu ver mais importante e significativo para essa fase de retomada social da homeopatia.

Trata-se do reconhecimento acadêmico, tanto no campo das ciências sociais, como no campo biomédico, da homeopatia como tema de pesquisa, como foco de investigação dentro da racionalidade científica.

Este fato dá-se, indubitavelmente, a partir do início dos anos oitenta, mantendo-se em ritmo ascendente até o final da década, e tem como indutor principal a visibilidade social da homeopatia no período. A “moda” homeopatia, sua clientela crescente durante os anos oitenta, cria o “fato” homeopatia para a mídia, que passa a construir o “desafio científico” homeopatia, apelando para os habituais especialistas de um *campo* e outro, isto é, homeopatas e alopatas, médicos ou pesquisadores, seja da área básica, seja da área aplicada.

Desta forma, neste último período de análise, quem cria as polêmicas na imprensa não são os homeopatas em sua estratégia de legitimação, como ocorreu em outros períodos, sobretudo no século XIX, mas é a própria mídia, impressa, falada e televisiva que busca os homeopatas para depoimentos, debates, exposições etc.

Esta visibilidade social construída pelos meios de comunicação de massa repercute sobre a academia, por um lado, e sobre os próprios homeopatas por outro. A *necessidade* (ou vontade) de se investigar a homeopatia criticamente, tanto por seus partidários como por seus opositores, cresce, e posso afirmar que possivelmente desde o seu início a homeopatia nunca foi tão pesquisada como paradigma, como estrutura de saber médico, como efetividade médica, como eficácia medicamentosa e como farmácia destinada a humanos, animais e plantas (veterinária e agronomia).

De modo que penso que se deve destacar a mudança de eixo que representa a década de oitenta em pesquisa para a homeopatia. Não são mais apenas homeopatas que fazem a pesquisa homeopática tradicional: a comunidade científica, através de uma parte de seus membros – ainda que alguns dispostos a demonstrar sua inconsistência, ou provar sua confiabilidade ou ineficácia (caso geral das pesquisas biomédicas, mas presente também em pesquisas filosóficas realizadas por médicos sanitaristas) – debruçou-se sobre a homeopatia, buscando resgatar uma dívida secular para com a mesma. Este fato não é exclusivo do Brasil, registrando-se também na Europa, sobretudo na França e na Inglaterra.

Deve-se acentuar, entretanto, um fato correlato que considero tão importante como esse *voltar-se para a homeopatia*: as pesquisas tradicionais dos homeopatas em desenvolvimento continuaram recebendo o mesmo tratamento que antes, isto é, não são consideradas *verdadeiras pesquisas* pela ciência institucional. Acredito que se pode interpretar esse aparente descaso.

O que constitui há dois séculos o campo de pesquisa da homeopatia se relaciona estritamente com seu paradigma de arte de curar: o que é um sujeito enfermo, o que significa melhora, agravamento ou cura do sujeito doente e como curar este indivíduo, isto é, como induzir através do medicamento homeopático sua melhora progressiva e eventual cura.

Isto dividiu historicamente o campo de investigação homeopático em dois subcampos principais: o da evolução dos enfermos (casos clínicos) e o dos medicamentos e suas experiências no homem clinicamente são (patogênesias), que originam, modificam e ampliam a matéria médica homeopática.

Com isto, uma farmacologia homeopática desenvolveu-se desde cedo na história da homeopatia e os estudos em farmácia mantêm uma constante durante toda essa história. Certamente se pode falar, ainda que secundariamente, de um subcampo de investigação epidemiológica homeopática, onde se estudam os medicamentos adequados para doenças epidêmicas, mas esses estudos, geralmente, nada têm a ver com a epidemiologia clássica, nem quanto ao método, nem quanto à abordagem das populações atingidas pelas epidemias. Apenas o objetivo principal, controlar a epidemia, é comum (e concorrencial) nas duas abordagens.

É necessário salientar aqui um traço característico das pesquisas homeopáticas, relacionadas com seu saber: tanto o estudo da matéria médica, como as das enfermidades crônicas da homeopatia, as denominadas miasmáticas (psora, sífilis e sicose), quanto o das patogenesias, faz-se pela observação repetida de singularidades buscando indícios de traços específicos comuns, de analogias e similaridades entre doentes e medicamentos, em termos de sintomas e sinais, que devem se acumular indefinidamente para ratificar, no sentido de *testemunhar a favor*, certas hipóteses. Trata-se de um modelo indutivista de observação, que se poderia denominar em termos de racionalidade contemporânea, de observação qualitativa, visando a criar *gestalts*, perfis de doentes, de medicamentos, de miasmas. Pode-se aproximar este estilo de observação da que se faz na clínica clássica ou na psicanalítica. De qualquer modo, este modelo enquadra-se muito mais num paradigma que se poderia denominar *indiciário* (GINZBURG, 1989) do que no modelo atual de investigação clínica ou epidemiológica, centrado numa lógica dedutiva e quantitativa de acumulação de evidências,

visando a classificar, explicar etiologicamente e controlar generalidades conhecidas como doenças.

Para o paradigma dominante, as observações homeopáticas, de natureza *fenomênica* (ou fenomenológica), não têm caráter científico. Não são, portanto, verdadeiras pesquisas e seus resultados não podem merecer crédito em termos de investigação, embora possam convencer por sua eficácia prática ou simbólica, ou por aparente consistência. Enfim, para adotar uma postura típica deste modo de produção de conhecimento, neste caso o convencimento viria mais de *mecanismos psicológicos complexos* que propriamente de uma estrutura analítica.

Deve ser ressaltado, em função da análise histórica que aqui se fez, que a tradição de pesquisa homeopática permaneceu até os anos oitenta deste século geralmente presa ou ao seu modelo. Seus congressos exprimem os resultados de acumulação do seu próprio saber, ao estilo dos congressos de psicanálise, por exemplo.

O que significa que, em termos de saber médico, a homeopatia permaneceu isolada e os resultados de seus congressos, seminários ou outra forma qualquer de divulgação de resultados de atividade de pesquisa não foram considerados pela ciência médica.

E não poderia, talvez, ser de outro modo, uma vez que tanto o discurso produzido como a forma de produzi-lo eram (e são ainda hoje) estranhos à ciência oficial.

Nesta parte final do capítulo apresentarei, de forma breve e resumida, o que se pode chamar de avanço da pesquisa em homeopatia dos últimos quinze anos para cá.

Dividirei este tópico em três momentos, procurando dar de cada um uma visão panorâmica: em primeiro lugar examinarei a pesquisa acadêmica sobre a homeopatia nos anos oitenta; em seguida analisarei brevemente a produção de homeopatas acadêmicos em homeopatia; finalmente procurarei comentar a produção homeopática tradicional de pesquisa, através de congressos e periódicos.

A pesquisa acadêmica sobre a homeopatia nos anos oitenta

O interesse na realização de estudos sobre a medicina homeopática na década passada está inextricavelmente ligado, como já afirmei acima, a dois elementos contextuais de natureza cultural: a retomada social crescente da homeopatia como terapêutica alternativa, inclusive por profissionais da área médica, e a divulgação desta retomada pela mídia, com a construção do *desafio científico* da homeopatia rebatendo sobre a academia.

Um indicador desse interesse é o desenvolvimento de teses (mestrado, doutorado e livre docência) elaboradas durante a década e definidas na segunda metade, entre 1987 e 1990.

O primeiro desses estudos foi a tese de doutorado em Medicina Preventiva e Social da Universidade de São Paulo, de autoria de Ricardo Lafeté Rodrigues, intitulada *O Tempo e a Ordem – Sobre a Homeopatia*, de natureza sócio epistemológica, onde o autor procura demonstrar, através da análise das proposições de Hahnemann, o anacronismo científico da homeopatia e suas teses vitalistas, com o auxílio de autores da epistemologia francesa como Georges

Canguilhem. Esta tese foi editada em 1989 (HUCITEC/ABRASCO, São Paulo, Rio de Janeiro), mas havia sido definida dois anos antes.

O segundo estudo foi uma tese de mestrado em Sociologia, de natureza sócio histórica, de autoria de Maria Bernadete de Carvalho, defendida em 1988 no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *Homeopatia: a Retomada Social de uma Prática Terapêutica*, onde a autora analisa o reflorescimento da homeopatia em relação à clientela e aos profissionais médicos no Estado de Minas Gerais.

Um terceiro estudo foi conhecido no mesmo ano, com características semelhantes ao segundo, acentuando mais os aspectos antropológicos e situando a pesquisa de campo no Rio de Janeiro. É a tese de mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da U.F.R.J., de autoria de Bárbara Musumeci Soares, intitulada *A Homeopatia como espelho da Natureza*, onde a autora analisa as representações de cosmo, natureza, equilíbrio (ou desequilíbrio), saúde, indivíduo, etc., presentes no discurso prático dos homeopatas atuais do Rio, levando em consideração a diversidade e oposição atual de correntes. Considero este estudo particularmente interessante, na medida em que foi fruto de um dos braços¹³² do conjunto de pesquisas sobre a homeopatia realizadas no Instituto de Medicina Social da U.E.R.J. Nos anos oitenta, onde se realizou também o presente trabalho.

Outro estudo foi a tese de mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, de

132 Coordenado pela Professora Maria Andréa Loyola.

autoria de Paulo Maurício C. Lourenço, defendida em 1989, intitulada *Homeopatia: Ciência ou Ficção- meta análise da teoria da homeopatia*, onde o autor empreende uma análise lógico-formal das proposições hahnemannianas, apoiando-se no filósofo Mario Bunge, no sentido de demonstrar, como Rodrigues, a anacronicidade da homeopatia, sua insuficiência teórica em termos científicos. Esta tese também teve como sua base institucional de pesquisa o I.M.S. da U.E.R.J.

Finalmente, convém mencionar a tese de livre docência em clínica homeopática apresentada à Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO em 1990, pelo professor Flávio Dantas, docente de clínica médica e de metodologia científica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, intitulada *Lógica clínica homeopática: A questão da eficácia terapêutica*. Nela o autor analisa a racionalidade da clínica homeopática do ponto de vista da lógica e da metodologia da pesquisa desenvolvida em homeopatia, através do levantamento e da análise de artigos publicados em quatro revistas especializadas indexadas, nacionais e internacionais, no sentido de verificar em que medida os homeopatas estão (ou não) “apresentando evidências confirmatórias da terapêutica homeopática”.

Possivelmente desde a fase de sua implantação no Brasil, quando era tematizada nas *teses* (monografias de fim de curso) da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a homeopatia não era tão estudada em termos acadêmicos. Com uma diferença: não se trata mais das teses de medicina; foi, sobretudo nos Programas de pós-graduação em Sociologia ou Antropologia, ou nos Departamentos ou Institutos de Medicina Preventiva e Social que os estudos

sobre a homeopatia foram realizados. As áreas de estudo são as ciências humanas, com ênfase na filosofia, na sociologia e na antropologia. O que significa que foi neste campo que se manifestou prioritariamente o interesse pela questão homeopática, e não no campo médico.

Todos esses estudos se iniciaram em torno da segunda metade dos anos oitenta e concluíram seus resultados no final da década.¹³³

O mais importante de se acentuar aqui não é o número de teses defendidas sobre homeopatia neste período, mas sim o fato de essa prática médica ter sido objeto de pesquisa de tantos pesquisadores universitários e o estilo de tematização de que fez objeto: sua racionalidade ou seu paradigma vitalista, suas práticas e representações relativas ao processo saúde e doença, sua lógica clínica etc. Todos são temas, no meu entendimento, do campo das Ciências Humanas e, desta forma, reafirmo que é através das disciplinas ligadas a esse campo (Filosofia, História, Sociologia, Antropologia) que a homeopatia é tematizada no Brasil em pesquisas nos anos oitenta.

Isto se torna patente quando nos voltamos para as atividades institucionais de pesquisa, isto é, as pesquisas desenvolvidas no interior das Universidades ou de Institutos superiores de ensino e pesquisa. O interessante a ser assinalado neste caso é que grupos de investigação interdisciplinares se

133 Há certamente uma ou outra tese que possa ter sido defendida nesse período sem meu conhecimento. Tive notícia de duas teses de mestrado: uma que se preparava na Bahia, outra em Pernambuco, para a U.F.Pe., de autoria de Odimariles Maria Souza Dantas, mas não tive acesso aos textos, nem sei se foram defendidas até 1990. As duas tematizavam a sócio história e eficácia da homeopatia naquelas regiões do país.

localizaram nos anos oitenta em Unidades tradicionalmente prestigiosas, consideradas *duras* em relação à sua atividade de produção de conhecimento: a Faculdade de Medicina da U.S.P., através de seu Departamento de Medicina Preventiva, o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto de Medicina Social da UERJ. Sobre essas experiências de pesquisa institucional convém dizer algumas palavras.

Em primeiro lugar, que são grupos pioneiros em suas unidades, compostos por cientistas sociais, médicos homeopatas, às vezes médicos alopatas, dispostos a realizar atividade de pesquisa dentro do marco da racionalidade científica, isto é, de acordo com sua metodologia de investigação, procurando rigor, especificidade e qualidade de observação, ainda que trabalhando com métodos diversos em um mesmo estudo, qualitativos e quantitativos, ligados a disciplinas diversas como antropologia, história, sociologia, pesquisa clínica, epidemiologia, e assim por diante.

Esses grupos enfrentaram grande resistência da parte dos pesquisadores tradicionais, geralmente conservadores, durante o desenvolvimento de suas atividades nos anos oitenta. Possivelmente essa resistência provém do fato que as Unidades de pesquisa onde se desenvolviam as atividades eram ligadas à produção de conhecimento biomédico. Este não é tanto o caso do Instituto de Medicina Social da UERJ, originalmente uma instituição de pesquisa interdisciplinar em saúde, primeira Unidade a encaminhar, em 1982, pedido bem sucedido de financiamento à FINEP, tematizando a pesquisa social em homeopatia. A resistência, nesse caso, provinha da Faculdade de Medicina e do Hospital Universitário da UERJ, sempre relutantes em abrir para a investigação ou para a

prática da medicina homeopática o seu *território*, dificultando ou mesmo interditando a realização de atividades no seu espaço. Mas este é, certamente, o caso das outras duas Unidades, mais estritamente ligadas à pesquisa biomédica, em que a *ocupação* de espaços pela homeopatia e mais amplamente pelas *terapêuticas alternativas* (no caso a fitoterapia), era vista com apreensão e frequente intolerância pelos pesquisadores *duros* de outros departamentos.

A universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Instituto de Medicina Social, tem co-patrocinado, além disso, os Simpósios Nacionais de Pesquisas Institucionais em Homeopatia (SINAPIH), realizados em média a cada dois anos desde 1987, a partir de um Encontro de Pesquisas Institucionais em Homeopatia, acontecido na FIOCRUZ. Esses eventos, restritos à esfera dos pesquisadores interessados em estudar a homeopatia sob diversos ângulos (clínico, terapêutico, sócio histórico, filosófico e pedagógico), não têm peso na legitimação da homeopatia como prática terapêutica ou como sistema médico de *base científica*. Seu peso, crescente, aliás, entre os homeopatas, é puramente acadêmico. Os SINAPIHs realizam-se geralmente com poucos recursos institucionais¹³⁴, constituindo-se de comunicações de pesquisas, em desenvolvimento ou concluídas, nas áreas básica, clínica, social, educacional e gerencial, para a comunidade acadêmica e homeopática. Foram realizados quatro Simpósios desde 1988: o primeiro no Rio de Janeiro (UERJ), o segundo em São Paulo, o terceiro em Minas Gerais (Uberlândia) e o quarto novamente na capital de São Paulo,

134 São financiados com auxílio do CNPq e das universidades co-patrocinadoras do evento, além de doações de contribuições de organismos civis homeopáticos (associações, farmácias, etc).

em 1993.¹³⁵ O número de comunicações apresentadas teve crescimento considerável nesse período.

O projeto de investigação realizado na década de oitenta na Faculdade de Medicina da USP, através do Departamento de Medicina Preventiva, coordenado pela Doutora Luci Moreira da Silva, visava testar a eficácia homeopática, incluindo ensaio clínico com o instrumento duplo cego, buscando a excelência metodológica em termos de procedimento científico, sem distorcer a racionalidade homeopática, o que constituiu grande pioneirismo para a época.

Este projeto obteve aprovação para financiamento da FINEP¹³⁶, deve ser destacada, no que concerne a segunda metade dos anos setenta e dois terços dos anos oitenta, como agência pública de fomento à pesquisa social, inclusive em temas ainda considerados tabus pela academia, como as medicinas alternativas.

Devem ser mencionados, finalmente, os projetos que deveriam ser desenvolvidos na FIOCRUZ, um na área de farmacologia, ligado à produção de medicamentos homeopáticos, de acordo com o convênio assinado entre o INAMPS, o I.H.B., o IMS/UERJ e a FIOCRUZ, conforme mencionado anteriormente, e outro na área das Ciências Humanas, um estudo interdisciplinar comparativo das racionalidades terapêuticas homeopáticas e alopáticas, que

135 Um quinto SINAPIH tem sua realização prevista para setembro de 1995 no Rio de Janeiro.

136 Embora aprovado, o financiamento para a pesquisa não chegou a ser liberado. Algumas atividades do projeto foram desenvolvidas, mas este não chegou a ser concluído.

foi efetivamente desenvolvido durante dois anos (1986 a 1988). Estes projetos não lograram, entretanto, efetivar-se no interior de Manguinhos, não se reproduzindo e nem chegando a termo, tendo sido desativados no ano de 1988, mesmo ano em que o então governador Moreira Franco interditou a prática da homeopatia em serviços da rede do SUDS no Rio de Janeiro: A FIOCRUZ dedicou-se, entretanto, nesse período, à pesquisa sobre princípios ativos de fármacos de origem fitoterápica, estabelecendo as propriedades terapêuticas de vários deles durante a década de 80.

Devem ser destacadas, além dessas experiências mobilizando equipes de pesquisadores, duas experiências isoladas de pesquisadores em unidades institucionais de pesquisa durante a década de oitenta: uma na área de história e outra na área de nutrição e clínica homeopática.

A primeira foi conduzida pela historiadora Ângela Porto na Casa de Rui Barbosa, constando de várias atividades que obtiveram repercussão no mundo acadêmico e cultural do Rio de Janeiro: o estudo histórico da assistência médica homeopática aos escravos; a organização de exposições fotográficas sobre as farmácias e ambulatórios (ou enfermarias) homeopáticas no século XIX e primeira metade do século XX; a organização de um guia catalogado de fontes de pesquisa histórica em homeopatia do farmacêutico Souza Martins.

A segunda experiência, também pioneira, foi desenvolvida pelo professor Jorge Cavalcanti Boucinhas no Departamento de Saúde Coletiva e Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O doutor Boucinhas realizou estudos em ambulatório da própria Universidade sobre a

eficácia de determinados medicamentos homeopáticos em desnutrição proteico-calórica. Esses estudos se iniciaram no início dos anos oitenta, embora só tenham tido seus resultados divulgados nos Cadernos de Saúde Coletiva e Nutrição da UFRN em 1985. Os estudos continuaram a ser desenvolvidos durante toda a década, embora o professor fosse o único pesquisador interessado no tema em seu departamento. Trata-se de estudos que, como os da U.S.P., tentam conciliar métodos de pesquisa clínica e epidemiológica com a pesquisa homeopática.

Este panorama não pretende, evidentemente, ser exaustivo da atividade de pesquisa institucional desenvolvida por pesquisadores sobre ou em homeopatia, mas apenas salientar a significação do fenômeno *homeopatia* no interior da academia.

A pesquisa dos homeopatas acadêmicos

Outro tipo de pesquisa a ser destacado, neste sentido, é aquele conduzido por homeopatas, não mais sobre a homeopatia, mas em homeopatia, em espaços acadêmicos conquistados em Faculdades de Medicina ou Institutos de pesquisa. São também experiências típicas da década de oitenta, que se realizam no centro sul do Brasil: Minas Gerais, São Paulo, Paraná.

Trata-se de homeopatas que se dedicam ao ensino e à pesquisa nas áreas de medicina e farmácia homeopáticas, buscando também o rigor científico, procurando não perder de vista o paradigma vitalista, o que não é tarefa de fácil execução. Mencionei aqui três desses grupos sem ter a

pretensão de esgotá-los, pois é possível que nos anos oitenta já existissem outros grupos de homeopatas acadêmicos trabalhando em experiências localizadas, sem visibilidade, cuja existência não chegou ao meu conhecimento. Arrisco-me a supor que é muito provável a existência desses grupos na região sul do país, a partir de São Paulo, no Rio Grande do Sul e no próprio Paraná, embora não tenha tido acesso a documentos que comprovem essa suposição. É preciso também ressaltar que quando afirmo “grupos”, designo em geral um conjunto de indivíduos, discípulos ou pesquisadores associados a um mestre homeopata que reúne em torno de si atividades de produção e reprodução do saber homeopático.

A primeira dessas experiências é do doutor Javier Salvador Gamarra, que desenvolve ensino e pesquisa em homeopatia em Curitiba, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, cujo grupo é anterior à década de oitenta.

A segunda experiência é a do doutor Flávio Dantas, já citado como autor de uma tese de livre docência, que ensina metodologia da pesquisa e homeopatia no curso médico da Universidade Federal de Uberlândia. Dantas coordena também um curso de pós-graduação *latu sensu* de docência e pesquisa em homeopatia na mesma Universidade, procurando orientar os futuros homeopatas na linha da pesquisa científica, sendo seu curso, da segunda metade dos anos oitenta, pioneiro nesse tipo de formação.

A terceira experiência é a fundação de um instituto de pesquisas em homeopatia em Ribeirão Preto (1981), denominado Instituto Homeopático François Lamassson, sob a responsabilidade do Dr. Izaio Carneiro Soares, associado ao

Dr. Gilberto Pozzetti, então professor da Faculdade de Farmácia de Araraquara, UNESP. Este Instituto desenvolve, desde o início da década, pesquisas nas áreas clínica, laboratorial, farmacológica e terapêutica, sempre buscando o ideal de cientificidade já assinalado nos acadêmicos homeopatas, filiados à escola francesa, que tem em Denis Démarque um de seus expoentes contemporâneos. Em 1986 começou a publicar um periódico, sintomaticamente denominado *Pesquisa Homeopática*, divulgando os resultados de suas pesquisas. Desde então organizou seminários, reuniões, etc., sempre tematizando a pesquisa em homeopatia. Seus trabalhos pautam-se pelas exigências mais fortes do método científico, sendo, em geral, ensaios clínicos, experiências laboratoriais (pesquisa básica) e pesquisa farmacêutica com medicamentos homeopáticos.

Há ainda outros pesquisadores homeopatas trabalhando com pesquisa acadêmica no mesmo período, como os doutores Marcelo Pustiglione (Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo) e Márcio Sposati (Centro de Saúde Experimental da Barra Funda, São Paulo), relacionada a eficiência e eficácia de tratamentos homeopáticos, utilizando como campo programas de homeopatia em serviços públicos de saúde. São, porém, estudos realizados fora da Universidade. Há também as experiências de Matheus Marim, de Campinas, sobre a natureza e eficácia do medicamento homeopático, trabalhando com hipóteses da física, em contato com pesquisadores da UNICAMP.

Os homeopatas e a pesquisa homeopática nos anos oitenta

Como já assinalai, a década passada assistiu a um revigoração das pesquisas em homeopatia como há muito não se via, desde o seu declínio acadêmico, no início dos anos trinta. Não devem ser esquecidos, entretanto, os esforços dos resistentes nesse período, pois são eles que mantêm a *chama acesa*, para empregar a expressão de um homeopata militante. Em outras palavras, não devem ser esquecidos os congressos, seminários e publicações que continuaram a ser produzidos durante esse declínio, e que contribuíram para que não se perdesse o saber acumulado anteriormente pelos homeopatas. Os congressos realizados entre os anos cinquenta e setenta não se limitaram a ratificar as teses homeopáticas em medicina: procuram atualizar tais teses em função do avanço da medicina oficial, empregando uma linguagem adaptada, por exemplo, às especialidades médicas, em grande ascensão a partir dos anos cinquenta. Como se viu no capítulo anterior, os homeopatas brasileiros interrogam-se, tanto nas reuniões como nas publicações, sobre a questão das especialidades (cardiologia, ginecologia, pediatria, medicina social), afirmando que a homeopatia também teria propostas efetivas para esses subcampos da medicina, disputando espaços nos serviços previdenciários a partir dessas propostas. Por outro lado, sempre é bom lembrar que o fato de estar fora da academia não significou, historicamente, para a homeopatia, estar fora da legitimidade social. De maneira que sua produção continuou e foi progressivamente influenciada pelo modo específico de produção de conhecimento dominante em nossa sociedade, isto é, pelo método científico. O que fez com que os anos

oitenta funcionassem como um verdadeiro redemoinho de tendências em termos da produção, provocado pelo encontro do tradicional com o moderno em pesquisa homeopática. É esse redemoinho que examinarei agora para encerrar o trabalho.

Em primeiro lugar chamo a atenção para o fato que o *redemoinho*, isto é, a efervescência de tendências homeopáticas, não é um fato nacional, mas internacional, reflexo da retomada social da homeopatia. Isto é patente nos dois congressos mundiais da Liga Internacional de Homeopatia que pude acompanhar pessoalmente nos anos oitenta, um realizado em Buenos Aires, em 1984, e outro em Atenas, em 1988.

Nesses dois eventos pude observar, tanto nas sessões de comunicações, como nos bastidores e “corredores” dos congressos, as disputas acaloradas das duas tendências históricas centrais da homeopatia, o unicismo e o pluralismo, secundada da outra divisão fundamental, a meu ver derivada da primeira, entre *baixistas* e *altistas*. Estas tendências, como já mostrado neste estudo, reivindicam a ortodoxia homeopática e propõem dois métodos conflituais de aplicação desta *ciência da arte de curar*. O unicismo, baseando-se no *Organon* de Hahnemann e em seus *Escritos Menores*, defende a posição de que o *remédio único*, um dos princípios homeopáticos, leva necessariamente à escolha de um único medicamento para cada paciente de cada vez, e que outro remédio homeopático só poderá ser receitado após se esgotarem clinicamente os efeitos do primeiro. Tal remédio deverá respeitar outra lei fundamental homeopática: a lei da semelhança. Só o medicamento que atenda às características

mais similares ao modo de adoecer daquele indivíduo enfermo deverá ser receitado.

Para os pluralistas é muito difícil encontrar o *similimum similibus* (o semelhante entre os semelhantes) de cada sujeito na clínica homeopática, sobretudo em consultas iniciais. Pode-se, portanto, encontrar medicamentos que respondam parcialmente a conjuntos de sintomas dos pacientes, aliviando-os imediatamente, até encontrar o medicamento *de fundo* do indivíduo doente. Esses sintomas tenderão a ser prioritariamente os sintomas orgânicos. Os pluralistas também se apoiam nos escritos hahnemannianos, mas, sobretudo em autores homeopatas posteriores, alegando que Hahnemann não tinha condições em seu tempo de explorar cientificamente toda a riqueza do método terapêutico que criara. Essa corrente, como afirmei, desde o início deste trabalho, tende a privilegiar a racionalidade científica moderna e a aproximar a homeopatia da razão médica. São eles que primeiramente empregaram o método científico em seus trabalhos de pesquisa, aproximando a racionalidade médica homeopática da científica.

Sucede que, como privilegiam os sintomas físicos nos pacientes, os pluralistas tenderão a receitar baixas dinamizações homeopáticas, enquanto que os unicistas, por privilegiarem os sintomas mentais, receitarão preferencialmente altas dinamizações. Daí deriva a segunda controvérsia, do *baixismo* versus *altismo*, que foi historicamente muito importante na homeopatia americana, mais que na brasileira.

Essas divergências de fundo originaram, como foi visto neste livro, estratégias de legitimação divergentes. Tais

divergências de fundo e estratégia nunca foram superadas, reacendendo-se com veemência nos anos oitenta.

Nos congressos internacionais mencionados acima, as polêmicas tradicionais da homeopatia manifestaram-se nas comunicações ali apresentadas, conforme indicam os Anais dos referidos eventos.¹³⁷

Nas comunicações do Congresso da Liga Internacional Medicorum, em Buenos Aires, por exemplo, predominaram as de tendência unicista, com poucas apresentações da corrente pluralista, apenas alguns estudos clínicos com emprego de metodologia clínico-epidemiológica ou sobre metodologia de pesquisa. Isto é bastante compreensível: não só o Congresso foi realizado em *território* unicista, com grande influência da escola homeopática de Buenos Aires, como foi realizado com um tema básico que deveria ser objeto das comunicações. Este tema, o terceiro parágrafo do *Organon*, refere-se à questão do que deve ser curado em cada paciente segundo a doutrina homeopática. Como a questão é basicamente doutrinária, acaba-se enveredando pela metafísica, de acordo com os pluralistas.

Metafísica talvez não, mas na verdade uma proporção considerável das sessenta e duas comunicações deste Congresso tendeu para o psicanalismo, na medida em que os sintomas mentais, comportamentais, de personalidade, eram os mais tematizados (e interpretados).

Já o Congresso da Liga Internacional de 88 em Atenas,

137 Ver *Proceeding of XXXIX International Congress for Homeopathic Medicine*, Buenos Aires, 11/16 novembro, 1984, 129 pp.; também *Proceedings of 43rd Congress of the International Homeopathic Medical League*, 22/26 maio, 1988, Atenas, 631 pp.

cujo expressivo número de páginas atesta a quantidade de comunicações ali apresentadas, é bem mais variado do ponto de vista dos assuntos e das tendências, com um índice cujo primeiro tema é justamente a *Pesquisa Científica*. Certamente não por acaso a primeira comunicação deste tema intitula-se *Tradition – its Advantages and Disadvantages* (A Tradição, suas vantagens e desvantagens), indicativa da tendência cientificista dos organizadores.

Justamente nas 116 comunicações registradas nos Anais desse Congresso coexistem (conflituosamente) tradição e modernidade na pesquisa homeopática, refletindo o clima de crescimento, durante a década, de diversas áreas de investigação. Há não apenas os tradicionais estudos de casos clínicos e de patogenesias, como estudos de eficácia homeopática em tratamentos de doenças crônicas, como o câncer, o reumatismo, a asma, o diabetes millitus e mesmo a AIDS; estudos de informatização da homeopatia, de ensaios clínicos com técnica duplo cego, de eficácia homeopática em tratamento de doenças coletivas atuais; estudos de eficácia homeopática em especialidades médicas; finalmente, estudos de natureza ética, educacional e filosófica.

Suponho que os quatro anos decorridos entre um Congresso e outro registraram o crescimento paulatino que o do final da década exprime. Não creio, portanto, que houve um salto repentino, mas uma tendência expansiva da pesquisa homeopática. Tendência que o Brasil acompanhou com suas características específicas de incentivo, entre as quais figuram o seu reconhecimento como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina no início da década, sua introdução nos serviços públicos de saúde com a

Nova República e sua busca de legalização de cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Deve ser assinalado, também, como fator de incentivo à pesquisa homeopática nos anos oitenta no Brasil, a formação de recursos humanos pós-graduados no exterior, na Argentina e na Inglaterra, em cursos de grande qualidade, em termos do saber homeopático, independentemente de sua orientação, com nível equivalente aos nossos mestrados.

Os recursos humanos assim formados, em geral na primeira metade da década, criaram grupos e centros de estudo interessados em pesquisar a homeopatia, superando uma tendência tradicionalista enquistada nos institutos homeopáticos.

A presença de pós-graduados com formação unicista incentiva, por outro lado, a discussão no meio homeopático, sobretudo no Rio de Janeiro, reacendendo o I.H.B., despertando-o da letargia em que mergulhara, ainda que por meio de polêmicas, embora essas polêmicas raras vezes tenham se exprimido apenas academicamente. Mas são geralmente os unicistas que formam grupos de estudo, no Rio (Grupo de Estudos James Tyler Kent) e em São Paulo (Grupo de Estudos Homeopáticos de São Paulo *Benoit Mure*), dispostos a conhecer mais e a dar prosseguimento aos ensinamentos clássicos de Hahnemann de forma mais rigorosa e ortodoxa. Esses exemplos citados são apenas exemplos, pois uma grande quantidade de grupos de estudo homeopáticos se forma no Brasil dos anos oitenta, o que já se viu quando da análise dos Encontros Nacionais de Estudantes Interessados em Homeopatia. De qualquer forma, o que cabe salientar é que esses jovens homeopatas inauguraram uma

nova ortodoxia, buscando a volta aos parâmetros básicos da racionalidade médica homeopática, e grande parte das polêmicas da década é fruto da emergência desses grupos, que se manifestaram em reuniões, congressos e cursos de formação. O resultado positivo dessa discussão exprime-se na quantidade de periódicos que são lançados ou reativados durante os anos oitenta, divulgando a produção homeopática.

Assim, a própria revista do I.H.B., por exemplo, que esteve interrompida entre 1964 e 1971, retoma fôlego nos anos oitenta e, na segunda metade da década, divulga os principais eventos concernindo à homeopatia no Brasil e no mundo, com nova apresentação. Mas a revista do Instituto Hahnemanniano não é propriamente uma revista acadêmica. O mais importante a registrar é o lançamento de periódicos que têm efetivamente essa pretensão, e que vieram à luz nos anos oitenta.

Em primeiro lugar, o periódico semestral já mencionado do Instituto Francois Lamasson, de Ribeirão Preto, cujo primeiro número, de janeiro/junho de 1986, traz em seu Editorial um apelo à “pesquisa séria” em homeopatia, “buscando desenvolver uma sequência metodológica adequada para esclarecermos muitas questões da homeopatia como ciência experimental e não como doutrina fechada para alguns iniciados”. A tendência cientificista do grupo manteve-se durante toda a década nos artigos do periódico.

Um segundo periódico é a *Gazeta Homeopática*, órgão do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas em Homeopatia (IBEPH), fundado em 1985, sob a presidência da Dra. Anna Kossak Romanach. No editorial do número 3 (vol.2) de julho/set, 1987, de autoria do Dr. Marcelo Pustiglione,

entitulado “Considerações sobre homeopatia e pesquisa”, podemos ler uma defesa do método homeopático como de *base experimental*:

“Hahnemann praticou com brilhantismo inusitado e pioneirismo incontestado, nos séculos 18 e 19, o que hoje se denomina PESQUISA PURA, APLICADA, CIENTÍFICA E DESCRITIVA. Ensaçou teoricamente os passos da PESQUISA EXPLICATIVA e, por um triz deixou de criar um MÉTODO CIENTÍFICO completo há 200 anos, quase 50 antes de Claude Bernard”. (pp.2-3)

Este periódico manteve-se também nas diretrizes de busca da pesquisa científica em homeopatia, sendo publicado trimestralmente durante a segunda metade da década passada.

Uma terceira revista intitulada *Revista Homeopatia Brasileira*, é lançada em 1985 no Rio de Janeiro, de editora independente (Editora LAPA, dirigida por João Carlos Luz), destinada a divulgar bimestralmente eventos institucionais e a produção científica homeopática. Seu subtítulo é ilustrativo desta intenção: *Medicina, saúde, ciência*. Essa revista circulou até o fim da década com pouca regularidade, devido a escassos recursos financeiros, mas tinha uma programação gráfica e de assuntos bastante moderna, fugindo à rigidez dos tradicionais periódicos homeopatas, com entrevistas, debates, artigos de fundo, enquetes etc., no estilo do grande jornalismo. No período em que circulou, a revista chegou a ter milhares de assinantes e uma boa penetração no meio homeopático, independentemente das correntes, sobretudo no Rio de Janeiro. O pioneirismo do jornalista Luz só veio a ser retomado nos anos 90 pela *Revista de Homeopatia da*

Associação Paulista de Medicina (A.P.H.), que lançou também um *Informativo* no mesmo estilo dinâmico de jornalismo.

Algumas palavras devem ser ditas sobre publicações tradicionais da Homeopatia, como a *Revista da A.P.H.* ou *A Voz da Homeopatia da FBH*, devido ao revigoramento que parecem encontrar, depois de um período de esmorecimento. Parece-me que esse reflorescimento é fruto, justamente, do papel que a pesquisa volta a ter para a homeopatia. Não apenas a pesquisa tradicional homeopática, mas também a pesquisa moderna, isto é, aquela que incorporou o método científico de investigação como um elemento importante de produção do conhecimento homeopático.

Não deve ser ocasional o fato de *A Voz da Homeopatia* ostentar no alto de sua capa, acima do título, a inscrição: “Esta revista científica é o elo entre as duas escolas médicas (alopatia e homeopatia) e a convergência de suas terapêuticas”. As matérias publicadas neste período de análise, além dos inevitáveis eventos institucionais, incluem basicamente pesquisas homeopáticas tradicionais (casos clínicos, patogenesia, eficácia terapêutica homeopática) e *modernos*, isto é, estudos empregando o instrumental da metodologia científica ou absorvendo o discurso médico das especialidades, adaptando-o à homeopatia (ou vice-versa).

Já a revista da APH adota um tom decididamente *moderno* nos anos 80, com edição trimestral, seguindo a linha da instituição que exprime a Associação Paulista de Homeopatia, que discute a pesquisa em “debates científicos, todas as quintas-feiras, abertos e democráticos, onde podem ser manifestadas todas as correntes homeopáticas, além de outras correntes alternativas” (Revista APH, nº162, julho/set.

1984, p.3.). Neste mesmo número (162), o primeiro artigo é do Dr. Flávio Dantas e seu título é bem sugestivo: "A pesquisa clínica em homeopatia: considerações metodológicas" (p.5-11). Seu conteúdo advoga rigor e precisão metodológica na avaliação clínica homeopática, com adoção de ensaios terapêuticos planejados e controlados. A linha da Revista, apesar de sua "abertura democrática", é bastante modernizadora, adotando também o discurso das especialidades, do papel importante do tratamento homeopático em doenças crônicas e agudas, nos serviços públicos de saúde etc.

O significado da pesquisa para a reprodução do saber homeopático, para retirá-lo do gueto epistemológico em que foi confinada durante, dois séculos, tomou vulto com o correr da década de oitenta, superando em importância, no seu final, as tradicionais polêmicas unicismo/pluralismo, baixismo/altismo, mentalismo/organicismo, experimentação homeopática versus pesquisa científica, e assim por diante. Não que essas querelas tenham desaparecido do panorama homeopático, Os Congressos Brasileiros de Homeopatia, realizados a cada dois anos, são até hoje uma demonstração eloquente dessas divisões no campo homeopático. Esses eventos reproduziram, na década passada, no Brasil, as mesmas polêmicas que as dos Congressos Internacionais aqui apreciados.¹³⁸

De qualquer modo, os congressos e seminários foram um dos elementos que contribuíram para dar visibilidade social à homeopatia, através da divulgação na mídia,

138 Um dos Congressos da Liga Internacional Medicorum, aliás, teve lugar no Brasil, no Rio de Janeiro, sem grande repercussão, mas com muito murmúrio da parte dos homeopatas, sobre seu caráter *fechado, excludente* etc. Realizou-se em 1986, no Hotel Copacabana Palace.

chamando a atenção inclusive do principal órgão de reunião da comunidade científica entre nós, a S.B.P.C. (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Esta permitiu a organização de um Simpósio tematizando a homeopatia em sua Reunião Anual de 1982, como já se viu em depoimento da Dra. Ana Kossak Romanach, onde os homeopatas e seus simpatizantes puderam debater as questões e problemas mais importantes e imediatos da medicina homeopática.

No ano de 1985, o principal órgão de difusão científica ligado à S.B.P.C., a revista *Ciência e Cultura*, em seu número 37 (9), mês de setembro, divulgou na sessão “Simpósio” um conjunto de artigos de homeopatas, fruto do 4º Simpósio Internacional de Farmacologia e Terapêutica Homeopática, realizado em Ribeirão Preto, em julho de 1984, por iniciativa do Instituto Homeopático François Lamasson.

Num *avertissement* destinado certamente a preparar seus leitores habituais para o que se seguiria a Revista anuncia que seu propósito, ao apresentar tais trabalhos

“(…) é dar aos leitores ideia atualizada do pensamento e das técnicas homeopáticas, justamente com análise crítica feita por especialista não homeopata. Justifica-se a iniciativa pela natural curiosidade que existe em torno dela, pelo interesse que o assunto desperta em todos os meios e pela dificuldade de obtenção de informações precisas fora dos círculos especializados” (p.1452).

Independentemente das ideias *naturalistas* da Revista sobre a curiosidade e o interesse que a homeopatia despertava há uma década na sociedade brasileira, cabe

chamar a atenção para o fato de a homeopatia despertar, segundo esse órgão de divulgação científica, um “interesse em todos os meios”. É claro que a revista, sendo um órgão de divulgação do conhecimento científico *duro*, sente-se na obrigação de, concomitantemente a essa publicação, chamar a testemunho um *não homeopata* (geralmente um anti-homeopata) para fazer a *análise crítica* da homeopatia.¹³⁹

Dos quatro artigos fotocopiados de que disponho, apenas um é de um brasileiro, o Dr. Mário Sposati, já citado neste capítulo, e intitula-se “Indicação, campo de ação e limitação da Homeopatia”, onde o autor traça a demarcação dos limites da terapêutica homeopática, tomando como ponto de apoio comparativo o modelo de Leavell e Clark. Outros dois artigos são da homeopata mexicana Josefina Sanchez Resendiz, intitulados respectivamente *Homeopatia y efecto placebo* e *Homeopatia y investigación*, ambos tratando de questões relativas à pesquisa científica e homeopatia.

Finalmente, o quarto artigo é do homeopata argentino de tendência cientificista Francisco Xavier Eizayaga, intitulado *Campo de acción y limitaciones de la homeopatia*,

139 Nisso *Ciência e Cultura* segue o exemplo das revistas internacionais prestigiosas de difusão de pesquisas, inclusive a famosa *Nature*, em que junho de 1988, ao divulgar as experiências sobre o efeito biológico de altíssimas diluições, de autoria do imunologista Jacques Benveniste e seus associados, colocou uma *nota prévia* advertindo seus leitores que a revista não partilhava aquelas opiniões, criando uma verdadeira comissão de inquérito para investigar as atividades daquele pesquisador, dando início ao famoso escândalo da memória da água que ocupou uma parte do verão francês de 1988. Tal comissão, da qual faziam parte, além do editor da revista, um ilusionista e um expert em desvendar fraudes científicas, nada constatou de irregular ou fraudulento, mas praticamente destruiu a carreira do cientista com os efeitos de descrédito que gerou.

tratando também de delimitar os momentos da intervenção homeopática.

No ano de 1988, ano de forte visibilidade social e institucional para a homeopatia, outro periódico da SBPC, a revista *Ciência Hoje*, calcada num jornalismo científico moderno, com diagramação totalmente distinta da tradicional *Ciência e Cultura*, dedica sua capa à homeopatia com o sugestivo título *Medicina: A questão da Homeopatia*. No seu interior, ao estilo de um *simpósio*, três artigos tematizando a homeopatia são publicados. A *advertência*, em estilo muito mais leve que o do periódico anterior, nos pergunta: “A que se deve o indiscutível crescimento da homeopatia no país? À crescente divulgação deste saber? À sua eficácia terapêutica? Às deficiências da medicina oficial? *Ciência Hoje* traz à pauta esta discussão, procurando também um maior esclarecimento sobre a teoria e a prática da homeopatia, em boa dose ainda desconhecidas” (*Ciência Hoje*, vol. 7, nº 39, jan-fev, 1988, p.51).

Interessa comentar esses artigos, ainda que de passagem. Em primeiro lugar, o fato que a matéria principal ficasse a cargo de um professor da Escola Paulista de Medicina, do Departamento de Psicobiologia, Elisaldo L.A. Carlini, e não a cargo de um homeopata que pudesse dar a *versão principal*, já nos dá o sentido do debate. Os dois artigos, um de natureza histórico-social, de autoria de Luz¹⁴⁰ e outro de Biolchini¹⁴¹, explicando a terapêutica na medicina homeopática através de suas correntes, servem como matéria complementar ao artigo de Carlini.¹⁴² Deve ser assinalado que a expressão

140 Luz, M.T., *A implantação da homeopatia no Brasil*, pp.62-63.

141 Biolchini, J. *As práticas homeopáticas*, pp.60-61.

142 Carlini, E.L.A. *Uma abordagem científica da homeopatia*, pp.52-59.

científica aqui é adjetivante, produzindo um efeito puramente ideológico, isto é, de atribuir autoridade à exposição que se seguia.

Um progresso deve ser registrado, entretanto, em relação à forma como o alopata trata o saber homeopático: em primeiro lugar, demonstra conhecimento sobre a história das lutas da homeopatia contra a medicina no momento de sua fundação, o que não é de forma alguma comum, em segundo lugar, leu algo da doutrina hahnemanniana, demonstrando conhecer, ainda que superficialmente, as *leis de cura* homeopáticas, o que é ainda mais raro entre médicos; em terceiro lugar, procura comparar efetivamente a homeopatia com a alopatia, na busca de explicar a aparente eficácia do tratamento homeopático, uma vez que seu medicamento funciona como placebo, de acordo com a experiência conduzida por ele mesmo em ensaio duplo cego.¹⁴³ Finalmente pelo tom do artigo, acadêmico, de elevado nível em termos de debate e de exposição de ideias. Completamente diferente é o trabalho de propaganda anti-homeopatia de Jaime Landmann, catedrático de clínica médica da U.E.R.J. (atualmente aposentado), sugestivamente intitulado *As Medicinas Alternativas: Mito, embuste ou ciência?* (Ed.Guanabara, Rio de Janeiro, 1988). O tom, partidário e panfletário que coloca, à página 66, “A Homeopatia como parte integrante da doutrina nazista”, pelo fato de haver no III Reich uma autoridade partidária da homeopatia (Rudolph Hess) que patrocina o XII Congresso Internacional

143 Seguindo a metodologia clínico-epidemiológica empregada nesse tipo de experiência, não é surpreendente o resultado negativo para a homeopatia, uma vez que esta metodologia parte de princípios opostos aos da homeopatia.

de Homeopatia. O texto de Landmann constituiu-se mais um material de propaganda contra a homeopatia que de pesquisa.

O interesse maior do artigo de Carlini está na comparação, pois a partir dela é que o autor pode levantar duas hipóteses a meu ver fundamentais para o entendimento da crise da medicina contemporânea e sua superação, independentemente de sua racionalidade: em primeiro lugar, o papel terapêutico das relações médico-paciente em toda a prática médica que necessitaria ser revisto; em segundo lugar, o papel e os mecanismos desconhecidos que estariam agindo na ação efetiva (e muitas vezes eficaz) do placebo, não apenas em homeopatia, mas em geral. Além disso, as propostas de revisão que propõe para a homeopatia são, em termos de procedimento, bastante aceitáveis para os homeopatas, ao menos os da corrente cientificista. Em outras palavras, pela primeira vez há algo de construtivo na análise que um acadêmico faz do saber homeopático, com um tom de discurso acadêmico, embora posicionado *a priori* (e nem poderia ser diferente).

Apesar disto, os homeopatas ficaram chocados com a produção divulgada em *Ciência Hoje*, enviando cartas à redação durante um tempo razoável, o que significa que as matérias provocaram polêmica, sobretudo o artigo de Carlini, que afirma positivamente que o efeito do medicamento homeopático não encontra base científica nem na química nem na física, e que também não se comprova na experiência clínico-epidemiológica, pelo menos em nada que supere o placebo.

Desta maneira a década de oitenta se encerrou com

um florescimento inconstante da homeopatia não apenas na pesquisa, mas no ensino, na intervenção institucional e na aceitação popular. Além de socialmente legitimada, a medicina homeopática foi cada vez mais institucionalizada. A década de noventa, até sua metade, não desconfirmou essa tendência. Vitória da homeopatia no seu combate? Talvez sim, ou até o próximo embate.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ARAÚJO, Achilles Ribeiro. *A assistência médica hospitalar no século XIX*. Rio de Janeiro: MEC, CFC, 1982.

BAUR, J. *Homéopathie – Quelques pages d’Histoire, s/e, s/d, 146 p.*

BERLINGUER, G. *Medicina e Política*. Bari: De Donato, 1973.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.

CARLINI, E.L.A. Uma abordagem científica da Homeopatia. *Ciência Hoje, Rio de Janeiro, Nº39, p.52-59, jan/fev.,1988.*

CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CLAVREUL, J. *A ordem médica - Poder e impotência do discurso médico*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1983.

COULTER, L.H. *Divided Legacy* (Vol. 3), Wehawken Books Co.,

Washington, DC, 1975; Wehawken Book Co., Washington, DC e North Atlantic Books Berkeley, 1988; North Atlantic Books, Berkeley, 1982.

FARIA, F. *Os Vícios da República – Negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993.

FARIA, F.A. *Homeopatia e Política Imperial (Querelas Brasileiras., Coleção Histórica, Política e Sociedade.)* Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1994.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 1975.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses – une archéologie des sciences humaines*, Paris: Ed. Gallimard, 1966.

LANDMANN, J. *Medicinas Alternativas, Mito, Embuste ou Ciência?* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1978 (trad. De *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1958).

LOYOLA, M.A. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.

LOYOLA, M.A. Estudo Antropológico da Prática Homeopática no Rio de Janeiro (1983-1985) – A clientela. In: LUZ, M.T. (coord.) *A Questão da Homeopatia – Textos de Apoio*. Rio de Janeiro: Ed. PEC/ENSP/ABRASCO, 1987.

LUZ, M.T. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

LUZ, M.T. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

LUZ, M.T. Relações Médico-Paciente. In: LUZ, M.T. (coord.). *A questão da Homeopatia – Textos de Apoio*. Rio de Janeiro: Ed. PEC/ENSP/ABRASCO, 1987.

LUZ, M.T. *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

LUZ, M.T. Notas sobre as Políticas de Saúde no Brasil de “transição democrática –anos 80”. *Revista Physis,R.J.*, Vol.I, nº 1, p.87-96, 1991.

LUZ, M.T. As relações entre burocracia, Estado e Sociedade Civil em sociedades de desigualdade social profunda. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, nº28, 1992.

MACHADO et al. *Danação da Norma – Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES, N. Relatório da Pesquisa “História Político – Institucional da Homeopatia no Brasil” (1954-1975), IMS/ UERJ, 1990,28 p. datil.

POLACK, J.C. *La medicine du capital*. Paris: François Maspéro, 1972.

PORTO, Angela. Assistência Médica aos escravos no Rio de Janeiro; o tratamento Homeopático. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Nº 7, p.13-23, novembro, 1988.

QUEIROZ, M.S. O paradigma mecanicista da medicina

ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo: 20(4): 309-17, 1986.

QUESADA, F.O. *La medicina está enferma*. Mexico: Grupo Noruega, 1991.

RODRIGUES, R.L. *O Tempo e a Ordem: sobre a homeopatia*. São Paulo: Ed.Cortez, 1989.

ROSARIO, N.A. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Rio de Janeiro: 1986 (2ª ed.).

ROSEN, G. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ROSEN, G. A Evolução da Medicina Social. In: NUNES, E.D. (org.) *Medicina Social, aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.

SANTOS FILHO, Licurgo Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. 2ª ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

STERN, J.B. A Saúde das Cidades e o Primeiro Movimento de Saúde Pública. In: NUNES, E.D. (org.) *Medicina Social, aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.

FONTES DOCUMENTAIS

Livros, Teses, Artigos, Anais e Boletins

ACTAS DEL XXXIX Congreso Internacional de Homeopatia. Buenos Aires. Liga Medicorum Homeopathica Internationalis, nov. 1989.

ANAIS DO 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia. Rio de Janeiro: Ed. I.H.B., 1928.

ANAIS DO 2º Simpósio Latino- Americano de Homeopatia. Porto Alegre: Ed. Liga Homeopática do Rio Grande do Sul, 1961.

ANAIS DO IIº Simpósio Nacional de Pesquisas Institucionais em Homeopatia. São Paulo: dez., 1989.

ANDRADA, José Calasans Rodrigues. *Dissertação Crítica sobre a Homeopatia*, 1841, Tese FMRJ.

ANDRADE, Travassos José Rodrigues de. *Dissertação sobre a Homeopatia*, 1842, Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Amaro Guilherme de Barros. *Um Precioso Estudo sobre a Homeopatia*. Rio de Janeiro: Gráfica Baurly, 1941.

BARBOSA, Oswaldo Coelho. *Medicamentos, clínica terapeutica homeopata*, collectanea de autores e do Dr. José Coelho Barbosa. Rio de Janeiro: Coelho Barbosa e Cia., 1934.

BARRETO, Sabino Mena. *Resumo Histórico da Homeopatia no RS*, trabalho apresentado ao 1º Congresso Sul Americano de Homeopatia. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1944.

BERNARD, Henri. *Pourquoi l'Homéopathie guérit, conceptions homéopathiques des problemes de la tuberculose, du cancer, des vaccinations*, Angoulême. Ed. Coquemard, 1952.

BOERICKE, Garth. *Compêndio de Princípios da Homeopatia para Estudantes de Medicina*. Rio de Janeiro: Editora Homeopática Brasileira, 1947.

BRANDÃO, Cadmo C. de Moura. *A Terapêutica Homeopática nas perturbações do sistema simpático trabalho para Livre Docência*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia, 1939.

BROTTEAUX, Pascal. *Homéopathie et Isopathie*. Paris: J. Peyronnet, 1947.

BRUNO LOBO, F. *O ensino da Medicina no Rio de Janeiro – Homeopatia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1968.

BURNETT, James Compton. *Cinquenta Razões para Ser Homeopata*, versão e adaptação do inglês pelo Dr. Paiva Ramos. São Paulo: Tipografia Gutenberg, 1943.

CAIRO, Nilo. *Guia de Medicina Homeopática*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1981.

CASTRO, D. *Homeopatia, terapêutica positiva*. Porto Alegre: s/ editora, 1944.

CHARETTE, G. *Précis d'homéopathie, La Matière Médicale Pratique*, Nantes, 1932.

CHARETTE, G. *Qu'est-ce que l'homéopathie?*, Nantes, 1933

CHIRON, P. *Eléments de Matière Médicale Homéopathique*. Paris: s/ editora, 1923.

COSTA, S.B. *Homeopatia, Medicina Positiva*. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Laemmert, s/d.

DANTAS, F. *O que é homeopatia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

DEMARQUE, D. *Homeopatia, Medicina de Base Experimental*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1973.

DUPRAT, M. *A Teoria e a Técnica da Homeopatia*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed. 1974.

ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA DO RIO DE JANEIRO, Regimento Interno da Faculdade Hahnemanniana, aprovado

pela Congregação, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1947.

FERRAZ, B. de Godoy. *Médico, Tua Missão é curar. Lei e Princípios da Doutrina Médica de Hahnemann*. Rio de Janeiro: Livraria Científica, 1946.

GALHARDO, J.E.R. *A Homeopatia se preocupa com o Doente*. Rio de Janeiro: H.M. Sondermann, 1939.

GALHARDO, J.E.R. *Crônicas Escritas no Suplemento do "Correio da Manhã"*. Rio de Janeiro: Tipologia H.M. Sondermann, 1937.

GALHARDO, J.E.R. Discurso de Paraninfo à turma de Medicina da Escola de Medicina e Cirurgia. *"Correio da Manhã", janeiro, 1937*.

GALHARDO, J.E.R. *História da Homeopatia no Brasil, tese ao 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*. Rio de Janeiro: Ed. do I.H.B., 1928.

GALHARDO, J.E.R. *Iniciação Homeopática*. Rio de Janeiro: Tipografia H.M. Sondermann, 1936.

GERMON, E. *Batalha Médica nos Campos Fluminenses entre os homeopatas e os allopathas*. Rio de Janeiro, 1843.

GONÇALVES, Nery. *Guia Homeopático das mães: higiene e tratamento de lactentes*. São Paulo: Murtinho Nobre e Cia, 1937.

GRUPO DE ESTUDOS HOMEOPÁTICOS BENOITT MURE. *Doutrina Médica Homeopática*. São Paulo: Ed. G.E.H.B.M., 1986.

GUEDES, Junior & PINTO, Joaquim Alves. *Deve haver leis*

repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício de medicina seja inteiramente livre? 1852, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

HAHNEMANN, S. *A arte de curar pela Homeopatia (O Organon de Samuel Hahnemann)* (Trad. Brasileira do Inglês *The healing art of homoeopathy*). São Paulo: Ed. Livraria Rosa, 1982.

HAHNEMANN, S. *Doenças Crônicas; Sua Natureza peculiar e sua cura homeopática*. Tradução da 2ª Ed. Alemã, 1835; 1ª Ed. Brasileira 1984; 2ª reimpressão 1986 (tradução do inglês do Grupo de Estudos Homeopáticos de São Paulo Benoit Mure), São Paulo, 1984.

HOMEOPATIA, O Remédio do Pobre ou a Cura pela. São Paulo: s.d., III, 170, 3,3.

HUGHES, Richard. *Action des Médicaments Homéopathiques*. Paris: editor, 1874.

KENT, TYLER J. *Filosofia de la Homeopatia*. Buenos Aires: El Ateneo, 1982 (tradução de *Lectures On Homoeopathic Philosophy*).

LEPRINCE, Albert. *L'Homéopathie, médecine atomique, Manuel théorique et pratique de thérapeutique homéopathique*. Paris: J. Peyronnet, 1952.

LIGA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA, Conferências realizadas durante o mês de março de 1933, Rio de Janeiro, Ed. pela Liga Homeopática Brasileira, 1933.

MARTINS, João Vicente. *Calunnia allopathica ou os envenenamentos imaginários*. Rio de Janeiro: s.d.

MEIRELLES, A. *Homeopathia e a Allopathia*. Rio de Janeiro,

1876.

MEIRELLES, Alberto Soares. *Contribuição ao Estado da Homeopatia*. 1946. Tese Escola de Medicina e Cirurgia do I.H.B.

MEIRELLES, Alberto Soares. *O Instituto Hahnemanniano e a Faculdade de Medicina*. Rio de Janeiro, 1983.

MEIRELLES, Saturbino Soares de. *A Homeopatia e a Alopacia, paralelo entre as duas Medicinas*. Rio de Janeiro, 1853.

MEIRELLES, Saturbino Soares de. *Conceitos sobre a Doutrina Homeopathica*. Rio de Janeiro: editora, 1900.

MICHAUD, Jaques. *Les Bases Scientifiques de 'l'Homéopathie*. Paris: J.Peyronnet, 1954.

MORAES, Mello. A.J. *Dicionário de Medicina e Therapeutica Homeopathica*. Rio de Janeiro.

MURE, Benoit. *Doctrine de l'École du Rio de Janeiro et Pathogenesie bresiliénne*. Paris: Rue de la Harpe, 1849.

MURTINHO, Joaquim Duarte. *Do estado patológico em geral*. 1873. Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Setembro. 1873.

NOBRE, Manuel Antonio Thedin Murtinho. *Homeopatia, seus princípios, sua matéria médica e therapeutica*. Rio de Janeiro: Emp. Almanak Laemmert Ltda, 1933.

OLIVEIRA, Augusto Cesar. *Algumas reflexões sobre a Homeopathia* (These). Rio de Janeiro, 1853.

ORLANDI, O.; VERVLOET, A.E. *Homeopatia ou Alopacia?*. Rio de Janeiro: Ed.Marco Zero, 1983.

PASCHERO, T. *Homeopatia*. Buenos Aires: El Ateneo, 1984.

PASCHERO, Tomás Pablo. “El Vitalismo en Homeopatia”, Classe Inaugural de la Escuela Medica Homeopatica. Buenos Aires: editora, 1980. Texto mimeo. partir de gravação.

POITEVIN, B. *Le devenir de l’Homéopathie (Eléments de Théorie et de Recherche)*. Paris: Ed.Doin, 1987.

PROCEEDINGS of 43rd. Congresso of the International Homeopathic Medical League, Atenas, Ed. Liga Medicorum Homeopathica Internationalis, maio, 1988.

REBELO, Jacinto Soares. *Homeopatia. Ano. Pg. Tese* Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1845.

ROUSSEAU, Louis Alcine. *Le Médecin à la recherche d’une doctrine*. Paris: Maloine, 1947.

SCHEMBRI, José. *Conheça a Homopatia*. Belo Horizonte: Comunicação, 1976.

SEABRA, Alberto. *Higiene e tratamento homeopático das doenças*. São Paulo: Ed. Associação Brasileira de Homeopatia, s.d.

SEABRA, Alberto. *Esculápio na Balança, ou a Superstição dos Remédios*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1939.

SILVA, Alcides Nogueira da. *Há Doenças e há doentes, curamos doenças e curamos doentes*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1953.

SILVA, Décio Lyra da. *A Homeopathia em faceda terapeutica moderna*. Rio de Janeiro: Tipografia e Papelaria Fonseca, 1938.

SILVA, João Emanuel Amorim. "O que é Homeopatia". In: *XII ECEM*. Rio de Janeiro, 1980.

SOARES, José Alvares de Souza. *O novo médico ou a medicina simplificada ao alcance de toda a gente*. 17ª edição inteiramente refundida, ampliada e actualizada, por Miguel de Souza Soares. Pelotas: Tipografia de Souza Soares e Irmão, 1937.

THIAGO L.S. *Homeopatia e Espiritismo*. Rio de Janeiro: Ed. Federação Espírita Brasileira, 1972.

TEIXEIRA NETO, Luiz. *A Dialética da Doença e outros temas correlatos*. Fortaleza: Ed. Nação Cariri, 1983.

TEIXEIRA, Paulo de Castro. *Homeopatia: Mito ou Realidade*. São José do Rio Preto: Graf.Francal, 1980.

TESTE, Alphonse. *Como nos tornamos homeopatas*. Tradução de Maria Licínio Cardoso. Rio de Janeiro: Laboratório Homeopathico Dr. Alberto de Faria, 1936.

TILITCHEEFF, G. *Homéopathie et médecine orthodoxe; deux méthodes complémentaires*. Paris: J. Peyronnet, 1952.

TREIGER, J. *A homeopatia sem mitos nem mistérios*. Niterói, 1987.

VALIENTE, T. Francisco. *El Triunfo Definitivo de la Homeopatia*. El Libro de las revelaciones, Cartagena: Mercurio, 1934.

VANNIER, Léon. *Introduction a l'homéopathie*. Paris: Larousse, 1919.

VANNIER, Pierre. *l'Homéopathie*. Paris: Press Universitaires, 1957.

VERNIERI, Alfredo di. *A Homeopatia ao Alcance de Todos*. São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf, 1949.

VER VLOET, A.E. *Hahnemann e Pavlov*. Rio de Janeiro: Prado, 1965.

VIJNOVSKY, B. *Traducción y comentarios del Organon de Hahnemann*. Buenos Aires: 1983. s/e, 418 p.

VILLECHAUVAIX, Jean. *Pour comprendre et utiliser l' Homéopathie*. Paris: G. Doin e Cie., 1934.

VITHOULKAS, G. e GUINEBERG, C. *A homeopatia*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

VITHOULKAS, G. *La Science de l' Homeopathie*. Monaco: Ed. du Rocher, 1980.

ZISSU, Roland. *Matière Médicale Homéopathique Constitutionnelle Tomo 1, Generalités*. Paris: Ed. Hilerairie, 1977.

Periódicos (Revista e Boletins)

A VOZ DA HOMEOPATIA (Orgão da Federação Brasileira de Homeopatia), Rio de Janeiro, (estudo sistemático de números existentes de 1950 a 1984).

ANNAES DE MEDICINA HOMEOPÁTICA, Publicação do IHB, Rio de Janeiro (pesquisa sistemática de números existentes do fim do século XIX aos anos 50 do século XX).

BOLETIM DA LIGA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA, vários números entre 1930 e 1950.

BOLETIM INFORMATIVO DO IHB, Rio de Janeiro, Ed. Instituto

Hahnemanniano Brasileiro (estudo sistemático de números existentes no período de 1964 a 1971).

BRAZIL- MÉDICO, Rio de Janeiro, 1907.

GAZETA HOMEOPÁTICA, Órgão Oficial do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas em Homeopatia (IBEPH), São Paulo, Jul/Ago/Set/87, Vol. 2, nº 3 e Out/Nov/Dez/87, Vol. 2, nº 4.

GAZETTE MÉDICALE DE PARIS, 1850, nº 7298, 41/1/19 a 33.

IHB., Nºs 3, 504 e 505, 1985.

INFORMATIVO da A.P.H., São Paulo (estudo de números avulsos entre 1990 e 1992).

PESQUISA HOMEOPÁTICA, Publicação do Instituto Homeopático François Lamasson (São Paulo), Julho/Dezembro, Nº 2/1986.

REVISTA DA SOHERJ, Revista da Sociedade de Homeopatia do Estado do Rio de Janeiro, Ano 2, nº 2, Out/Nov/Dez-87.

REVISTA DE HOMEOPATIA, Publicação da Associação Paulista de Homeopatia (Estudo sistemático de exemplares existentes do nº 1, 1937, ao nº 2 (V.55) de julho de 1990).

REVISTA HOMEOPATIA BRASILEIRA – Medicina, Saúde, Ciências, Rio de Janeiro, Ed. Lapa, nº 00, ano I, julho de 1985 ao nº 7, ano III, 1989.

REVISTA HOMEOPÁTICA DO PARANÁ, nº 11, Ano II, Nov. de 1907.

SCIENCIA, Revista do Instituto Homeopático do Brasil, Rio de Janeiro, 1849.

Jornais

Jornal do Brasil – 2/8/1988, p. 7; 30/12/1989, p.4; 22/7/1984; 15/8/1985; 4/7/1984; 1/4/1986, p. 6; 3/6/1984, p.20; 21/3/93, p.7.

O Globo (Tijuca) – 1/2/1987, p.19; 16/4/84, p.18; 20/7/1985, p.5; 3/8/1985, s/p; 4/8/85, p.5; 3/2/1985, p.10; 12/6/85, p.11.

Le Monde -6/4/1988, s.p. 30/6/1988, p.1 e 14.

L'Humanité – 30/6/1988, p.28 e 30/5/88, s/p.

Le Figaro – 30/6/1988, p.12.

Le Quotidien de Paris – 25/7/1988, p.13.

Hebdomadários

O País – 15 a 21/8/1985, p.8.

Manchete – agosto 1988, pp.25-27.

Fatos e Fotos – 6/5/1985, p.21.

Le Nouvel Observateur – 12/4/1985, pp.38-45; julho, 1988, pp.8-14.

Libération –sáb. 23 e domingo 24/julho/1988, pp.18-20.

L'impatient – maio 1988, nº 126, s/p.

Le Point, julho, 1988, p.10

Revistas

Psychologies –maio/1988, nº 54 pp.67-76.

Jornal do CREMEMG (Orgão Informativo do CRM de Minas Gerais) – nº 3, julho/agosto de 1984, p.6; nº 6, jan/fev. 1986, p.11.



Coleção Completa dos Clássicos da Saúde Coletiva:

- * As Instituições Médicas no Brasil – Madel Luz
- * A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças – Madel Luz
- * Saúde Pública como Política – Emerson Merhy
- * O Capitalismo e a Saúde Pública – Emerson Merhy

editora



rede unida

www.redeunida.org.br